

UMA VIDA E MUITAS LUTAS

Ayala Rocha





Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antonio Guedes Rangel Junior | *Reitor*

Prof. Flávio Romero Guimarães | *Vice-Reitor*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano Nascimento Silva | *Diretor*

Antonio Roberto Faustino da Costa | *Editor Assistente*

Cidoval Moraes de Sousa | *Editor Assistente*

Conselho Editorial

Luciano Nascimento Silva (UEPB) | José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB) | Antônio Guedes Rangel Junior (UEPB)

Cidoval Moraes de Sousa (UEPB) | Flávio Romero Guimarães (UEPB)

Conselho Científico

Afrânio Silva Jardim (UERJ) | Jonas Eduardo Gonzalez Lemos (IFRN)

Anne Augusta Alencar Leite (UFPB) | Jorge Eduardo Douglas Price (UNCOMAHUE/ARG)

Carlos Wagner Dias Ferreira (UFRN) | Flávio Romero Guimarães (UEPB)

Celso Fernandes Campilongo (USP/ PUC-SP) | Juliana Magalhães Neuwander (UFRJ)

Diego Duquelsky (UBA) | Maria Creusa de Araújo Borges (UFPB)

Dimitre Braga Soares de Carvalho (UFRN) | Pierre Souto Maior Coutinho Amorim (ASCES)

Eduardo Ramalho Rabenhorst (UFPB) | Raffaele de Giorgi (UNISALENTO/IT)

Germano Ramalho (UEPB) | Rodrigo Costa Ferreira (UEPB)

Glauber Salomão Leite (UEPB) | Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar (UFAL)

Gonçalo Nicolau Cerqueira Sogas de Mello Bandeira (IPCA/PT) | Vincenzo Carbone (UNINT/IT)

Gustavo Barbosa Mesquita Batista (UFPB) | Vincenzo Milittello (UNIPA/IT)

Expediente EDUEPB

Erick Ferreira Cabral | *Design Gráfico e Editoração*

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes | *Design Gráfico e Editoração*

Leonardo Ramos Araujo | *Design Gráfico e Editoração*

Elizete Amaral de Medeiros | *Revisão Linguística*

Antonio de Brito Freire | *Revisão Linguística*

Danielle Correia Gomes | *Divulgação*



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500

Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

AYALA ROCHA

UMA VIDA E MUITAS LUTAS



Campina Grande - PB
2019



Estado da Paraíba

João Azevêdo Lins Filho | *Governador*
Ana Lúcia Costa Feliciano | *Vice-governadora*
Nonato Bandeira | *Secretário da Comunicação Institucional*
Aléssio Trindade de Barros | *Secretário da Educação e da Ciência e Tecnologia*
Damião Ramos Cavalcanti | *Secretário da Cultura*

EPC - Empresa Paraibana de Comunicação

Naná Garcez | *Diretora Presidente*
Albiege Fernandes | *Diretora de Mídia Impressa*
Alexandre Macedo | *Gerente da Editora A União*
Maria Eduarda Santos | *Diretora de Rádio e TV*



BR 101 - KM 03 - Distrito Industrial - João Pessoa-PB - CEP: 58.082-010

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

R672r Rocha, Ayala.
 Uma vida e muitas lutas. [Livro eletrônico]. / Ayala Rocha. – Campina
 Grande: EDUEPB, 2019.
 35.684 Kb. - 220 p. il. color.

ISBN 978-85-7879-595-5 (E-book)

ISBN 0978-85-7879-596-2 (Impresso)

1. Rocha Filho, Euzébio – Biografia. 2. Políticos – Biografia. 3. Petróleo – Monopólio estatal – Brasil. 4. História política e Econômica – 1940 – São Paulo – Brasil. 5. Desenvolvimento econômico – Brasil. 6. Energia nuclear. I. Título.

21. ed.CDD 923.2

Ficha catalográfica elaborada por Heliane Maria Idalino Silva – CRB-15/368

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Dedico este livro:

*Aos que participam da Luta pelo Monopólio Estatal do Petróleo e
criação da Petrobrás.*

*Aos que combateram a ditadura militar com coragem, enfrentando
prisão, tortura e até a morte.*

*Aos que agora, não se calam e agem diante da traição nacional. Como
por exemplo, AEPET(Associação dos Engenheiros da Petrobrás).*

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS, 9

PREFÁCIO, 11

EUZÉBIO ROCHA UMA HISTÓRIA DE MUITAS LUTAS, 15

CAPITULO I
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - O DESPERTAR PARA A
LUTA, 31

CAPITULO II, 45

CAPITULO III, 59

CAPITULO IV
MINÉRIOS E ENERGIA NUCLEAR, 71

CAPITULO V
A LUTA PELO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO, 79

CAPITULO VI
O PERIGO DA IMPRENSA CORRUPTA, 153

CAPITULO VIII
OS ANOS DE CHUMBO, 169

CAPÍTULO IX, 191

AGRADECIMENTOS:

*À Rosa Maria Godoy, com competência, brasilidade e carinho teve
paciência de revisar o livro.*

*Ao Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos: Lúcia Fátima Guerra
Ferreira, Maria de Nazaré Tavares Zenaide . Empenhadas na edição do
livro.*

*O professor Luciano, cuja a paciência se iguala ao "Jô".
Aos meus filhos Vanderley Caixe Filho e Maria Ana Rocha Caixe
cujo apoio foi imprescindível.*

PREFÁCIO

Dra. Rosa Maria Godoy Silveira

DE QUE É UM PAÍS DESMEMORIADO, PARADOXALMENTE, ESTE PAÍS tem memória. Ou, ao menos, repete o jargão irrefletidamente.

Lendo este livro para honrosamente prefaciá-lo, impressiona-nos o tanto de História que dele se extravasa. Uma parte substancial de nossa História política e econômica desde os anos de 1940, visualizada pela ótica de Euzébio Rocha, deputado federal por São Paulo em várias legislaturas.

Euzébio é uma figura grandiosa, para além de um indivíduo. Esteve no “olho do furacão” de grandes acontecimentos nacionais, de modo intensamente atuante. E não estamos sendo pleonástica. Pleonástico era Euzébio, no sentido do grego - pleonastikós, superabundante.

Já não lhe bastara a sua inserção histórica, processual, o personagem também se inscreve na História-conhecimento, na medida em que teve a clara intenção de documentar a sua atuação e de proceder a análises do amplo contexto vivido e dos acontecimentos em que esteve envolvido.

Nessa complexa trama de meio século, manteve uma coerência admirável, com sua postura nacionalista.

A muitos, especialmente vivendo em tempos de uma feroz Globalização, poderá parecer obsoleto falar de nacionalismo. A esses, antes de tudo, um corretivo: primeiro leiam, conheçam, antes de assumirem o conformismo da ignorância.

Conhecer a vida de Euzébio Rocha é compreender uma

problemática vital ao país: a da sua soberania, particularmente em que está bastante ameaçada depois do Golpe de 2016 e do qual tem resultado a desqualificação do Brasil e secundarização no cenário internacional. Compreender o clássico dilema do nosso desenvolvimento-subdesenvolvimento na encruzilhada da inserção do Brasil no mundo globalizado.

Lutas pel’ “O Petróleo é nosso”, por opções energéticas autônomas, em defesa do controle soberano de nossos recursos naturais, não são do passado. São e estão mais vivas do que nunca, a requererem urgência porquanto de trata de decidir o presente e o futuro que queremos como nação.

Não é passado a entrega do Pré-Sal, da Amazônia, do Aquífero Guarani, de muitos recursos minerais, à voracidade do capital estrangeiro. De setores estratégicos à soberania de qualquer país. E, no entanto, é aqui e agora acontecendo.

Não é passado o entreguismo de parte de nossas elites, se curvando como coadjuvantes acapachados da rapina internacional em troca dos restos do butim.

Ler este livro é compreender um dos períodos mais decisivos na construção da dominação no Brasil. E sobre o Brasil. O processo da pressão dos interesses do capital estrangeiro – especialmente, mas não apenas, dos Estados Unidos – sobre a esfera estatal. De cooptação de políticos. De manipulação da opinião pública através de uma mídia venal. Os entreguistas de agora têm pedigree: aprenderam e aperfeiçoaram o entreguismo de ontem, muitos deles com seus pais, avôs, bisavôs, seus grupos oligárquico-familiares.

Todavia, a História não é via de mão única para a “paz dos cemitérios”, como certamente desejam quantos são coniventes com a abdicação da soberania nacional e sua resultante, a subjugação da sociedade brasileira.

Ler este livro – e encontrar uma figura como Euzébio Rocha – é vislumbrar as possibilidades de resistência ao descabro da sujeição. De resistência contra o futurocídio do nosso país e do nosso povo. De existência capaz de engendrar outros horizontes.

Ayala Rocha realiza um trabalho crucial à memória e reconstrução históricas, ao visibilizar para as novas gerações as lutas de Euzébio.

Pela importância da personagem e sua obra, e da autora, ambos mereceriam prefaciadora mais condizente e à altura do empreendimento. Honrando-me com este convite, assumi-o como um doce encargo duplamente motivado. Pela admiração que nutro por Ayala, ela própria – junto com Vanderley Caixe – personagem de muitas lutas emancipatórias. E pela minha admiração por Euzébio Rocha e o desassombro de sua trajetória incansável por um Brasil melhor.

Jundiá/SP, agosto de 2018.
Rosa Maria Godoy Silveira¹

1 * Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba/UFPB, onde atuou entre 1976 e 2003. Docente de vários Cursos de Pós-Graduação da mesma Instituição: Sociologia, Serviço Social, História,.

EUZÉBIO ROCHA UMA HISTÓRIA DE MUITAS LUTAS

INTRODUÇÃO

EUZÉBIO ROCHA FILHO FOI, ACIMA DE TUDO, E, SOBRETUDO um político nacionalista. Um homem público íntegro que lutou com cargos ou sem cargos. Dedicou toda sua existência à defesa dos interesses nacionais e do povo brasileiro. Não se intimidou com o poder dos trustes e de Chateaubriand, e nem mesmo com a ditadura dos “anos de chumbo”. Muitas vezes testado, quer por ofertas tentadoras, seguiu sua trajetória, defendendo o Brasil e seu povo contra os governos e políticos entreguistas: equivocados ou não. Lutou pela emancipação econômica e por justiça social.

Esse despertar para os problemas sociais começou na infância, quando Euzébio deparou, pela primeira vez, com a miséria: crianças andrajosas, sujas e subnutridas. Inconformado, questionou a mãe. Pensou no que fazer por vários dias, até que descobriu a sua impotência. De quando em vez se lembrava daquelas crianças e de outras tantas, no mesmo estado... O que fazer?

Foi esse sentimento de indignação diante da injustiça social que o norteou, por toda sua existência. Estudou muito, pesquisou e adquiriu a convicção de que o que gera a justiça social, é o desenvolvimento econômico do país, com distribuição de renda, de terra e igualdade de direitos.

Não foram poucas as dificuldades que passamos, quando ele deixou de ser deputado. Não tínhamos sequer uma casa própria.

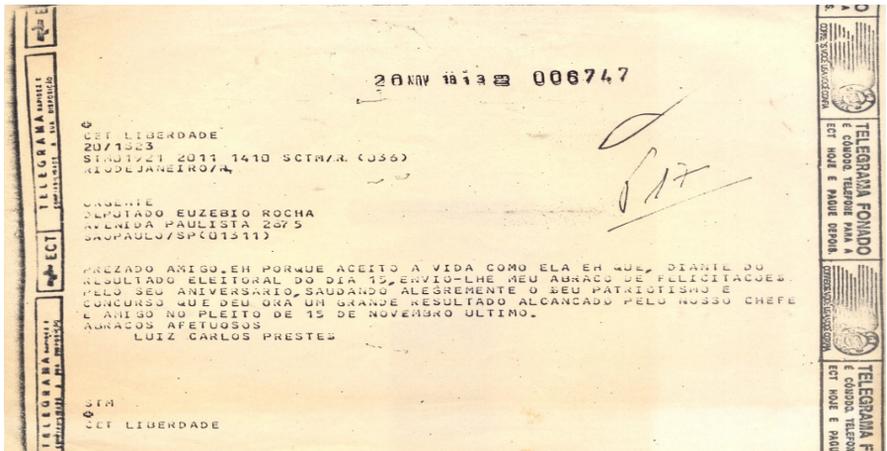
Hoje, com os meus 78 anos e com o conhecimento que adquiri, por acompanhar a sua luta, posso, sem medo de errar, afirmar que Euzébio foi um político que dedicou toda a sua vida em prol da construção de um Brasil desenvolvido economicamente, justo e igualitário.

Não é o amor de filha que exacerba os valores de Euzébio. Vejamos como alguns ilustres brasileiros se manifestaram a seu respeito. Por exemplo, Barbosa Lima Sobrinho, uma das grandes personalidades da nossa cultura e da nossa política. Governador de Pernambuco, deputado, presidente da ABI por vários mandatos (mais de quatro). Foi também excelente gestor público e jurista. O aspecto mais destacado de sua vida foi o amor e dedicação ao Brasil. Nacionalista convicto. Na presidência da ABI, promoveu ferrenhos debates, em defesa do interesse nacional. Publicou vários livros, sempre na defesa do Brasil. Escreveu por décadas no *Jornal do Brasil* artigos relevantes, sempre voltados para o interesse da nação. Foi membro da Academia Brasileira de Letras:

Não acompanhei de perto a ação de Euzébio Rocha, quando defendia na Câmara e fora dela, seu Projeto criando a Petrobrás. Mas, a convivência com ele, na elaboração da lei de “remessa de lucros”, antes do protetorado do Sr. Lincon Gordon e, depois desse protetorado, no estudo do “Acordo de Garantias aos Investimentos Privados Norte- americanos”, foi o suficiente para me fazer compreender a razão de suas vitórias. Concentram nos bastidores as partes mais importantes de suas atividades, o que exclui qualquer intenção ou preocupação demagógica, quando assim afastam dos olhos do público as pelepas que vai travando. É discreto, incansável e eficiente. Bate a todas as portas, fala a todos os que disponham a ouvi-lo. Mas a razão principal do seu êxito está em que ele estuda a sério os problemas,

aprofunda-se, impulsionado por um ardente patriotismo, e um idealismo tão sincero, que contagia os que o escutam, e nem podem deixar de admirar nem seu entusiasmo, nem o desinteresse pessoal com que serve as causas do Brasil. É preciso não ser brasileiro ou não sentir as coisas como brasileiro para ficar indiferente à força persuasiva dos seus argumentos.

Apesar de Euzébio e de Luís Carlos Prestes divergirem ideologicamente, em parte, sempre foram amigos. Telegramas de Luis Carlos Prestes de 20 de novembro



Prezado amigo ER, porque aceito a vida como ele é que, diante do resultado eleitoral do dia 15, envio-lhe meu abraço de felicitações pelo seu aniversário, saudando alegremente o seu patriotismo e concurso que deu ora um grande resultado alcançado pelo nosso chefe e amigo no pleito de 15 de novembro último.

Abracos afetuosos.

LUIZ CARLOS PRESTES.

Brasília, 27/6/85

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Prezado Sr. Ayala Rocha:

Tenho em meus esboços e apontamentos
pela fertilidade de suas fala-
ras. Desejei que o Sr. Ayala Ro-
cha não estivesse aqui, por-
que como ninguém o ~~entendia~~

desse lado admirável, com a
eloquência que só as gran-
des causas possuem alcançar.

Curioso o texto do sis-
tema (criar de um improviso,
com tempo escasso), que faz a
homagem ao seu grande pai.

Cordialmente,

Q. J. Rocha



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Sr. ALMINO AFFONSO (PSDB - SP) -

Senhor Presidente, Sras e Srs Deputados:

Faz 31 anos que o Golpe de Estado de 1964, cassando-me o mandato popular, afastou-me da tribuna desta Casa. As circunstâncias políticas de hoje são bem diversas daquelas. Mas a emoção que vivi, naquela noite longínqua, sacode-me a alma com igual força, porque sinto que vivo, como todos nós, um momento histórico, de enorme significação para a nossa Terra.

Particpei, como tantos outros, na minha juventude que já vai distante, da luta em defesa da instauração do monopólio estatal do petróleo em nosso país. A sociedade, àquela época, dividia-se em dois grandes grupos irreconciliáveis: os que sustentavamos a solução estatal em nome dos interesses maiores da nação e aqueles que, arguindo a sua viabilidade, propugnavam pela exploração do petróleo pelas grandes empresas internacionais.

Durante anos, o debate incendiou os auditórios, ganhou espaço na imprensa, fez vibrar o povo em comícios memoráveis, galvanizou os estudantes nas faculdades. Pois essa batalha política, que empojava o país, a todos envolvia. Dessa trincheira, evoco Matos Pimenta, admirável criador do "Jornal de Debates"; Oswaldo Costa, o combativo Diretor de "O Semanário"; Gondim da Fonseca, o espadachim de mil combates.

Relembro também o extraordinário papel do Clube Militar, tendo à frente o General Horta Barbosa, o General Estilac Leal, o General Leonidas Cardoso - orador de raça, cuja palavra inflamada levantava o povo nos comícios e se fazia respeitada no Parlamento. Mas, sobretudo, evoco os estudantes - as caravanas do Centro Acadêmico XI de Agosto, sob a liderança de Rogê Ferreira - percorrendo São Paulo, de cidade em cidade, construindo as "torres de petróleo" como símbolos da resistência nacional. (Palmas)

Recordo bem quando o Presidente Getúlio Vargas enviou à Câmara dos Deputados, em 1953, projeto de lei, instituindo o monopólio estatal do petróleo. Não obstante, em sua justificativa, perfilhar a tese nacionalista, o texto abria brechas à entrada do capital estrangeiro. De imediato uma voz se levantou contra: a do combativo Deputado Euzébio Rocha, eleito por São Paulo, pela legenda do Partido Trabalhista, dando a seu Substitutivo uma feição claramente nacionalista.



Já então a alma do povo estava impregnada pelo contraditório: de um lado os nacionalistas, de outro os "entreguistas". Foi quando, inexplicavelmente, das fileiras de União Democrática Nacional - um partido de corte liberal - o Deputado Bilac Pinto se destacou com outro Substitutivo completando o caráter monopolista do Projeto Euzébio Rocha, que há seis meses já tramitava na Casa.

Dessa aliança inesperada nasceu a certeza da vitória do monopólio estatal do petróleo. O Líder do Governo, Deputado Gustavo Capanema promoveu entendimentos finais e a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto em memorável sessão. De nada valeram as mudanças que o Senado lhe após. A Câmara dos Deputados restaurou o texto que lhe saíra da vontade coletiva e a Lei 2.004, de 1953, entrou para o mundo jurídico e, mais do que isso, para o irrequieto mundo das lutas políticas.

Para ser fiel aos fatos, cabe assinalar que o Deputado Euzébio Rocha - como tantas vezes fez questão de revelar - antes de tornar público o seu Substitutivo, levou-o à consideração do Presidente Getúlio Vargas e dele obteve irrestrito apoio. A história consagra Getúlio Vargas como o criador da Petrobrás, constituída segundo as normas da Lei 2.004. Mas é legítimo estranhar que tenha mantido o seu projeto original tramitando, ao longo de meses, quando podia tê-lo bloqueado e dado de imediato a paternidade ao projeto nacionalista de Euzébio Rocha. Por isto, nesta tarde de graves decisões, presto minha homenagem póstuma a este admirável homem público que, não faz muito, a morte nos levou.

Receio transmitir, nesta síntese histórica que estou fazendo, a impressão de que a Petrobrás foi instituída sem maiores resistências. Estou convencido de que, se não fôra o amplo apoio popular que a cercou, ela jamais teria sido implantada e, menos ainda, consolidada. Contra a indústria nacional do petróleo sempre se levantaram ventos e marés. Primeiro era a descrença: por obra e graça de técnicos estrangeiros, incutiu-se em nosso povo a idéia de que não tínhamos petróleo. Como haveríamos de explorar o que não tínhamos?

Mas sobretudo a resistência se dava através de duas teses, à primeira vista incontestáveis: não dispunhamos de recursos financeiros para empreendimento de tão grande porte, nem dominávamos a tecnologia necessária. Passados 42 anos, a Petrobrás é esse colosso, a maior empresa da América do Sul, que nos assegura 55% da demanda nacional de petróleo, que nos garante o refino em termos absolutos, que já nos aponta o futuro, em termos de potencialidade geológica, com a possibilidade de 20 bilhões de barris, e que nos coloca na vanguarda da tecnologia para exploração de petróleo em águas profundas.



A vitória da Petrobrás ninguém contesta mais. Os que acreditamos na capacidade nacional não nos equivocamos. Ressurge, porém, a questão da viabilidade diante do amanhã. Faltam-nos recursos, é a tese central, para ampliar a extração de petróleo. Nesse contexto, busca o Governo flexibilizar o monopólio estatal do petróleo, que a Petrobrás executa, conforme o Projeto de Emenda Constitucional Nº 06.

Sinto enorme embaraço de natureza pessoal, mas não posso deixar de discutir a matéria. Ao fazê-lo, quero antes de mais nada acentuar o profundo respeito pelo meu Partido - o PSDB - que, não obstante ser favorável à proposição governamental, reconhece o meu direito de divergir e sustentar tese oposta. De igual modo destaco a grandeza política do Presidente Fernando Henrique Cardoso que, ciente de minha posição, não lhe opôs reparos formais, porque conhece a história de minha luta política e social, em tudo semelhante a dele próprio.

Senhor Presidente, sei que o tempo é escasso. Procurarei ser breve, o quanto possa. Sem mais preâmbulo, vou ao centro da questão: a Casa se divide hoje entre os que querem, de maneira direta ou indireta, a quebra do monopólio estatal do petróleo e os que, embora minoritários, pelem por mantê-lo. Pode-se arguir essa dicotomia com o argumento de que a PEC Nº 06, conforme expressa a justificativa que a acompanha, preserva o monopólio da União e, ao mesmo tempo, o flexibiliza dispondo que o mencionado ente possa contratar com empresas privadas a realização das atividades previstas no artigo 177, nos incisos I a IV da Constituição Federal.

Por sua vez, o Relator Deputado Lima Neto, no parecer que acompanha o seu Substitutivo, insiste que na PEC Nº 06 não se configura a flexibilização. Ao contrário, diz o ilustre parlamentar: ela "o mantém na sua integralidade, tal qual configurado no texto constitucional vigente". De minha parte, Senhor Presidente, sem mais delongas analíticas, considero que o Projeto do Governo quebra o monopólio estatal do petróleo. (Palmas) A exploração do petróleo, por natureza, desde sempre reclamou o regime monopólico. A vastidão dos recursos financeiros que esse empreendimento demanda, a interligação de suas atividades (pesquisas, lavra, refino, transporte) e a verticalização empresarial dela decorrente, tudo leva, nessa atividade econômica, ao regime monopólico.

Diante disso, eminentes colegas, não vejo como, a um só tempo, assegurar o monopólio à União e deferir às empresas privadas, em contratos, a possibilidade de explorar os vários ramos da atividade petrolífera e ainda se dizer que, com isso, não se verifica a ruptura do monopólio estatal. Não há voltas a dar: a flexibilização, no caso, é um jôgo verbal. Para que uma



determinada atividade econômica seja considerada monopolizada, deve ser exercida por apenas um agente, uma pessoa ou empresa. A mera posse das jazidas por parte da União não caracteriza a existência do monopólio. Aliás, como Vossas Excelências sabem, essa é a situação dos demais recursos minerais do país, a respeito dos quais ninguém dirá que se configura um monopólio de estado. Arremato essas considerações afirmando: o Projeto do Governo quebra o monopólio estatal do petróleo.

Assegura-se que não está em jogo a privatização da Petrobrás. E eu confio nisso, porque o Presidente Fernando Henrique Cardoso já afirmou, sucessivas vezes, que não é esse o seu propósito. Porém, Srs. Deputados, a política petrolífera que se implantará a partir da Emenda Constitucional em debate, a rigor ganhará seu contorno definitivo nos próximos Governos. Não advirão recursos externos de imediato, até que o perfil da nova política de "abertura econômica" se desenhe por completo. É nesse amanhã que eu penso ao dizer que a aprovação da PEC Nº 06 criará as condições para solapar, através de uma concorrência imprevisível, as bases da Petrobrás. Ignorar isso é fechar os olhos a uma verdade evidente.

A posição que assumo hoje não resulta das lutas de minha juventude, tão somente. É em nome, sobretudo, da visão política que pauta a minha conduta nesta nova fase de minha vida que me oponho à quebra do monopólio estatal do petróleo. Da longa trajetória do petróleo nada mudou. Ai está o Golfo Pérsico, não faz muito, para demonstrar que o petróleo é avanço, mas é prepotência, é sangue, é guerra. (Palmas). E o monopólio do petróleo, ontem como hoje, em toda parte, ou é privado, ou é do Estado. Nesse contexto, não me cabe dúvida: fico com o monopólio do Estado, em nome dos interesses de nossa Terra. (Palmas).

À parte os argumentos de ordem ideológica, o que se levanta contra a manutenção do monopólio estatal do petróleo? Argui-se que a Petrobrás, como órgão executor do monopólio que a União detém, já não dispõe de recursos para investir em setores fundamentais como a prospecção e o refino. Tampouco o Estado, asfixiado por uma crise profunda, pode acudir. Não estou convencido de que a Petrobrás tenha entrado num beco sem saída. A CPI do petróleo revelou, faz alguns anos, o quanto a Administração Pública prejudica, profundamente, a expansão econômica da Petrobrás e em decorrência as suas atividades.

Mas, se é este de fato o nó gordio, por que não se opta por uma política de parcerias com empresas nacionais ou estrangeiras, privadas ou estatais, tendo à cabeça a Petrobrás como entidade executora do monopólio estatal? A China é um bom exemplo, na medida em que assegura



através da empresa estatal China National Oil Development Corporation (CNODC), em associação com grandes empresas petrolíferas, a abertura à participação internacional, no Mar da China e, se não estou mal informado, também no norte da China. Nessa visão, que se harmoniza claramente com a posição programática do PSDB, o brilhante Deputado Domingos Leonelli apresentou a Emenda Constitucional Nº 04 / 95, que permitiria a parceria ampla entre empresas privadas (nacionais ou estrangeiras) e a Petrobrás.

O Sr. Presidente (Luis Eduardo) - Deputado Almino Affonso, por favor, conclua.

O Sr. Almino Affonso - Concluo, Sr. Presidente. Sei que V.Exa. está sendo generoso. Mas o tema é tão fundamental e de tal forma o debate que hoje aqui se trava nos empolga, que revolta constatar que o Regimento Interno nos dê apenas cinco minutos para falar sobre algo que se reflete nos próprios destinos da Nação. (Palmas).

O Sr. Presidente (Luis Eduardo) - Conclua, nobre Deputado.

O Sr. Almino Affonso - Permita-me ainda uns instantes, Senhor Presidente, que não posso concluir sem referir-me à questão da unidade nacional, ou melhor dizendo - dos riscos de que um conjunto de fatores levem à rachadura a unidade nacional, que nossos antepassados lograram construir, dentre os quais ressalto a figura admirável de José Bonifácio de Andrada e Silva. A crise fiscal que dificulta a função diretora da União; a crise econômica que se projeta em São Paulo, tolhendo-lhe o papel aglutinador dos interesses regionais; a privatização da Petrobrás que, cedo ou tarde, poderá advir, aliada a outras prováveis privatizações, implicando diminuição da capacidade articulatória do Governo Federal, principalmente em um contexto da globalização da economia e do aumento das disparidades sociais e econômicas regionais....

O Sr. Presidente (Luis Eduardo) - Para concluir, nobre Deputado, não posso mais contemporizar.

O Sr. Almino Affonso -enfim, fatores que podem amanhã romper a unidade nacional cimentada pelas lutas e pela inteligência de nossos maiores. É tudo, Sr. Presidente. Alonguei-me demasiado. Mas eu lhe asseguro que, no essencial, eu subi a esta tribuna tão só para dizer - sem quebra de respeito àqueles com os quais divirjo - que, em nome da Pátria Grande, eu voto contra a quebra do monopólio estatal ! (Palmas).

Brasília (DF), 07 de junho de 1995.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CE/GAB/277/96

Brasília (DF), 25 de novembro de 1996.

Exmo. Sr.
Dr. Fernando Henrique Cardoso
DD. Presidente da República
Palácio do Planalto
70150-900 Brasília / DF

Senhor Presidente:

Valemo-nos do ofício que dirigimos à V.Exa, respeitosamente, para solicitar-lhe seja dado o nome de EUZÉBIO ROCHA à Refinaria do Planalto (REPLAN), numa homenagem cívica a esse grande brasileiro, à semelhança de outras iniciativas que já consagram eminentes homens públicos com as denominações de Refinaria Alberto Pasqualini (Rio Grande do Sul), Refinaria Gabriel Passos (Minas Gerais), Refinaria Presidente Bernardes e Refinaria Henrique Lages, ambas em São Paulo.

À margem eventuais divergências referentes à quebra do monopólio estatal do petróleo, cremos que a análise serena dos fatos nos permitirá reconhecer a enorme contribuição da "Petrobrás" ao desenvolvimento econômico do País. Nesse contexto, consideramos de justiça que o nome de Euzébio Rocha se associe, em definitivo, a uma de suas refinarias.

Com efeito, na história da implantação da indústria do petróleo em nosso País, são muitas as personalidades a serem invocadas. Mas, nesse quadro, é irrecusável o destaque com que Euzébio Rocha deve ser homenageado - pela batalha decisiva que soube travar, quando ainda jovem Deputado Federal, ao apresentar a proposta substitutiva que configurou o monopólio estatal do petróleo, assim como pela luta incansável a que continuou se entregando, em defesa da "Petrobrás", com o mesmo denodo de sempre, até que a morte o arrebatasse ao nosso convívio.

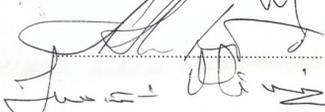
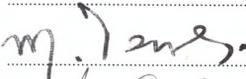
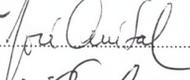
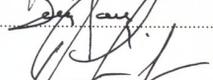


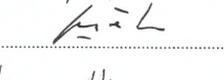
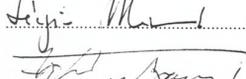
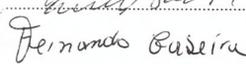
Outras solicitações, anteriores a que estamos formulando, já foram encaminhadas a V.Exa., como as Indicações do nobre Deputado Aldo Rebelo e da Câmara Municipal de Campinas. Ao reiterar o apelo, certos de estarmos representando parcela significativa da cidadania, nós o fazemos confiantes na sensibilidade política de V.Exa., que não se negará em homenagear a quem tanto deu de si na defesa dos interesses nacionais.

Com as expressões de nosso respeito e apreço, apresentamos a V.Exa. nossas.

Cordiais saudações.

ASSINATURAS:

DEPUTADO ALMINO AFFONSO

DEPUTADO FRANCO MONTORO

DEPUTADO INOCÊNCIO DE OLIVEIRA

DEPUTADO MICHEL TEMER

DEPUTADO JOSÉ ANIBAL

DEPUTADO BENITO GAMA

DEPUTADO FERNANDO LYRA

DEPUTADO SANDRA STARLING

DEPUTADO MATHEUS SCHMIDT

DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA

DEPUTADO ADHEMAR DE BARROS FILHO

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 4 -

Cunha Lima

DEPUTADO CUNHA LIMA

De Velasco

DEPUTADO DE VELASCO

Del Fineto

DEPUTADO DELFINETO

Duilo Pisaneschi

DEPUTADO DUILIO PISANESCHI

Edinho Araújo

DEPUTADO EDINHO ARAÚJO

Eduardo Jorge

DEPUTADO EDUARDO JORGE

Emanuel Fernandes

DEPUTADO EMANUEL FERNANDES

Fausto Martello

DEPUTADO FAUSTO MARTELLO

Fernando Zuppo

DEPUTADO FERNANDO ZUPPO

Hélio Bicudo

DEPUTADO HÉLIO BICUDO

Hélio Rosas

DEPUTADO HÉLIO ROSAS

Ivan Valente

DEPUTADO IVAN VALENTE

Jair Meneguelli

DEPUTADO JAIR MENEGUELLI

João Mellão Neto

DEPUTADO JOÃO MELLÃO NETO

João Paulo

DEPUTADO JOÃO PAULO

Jorge Tadeu Madales

DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN

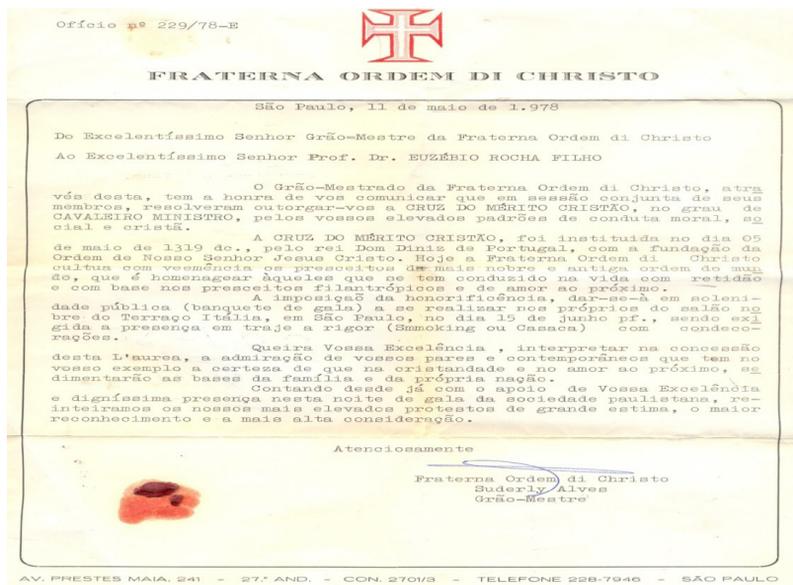
Jorge Tadeu Madales

Jorge Tadeu Madales

Jorge Tadeu Madales

Em 11 de maio de 1978 Euzébio Rocha recebeu uma comunicação do Grão Mestre de que, em sessão conjunta dos membros da Ordem Fraternal de Cristo, foi decidido lhe outorgar a medalha CRUZ DO MÉRITO CRISTÃO, no grau de CAVALEIRO MINISTRO

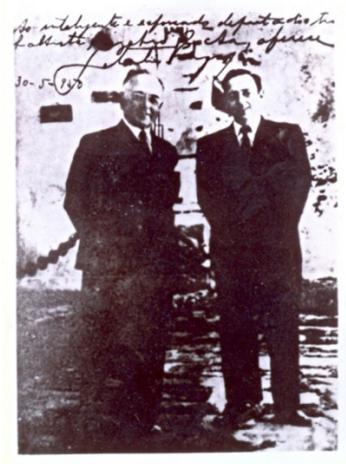
pelos: “vossos elevados padrões de conduta moral, social e cristã”.



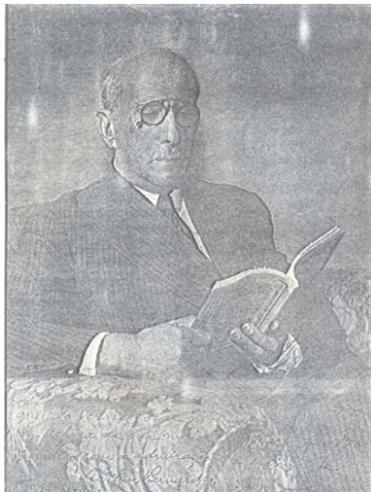
Euzébio é respeitado até pelos que divergem de suas ideias. Miguel Colassuono é conservador, ex-prefeito “biônico” de São Paulo, após a redemocratização foi eleito vereador e escolhido por seus colegas para Presidente da Câmara. No entanto, no dia que Euzébio foi homenageado com o título de “Cidadão Paulistano” e com a medalha “Anchieta”; Colassuono não abriu mão de saudá-lo:

[...] “Euzébio Rocha é um forjador de ideias, cuja luta é um exemplo e um incentivo para todos os brasileiros!” [...]

Assim o Presidente da Câmara dos Vereadores deu início ao discurso com que saudou Euzébio.



“Ao inteligente e esforçado deputado Euzébio Rocha, oferece”.
Getúlio Vargas S. Borja 30.05.1950



"Ao jovem deputado Euzébio Rocha a quem o Brasil deve inomináveis serviços em defesa da sua maior riqueza, que é o petróleo. Oferece, Artur Bernardes Rio 19.05.1949

Os Presidentes Artur Bernardes e Getúlio Vargas passaram a admirar e respeitar o jovem Deputado Euzébio Rocha, pela sua militância política, pelo conhecimento, pela dedicação e coragem com que defendia as causas relevantes para o Brasil. A dedicatória do Presidente Bernardes, na foto que lhe ofereceu, confirma minhas palavras. O Presidente Vargas, na sua longa trajetória política, nos revela que não foram muitas as suas fotos tiradas ao lado de uma liderança política e ainda, com dedicatória. Euzébio deu um sorriso maroto quando me contou que a deputada Ivete Vargas, sobrinha do Presidente, se queixou quando viu a sua foto com Vargas e a dedicatória. Reclamou: - "Titio me paga, ele nunca tira uma foto comigo sério, acaba com elas. Não posso mostrá-las para ninguém!". Rio 19-11-1952

Quando Euzébio foi a Curitiba receber uma homenagem da Assembleia Legislativa, o jornalista Hélio Duque escreveu um artigo que o emocionou. Jornal O Estado do Paraná, Curitiba, quarta-feira, 13 de Julho de 1977. Comentário de Hélio Duque: "Em Curitiba, um apóstolo do desenvolvimento brasileiro".

O ESTADO DO PARANÁ Curitiba, Quarta-feira, 13 de Julho de 1977 PÁGINA 7

comentário
DE HÉLIO DUQUE

HÉLIO DUQUE
DEPUTADO POR VÁRIAS LEGISLATURAS
ESCRITOR E JORNALISTA

Em Curitiba, um apóstolo do desenvolvimento brasileiro

Na constituinte brasileira de 1946, da bancada de São Paulo, sempre couro uma voz que se levantava discutindo com competência e brilhantismo os rumos que se traçariam para a nação brasileira saída do totalitarismo estadonovista: era o advogado Euzébio Rocha, que aliou o seu sábio conhecimento jurídico com uma forte preferencialidade pelos assuntos atinentes ao desenvolvimento econômico.

Hoje, em Curitiba, o Dr. Euzébio Rocha estará proferindo conferência para a nossa inteligência, oportunidade em que uma voz firme e permanentemente defensora do desenvolvimento nacional falará sobre as opções da sociedade brasileira, em relação ao seu contínuo crescimento econômico. Advogado em São Paulo desde 1966, quando não mais se candi-

dou a deputado federal, posição em que foi eleito sucessivamente em 1946, 50, 54, 58 e 62, por ter preferido dar oportunidade a uma nova classe de políticos. Além de advogado de vasta clientela, seu permanente amor ao Brasil faz com que continue como professor universitário levando saber e ensinando coesecia e dignidade aos seus discípulos.

Curitiba hospeda por outro lado, uma figura legendária e que tem presença certa na história pátria pela sua destacada atuação quando líder do governo Getúlio Vargas, em 1953/54, foi o principal sustentador no plenário da Câmara dos Deputados da necessidade de criação da Petrobrás. E não somente nisso se esgotou a participação de Euzébio Rocha. Conselheiro e voz permanentemente ligada ao então presidente

da República, sua atuação política em que foi intransigente defensor da economia brasileira dentro de um modelo onde o nacionalismo econômico era a pedra essencial.

An longo dos seus vários mandatos representando São Paulo, o liberal Euzébio Rocha na Câmara Federal sempre teve destacada atuação doutrinária contra os extremismos, os totalitarismos e as ideologias sectárias. Sua base doutrinária sempre foi, e será eternamente o nacionalismo.

Sendo abênica, essa sua definição: "O nacionalismo dos nossos dias deve ser formado por um sentimento de amor à Pátria, pelo afetuoso resguardo dos nossos interesses econômicos, de nossas reservas e pela vontade de atingir o pleno desenvolvimento econômico do homem, na criação do estado de bem-estar".

F continua: "Não nos tem faltado nas ocasiões oportunas, o conselho de autênticos líderes nacionalistas como Getúlio Vargas, Arthur Bernardes, Horta Barbosa, Alberto Torres, Alves Branco, Percy Constant Berilhac, Gaspar Dutra e, no momento, não se pode falar em nacionalismo sem lembrar a figura do seu grande teórico, Barbosa Lima Sobrinho, cuja cultura e saber honram o Brasil, e os generais Rodrigo Otávio e Albuquerque Lima".

Em algumas opiniões desse patrimônio de coesecia que Curitiba ouvirá hoje à noite, é mais do que isso, através de sua inteligência comunitária estará tributando um reconhecimento por que deve merecer, todos os homens públicos que sempre colocaram sua Pátria acima de todas as questões fortistas.

Obs. Euzébio deu aulas nas faculdades de direito: em São José dos Campos, São Carlos e Pinhal. Sua grande preocupação era conscientizar os alunos para defesa do interesse nacional e prepara-los para ter competência na profissão escolhida.



Euzébio Rocha Dando Aula Na Faculdade De Direito De São Carlos / São Paulo

CAPITULO I

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - O DESPERTAR PARA A LUTA

EUZÉBIO ROCHA FILHO NASCEU EM 20 DE NOVEMBRO DE 1917, NO Rio de Janeiro. Sua mãe era requintada filha de um comendador português: Maria Carolina da Rocha; para os próximos: “Dona Mariquinha”. Essa postura da mãe gerou vários e sérios atritos, até que Euzébio foi morar sozinho, apesar da pouca idade.

Seu pai, Euzébio Rocha, advogava depois de ter saído do Exército. Foi sempre muito amigo do Presidente Floriano Peixoto, compadre. Graças a esses laços, não foi expulso do Exército, quando esbofeteou o seu comandante. Deu baixa, com a patente de coronel. Não ficou em situação financeira difícil: era abastado e tinha facilidade para os negócios. Entretanto, como sabia ganhar, sabia gastar.

O “Zuzinha”, como era chamado, foi o “temporão da família”. Vários sobrinhos eram da sua idade e até mais velhos. Foi uma criança traquina. Mimos e brinquedos eram quase ignorados. Gostava bastante dos livros de história, com coloridas gravuras e ensinamentos morais, com que seu pai lhe presenteava. Os laços afetivos entre os dois eram muito fortes. Coube a este filho “temporão” receber o nome paterno, apesar da vasta prole.

O pai era sua paixão. Euzébio Rocha falece de repente, vítima de um derrame. Coincidência ou não, “Zuzinha” acordou naquela noite chorando, procurando pelo pai. Foi consolado e informado de que seu pai havia partido, para uma viagem longa. Já sabia ler e escrever um pouco. Rapidamente, dominou a escrita e passou a enviar cartas.

Acreditava que o mar as levaria ao seu destino. Inúmeras vezes sorrindo, dizia ter visto o pai.

“Zuzinha” foi crescendo, sempre levado e curioso. Em certos momentos, recolhia-se a seu quarto e lá ficava silencioso remexendo os seus guardados: lia, escrevia, relia os livros que seu pai lhe dera, estudava. Podia ficar assim vários dias. De repente, era outro menino: falante, sorridente, traquina, rebelde. Sempre buscava aventuras. A praia era o seu melhor lazer. Nadava e remava muito bem. Sumia com o seu barquinho, se lançava nas correntes marítimas, que dominava, e desaparecia, deixando sua mãe desesperada.

O tempo foi passando e o esporte moldou o seu físico. Euzébio já não admitia que o chamassem de “Zuzinha”. Sempre foi muito estudioso e a leitura tornou-se um hábito.

Nos festejos de formatura do 5º ano, foi orador da turma. Um jornalista do Estado de São Paulo vislumbrou no pré-adolescente um futuro tribuno. EUZÉBIO ROCHA: ORAÇÃO AOS QUINTANISTAS (escolhido orador da turma) (1)

Aos 12 anos, minha avó o matriculou no Colégio Militar para fazer o exame de seleção; se ele passasse, estaria encaminhado. Para ela, viúva, seria um alívio. Euzébio tinha esse direito porque seu avô, José Lino da Rocha, havia combatido na Guerra do Paraguai. E o Colégio havia sido fundado, inicialmente, com objetivo de abrigar os órfãos dos combatentes da guerra. Depois, estendeu o benefício a todos os descendentes dos combatentes.

O Colégio Militar, para a formação do pré-adolescente, foi de relevante importância. (2) Euzébio evidenciava boas recordações: - “as discussões literárias, o hipismo, a esgrima, os colegas”. Em especial, as aulas de história do professor Isnard Dantas Barreto:

Devo-lhe os alicerces dos meus conhecimentos! Ensinou-me a pensar. Enxergar a história, para entender a realidade. Usar a dialética como instrumento de análise. Um mestre indispensável para os alunos, que tinham sede de conhecimento. Sua irreverência crítica a respeito das hierarquias e outros hábitos militares agradavam os alunos. Aliás, o que

lhe causou inúmeros problemas.

Os professores de matemática eram competentes. Com eles aprendi a verdadeira matemática, que não aceita “fórmulas prontas”. *Adquiri o raciocínio lógico e dinâmico, fundamental para a realização dos meus objetivos.*

O professor Isnard Dantas Barreto: não foi só Euzébio Rocha que o considerava o mestre dos mestres. Nelson Werneck Sodré, renomado historiador, referindo-se ao professor:

“[...]Ele retirava do museu, da nomenclatura enfadonha, da anedota singular, dos quadros apresentados como natureza morta. Dava-lhe movimento colorido, atração e, no fundo e, essencialmente razão, isto é aquilo que provém da análise. Nesse sentido era o único que cumpria a missão do magistério, que é ensinar a pensar. Suas aulas avançavam em assuntos como higiene sexual, reprodução em doenças venéreas[...]”. (ver cap. V. Anexo 4)

Há, também, terríveis recordações. O fascismo comandado por Felinto Müller e seus asseclas, os quais não pouparam, na Intentona, nem os alunos do Colégio Militar. Vários colegas foram interrogados. Tobias e Euzébio foram presos, num porão. Por dias, interrogados violentamente, tanto de dia como à noite. Ameaçados até de execução. Em outros momentos, foram delicadamente informados de que, se denunciassessem o professor Isnard Dantas Barreto de comunista etc., seriam perdoados.

Felinto Müller: o nazifascista, espião, torturador, assassino. Foi delegado especial de segurança pública do Rio, Chefe de Polícia de 1933 a 1942, quando milhares de pessoas foram presas, a maioria barbaramente espancada e torturada. Este carrasco comandou a prisão de Olga Benário, mulher de Luís Carlos Prestes, carregando no ventre uma brasileira. Conseguiu executar sua deportação para um campo de concentração nazista: “Bernburg”, na Alemanha. Onde foi

executada, numa câmara de gás. (Jornal Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 23 abr.1942)

Diante da firmeza dos adolescentes, os torturadores comunicaram que “iriam ser passados em armas”. Foram amarrados com as mãos para trás e os olhos vendados. Inúmeras vezes, instigados a denunciarem o professor Isnard. Inabaláveis, silenciavam. Euzébio relata:

Pensei o que faria: *se delatasse o meu professor, viveria sem dignidade, preferi morrer.*

A rajada de metralhadora foi disparada. Aliviado, constatei que estava vivo, foram tiros de festim. Mas logo percebi que meu colega, Tobias, não estava nada bem: – ouvia seus gritos e suas gargalhadas...

Por muito tempo, preocupado, busquei notícias e nada! Só depois, já expulso do Colégio Militar, consegui localizá-lo e fui visitá-lo. Fiquei arrasado e revoltado. Tobias não havia melhorado. *Sua honestidade e coragem foram além das suas condições emocionais.*

Euzébio, sempre que relatava esse fato, sua voz embargava e as lágrimas enchiam seus olhos. Afirmava: Tobias nunca mais foi o Tobias! Canalhas, ceifaram sua vida!.

Não podemos esquecer que tanto Euzébio como Tobias e os outros alunos expulsos não passavam dos 18 anos. Após o julgamento, as matrículas foram canceladas. O Colégio Militar negou qualquer comprovante aos alunos. Teriam de repetir o curso. Se conseguissem o comprovante, até o 5º ano, haveria possibilidade de prestarem um exame, embora poucos conseguissem aprovação. Euzébio foi aprovado.

A perseguição dos milicos reacionários não parou aí. Negaram-lhe a carteira de reservista, um direito conquistado, por ter cursado o Colégio Militar. Foi em busca do alistamento em vários locais militares e não conseguia. Logo era dispensado por intervenção do Exército.

A carteira de reservista só foi conseguida por intermédio de um

amigo do meu avô. Informado do que estava acontecendo, prometeu que, se Euzébio conseguisse trabalhar por um mês na “Ilha das Cobras” (lugar terrível), nos estaleiros navais, como aprendiz de mecânico, receberia a carteira de “Reservista do Ministério da Marinha”. O amigo cumpriu a promessa: Euzébio, finalmente, conseguiu a carteira de reservista que tanto precisava: (Carteira nº 377^a). (3).

Euzébio deixava claro o carinho que dedicava ao Colégio Militar e aos colegas, entre os quais Henrique Batista Miranda, Oficial da Marinha. Participou da campanha pelo monopólio estatal do petróleo. Por vários anos, vice-presidente da ABI (Associação Brasileira de Imprensa). Professor, vereador e um dos líderes da campanha em defesa da Amazônia; Kardeck Leme: participou da campanha pelo monopólio estatal do petróleo. Atuou e continua atuando em movimentos sociais, apesar dos seus 94 anos; Fortunato Câmara de Oliveira, considerado herói de guerra, participou da Esquadrilha da Fumaça. Foi enviado pela FAB (Força Aérea Brasileira) para atuar na 2^a Guerra Mundial. Na campanha para reeleição da chapa nacionalista – Generais Estilac Leal e Horta Barbosa- para o Clube Militar, foi preso arbitrariamente, com o intuito de afastá-lo do pleito. Segundo o historiador Nelson Werneck Sodré, foi criado no seio das Forças Armadas um clima de terror, para impedir a vitória da chapa nacionalista(1952).

Após a morte de Euzébio, solicitei ao Kardeck e ao Miranda informações sobre a atuação e expulsão do Colégio Militar. Infelizmente, o Major Fortunato havia falecido. Recebi do Kardeck uma extensa carta e um pequeno texto do Miranda. Os dois revelam com clareza sua opinião sobre o colega Euzébio Rocha. São conceitos criados, por seis anos de convivência, dia após dia nos bancos escolares: nas discussões na “literária”, no lazer etc. (4)

Estive no Colégio Militar, para me inteirar melhor sobre os fatos. Nunca imaginei que fosse tão fácil conseguir a documentação existente. Surpreendeu-me a gentileza do responsável pelo arquivo. Encontrei alguns documentos, entre eles um com os brasões do Ministério da Guerra - Colégio Militar, datado de 26.10.1936, endereçado ao Sr Capitão Ajudante I.T.G. – com as notas e os nomes dos alunos aprovados, entre os quais um ex- aluno, Euzébio Rocha, aprovado

com grau 10 (dez). (5)

Encontrei, também, o pedido de informação da mãe de Euzébio (6), Maria Carolina da Rocha, sobre o desligamento do seu filho, do Colégio Militar. Recebeu a resposta do Capitão Ajudante Orlando de Carvalho Freitas:

Ao Snr. Coronel Director, o Capitão Ajudante informa que o ex-aluno Euzébio da Rocha Filho, foi matriculado sob o nº 528 e frequentou este Collegio de 1929 à 8 de janeiro de 1936, quando foi desligado por processar ideias comunistas incompatíveis com a disciplina deste Collegio. Capital Federal, 25 de Setembro de 1936.(5)

Carta escrita por Euzébio (havia lido para mim), era uma folha de caderno.

Um dia eu era então menino e vi outros meninos que carpiam a rua. Eram magrinhos, franzinos e cobertos de andrajos. Sentados sobre os calcanhares arrancavam, sob o causticante verão carioca, as ervas daninhas que entre os paralelepípedos nasciam. Comiam os pobrezinhos em latas sujas, com suas mãos calejadas. O quadro era triste e pungente e eu tive pena deles. Pensei em vender minha bicicleta e o meu “cupper” e lhes oferecer alguma coisa. Pensei em ganhar a sorte grande e dar-lhes tudo. Tudo ficou em minha imaginação tinha aula à tarde e fui estudar. Minha vida transcorria normalmente, mas sempre eu me lembrava do triste quadro da minha infância. Pobres meninos! Cresci, estudei e entrei para o Colégio Militar. Meu exame foi brilhante, tendo sido aprovado com distinção e louvor. Meu grito de protesto eu dei solenemente na “Literária”, influenciando outros jovens. Mostrava-lhes os crimes da sociedade em que vivíamos – o levantar

dos trabalhadores e a sua humilhação. Denunciava a situação depressiva da nossa economia, totalmente escravizada à economia estrangeira.

Nosso futuro ficou igual ao de vocês – pobres meninos. Fomos expulsos, nossas matrículas canceladas, nossas existências perseguidas. Todos nos perseguem. Que importa fantoches! Qual a tradição de Nero, Pilatos, do homem que quis prender Castro Alves, o poeta da praça?! Quem são eles? Eles passam. A nossa ideia vence. O nosso coração se alegra e um dia não haverá mais trevas, o sol fecundo iluminará nossa pátria, sem amos e sem escravos. (Euzébio Rocha). Rio de Janeiro 15 de dezembro de 1936.

ANEXOS E NOTAS

1. Euzébio Rocha orador da turma. Jornal sem nome e data. (arquivo de Euzébio).



2. Euzébio Rocha com o uniforme do Colégio Militar



3. Carteira de reservista, antes negada pelo Colégio Militar, apesar de ter pleno direito.

- 10 -	- 11 -
Matricula do pessoal feita em 24 de Junho do Decreto n.º 24288 de 24 de Maio	de 1936 na forma do Art. 57 de 1934 N.º 877-A
Nome Euzébio Rocha	Reservista Naval 877-A
PILIAÇÃO	SIGNAES D. 528
Filho de Euzébio Martins da Rocha	Cabelos Castanhos
Nacionalidade Brasileira	Olhos Castanhos
Naturalidade do Brasil	Barba Curta
Idade 18 anos (20/11/1917)	Estatura 1m 63 1/2
Côr Branco	Estado Solteiro
Rosto Comprido	Residência Rio de Janeiro - 2173 - Vidua
Nariz Afundado	Profissão Aprendiz (Curso de Mecânica)
Assignatura do matriculado Euzébio Rocha	Signaes particulares Carteira de Identidade do M. M. N.º 7-5.605
Secretaria da Capitania do Porto do Rio de Janeiro	caso, em 24 de Agosto de 1936
Capitão do Porto	O Secretário
Assinatura	Assinatura

4. Cartas enviadas à autora por Henrique Miranda e Kardeck Leme

“Rio, 17.04.1996

Querida Sobrinha:

Há 59 anos o incansável combatente a favor da independência econômica do Brasil - Euzébio Rocha, aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro, alcançado pela “caça as bruxas” que se seguiu a derrota da aventura que ficou conhecida na nossa história como Intentona Comunista, foi expulso depois de preso e processado pelo Tribunal de Segurança.

Euzébio foi um exemplar aluno, querido e respeitado por professores, particularmente pelo de História, Isnard Dantas Barreto, e colegas.

Quando foi expulso já havia terminado o curso do colégio e aguardava sua transferência para a Escola Militar de Realengo.

Euzébio era um tribuno nato, incansável na defesa da independência econômica do Brasil.

Afetuoso abraço do tio Henrique Miranda”

“Querida Ayala / Rio, 20/07/96.

Passados 60 anos dos fatos sobre os quais você esta querendo informação, vou relatar o que ainda existe na minha memória e pesquisar com os amigos, sobreviventes da época, o que dela já se apagou”. A notícia do “Globo” em 23.04.36 e que foi reproduzida 50 anos depois, em 23.04.84, nos coloca na ponta do fio da de um ato de violência fascista, desencadeado no Brasil, depois da intentona de 1933.

Nesse dia eu já estava transferido para a Escola Militar de Realengo, cursando o 1º ano. Os setenta (informação fornecida pelo Euzébio antes de 37) alunos que constituíam o grupo por ele liderado, poucos foram expulsos. Minha relação se limitava a Euzébio que, cuidadosamente, não mencionava o nome dos demais. Fortuitamente, fiquei sabendo do nome de um Abrão e de Tobias. O primeiro por morar no meu bairro, aproximou-se de mim e o segundo de nada sei.

Fui matriculado no tradicional educandário Tomaz Coelho, vulgo Colégio Militar do Rio de Janeiro, no mesmo dia que o Euzébio, no ano de 1930. Ele chegou primeiro na fila da matrícula por isso recebeu o numero 528 e eu 584. Tranquilo, de comportamento equilibrado e maduro, desde os primeiros momentos marcou sua presença como quem sabe o que quer e não joga palavras fora. Vendendo saúde, a

pele bem vermelha, foi apelidado de “Camarão”. Seu comportamento dentro dos padrões colegiais, sempre foi exemplar. Sem arrogância e numa atitude de irmão mais velho, mais experimentado, se contrapunha as “maluquices” comuns dos seus discípulos, procurando mostrar-lhes que os grandes privilégios de que desfrutavam, os obrigava a um comportamento exemplar. Sua teoria ele diariamente transportava na sua prática.

Nesse contexto, um fato era marcante, a sua sistemática luta para que os colegas não frequentassem os miseráveis prostíbulos do mangue. No princípio, ridicularizado pelo cinismo machista dos futuros generais, mas depois, compreendido, respeitado pelos mais sensíveis. Levando os estudos de todas as matérias do currículo a sério, passou a ser muito admirado pelos melhores professores, particularmente pelo de História Universal, Coronel Isnard Dantas Barreto, também destruído pelo fascismo crioulo, administrado pelos Felintos Müller aprendizes eficientes conforme a história mostrou.

O Comandante do Colégio Militar, Marechal Esperidião Rosa, varão de Plutarco homem forjado na qualidade dos melhores militares brasileiros, da fornada de Benjamin Constant Rondon e Siqueira Campos, garantia um ambiente no qual os Euzébios podiam proliferar.

Um personagem da categoria humilde, mas que muito apreciava as qualidades do Euzébio era o inspetor Chefe Miranda Reis, responsável geral pela disciplina dos alunos. Amigo de minha família varias vezes me fez confidências a respeito. Foi nos inflamados debates na Sociedade Literária do Colégio Militar que Euzébio ficou conhecido e admirado por uns e discriminado por outros – naquela democrática tribuna já haviam se feito ouvir, em defesa dos maiores interesses do povo brasileiro e das questões decisivas da humanidade que já haviam provocado o morticínio da 1ª guerra mundial e, naqueles idos geravam a segunda. Ivan Ramos Ribeiro, Nelson Werneck Sodré e outros Não falo de “perseguidor” como você define, porque eram vários, poucos canhestros, marinheiros – de - primeira viagem. Depois os bandidos nas- fascistas matricularam os bandidinhos menores na sua escola e surgiram os mestres crédulos da covardia e da tortura. Na polícia política, que antecedeu o DOPS, o monstro

chamava-se Emílio Romano, que se benzia conscrito antes e depois das sessões de tortura [...]

[...] Euzébio Rocha foi ao Colégio Militar o condiscípulo exemplar que me conquistou para as ideias mais nobres em relação ao futuro da humanidade. Foi meu mestre de amor ao Brasil e confiança no nosso povo. Durante toda a minha vida procurei me manter digno de sua amizade, nascida num momento crucial de nossa juventude.

Um abraço do Kardec”

Jornal enviado tanto por Henrique Miranda como por Kardec-ck Lerme: Jornal *O Globo*. Rio de Janeiro. 23 abr.1986.

HÁ 50 ANOS



Getúlio propõe trégua.

O GLOBO noticiava em 23 de abril de 1936:

● O Governador de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, deverá avistar-se hoje com o Presidente Getúlio Vargas a fim de informar que os políticos do seu Estado nada têm a opor à trégua proposta pelo Governo em nome da salvaguarda e da segurança da pátria.

● O Prefeito Interino, Padre Olímpio de Melo, determinará hoje o fechamento das casas de jogos e "boliches" que não tiveram ainda suas licenças cassadas. Assim, apenas os três grandes cassinos permanecerão funcionando, pois cumprem os dispositivos expressos nas posturas governamentais.

● Expulsos do Colégio Militar diversos alunos que há dias tinham sido presos sob a acusação de propagarem ideologias extremistas dentro daquele estabelecimento de ensino.

● Morre aos 74 anos o antigo senador pelo Ceará, Francisco de Sá, que abrilhantou as tribunas da República Velha lado a lado com Rui Barbosa e Epitácio Pessoa.

● Desmentidos em Adis-Abeba os rumores de

5. Documento do Colégio Militar que revela a aprovação do aluno (ex aluno) Euzébio Rocha Filho nº 528 com grau 10 (dez).

MINISTERIO DA GUERRA

Rio de Janeiro



Collegio Militar

Em 26 de Outubro

1936

N.º

Do

Ao Sr. Cap. I.T.G.

Assumpto: Parte

Communico-vos que fôram approvados os
seguintes alumnos:

Gráo

Jorge Meira Lima - Alumno N.º 632 .. 4

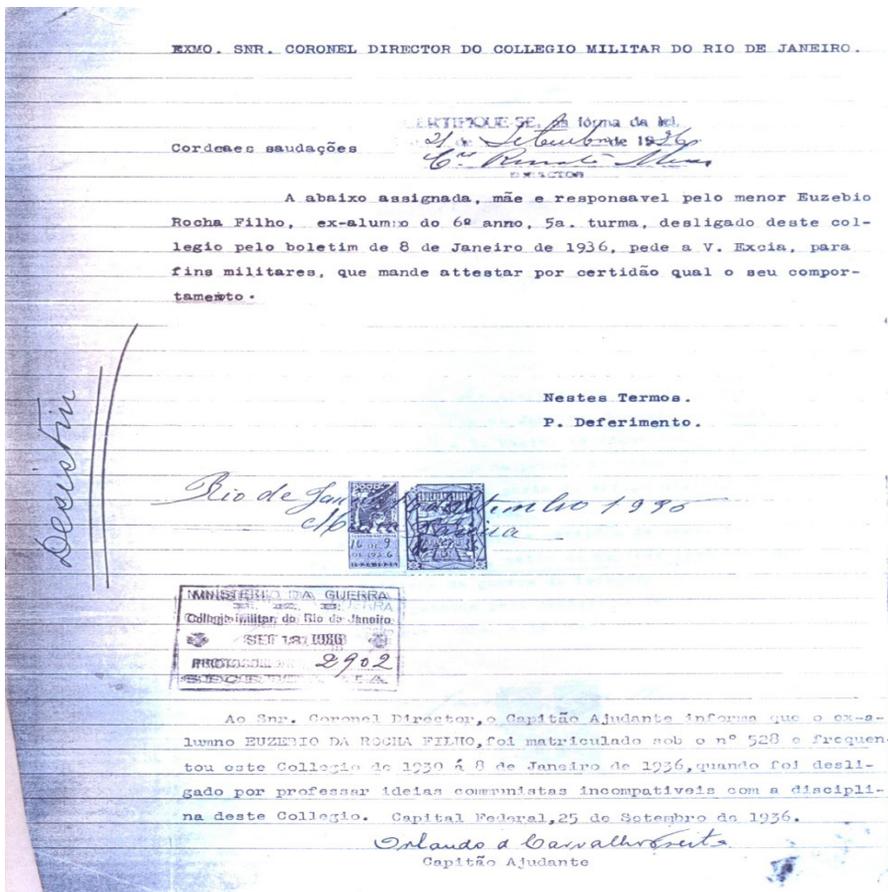
Pedro Wasconcellos - " " 617 .. 8

Silvio Siqueira Campos " " 817 .. 5

Euzébio Rocha Filho -Ex-alumno N.528 10

Reprovados: 2

6. Petição de autoria de minha avó, pedindo informações a respeito do desligamento do seu filho. A própria petição recebeu a resposta do Capitão Ajudante Orlando de Carvalho Freitas, sem qualquer explicação.



CAPITULO II

APROVADO EM CONCURSO, SEGUE PARA SÃO PAULO

Euzébio, com a documentação em ordem, cursou Matemática Superior na Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro. Prestou concurso público, para técnico em administração. Obteve excelente classificação e escolheu a Justiça do Trabalho, em São Paulo, cuja 1ª Junta e o Tribunal Regional estavam sendo inaugurados.

Casou-se com Arlette, que acabara de se formar em Enfermagem na “Anna Nery”. Primeira Escola de Enfermagem do Brasil (integrada à Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, criada pelo Decreto nº 16.300 de 31/12/1922). Como primeira aluna do curso, Arlette foi a “Dama da luz”. Recebeu como prêmio uma viagem para um curso nos EUA. Abdicou do prêmio para casar e foi para São Paulo, com Euzébio. Os dois eram muito jovens e enfrentaram sérias dificuldades. Não era nada fácil a vida e mais difícil ficou quando eu nasci. Mudaram-se do Hotel Avenida, no centro da cidade, para um bairro afastado. Consideraram mais saudável, o bairro, chamado “Casa Verde”, ficava bem longe do centro. Era deserto e não havia calçamento. A casa era modesta, mas o terreno era amplo e ensolarado.

Como Euzébio cursara Matemática Superior, resolveu prestar vestibular para Engenharia na USP (Universidade de São Paulo). Fez o vestibular e passou, mas, quando foi fazer a matrícula, a decepção: o curso exigia carga horária integral. Trabalhando na Delegacia

do Trabalho, já nesta época ele era Diretor, não poderia assistir às aulas pela manhã e à tarde. Teimoso como sempre, fez o possível para efetuar a matrícula: conversou com o Diretor-presidente, no sentido que tivesse frequência livre. Assistiria às aulas que pudesse e prestaria as provas e, se não alcançasse as notas exigidas, cancelaria a matrícula. Não conseguiu e acabou prestando outro vestibular para a Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Foi aprovado e cursou até o 3º ano. Depois, teve de se transferir para a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) quando foi eleito deputado federal.

Dando vazão à sua veia matemática e necessitando aumentar sua renda, foi dar aulas no “Liceu Ateneu”, no 1º e 2º ciclos. Ali, ensinou, também, Prática Jurídica e Comercial. O seu raciocínio matemático não admitia qualquer fórmula que não fosse deduzida. Mas, pelo que ouvi dizer, ele era admirado e querido pelos alunos.

Foi Membro da Banca Examinadora do Concurso do DASP e da Banca Examinadora para provimento das vagas de Oficial de Diligência (DASP).

Suas atividades diárias eram longas: da Delegacia do Trabalho, ia dar aulas de Matemática e depois, ia para a faculdade. Euzébio tomava uma condução e depois precisava andar a pé, uns quarenta minutos, para chegar em casa. Mamãe me contou que ele chegava sempre alegre e assoviando! E quem me confirmou foi o Dr. Ovídio Palumbo. Eram amigos de infância e se reencontraram em São Paulo. Apesar de serem ideologicamente opostos, se respeitavam. E, nas horas difíceis, um ajudava o outro. Foi no dia que Euzébio foi cremado, que o nosso querido médico relembrou o amigo e me confidenciou:

No início da nossa vida, em São Paulo, há um fato que Euzébio me impressionou. Nunca me esqueci. Arlette não estava passando bem e ele me pediu que fosse examiná-la. À noite, terminado o meu trabalho e o dele, tomamos o ônibus. Havia chovido e o chão estava um lamaçal. Ao chegarmos, impressionado, perguntei:

- Você faz esse trajeto todos os dias? Ele me respondeu:

-Você não imagina como essa caminhada me des-cansa. Pela manhã, ouço os pássaros cantarem e os raios de sol iluminar a natureza. À noite, o céu fica tão lindo enfeitado pelas estrelas. E, quando é lua cheia tudo fica em festa. É essa caminhada noturna que me dá fôlego para estudar, ler e escrever.

- E o barro, Euzébio?

- Eu nem vejo!

(Dr. Ovídio Palumbo. **Depoimento à autora.**31.03.1996)

Apesar das atividades diárias exaustivas, encontrava tempo para a política. Segundo o SNI (Serviço Nacional de Informações)/inf. Nº 3876, p.73, em 27.II.40 compareceu a um comício na cidade de Sorocaba “Em Defesa do PetróleoNa Delegacia do Trabalho, passou a ser estimado e admirado por muitos colegas pela sua competência, seriedade e solidariedade. Na campanha para deputado federal, na Constituinte de 1946, eles colaboraram decididamente para sua eleição.

Seus ideais nunca silenciaram apesar de trabalhar numa repartição pública e estar em pleno “Estado Novo”. Exercia o cargo de diretor da Secretaria da Justiça do Trabalho.

O Delegado do Trabalho logo aquilatou a capacidade do seu funcionário e passou para ele os encargos que competia aos superiores, inclusive fazer um discurso para saudar o Presidente Getúlio Vargas, que iria visitar àquela repartição pública. Evidentemente, Euzébio fazia sérias restrições a este governo. Não poderia saudá-lo e, se o fizesse, seria para falar o que pensava. Preocupou-se: não poderia perder o emprego, tinha mulher e filha para sustentar. Tentou se esquivar da incumbência. Nada convenceu o seu chefe. Teria que aceitar a missão.

Mais uma vez, a vida quis testar Euzébio e ele foi para casa pre-ocupadíssimo. O que fazer? Não poderia se calar. Por várias vezes, comentou sobre a angústia que enfrentou. E o emprego? Precisava tanto daquele salário!

Entretanto, não poderia renunciar às suas ideias. A covardia seria

pior. Foi preparar o discurso, com a empolgação do seu ideal. E começou a fazer suas anotações, pedindo a Deus que o inspirasse. Era a oportunidade de denunciar diretamente para o Chefe da Nação, Getúlio Vargas, o Estado Repressivo.

Não poderia ignorar o lado autoritário e arbitrário do “Estado Novo”, instalado em 1937. Nesse regime, foram abolidas as liberdades democráticas e criados mecanismos para o controle e censura à imprensa, ao teatro, ao cinema etc.

O DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, controlava com mão de ferro qualquer crítica ao sistema político, apelando para a prisão e as torturas em quem ousasse divergir. Precisava denunciar as prisões, as torturas, os assassinatos e o mal da censura, para a criação da consciência nacional, o desserviço do DIP. Não deixaria de aplaudir os aspectos positivos que eram muitos, como: as mudanças amplas e profundas, fazendo o Brasil, decididamente, transformar-se num Estado - Nação, dotado de identidade nacional, voltado para o desenvolvimento econômico que pressupunha o Estado como agente preponderante, senão o único. Outro aspecto positivo foi a intervenção, de forma abrangente, nas relações sociais, criando, por exemplo, o salário mínimo, férias remuneradas, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que deu expressão política ao sindicalismo. Finalmente, protegeu as riquezas nacionais das investidas do capital internacional, criou a Companhia Siderúrgica Nacional e o Conselho Nacional do Petróleo. Além disso, decretou o voto secreto e atendeu às reivindicações femininas, concedendo à mulher o direito a votar. Assim, ele apontou os grandes erros e os acertos. Passou a noite quase em claro. Só quando ficou satisfeito com seus apontamentos é que sossegou. O resto seria de improviso.

Foi um susto, para a maioria, quando Euzébio terminou o discurso. Percebeu o sorriso amarelo dos superiores, o silêncio de Getúlio e a admiração de poucos.

Aliviado, deu prosseguimento ao seu trabalho. Parecia que nada iria suceder. Tempos depois, foi convidado a comparecer ao Palácio do Catete. O Presidente queria conversar com ele. Tomou as providências possíveis e foi ao encontro, certo de que responderia a inquérito e, por fim, seria demitido. Surpreendeu-se, o Presidente estava

sorridente e, afetuosamente, o cumprimentou: “Jovem, tu és corajoso e estudioso. O teu discurso demonstrou conhecimento dos problemas nacionais e muita coragem. O Brasil precisa de jovens assim!”. Conversaram por algum tempo.

Entre os dois, foi criado um laço afetivo baseado em respeito mútuo. Principalmente, quando Getúlio caminhava para a democratização do Brasil, com a preparação de uma Assembleia Nacional Constituinte e, por sua orientação, foi criado, no Rio de Janeiro, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), em maio de 1945. O programa do partido se adequava à sua ideologia. Euzébio ficou confiante e, em seguida, com um grupo de companheiros, deu início à organização do PTB em São Paulo.

As divergências dos seus opositores agravaram-se, principalmente diante das manobras continuístas. Em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto por um grupo de generais que faziam parte do seu ministério. Voltou para sua fazenda, em São Borja (Rio Grande do Sul). O Presidente do Superior Tribunal Federal (STF), José Linhares, assumiu a Presidência da República. E a ideia da Assembleia Nacional Constituinte com Getúlio foi abandonada.

Assim que soube do golpe, Euzébio se lembrou dos estatutos e das assinaturas colhidas, para fundação do PTB, em São Paulo. Estavam na futura sede do partido. Foi imediatamente para lá. Não poderia deixar que essa documentação fosse destruída pelos golpistas. Escondeu tudo muito bem e, quando se preparava para sair, verificou que os policiais estavam prestes a invadir a sala. Sentou-se e ficou lendo o jornal.

Os policiais, como sempre, esbanjaram truculência e um deles, aos berros e usando palavras de baixo calão, ordenou que ele fosse tirar o retrato de Getúlio da parede. Calmamente retrucou:

“Não vou! E, para que tanto trabalho se vai ter de recolocá-lo em breve?”

Os policiais arrancaram o retrato, jogaram no chão. Reviraram a sala, mas nada encontraram de importante. Euzébio passou pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e depois foi levado para o Presídio Tiradentes, em 25 de outubro de 1945. As celas já estavam cheias e se encheram ainda mais. Segundo o dossiê da Polícia

Civil de São Paulo (Divisão de Informações/CPI/DOPS/SP): “Em uma relação de elementos queremistas detidos em 30.10.1945, para averiguações, figura o nome de Euzébio Rocha”. Arlette, minha mãe, sempre contava que, ao saber da prisão do marido, ficara muito preocupada e nervosa. Enquanto que eu, com os meus cinco anos, comemorava, espalhando arroz, que ela havia comprado, e batendo palmas: – “Meu pai tá preso! Meu Euzébio tá preso”!

Os encarcerados políticos, dessa vez, ficaram presos por pouco tempo. A eleição para a Assembleia Nacional Constituinte foi marcada para 02.12.1945. O PTB de São Paulo foi fundado. Euzébio foi indicado candidato para deputado federal. Sentada no chão com a cabeça no seu colo, muitas vezes, ouvi certas explicações, como esta:

“O Sr. Berto Conde me disse que havia colocado o meu nome na lista de candidatos a deputado federal, o que contestei com veemência, porque não me considerava em condições de assumir representação na Constituinte. Diante da minha reação, o Sr. Berto foi franco e explicou: - “Eu sei que você não tem condições de ser eleito, mas é professor e, é muito respeitado no seu trabalho. Com certeza irá ajudar a legenda do partido”. Diante de tal argumento, aceitei. Só que não aceitei apenas para contribuir com a legenda. Seria para valer!

Quando contei para Arlette, ela ficou incrédula e assustada. Disse: “- Você vive nas nuvens! Não tem dinheiro, sequer para fazer as cédulas. Como pode ser candidato?” Expliquei que teria ajuda do partido e que não desistiria, tivesse a dificuldade que tivesse. Apesar de não acreditar, Arlette se empenhou, ajudando o quanto pôde.

Naquela época, não havia a máquina de votar. Os privilégios praticamente inexistiam - não havia mordomia. O salário não estimulava os ambiciosos. O número de candidatos foi limitado. Era a primeira eleição após a ditadura de Vargas. Desenvolvi minha campanha, o melhor que podia, para vencer e venci! Lembrei-me de que, sendo diretor da Justiça do Trabalho, era eu quem redigia as reclamações verbais dos trabalhadores, nas causas contra os patrões. Vivendo dia e noite as jurisprudências do tribunal e conhecendo as orientações, eu dava uma redação às reclamações verbais, modéstia à parte, muito bem feitas, e elas era um trunfo. Então, constantemente os trabalhadores ganhavam

a questão. , proporcionalmente, um êxito muito grande nas aprovações. E quando isto acontecia, os trabalhadores, na sua simplicidade, chegavam até mim dizendo:

“ – Doutor, o senhor não leve a mal, mas eu trouxe essa lembrancinha aqui”.

E puxava umas notinhas para me dar. Eu dizia:

– Meu filho eu já ganho o suficiente para fazer isso. Não posso aceitar, porque se eu começasse a optar pelo dinheiro, os patrões pagariam muito mais. Compreendo que isto é um agradecimento que você quer fazer. Vamos tomar um cafezinho.

Lembrei-me que tinha o endereço de todo este pessoal. Resolvi mandar uma carta bem redigida, dizendo que gostaria de contar com a confiança deles e junto mandei a minha cédula. E, aconteceu o imprevisível. Nem eu calculava que poderia ser eleito. Fui um dos mais jovens deputados federais, com 28 anos, completados em 20 de novembro de 1945.

Fazia parte do diretório de São Paulo. Era contra o voto nulo, mas não confiava no Dutra (Eurico Gaspar Dutra). Acreditava que Dutra poderia ser pressionado e cobrado, diante das inúmeras promessas que fez.

Para fortalecer o partido, Getúlio saiu candidato ao Senado e à Câmara Federal, em 14 Estados da Federação. Sua aceitação foi comprovada diante da votação. Dos 603.500 votos obtidos pelo PTB, Getúlio obteve 318.000. Por isso, o partido obteve uma bancada de 22 deputados federais e, para o Senado, Getúlio foi eleito em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Como Marcondes Filho foi também, eleito em São Paulo, Getúlio assumiu a representação pelo Rio Grande do Sul. O PTB, apesar de ter sido recém-criado, tornou-se a 3ª bancada do Parlamento.

Fiquei como primeiro suplente, o que significava ser eleito, porque Vargas teria que renunciar ao cargo de deputado federal. A minha vitória, por um lado, revelava a astúcia do Getúlio que, ao ser candidato, carreou muitos votos para a legenda do partido. Outros pontos os quais não poderiam ser esquecidos: a garra dos colegas de trabalho, meus alunos, os trabalhadores para os quais enviei a cédula e a participação indireta do Sr. Berto Conde, o qual era o responsável pela seleção de

candidaturas do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), para a Constituinte de 1946. (Euzébio Rocha. Depoimento à autora). (1)

Os Deputados Constituintes tomaram posse no recinto do Palácio Tiradentes, na então Capital Federal do país, na cidade do Rio de Janeiro, em 31.01.1946. Euzébio assumiu seu primeiro mandato, levou a sério o compromisso assumido, com o povo e com a pátria.(1)

Não aceitava nada que pudesse beneficiar um grupo, por interesse particular. Por isso, apesar da sua pouca idade, passou a ser respeitado pelos colegas, jornalistas e até funcionários da Casa.

Assim que foi empossado, como deputado federal constituinte, Euzébio, entusiasmado, foi conversar com o escritor Monteiro Lobato, autor do livro *O Escândalo do Petróleo*, publicado em 1936, durante o primeiro mandato de Getúlio Vargas. O título foi proibido pela ditadura do Estado Novo, meses depois de seu lançamento. Lobato combatia os americanos e defendia o nosso petróleo. Entretanto, não defendia o monopólio estatal do petróleo. Reconhecido por muitos brasileiros como a personalidade que defendia o nosso petróleo, decepcionou o jovem deputado quando o aconselhou: **“Meu filho, você é tão jovem e tem uma carreira brilhante nesse país. Poderá ir muito longe. Entretanto, você não será nada, se começar a se meter com o petróleo. Deixe isso para lá!”** (2).

Decepcionado, Euzébio retrucou: - “É lamentável que um velho escritor pense assim. O importante é que a maioria dos brasileiros pense como eu”!

ANEXOS E NOTAS

(1) Euzébio Rocha assinando a Constituição. 31.01. 1946



(2) Monteiro Lobato. O Escândalo do Petróleo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Ficou famoso. Entretanto, Gondin da Fonseca desmistificou Lobato, em **Que Sabe Você Sobre Petróleo?** .(Páginas 208 e 209. Rio de Janeiro. Editora Livraria São José.1955) revelando a mensagem deixada por Monteiro Lobato aos jovens, pouco antes da sua morte e que foi enviada para Gondin:

“[...] A solução boa para o nosso caso é fazer aqui o que os Estados Unidos fizeram: dar plena e absoluta liberdade à **iniciativa particular** para criar a indústria do petróleo, da mesma forma que criou tudo mais nesse país. Plena liberdade para todo mundo procurar petróleo, abrir poços. [...] É a hipótese de entregarmos o petróleo a uma companhia estrangeira?

É uma **solução** ótima **para o mundo**, porque rapidamente será **mobilizado e comercializado o petróleo que dorme o sono de gigante em nosso imenso subsolo**. “Quer então dizer que das três soluções a pior é justamente a “nacionalista”?”

“Está claro! É a mais desastrosa. É o meio de levar o Brasil à mais estrondosa falência. Será o petróleo-Central do Brasil . Será o petróleo Lóide Brasileiro. Será o Petróleo – Déficit Perpétuo. Será petróleo que não queima. Será uma explosão de refinaria por mês, como já tivemos um desastre da Central por dia.[...] A Argentina criou os “Yacimientos Fiscales” instituição semi-oficial, mas deixou livre a exploração pelos particulares. Não houve

monopólio como o Conselho parece querer instituir aqui. E mesmo assim foi necessário mais de um milhão de contos. Onde o nosso governo vai buscar esse dinheiro? [...]

O Tempo provou, aliás como Euzébio dizia:” O tempo é o tribunal dos tribunais!” **E Lobato estava completamente equivocado.**

(3) Referências ao deputado Euzébio Rocha , feitas por jornais da época:

O JORNAL O GLOBO. RIO DE JANEIRO, 18 JUL.1946.

OBSERVAÇÕES ECONÔMICAS

“O deputado trabalhista Euzébio Rocha encaminhou, por intermédio da Mesa da Assembleia Nacional Constituinte, um pedido de informações de uma empresa de transporte coletivo da cidade de São Paulo”. Pela importância da matéria, que envolve interesses da população da segunda cidade do país, e pela precisão técnica do pedido de informações, o trabalho do constituinte paulista é digno de considerações e meditada leitura. Sem exagero pode-se afirmar inclusive, que Euzébio Rocha é um modelo em matéria de pedido de informações, sendo possivelmente o melhor fundamentado em quantos até o momento foram apresentados à Assembleia Constituinte.

[...] Prende-se a matéria à proposta organização de uma companhia municipal de transportes coletivos na cidade de São Paulo, entidade de economia mista que teria a seu cargo o monopólio dos transportes coletivos, mediante encampação dos atuais serviços de carris e ônibus. O capital é de 250 milhões de cruzeiros e os acionistas seriam, além do Estado, a Municipalidade da Capital e a Light.

Entre os pontos que parecem pouco claros ao deputado Paulista, figura da insuficiência do capital previsto para a empresa, pois dada a modalidade de incorporação do mesmo sem o acervo das atuais empresas permissionárias, restariam apenas em caixa 30 milhões de cruzeiros para a movimentação dos serviços inclusive para reequipamento e modernização da tração elétrica e modernização da tração automotriz. Ora, cálculos modestos indicam que tais encargos exigirão cerca de um bilhão de cruzeiros. Outro ponto pouco claro na proposta encaminhada ao Departamento Administrativo do Estado,

é a garantia de lucros de 8% a 12% para o capital investido, juros que parecem excessivos em se tratando de serviços públicos. [...] Além disso, se tais lucros forem mantidos, dado que o capital terá que ser elevado para permitir atender os encargos dos serviços, haverá que impor aos paulistanos tarifas elevadíssimas, sem o que a receita jamais permitirá atender esse dispositivo estatutário [...]

[...] Em outras palavras, a Light, além dos grandes lucros que terá com a venda de energia pela tarifa em questão, obterá um lucro mínimo de 8% pelos 60 milhões de cruzeiros representados pelo material de carris que vai entregar. O pedido de informações do Deputado Euzébio Rocha é um brado de alerta que precisa ser ouvido [...] O caso, porém é de evidente interesse nacional, pois representaria, caso viesse a ser efetivada a transação, perigoso precedente para as demais cidades do País

Jornal O Diário Trabalhista, São Paulo, 03 ago.1946.

Manchete: AFRONTA À ASSEMBLEIA - O DEPUTADO EUZÉBIO ROCHA DENÚNCIA A ATITUDE INSÓLIDA DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

“ [...] Como toda a Assembleia sabe, há dias formulei ao executivo paulista, em 21 itens informações sobre o problema de transportes em São Paulo e as bases em que se pretende criar a Companhia Municipal de Transporte Coletivo, na qual a Light consegue o bom negócio de vender seus bondes velhos e trilhos pela importância de sessenta milhões de cruzeiros. Sem comentário. Não vou examinar, como seria conveniente, a atitude do Senhor prefeito, porque não desejo colaborar no sentido que se desvie a atenção do povo, da questão dos transportes [...]”

[...] Merece particular atenção o discurso proferido pelo Sr. Euzébio Rocha que de início declarou ser de seu dever trazer ao conhecimento da Assembleia uma entrevista concedida a *Folha da Noite, São Paulo* 18 de Julho de 1946, pelo Sr. Abraão Ribeiro, prefeito de São Paulo, vazada nos seguintes termos:

“Não reconheço alguma autoridade na Assembleia Nacional Constituinte para interrogar o Conselho Administrativo de São Paulo, constituído de homens íntegros e capazes” [...]

Jornal O Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 08 set.1947.

O orador do expediente Sr. Euzébio Rocha estava aguardando que uma Voz de grande autoridade se erguesse em defesa de São Paulo e do Brasil, em meio da atual crise angustiante. Esperou muito tempo, ninguém falou. Então, julgando-se embora menos autorizado rompeu o silêncio:

“Senhor Presidente, eu bem conheço a gravidade do instante histórico que atravessamos”. Por isto mesmo, fruto de muita meditação e estudo decidi proclamar o meu modesto pensamento sobre a situação financeira e econômica do meu Estado, mostrando a angustia que São Paulo está vivendo em virtude da maneira perigosa com que se está dirigindo a política e o crédito no país.

Senhor Presidente, desde os tempos do império, São Paulo vem pleiteando do Governo Central apenas uma coisa: que exista uma relação de equilíbrio, entre o que dá e o que recebe. Não quer nada de ninguém; Não quer o sacrifício de quem quer que seja e está sempre disposto a cooperar com o seu trabalho, seu esforço, sua iniciativa, para o bem estar de todos. São Paulo tem orgulho de ser Brasil. E por isso pede que o considere Brasil.

Neste momento, estão funcionando três bombas aspirantes da riqueza paulista: a arrecadação Federal, os institutos e o Banco do Brasil. Agora, não podemos mais. Já nos tiraram tudo e nem ao menos querem que trabalhemos!

Esse é o ponto nevrálgico do momento em que vivemos. Não estamos nos queixando do preço. Se for necessário, pagaremos mais. Porém, **pedimos que nos deixem trabalhar. É só. Mais da metade da receita federal vem de São Paulo. Mais da metade da produção industrial vem de São Paulo. Mais da metade da produção agrícola vem de São Paulo. Mais da metade da exportação sai de São Paulo. Se essa metade não funcionar direito, o prejuízo é de todos.**

Andam por aqui, no Rio alguns clandestinos da vida econômica, afirmando que é necessário quebrar tudo. Um deles, o Sr. José Pires do Rio, tem contra São Paulo o recalque de ter sido tocado de lá porque, como prefeito, levou todo período de sua administração fazendo experiência de calçamentos e só deixou buracos na rua e um grande

alívio quando se foi. Seu descortino administrativo **revelou-se na venda dos navios do conde Pereira Carneiro, sua vítima indefesa e inconsciente, pouco antes da guerra, quando qualquer barco passou a ser uma preciosidade. E o Conde ficou com o sal em Mossoró pagando fretes altos aos donos dos seus navios.**

Seu nacionalismo se manifestou com o contrato “Farquinhar”: o ferro de Itabira e Vale do Rio Doce doado de presente aos estrangeiros. Sua evolução mental se definiu na reedição de um livro contra o carvão nacional, com uma introdução na qual declara que nada tinha a apresentar de novo. Vinte anos depois! Nada ocorreria de novo, em matéria de combustível nestes últimos 20 anos, para ele. Nem toma em consideração que estamos produzindo e consumindo um milhão e meio desse carvão que ele acha imprestável e que não é inferior ao da África do Sul, que nos chega em inglês.

A esse campeão de ódio contra a iniciativa e o trabalho dos paulistas podemos juntar o eterno representante dos interesses estrangeiros da Great Western, da Pernambuco Tram Ways e da Western Telegraph. O inefável Dr. Eugênio Gudín cujo cartaz de técnico se fez à custa de libras e dólares de matéria paga, de internacionais suspeitos, e cuja amizade e relações se constituem e se fortalecem nos bastidores da advocacia administrativa.” (Considerações Sobre a Situação Financeira de São Paulo. Discurso proferido na Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 07.07.1947 e publicado no *Jornal Correio da Manhã*, Rio 08 de agosto de 1947). Revisar > no cabeçalho a data é uma e aqui é outra, coloque a data certa, sugiro que coloque a data certa no cabeçalho da matéria

(4) Euzébio e outros companheiros sentiam falta de um jornal que informasse ao povo, assuntos de relevância importância com linguagem simples. E assim surgiu O *JORNAL DA SEMANA*. Com o seguinte *slogan*: **“do povo para o povo”**. Foi lançado em São Paulo, em fevereiro de 1950. Euzébio assumiu a direção e ficaram como relatores Léo Ribeiro de Moraes, Tito Lívio Fleury Martins e Hilho de Lacerda. Não encontrei nenhum exemplar do jornal. Circulou por meses, até que precisou ser fechado, por falta de verba.

CAPITULO III

A QUESTÃO ENERGÉTICA: A LIGHT / O AÇO

A questão energética constituiu uma das maiores preocupação de Euzébio Rocha. Explicava:

“De 1921 à 1925, o petróleo, como fonte energética, representava 26% das necessidades de consumo dos EUA; o carvão respondia por 69%, para o potencial energético americano. Em 1947, o petróleo e seus derivados, incluindo o gás natural e o gás liquefeito, atingiam 42,6%, baixando o carvão para 46%.

Para termos uma ideia da carência brasileira, basta lembrar que 75% da energia do Brasil eram gerados à base do combustível mais ante-econômico que existe: a lenha, em 1951. Como fonte de calor, a lenha é de fraco rendimento térmico, de manuseio incômodo e cada vez mais caro, pela sistemática destruição das florestas próximas aos centros de consumo.

Euzébio argumentava: Até 1930 o Brasil era considerado o país da sobremesa, porque a base da sua economia era exclusivamente cacau e café. No “Estado Novo”, comandado por Getúlio Vargas, houve a preocupação de dar ao Brasil condições para a industrialização. Se tivéssemos continuado na dependência total do aço importado, do petróleo importado, da eletricidade nas mãos da Light, não comandávamos a nossa economia. Éramos comandados. Parece uma posição de intransigência nacionalista, mas não é. Vou dar um exemplo: o então Presidente Figueiredo dirigiu-se à Volkswagen no momento que a balança de pagamentos estava desequilibrada, para pedir ao

diretor da Volkswagen que aumentasse as exportações de carros, para melhorar a balança. E, a Volkswagen explicou:

“mas isso eu não posso fazer Quem determina as cotas de exportação é a matriz”.

À medida que o comando econômico do país fica nas mãos de determinadas empresas estrangeiras, ele perde a opção de ser independente. A Revolução de 30 compreendeu esse fenômeno, e se esforçou para criar uma siderúrgica, a de “Volta Redonda”. Foi uma batalha difícil, pois a United States Steel fez de tudo para que ela não fosse criada. A referida companhia conseguiu que o Departamento de Estado Americano negasse atender ao acordo, firmado entre os Presidentes Getúlio e Roosevelt, argumentando ser impossível construir a siderúrgica, porque não havia possibilidade de interromper a indústria bélica, para ir construir no Brasil. O representante do Brasil, enviado para concluir o que havia sido combinado, avisou ao governo. Getúlio imediatamente solicitou que seu embaixador conversasse com o Presidente Roosevelt, lembrando-o de que a autorização para que o EUA construísse a base em Natal foi mediante a construção da siderúrgica. Se o EUA não pudesse construir, o Brasil também não serviria de base americana. Roosevelt, em quarenta e oito horas, considerou a construção da siderúrgica esforço de guerra.

Com Volta Redonda, São Paulo teve um crescimento industrial: pôde construir as máquinas de que necessitava, sem ficar “ao bel-prazer” das multinacionais. Era necessário avançar muito mais!

“A montagem das usinas elétricas obedeceu a uma evolução normal, como tem acontecido em todos os setores da atividade humana”. O desenvolvimento desta indústria criou como necessidade, em seguida, novas etapas: a interligação entre várias usinas para melhorar o aproveitamento dessa energia. Hoje, entretanto, o problema se põe da seguinte forma: usinas destinadas exclusivamente à produção da energia elétrica são obsoletas. É necessário, quando vamos resolver o problema pensar na regularização dos rios, na irrigação, na navegação etc. Em obras amplas e de aproveitamento integral. Aliás, esta é a solução dada pelo Presidente Roosevelt, nos EUA. Quando construiu

a Usina Boudier Dan, transformando o Vale do Tennessee em uma das mais prósperas Zonas dos Estados Unidos. A consequência imediata de ter passado o governo americano a explorar o setor de energia elétrica, construindo usinas que atendiam aos interesses econômicos de toda a região, foi o barateamento do preço da energia elétrica em 40%. Esta foi orientação, levada a efeito depois das conclusões do Senado americano de que as empresas de energia elétrica tinham lucros superiores a mil por cento (1,000 %).

A “Light” (o grupo Light Bond and Shere) quando examinei os balancetes, no país de origem (Canadá), constatei que os lucros eram imensos. O investimento da Light era mínimo, para poder obter o máximo de lucro. A energia gerada era muito aquém das necessidades energéticas do país. Aliás, quanto pressionada pela população, pelo Congresso, por causa do péssimo serviço (cortes de eletricidade, sucessivos racionamentos, o que trazia grandes prejuízos ao desenvolvimento do país e aos bolsos dos trabalhadores), a Light pediu que o governo brasileiro solicitasse ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, 90 milhões de dólares. Diante desta proposta, preparei um Projeto, para que esses 90 milhões de dólares fossem entregues ao governo brasileiro, já que este empréstimo era fornecido pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e as verbas seriam repassadas à Light, mediante recebimento de ações. Deste modo o governo brasileiro participaria da empresa, podendo fiscalizar e chegar aos custos de produção. Os recursos fornecidos pelo BIRD, não se revestiam dos aspectos comuns das operações semelhantes nos demais bancos estrangeiros porque o crédito a que o governo brasileiro tem o direito, resulta da contribuição anteriormente feita pelo Brasil, e pelo mesmo efetivada, no total de 105 milhões de dólares.

Na realidade, portanto, o que se está denominando endosso do governo é uma cessão de crédito obtido com os poucos recursos da economia nacional, em benefício de uma empresa estrangeira que com ele vai auferir lucros. O problema, pois, consiste em encontrar uma fórmula que permita enquadrar as conveniências da concessionária na estrutura indeformável do interesse nacional. Essa fórmula será satisfatória se a economia nacional auferir vantagens com o

emprego dos seus recursos financeiros. É o que visa este substitutivo, firmando medidas, pelas quais o governo participará dos resultados industriais do empréstimo, assegurando além disso, posição influente na administração da empresa, como grande acionista que passará a ser, pelo vulto de sua contribuição.

Pronunciamento de Euzébio na Câmara dos Deputados,¹⁴ de abril de 1950 sobre “*Energia: Fator de Progresso e Bem-estar Social*” (1)

Os jornalistas, após o meu discurso, cobraram o projeto de encampação da Light. Assim que foi redigido, entreguei à imprensa.

[...] O Projeto de lei, que será apresentado pelo deputado Euzébio Rocha ao Parlamento autoriza a intervenção nas companhias: “The Rio de Janeiro Tramway Light & Power Co”. Ltd, Brazilian Telephone Co, Brazilian Hydro Electric Co. Ltda., São Paulo Electric Co. Ltda. , The São Paulo Gás Co. Ltda. , The city of Santos Improvements Co. Ltda., Societé Anonyme de Gás do Rio de Janeiro , Cia Ferro Carril Jardim Botânico e suas associadas.(2).

Artigo 1º - Fica o governo Federal autorizado a intervir na The Rio de Janeiro Tranway Light & Power Co. Ltda.

Artigo 2º - Enquanto durar o regime de intervenção será assegurado as empresas a cima citadas e os seus procuradores, acesso aos arquivos, estatísticas e livros, permitindo-lhes tirar cópias ou estratos, assim como garantindo aos acionistas rendimentos iguais aos dividendos distribuídos no último quinquênio.

Artigo 3º - Para dar execução a essa Lei, será nomeada uma comissão de oito membros presidida por um interventor, e que desempenhará as funções de acordo com regulamentação necessária.

Artigo 4º - A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Com o Projeto pronto, fui conversar com Pio Borges, que era o Presidente do Conselho Nacional de Energia Elétrica (CNAEE). Pio me respondeu: “Eu penso como você, até já redigi um Projeto que vou mandar à Câmara”. Ótimo, então me escuso de apresentar o meu Projeto, o meu interesse é que seja aprovado. “Você mandando

há muito mais possibilidades”.

No meu pronunciamento na Câmara (14.04.1950) (2) sobre “Energia: Fator de Progresso e Bem-estar Social, demonstrando a importância de termos uma eletricidade abundante e barata: indispensável para desenvolvimento econômico do país. E, ao comentar o Projeto, que transformaria a “Light”, em companhia de economia mista, surpreendi-me ao verificar que o Projeto entregue pelo Coronel Pio Borges ao líder da maioria, deputado Acúrcio Torres, não havia sido entregue ao deputado Souza Costa, Presidente da Comissão de Finanças. Apesar das explicações do Deputado Acúrcio estou certo de que ele “extraviou” o Projeto. Conheço, de velha, data o Coronel Pio Borges, estou convicto do seu patriotismo e seriedade.

Se não bastasse esse absurdo, vamos a outro: a portaria baixada pelo Ministro da Agricultura sob o n. 187 fixava novas e onerosas tarifas de energia elétrica para São Paulo:

“Esta portaria é o atestado claro, insofismável da maneira como o Senhor Ministro age, com desconhecimento absoluto da matéria e o que é pior, violando a lei específica sobre o assunto e a Constituição do país”. Pela portaria do Ministro de Estado, **o governo confessa que vigorará essa majoração até que a determinação dos investimentos seja apontada. Quem tem conhecimento elementar de fixação de tarifa, quem conhece a tradição do nosso Direito, quem conhece o código de águas sabe que não é possível fixar qualquer tarifa sem conhecer o capital do investimento, elemento fundamental indispensável para estabelecer a tarifa. O capital de investimento é efetivamente o capital empregado pela companhia. Se o Senhor Ministro declara que não conhece esse capital de investimento, como permite a majoração dessas tarifas tendo ainda em vista que tal majoração só se justificaria se fosse constatado que os lucros, dessas companhias não eram compensadores.** Estou convencido de que se não conseguirmos criar no país o culto de respeito à lei, em que tanto os fortes como os fracos a ela se obriguem, teremos realmente estabelecido o império do **arbítrio, da violência dos fortes – violência que oprime, da violência que destrói.** “O que verificamos é este quadro: as empresas de energia elétrica conseguiram criar para a nação brasileira a convicção de que elas são

mais fortes do que a lei e que a lei não se executa quando se trata dessas empresas’.

Euzébio reconhecia a importância da eletricidade, em vários aspectos, até mesmo para recuperação do solo:

[...] “Ninguém ignora a exaustão dos solos, sobre tudo pela ausência de nitratos e fosfatos”. A obtenção, pois, de nitratos e fosfatos é indispensável a uma agricultura organizada. Sem estes produtos, as terras têm uma baixa produção. Os processos mais econômicos de sua obtenção são os que consistem na associação de azoto do ar ao potássio ou ao sódio por intermédio da síntese elétrica. Também os fosfatos são obtidos por processos elétricos. [...], poderiam ser aproveitadas, as “apatitas” existentes em grande quantidade em Ipanema, no Estado de São Paulo. Para termos uma ideia das vantagens desse processo, basta dizer que os melhores meios de obtenção dos fosfatos dão um aproveitamento de 1%, ao passo que o aproveitamento por processo elétrico é da ordem de 62%. Onde se esbarra a nossa iniciativa para conseguir tal processo - na falta de energia elétrica abundante e barata. Para conseguirmos uma tonelada de nitrato precisamos de 60.000 quilowatts e para se conseguir uma tonelada de fosfato, precisamos 30.000 quilowatts. Já não quero me referir a outros setores industriais como do alumínio e dos aços especiais. A nossa bauxita, por exemplo, sai do vale do Paraíba vai para os EUA e de lá volta sob a forma de alumínio. A principal consequência para o nosso padrão é o seguinte. Homens que trabalham nas minas, não precisam de nenhum preparo profissional especializado, são mal remunerados, porque essa atividade primária não comporta remuneração maior, ao passo que a indústria de alumínio exige mão de obra especializada, engenheiros, técnicos e um corpo de trabalhadores que são consequentemente possuidores de boa remuneração, uma massa, pois, com poder aquisitivo.

Estes fatos **bastariam para evidenciar a importância de se resolver o problema da energia elétrica, pensando um pouco no nosso povo e nos destinos da nossa pátria. A este respeito pode se dizer que as empresas de energia elétrica, como a Light, agem no país como entendem. Nossos órgãos técnicos não as fiscalizam: o governo só**

toma conhecimento delas para atender as suas desmedidas ambições e desejo de lucros inconcebíveis. Essa é a dolorosa verdade.

Não tem havido, de nossa parte um plano efetivo do nosso potencial hidráulico: muito ao contrário, tem havido uma permissão criminosa para que as empresas resolvam o assunto atendendo os seus desejos de lucro, a sua vontade imoderada de ganhar mais e mais, sem considerar o caráter de utilidade pública que deve orientar as concessionárias de serviço de energia elétrica.

A evidência desses fatos é incontestável, com o que foi demonstrada nas conclusões da **Comissão Parlamentar de Inquérito**, das quais fizeram parte vários dos Senhores Deputados. Os ilustres colegas tiveram oportunidades de apurar a procedência da carta do general Juarez Távora e verificar também, que de fato quando o governo tentou construir a Usina Salto, destinado a fornecer energia a Central do Brasil foi obstada pelas manobras ostensivas da Light junto aos Poderes Públicos. Foi uma comissão de parlamentares dos mais ilustres, que apurou esse fato: **apesar das conclusões dos trabalhos terem sido remetidos ao Executivo há meses, não temos notícia alguma de uma resposta ou de providências tomadas no sentido de tornar efetiva a legislação ou por em execução medidas sugeridas no tocante ao Código de Águas**".

A Comissão apurou o seguinte:

1º - Decreto-lei nº 5.664 não beneficiou o interesse público visto que concedeu à empresa vantagens desproporcionadas com os encargos solicitados para atender uma situação de emergência.

2º - Foi desviado um processo enviado pelo Presidente da República ao Conselho de Águas, que visava atenuar os inconvenientes do Decreto 5.664. "A Comissão reputa grave tal desvio, dadas as condições em que se verificou".

Diante dos fatos, detalhadamente denunciados, Euzébio Rocha decidiu apresentar o Projeto de encampação da Light, o qual desapropriava, por utilidade pública, os bens e direitos das empresas de exploração da indústria de energia elétrica em território nacional,

criando a Empresa Nacional de Eletricidade (ENE) e dando outras providências. Projeto nº 1.101 de 1959.(3)

No seu último pronunciamento realizado na Câmara dos Vereadores de São Paulo(23.11.1994) publicado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos/Assessoria Educação Popular .31.03.95 “Denúncia à Nação”; ele revelou, na página 31, a ineficiência da Light:

“[...] Basta fazermos um paralelo: a Light de 1889 até 1962(73 anos) instalou no país 5.800.000 KW de 1962 a 1987(25 anos), a Eletrobrás, criada no governo Jango Goulart, instalou 47.400.000KW.

Havia duas correntes a dos nacionalistas: a que defendia a participação do Estado no setor elétrico e os que defendiam a iniciativa privada estrangeira. **Essa tinha por princípio investir o mínimo e obter o máximo de lucro. Aliás, é o princípio universal das multinacionais.**

A energia elétrica é alguma coisa a mais do que uma necessidade. Ela é o verdadeiro sangue vital de uma nação industrial, sangue que deve correr abundantemente e sem interrupção, se quisermos conservar o bem estar e a energia da nação. É bem isto o que julgamos. A energia elétrica é de fato elemento imprescindível para o estabelecimento das indústrias básicas e para o enriquecimento do solo através de obras hidráulicas. Nestes últimos trinta anos, não vimos país algum projetar seu reerguimento sem planejar como base de sua estrutura econômica o desenvolvimento dos recursos elétricos, especialmente os hidroelétricos

[...] “A energia elétrica não deve ser monopólio”. Mas é preciso que o Estado participe para que ele possa controlar os custos para não deixar que os insumos comprometam o preço. Penso e discuto sempre que entre o “Estado Absorvente, que compromete o indivíduo, a liberdade e o Estado Apático, que ignora o indivíduo, há lugar para o Estado Ativo, que age supletivamente, como fator de economia e equilíbrio”.

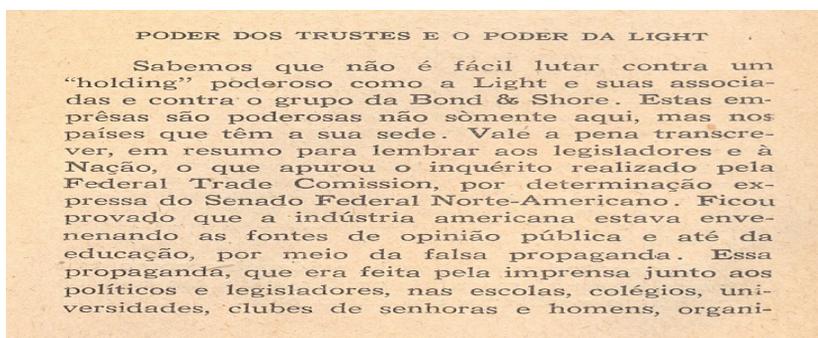
Em 1952, a UNE (União Nacional dos Estudantes) organizou a “Semana da Energia Elétrica” o que ajudou a “esquentar” o debate. Além disso, não só reuniu especialistas em Direito Eletricitário como, também técnicos. Foi definido um quadro sobre política energética, procurando estabelecer diretrizes. Deve o Estado participar do setor de energia elétrica? Fui convidado pelo Centro XI de Agosto para um debate com técnicos e advogado da Light [...]. Um debate inflamado.

Mas, conseguimos refutar, um por um, os argumentos dos defensores da Light, apesar da vasta documentação que trouxeram.

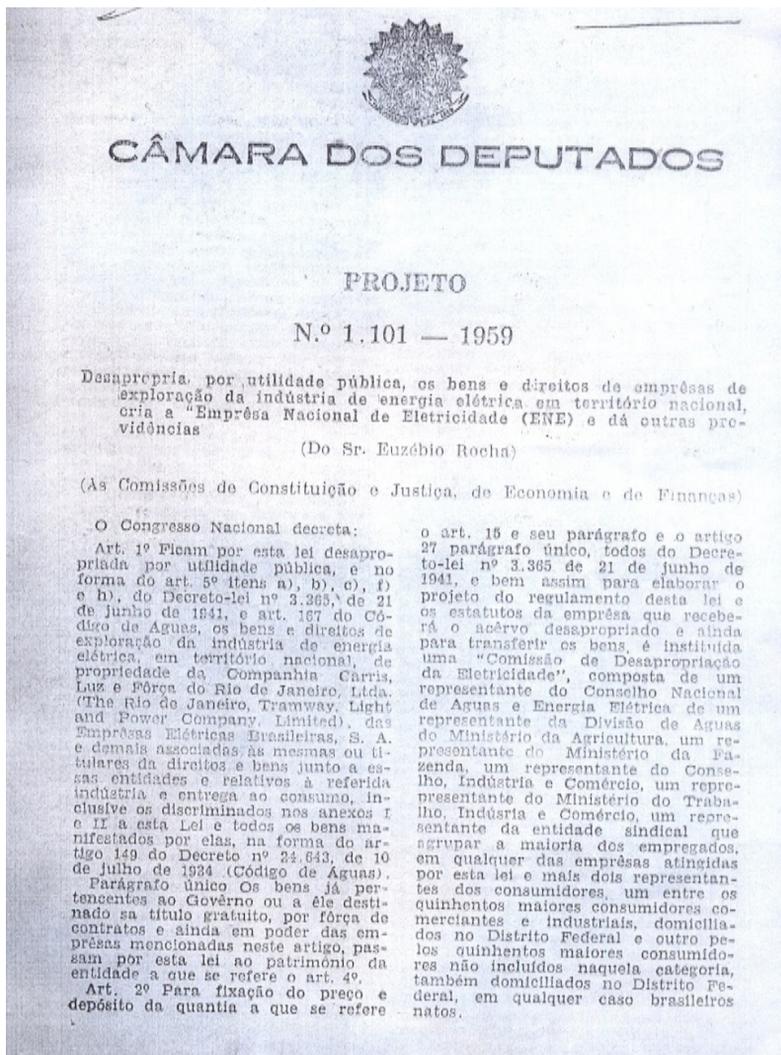
Euzébio continuaria sua batalha anos afora. Assim ele ainda bateria na mesma tecla em outro contexto.

ANEXOS E NOTAS

- 1) *Cadernos de Debates*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977, nº 4. .
Petróleo: Um Depoimento à Nação. *Jornal* sem nome. 14 de Dezembro de 1951/arquivo de Euzébio Rocha. Pela Nacionalização da Light e de outras empresas estrangeiras. Confesso que achei as notas confusas, esclarecer
- 2) *Revista do Serviço Público*, 14 ago.1954. **Artigo de Euzébio revelando o desserviço que a Light prestava ao Brasil.**



3) **Transcrição do projeto 1.101 – 1959.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional /Diário do Congresso, 1959, editado pela Câmara dos Deputados.



Jornal Última Hora. São Paulo, 19 set. 1953.



4) Vejamos como os órgãos repressivos se referiam a luta contra a Light :

“[...] A Comissão de Estudos e Defesa da Energia Elétrica em São Paulo. Em 24.12.49, distribuiu boletins em São Paulo. Anunciado uma conferência no Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo, em torno do tema “Energia Elétrica”.

Ainda em 49, o Partido Comunista organizou um movimento “pró-defesa do potencial hidroelétrico brasileiro.

Sabe-se que a “Casa do Sargento” havia se tornado ninho de comunistas, Euzébio Rocha, especialmente convidado, pronunciou ali uma conferência sobre o “Problema da Energia Elétrica no Brasil”. Desviou-se um pouco do tema, para atacar o capital americano.

Em 23.03.50 Euzébio Rocha foi conferencista nos salões da Associação Comercial de Marília, tendo discorrido sobre o tema “Energia Elétrica”.

Em setembro de 1952 esteve presente e foi o orador de uma conferência realizada na faculdade de Direito, sobre Energia Elétrica.

Rádio da Polícia Federal de 05.01.53 informa que também na Capital Federal se processa a mesma campanha comunista contra a Light, preparando terreno para sua encampação, cujo Projeto na Câmara dos Deputados, é de autoria do deputado Euzébio Rocha.

Em 19.09.53, por ocasião da sessão da Instalação da Liga de Defesa da Energia Elétrica, realizada no teatro Colombo, Euzébio Rocha

foi o primeiro orador, o qual falou da vitória do seu Projeto criando a “Petrobrás” e que futuramente seria criada a “Eletrobrás”, para substituir a Light. A essa reunião compareceu a maioria de elementos comunistas ativos” [...]

Obs. A atuação de Euzébio, defendendo o interesse nacional levou o poder econômico a tramar, para que não mais retornasse à Câmara dos Deputados. Driblou de certa forma, em parte. Em alguns pleitos eleitorais, ficou como suplente e, como tal, conseguiu tomar posse, mas por tempo limitado. Ficava ao bel prazer do dono do mandato. Aliás, o salário era integralmente entregue ao deputado federal dono da cadeira.

CAPÍTULO IV MINÉRIOS E ENERGIA NUCLEAR

EUZÉBIO ESTAVA CONVICTO DE QUE, ALÉM DA ENERGIA ELÉTRICA, eram necessários outros empreendimentos, para levar o país ao pleno desenvolvimento econômico. Tal foi à razão de sugerir soluções ligadas às áreas de energia nuclear, minérios e petróleo. Foi o primeiro parlamentar a apresentar um projeto, que se tornou lei, proibindo a exportação dos nossos minerais atômicos:

“[...] Denuncio à nação neste instante o mais grave atentado que se praticou contra a segurança da pátria e o bem-estar das gerações futuras - O **indiferentismo com que o poder público assiste a evasão dos nossos minérios radioativos, que se tornaram agora, fatores preponderantes da economia internacional no seu tríplice aspecto: científico, militar e industrial.** [...]”

Depoimento de Euzébio Rocha, vinte e três de agosto às 09:00 horas, no Plenário da Comissão de Comunicação. A convocação foi feita pelo Presidente da Comissão, Deputado Oswaldo Lima Filho. Euzébio reuniu tal soma de dados que o seu depoimento atingiu 128 páginas e durou das 09:00 às 21:30 horas. Quase todos os jornais destacaram esse depoimento. Anos mais tarde, foi publicado pela Ed. Brasiliense, de São Paulo, a 24 de agosto de 1977. Em que formato de revista

OS MINÉRIOS NÃO DÃO SEGUNDA SAFRA

A história da nossa economia é, fundamentalmente, a história do saque das nossas riquezas minerais. Na fase colonial, com a pobreza do nosso povo construímos o fausto da metrópole. No império nada fizemos para efetiva e racional exploração das nossas riquezas e na república continuamos insensatos. O maior roubo da nossa história foi a exploração brasileira do tório: exportamos em tório o equivalente em energia a 50% das reservas máximas de petróleo no mundo. Recebemos em pagamento o equivalente a 15 dias do nosso consumo de gasolina na cidade do Rio de Janeiro, em 1954, ou o que gastamos em importação de whisky e artigos de toucador no mesmo ano. Chegamos a trocar toneladas de areias monazíticas por trigo deteriorado.

O contrabando e os levantamentos secretos têm campeado no país. O honrado patriota General Riograndino Kruel, no seu depoimento no Senado, relatou o episódio de “Três Marias”, quando aeronave já de volta ao EUA dotada de sofisticado laboratório levava 3 mil quilos de minérios radioativos, ensacados em plástico. O piloto foi preso, mas conseguiu “fugir da prisão”. O avião pertencia a uma grande rede de contrabandistas americanos, proprietários de vários campos de pouso, laboratórios móveis sofisticados, aviões e barcos espalhados por toda Amazônia. O General denunciou também que as práticas de contrabando lesaram o país em 1 trilhão e quinhentos milhões de cruzeiros antigos. O General Riograndino Kruel passou a ser um dos homens mais atacados no Brasil. As forças antinacionais se mobilizaram contra ele.

A Comissão de controle dos aeroportos da região Amazônica - COMARA reconhecia, oficialmente, em 1967, a existência de pouco mais de quarenta aeroportos e campos de pouso. Entretanto, acreditava que existiam espalhados, pelo menos, dez vezes mais do que isso, sem qualquer controle.

Em 1967, se admitia que o contrabando equivalia a dois ou três orçamentos federais da época. Esse é o quadro de uma nação espoliada que, se não reagir, acabará tal qual o Gabão. Colônia das multinacionais. [...]

(Euzébio Rocha. Pronunciamento da Tribuna da Câmara. Boletim do Diário do Congresso. Rio de Janeiro/DF: Imprensa Nacional. 07

Em 03.05.1949, Euzébio Rocha apresentou o Projeto nº 258/ 49, transformado em Lei em 25.01.1952, criando a Comissão Nacional de Energia Atômica, regulando o controle do comércio, da exploração e do aproveitamento das terras raras e dos minérios radioativos, visando conter a exportação de areias monazíticas. Ricas, especialmente em tório, que estavam sendo levadas, sem qualquer controle – até como lastro de navios. Foi a primeira voz, no Parlamento brasileiro, a se levantar condenando as nossas autoridades.

Aprovada a CPI da Política Mineral Brasileira (2) – Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952. Euzébio Rocha foi convocado para depor na CPI.

[...] Desde logo me dominou a convicção de que eu deveria apontar e denunciar à Nação e aos dignos membros daquela Comissão, os fatos comprovadores da nossa desastrosa política mineral, realçando os seus efeitos prejudiciais a nossa economia [...] Pode se estabelecer o confronto e o contraste da exploração da matéria prima para o bem ou para o mal. Os EUA são exemplos da exploração visando exclusivamente o seu próprio desenvolvimento, utilizando não só as suas reservas, mas as disponibilidades de minérios de outras regiões. [...] O desastre do manganês esclarece o que não devemos fazer para o futuro. Em 1920, a United States Steel Corporation adquiriu do Brasil o morro da mina de manganês de Conselheiro Lafayete (Minas Gerais) por quatro MILHÕES DE DÓLARES. Toda a produção da MINA foi EXPORTADA, no período de 1920 até 1956, num total aproximado de sete milhões de toneladas, por 300 MILHÕES DE DÓLARES (o minério exportado foi do tipo oxidado/ da mais alta qualidade) O Parque Siderúrgico nacional, em consequência da exaustão de tão importante reserva estratégica, próxima a Volta Redonda, passou a importar minério do Gabão, controlado por cartel internacional.

[...] Os árabes viveram por 50 anos com os pés na riqueza e o ventre na miséria, porque entregaram a exploração das suas riquezas aos trustes. Nem só os árabes. A Venezuela viu seu petróleo se escoar pelos anos afora, sem que trouxesse ao seu povo melhores condições de vida.

[...] O ALINHAMENTO DOS PAÍSES DO TERCEIRO MUNDO, se agrupando segundo os seus interesses, quer na defesa de produtos primários ou manufaturados, parece ser a melhor ou única forma de resistir às pressões dos países desenvolvidos.

O Brasil, particularmente, deve criar um grande mercado interno, procurando substituir a exportação de produtos primários por manufaturados. É o caminho do desenvolvimento, da democracia e da liberdade [...].

Este texto é o da CPI/

Euzébio foi convidado, em 1977, para participar do “1º Euzébio Painele de Energia”, realizado na Câmara Legislativa de São Paulo. Por motivo dos relevantes serviços prestados à ciência brasileira, notadamente no campo da energia nuclear, o Deputado Euzébio Rocha recebeu, em 15.09.1962, expressiva homenagem dos cientistas brasileiros, o que atesta os excepcionais esforços na aprovação da Lei que regula a política atômica no país, de sua autoria.

Por essa luta incansável, sem transigir, trinta anos mais tarde, em 1991, foi homenageado novamente, desta feita, pelo Sindicato dos Engenheiros de São Paulo com um troféu e diploma: “PERSONAGEM DA ENERGIA DE 1992”!(5).

O professor Marcelo Damy de Souza Santos, como já foi mencionado, um dos mais renomados cientistas do Brasil em física nuclear, inventor do detector de submarinos, em discurso proferido na Câmara Federal e transcrito no Diário Oficial, assim se referiu a Euzébio Rocha. :

[...] Euzébio Rocha, velho companheiro de ideais e de luta pelo estabelecimento da Energia Nuclear. É autor do primeiro Projeto de criação da COMISSÃO DE ENERGIA ATÔMICA e de outros, proibindo a exportação de minérios nucleares. A sua ação patriótica e o trabalho de esclarecimento do Congresso Nacional, muito fica a dever-lhe o país na conquista da Lei nº 118 de 27.08.68.

ANEXOS E NOTAS

1) Pronunciamento da Tribuna da Câmara. **MINÉRIOS NÃO DÃO SEGUNDA SAFRA. Diário do Congresso.** Rio de Janeiro/ DF: Imprensa Nacional, 07 jul.1949.

Jornal O Correio Paulistano. São Paulo, 18 ago.1949. 1ª. página.

Começou no Brasil a batalha do urânio

Justificou-se, agora, a criação da Comissão de Energia Atômica — Esclarecendo pontos — Tomou posição diante do importante problema o deputado Artur Bernardes — Defendendo uma intensa riqueza do Brasil

Rio, 17. (Correio Paulistano) — O deputado Artur Bernardes, presidente da Comissão de Energia Atômica da Câmara dos Deputados, justificou hoje a criação desta comissão, afirmando que o Brasil possui uma intensa riqueza de urânio, que pode ser aproveitada para a produção de energia atômica.

Artur Bernardes afirmou que o Brasil possui uma intensa riqueza de urânio, que pode ser aproveitada para a produção de energia atômica. Ele afirmou que o Brasil possui uma intensa riqueza de urânio, que pode ser aproveitada para a produção de energia atômica.

PROJETO Nº 258, de 3 de maio de 1949, criando a Comissão Nacional de Energia Nuclear e controlando a exportação e a produção de urânio, além de outras providências.

2) **Diário de São Paulo.** São Paulo, set.1968 - pág. inteira.

Diários Associados

Fundador: ASSIS CHATEAUBRIAND

São Paulo — São Paulo

Setembro de 1968

Desenvolvimento e aspectos econômicos da energia nuclear

Prof. Euzébio Rocha



O prof. Euzébio Rocha tornou-se conhecido quando deputado federal, aliás por várias legislações, como autor do Projeto 10832, que fixou o monopólio estatal do petróleo e criou a PETROBRAS e do Projeto 2084, que regulou o comércio e o aproveitamento das terras raras e dos minérios radioativos; propôs a criação da COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA.

É paulista de nascimento, porém foi na Faculdade de Filosofia do Estado do Rio de Janeiro que cursou Matemática. É bacharel em Direito e advogado. Mais tarde fez o curso de especialização em «Teoria Geral do Estado» e Economia na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

A sua vida científica e luta política se refletem nitidamente nos trabalhos publicados, cuja atualidade é evidente, são assuntos de mais alto interesse nacional, e que nos alertam para a importância e o papel de um dos maiores especialistas no campo do aproveitamento específico da energia atômica.

Da série de monografias destacam-se particularmente as seguintes trabalhos: «Política Econômica do Petróleo», «A Verdade sobre Roberto», «Energia Elétrica — Fator de Progresso», «Política Nacional de Minérios» e «Fundamentos para a política nacional de energia nuclear».

Os diários Associados honram-se de poder apresentar neste Departamento o magistral trabalho do eminente professor, tratando dos aspectos econômicos do aproveitamento dessa nova fonte energética, que abrirá extensas possibilidades de desenvolvimento.

Prof. Euzébio Rocha.

Energia a serviço do homem

Apresentamos alguns aspectos desse tema fundamental para o futuro da civilização. A humanidade evoluiu em função da energia disponível e a civilização atual só poderá persistir se as fontes tradicionais de energia à disposição do homem forem aproveitadas mais funcionalmente. A análise do problema levou à concepção otimista da improbabilidade de esgotamento da energia à disposição do homem, no futuro. O homem vive, na realidade mergulhando num oceano de energia — a energia solar — que desaba sobre a superfície da terra em

quantidades infinitamente superiores àquelas que a moderna civilização precisa. A solução é captar de maneira econômica essa fabulosa corrente de energia — a fonte direta ou indireta de toda a energia utilizada pelo homem — captada e armazenada racionalmente tornando possível a sobrevivência da nossa civilização no futuro remoto, em que o petróleo, o carvão fossilizado, as águas da água (aproveitadas ao máximo), os mares e as fontes de energia atômica estiverem estotados.

3) Entrevista de Euzébio Rocha. *Revista Tempo de Mudar*. Porto Alegre: Editora Globo. 1977: “OS MINÉRIOS PODEM SER FONTE DE RIQUEZA OU DE MISÉRIA”. “OS MINÉRIOS NÃO DÃO SEGUNDA SAFRA”. “MINÉRIO DEBAIXO DA TERRA OU NA MÃO DAS MULTINACIONAIS NÃO TRAZ NENHUM BENEFÍCIO PARA O PAÍS E SEU POVO”. Arquivo de Euzébio Rocha.

4) Euzébio Rocha. Revisar o Acordo Nuclear Imperativo Nacional. Artigo escrito para a Revista “Brasil Hoje”. São Paulo /SP: Ed. Quilombo Ltda, out.1981, p. 1.

Convite para Euzébio Rocha, do deputado estadual Evandro Mesquita, Presidente da Comissão de Ciência, Cultura e Tecnologia da Assembleia Legislativa de São Paulo – para participar, na oportunidade, do “1º Painel Energético” – na qualidade de Expositor do tema “Acordo Nuclear Brasil-Alemanha”.

5) Diante da atuação de Euzébio, no Congresso Nacional e em outras áreas, em prol de uma legislação nuclear no Brasil, que desenvolvesse a energia nuclear e impedisse a exportação dos minerais atômicos, foi homenageado, em setembro de 1962, por entidades ligadas à energia nuclear. Recebeu uma placa com os seguintes dizeres: “Ao Euzébio Rocha, pioneiro das lutas pelo estabelecimento da legislação nuclear no Brasil, homenagem do corpo científico, técnico e administrativo da Comissão Nacional de Energia Nuclear, do Instituto de Energia Atômica, do

Instituto de Engenharia Nuclear”.

Agraciado pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo com o título – PERSONALIDADE DA ENERGIA 1991 (diploma e troféu).



Obs. O *Jornal da Semana* foi fundado em fevereiro de 1950, por um grupo de nacionalistas do partido trabalhista.

A LUTA PELO MONOPOLIO DO URANIO (5.ª pagina)	PROBLEMAS TATICOS DO MOMENTO Hilto de Lacerda (2.ª pagina)	O POVO, O EXERCITO E A SUCESSÃO (3.ª pagina)	"O PREÇO DA LIBERDADE É A ETERNA VIGILANCIA" Leo Ribeiro de Moraes (3.ª pagina)
--	---	--	--

O JORNAL (R\$ 1,00)

**DO POVO, PELO POVO,
PARA O POVO** *da Semana*

comício em defesa

ANO I - N. 6 - 4ª semana de março de 1950 - Diretor Responsável: EUZÉBIO DA ROCHA FILHO - Redator: LÉO RIBEIRO DE MORAIS - TITO LIVIO FLEURY MARTINS - HILTO DE LACERDA - Redação: RUA 24 DE MAIO, 208 - 11o ANDAR - FONE 4-8905 - SÃO PAULO

CAPITULO V

A LUTA PELO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO

A CAMPANHA EMPOLGOU DE TAL FORMA O PAÍS QUE, NO INICIO DE 1953, as seguintes Assembleias Legislativas haviam se manifestado a favor do “monopólio estatal do petróleo”: Alagoas, Espírito Santo, Bahia, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Sergipe, São Paulo, Santa Catarina, Pará e Paraíba. 1.500 Câmaras Municipais se integraram na luta pelo petróleo.

No Senado, não houve a polarização em dois blocos. Os nacionalistas defenderam o monopólio estatal do petróleo e a Maioria dos senadores era favorável à participação de grupos estrangeiros. Após longos debates, em 09 de julho, o Projeto da Petrobrás foi submetido à votação do plenário, sendo aprovado com 32 emendas.

Pela resolução nº 327 de 14 de julho foi criada uma Comissão Especial da Câmara encarregada de examinar e dar parecer sobre as emendas introduzidas pelo Senado, composta de dezessete membros. Essa Comissão teria prazo de dois meses e era composta dos seguintes parlamentares: Presidente Lúcio Bittencourt; relator Jaime Teixeira; Daniel Faraco; Lima Figueiredo; Bilac Pinto; Euzébio Rocha; Luis Garcia e outros.

Dentro do prazo estabelecido, em oito de setembro, a Comissão Especial apresentou seu parecer sobre as emendas do Senado ao Projeto da Petrobrás.

“A Câmara dos Deputados, numa esplêndida

manifestação de civismo repudiou a proposta governamental, para adotar a solução nacionalista, limitando aos brasileiros a participação da sociedade. Voltou, esse Projeto à Câmara, com as emendas que, em alguns pontos aprimoraram a proposição em essência, em outros a desfiguraram por completo. Fazendo-a voltar praticamente à forma primitiva, para permitir a presença de acionistas estrangeiros”. Esse é um relato de Euzébio?Fonte

O deputado Gustavo Capanema, hábil político, diante da eminente derrota do Projeto 1516 do governo, buscou entendimento com os nacionalistas. Em face das forças mais representativas da nação se manifestarem pelo monopólio estatal do petróleo, **recuou propondo um “Acordo Parlamentar” entre as forças mais representativas do parlamento: a “bancada nacionalista” e o “bloco do governo”. Foi realizada a fusão dos Projetos 1516 (governo) e 1595 (deputado Euzébio Rocha). Só após a fusão, o Projeto foi encaminhado para votação, em 16 de junho.** (I)

Na sessão do dia 18 de setembro de 1953, o Projeto da Petrobrás recebia sua redação final e no dia 21 seria aprovado em votação definitiva e remetido à sanção presidencial. Em 23 de setembro de 1953, todas as emendas do Senado que procuravam mutilar o Projeto da Câmara, foram rejeitadas. (I)

Euzébio recebe telegrama do General Horta Barbosa se congratulando com a vitória. (II)

Diante das perspectivas de vitória do “monopólio estatal do petróleo”, a imprensa corrupta tentava desmoralizar o Governo Vargas, para derrubá-lo. O Presidente, preocupado com as denúncias dos *Diários Associados*, contra *Ultima Hora*, o seu jornal de sustentação, solicitou ao deputado Euzébio Rocha, como líder do seu partido, que defendesse esse jornal. Euzébio aceitou a incumbência, desde que fosse estendida contra toda má imprensa (veja capítulo “Má Imprensa”).

Os grandes conglomerados internacionais do petróleo e o governo norte-americano não aceitaram a derrota, passaram a tramar

contra o governo de Vargas. Uma sórdida campanha foi articulada. Tal qual fizeram depois, com Jango, tentaram com Juscelino e Dilma. Essa campanha foi armada, sob os brados:

“O MAR DE LAMA DO GOVERNO VARGAS”

O jornal Última Hora tornara-se um baluarte das concepções nacionalistas, principalmente na campanha pelo “monopólio Estatal do Petróleo” e em defesa de Vargas. Segundo os especialistas da época, em pouco tempo, ganhou um número grande de leitores, podendo competir com os grandes jornais e até, de certa forma, superá-los. Dinâmico, bem diagramado e com máquinas modernas para a época, se transformara num obstáculo para os planos dos golpistas - um verdadeiro estorvo.

Diante das denúncias contra a Última Hora, foi criada a “Comissão Parlamentar de Inquérito” promovida pela UDN, muito mais preocupada em alijar do poder o Presidente Getúlio Vargas do que sanar o Brasil da má imprensa. Inicialmente, a CPI foi voltada apenas contra o *jornal Última Hora*. Foram as denúncias, tais como a de Euzébio e outros patriotas, que conseguiram incluir na CPI a imprensa comprometida, agrupando, portanto, outros jornais.

Euzébio Rocha afirmava (> relatou):

Getúlio estava certo de que só um golpe poria fim a essas maquinacões. Dispunha de força para agir, como fizera em outras oportunidades. Sou testemunha disso: fui ao Palácio do Catete transmitir o apoio massivo dos militares nacionalistas ao Presidente. Entretanto, Vargas foi categórico:

“Não! Não! Basta de golpes!” A explicação foi curta e incisiva: - “Sabemos como os golpes começam, mas, não sabemos nunca para aonde vão! Basta de golpes!”

Em silêncio nos despedimos. Saí preocupadíssimo. O que fazer? Vargas assinou a Lei 2004, que criava o MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO e a PETROBRÁS. Em solenidade com a presença de Ministros, Senadores e demais autoridades. (1),(12). Ele confidenciou ao Lourival Fontes que sabia da responsabilidade que assumira:

“Meu governo será, de agora em diante, vítima das intrigas e das

discórdias internacionais. Passará a ser o tiro ao alvo das conspirações alienígenas”.

A articulação para depor o Presidente continuou, manipulando a opinião pública, denegrindo a sua imagem, dos seus parentes, do seu partido, para levá-lo à RENÚNCIA e conseguiram. Entretanto, a sua queda foi o início da derrota imposta aos conspiradores.

Em 24 de agosto, o Presidente renuncia e atira no peito se matando. Entregou a VIDA e a “CARTA TESTAMENTO” para o povo. (13)

A reação dos brasileiros foi imediata. Revoltados, iam destruindo tudo o que pertencia aos golpistas: a redação dos jornais, as bancas que exibiam os golpistas, buscavam o Lacerda, o Chateaubriand, Roberto Marinho, etc. Os sabotadores, de caçadores passaram a ser caçados, pelo povo enfurecido. Escafederam-se! Os covardes se amoitaram silenciosos e bem escondidinhos. A genialidade do Presidente Getúlio infligiu aos traidores uma GRANDE DERROTA. Deu-lhes um nó, que demorou dez anos para ser “DESARROCHADO”.

A fala de Euzébio vem até este ponto ou o último parágrafo é seu? Se forseu, recorte e cole abaixo do quadro

Onde ele relatou isso? fonte

O corpo de Vargas, após ser homenageado, por milhões e milhões de brasileiros, desesperados e emocionados – vindos de todas as partes do Brasil, foi conduzido em carreta, acompanhado solenemente pelos Dragões da Independência e aplaudido por uma multidão. Embarcou no avião presidencial para sua terra natal, São Borja, no Rio Grande do Sul.

Euzébio relatava esse momento com muita emoção:

Fui até o avião cumprimentar “Alzirinha”, a filha do Dr. Getúlio e muito minha amiga. Foi um momento de emoção, nos abraçamos e ela me confidenciou: -

“Se não fosse a Petrobrás...”

“Entendo a sua dor, entretanto, a Petrobrás o tornará imortal!

Lembre-se:

“Passo da vida para a história...

Releia a carta!”

Entretanto, a conspiração continuou!
Euzébio continua a lembrar os acontecimentos:

Citarei um exemplo, é o suficiente para verificarem a voracidade desses conglomerados internacionais: logo em seguida, em 27 de agosto de 1954, 72 horas após o suicídio, o Wall Street Journal noticiava: “Funcionários americanos predizem que Café Filho pode eventualmente abrir a possibilidade de investimentos estrangeiros nas indústrias de petróleo e energia elétrica”. A ganância desses conglomerados não tem limites. Não esperaram nem a Missa de 7º dia da morte do Presidente. Em 08.09.54, o New York Times, depois de anunciar a chegada ao Rio de Janeiro de Henry Holland, Subsecretário do Estado de Assuntos Interamericanos, como providências das mais “oportunas”, sugeria: “O Brasil tem que corrigir as políticas verdadeiramente desastrosas do extinto Presidente Vargas quanto ao Comércio e ao Trabalho. A pedra de toque é o petróleo. Dificilmente poderia o novo governo de o Presidente Café Filho mudar abruptamente de política, num momento de fermentação nacionalista e tensão interna.

Ele publicou isto em algum lugar? fonte

Anos passados, Euzébio Rocha considerou de relevante importância esclarecer certos fatos: Escreveu para o seu amigo Osny. Precisava das suas informações, por escrito. O desembargador Osny Duarte Pereira: um nacionalista leal e corajoso - além de muito bem informado, tanto pelas minuciosas pesquisas como pelos cargos que ocupa. Entre eles, lecionava Ciência Política no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Rapidamente, a resposta chegou. Pela relevância do assunto, transcrevo parte dela:

“[...] Em fins de 1954, Eugênio Gudín levou a Café Filho uma oferta de empréstimo de 500 milhões de dólares apresentada pelo Fundo Monetário Internacional, desde que se abolisse o monopólio estatal do petróleo. Transpirando nos bastidores governamentais, surgiu um clamor no parlamento,

na imprensa nacionalista e em setores das Forças Armadas, o que obrigou o Governo a recuar, mas Eugênio Gudín atendeu parcialmente aos trustes, elevando os ágios para a compra de óleo cru e diminuindo para produtos derivados importados. A Shell e a Esso solicitaram à COFAP o aumento do preço por litro dos derivados. O General Pantaleon Pessoa, presidente do órgão, opôs-se dentro do critério geral do governo de cortar a inflação. No dia seguinte, o General e todos os integrantes da COFAP amanheceram demitidos e os preços dos derivados, com o aumento requerido. Um filho do General Juarez Távora ingressou nos quadros da Shell, e abundantes recursos foram canalizados para a campanha eleitoral, em pura perda, para eleição do mesmo Juarez à Presidência da República. [...] (14)

O fracasso do golpe contra VARGAS representou uma grande vitória para o país. **O CONTRAGOLPE** impediu a **DERROCA-DA DA PETROBRÁS** e outras conquistas. O espaço de tempo decorrido, entre a criação da Petrobrás e outro golpe entreguista, só foi ocorrer em 1964 (dez anos), deu condições para a nossa empresa crescer tornando-se a empresa símbolo do país e a décima do mundo. (1)

Com a proximidade das eleições, os ataques contra Euzébio Rocha se tornaram constantes e massivos. A rede de televisão e rádio do Chateaubriand, de intervalo em intervalo. O mesmo faziam os jornais, alertavam a população com *slogans*, bem preparados: “Não votem em Euzébio Rocha porque ele é comunista!”; “Cuidado, o agitador Euzébio Rocha recebe ouro de Moscou!” E muitos outros parecidos. (15)

Por outro lado, Rodrigo Barjas Filho, um médico de Araçatuba, interior de São Paulo; entusiasmou Euzébio com a sua combatividade, dedicação e comprometimento com a luta nacionalista. Ao longo do tempo, tornou-se um correligionário de extrema confiança. Na época das eleições, Euzébio continuava assoberbado com os

problemas nacionais, achou que o amigo poderia dirigir a sua campanha e, assim, ele não precisaria dedicar o seu tempo integral às eleições.

De repente, Rodrigo sai candidato a deputado federal. Usurpou o fichário, com todos os endereços e tudo que o interessava. Usando como pretexto a saúde de Euzébio, explicava: “Euzébio sofreu uma séria hemorragia estomacal, que por pouco não lhe roubou a vida. Ele precisa recuperar a saúde. Depois poderá ser candidato à prefeitura ou ocupar outro cargo. Era pobre e enriqueceu.” A fala de Barjas vai até aqui? Ele acusava Euzébio de ter enriquecido? Ou ele que enriqueceu? Veja a redação

Euzébio, além de tudo, contava com os poucos recursos. Precisava economizar em tudo. Por outro lado, havia, também, manifestações que o emocionavam: grupos de correligionários que se cotizavam para colaborar com a campanha e outras tantas manifestações de respeito e apreço – um exemplo é o do prof. Marcelo Damy que, pacientemente, aguardou sua vez para solicitar cédulas. Quando soube de quem se tratava, alarmado, o responsável pelo setor se desculpou como pôde. Calmamente, o cientista retrucou: “para votar em Euzébio, eu posso esperar.” Euzébio, quando soube, ficou envaidecido, se desculpou com o Prof. Marcelo Damy agradecendo.

O mais lamentável, para não dizer vergonhoso, foi à **constatação do desvio dos seus votos, para outro candidato**. O que foi confirmado pela Justiça Eleitoral. Entretanto, ficou por isso mesmo. E assim, os poderosos grupos conseguiram alijar o deputado Euzébio Rocha da Câmara. Jamais da luta! (15), (1). Ele voltou ao Parlamento, em várias legislaturas, como suplente. Com a mesma veemência, coragem e seriedade anterior.

Euzébio Rocha se viu de repente sem emprego, sem casa própria, sendo processado pelo apoio que deu à greve dos portuários das docas de Santos e com dois filhos pequenos. Mas, um grande amigo e admirador da sua luta, o Dr. Ciro (não sei o sobrenome), acho que foi delegado do IAPC, na época, conseguiu que ele fosse advogar, cobrando os devedores que recolhiam dos seus empregados a contribuição e não repassavam para o IAPC. Euzébio sabia que não teria qualquer vínculo empregatício - receberia uma porcentagem, das

causas ganhas. Por outro lado, se matriculou na Faculdade do Largo de São Francisco, para o curso de Pós-graduação em “Teoria Geral do Estado” e “Economia Política”.

Pouco depois, Jango, informado por algum companheiro da situação de Euzébio, lhe ofereceu o cargo de procurador do IAPB. O que foi aceito. Não era um cargo efetivo, mas, felizmente, abriu concurso logo. Ele foi aprovado em primeiro lugar. Em pouco tempo, estávamos em situação financeira mais folgada. Deputado, naquela época, não era o “marajá” de hoje.

Euzébio Rocha, mesmo nos momentos mais difíceis, não abriu mão do seu ideal. A sua luta fora da Câmara foi a mesma ou até maior. Encontrou outras tribunas: conferências ou pronunciamentos em faculdades, colégios, associações, sindicatos, rádios e televisões etc. Escreveu artigos em jornais e revistas. É autor de inúmeros livros, sempre em defesa dos interesses nacionais. (1) Foi convidado para depor em várias Comissões Parlamentares de inquérito, a CPI da “Política Mineral Brasileira” (Câmara Federal) e na Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia (Assembleia Legislativa de SP). Além disso, passou a dar aulas em três faculdades (São Carlos, São José dos Campos e São Carlos do Pinhal). Estava convicto da importância de transmitir seus conhecimentos e seu ideal aos jovens, porque sabia que a LUTA TERIA QUE CONTINUAR, DIANTE DA TRAIÇÃO NACIONAL E DO PODER ECONÔMICO INTERNACIONAL.

O jornalista Hélio Duque, em sua coluna no *Jornal Estado do Paraná*, assim se referiu à visita de Euzébio à cidade: “Em Curitiba, um apóstolo do desenvolvimento brasileiro”. (16) Euzébio Rocha teve razão quando da comemoração da vitória conquistada com a assinatura da Lei 2004. Antes de qualquer discurso, alertou a nação: “A Luta tem que continuar! O truste do petróleo continuará a tramar contra a Petrobrás”.

Em 1959 e 1960, os trustes foram desenterrar o **Acordo de Roboré:**

[...] indignado, denunciei da Tribuna da Câmara:

“[...] Qual há de ser a posição do Governo, da Câmara, das forças responsáveis pela condução dos negócios públicos, senão a de

neutralizar as consequências desastrosas dessa conspiração em marcha contra a Petrobrás que se chama “Notas Reversais de Roboré”? Desejo ao tratar de tão relevante assunto, afirmar que tais “Notas” não amparam, não protegem, não criam condições de desenvolvimento para o país. Ao contrário, só prejudicam a Bolívia e o Brasil, em benefício dos trustes e das empresas privadas. Esta é a razão em nome da solidariedade continental que nos une à Bolívia e da defesa dos mais legítimos interesses do povo brasileiro, tudo faremos para anular as “Notas Reversais de Roboré”. O Brasil já teve oportunidade, várias vezes, de provar esta solidariedade, inclusive defendendo a integridade territorial daquela Nação. Nossa preocupação, em tornar tais entendimentos sem efeito, decorre da certeza de que sua vigência se transformará num foco de desentendimentos.

[...] Mesmo eminentes juristas como o Hildebrando Accioly, dos mais liberais da competência do executivo, assim se manifestou: “O princípio geral que deve predominar no assunto é o da competência privativa dos órgãos constitucionais”. Se a matéria que versa o tratado é da competência exclusiva do Poder Legislativo, está claro que o dito Acordo não será válido sem a aprovação Legislativa; depende de aprovação e deve ser submetido à ratificação.

[...] O Brasil não está, pois, obrigado por nenhuma daquelas cláusulas, nem precisam as populações fronteiriças obedecer-lhes. Sem o referendun do Congresso, as “Notas Reversais” não passam de ENTABOLAMENTO DE CONVERSACÕES. Nem seria admissível se despíssemos o Congresso de prerrogativa fundamental. Consentir em tal prática seria abrir brechas para o desprestígio do Poder Popular, que pouco a pouco, silenciando ante a absorção do Executivo, acabaria por inoperante, inativo, omissão, merecendo o repúdio do próprio povo.

Quando foi esse discurso, data

Outra coisa: esse texto era um texto ou discurso corrido ou você fez alguns cortes sinalizando com os [...]?

O texto em verde abaixo é de Euzébio? Ou seu? Ou de Euzébio no 1º parágrafo e os outros são seus? Fonte > preciso saber para enquadrar ou não

“[...] Em 1969, um novo ataque: por **todos os meios, até os**

ilegais, reduziram os recursos destinados à empresa. Assim o Decreto 432, de janeiro de 1969, reduziu substancialmente os recursos destinados à empresa para aquisição de embarcações nos estaleiros nacionais. Como se não bastassem tais medidas, a redução dos investimentos e diminuição dos recursos, pois a Petrobrás poderia resistir, eis que em 25 de abril de 1969, no mesmo ano, é baixado Decreto N° 555, reduzindo de 12,5% a quota da Petrobrás na arrecadação de imposto único sobre o combustível, para 12%. Dentro do diabólico plano de dificultar a obtenção de meios para empresa, sobreleva a Resolução baixada em 13/03.1975 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico, por ordem presidencial, proibindo a Petrobrás de captar recursos na bolsa, no momento em que as ações da empresa foram títulos de maior rentabilidade, 420%. Se tal política não foi ditada pelos trustes internacionais, quem sabe, por coincidência realizou seus objetivos. (1)

Por ser tão absurda, não prevalece a justificativa de que se trata de aplicação de demorado retorno. O petróleo é atividade autofinanciável. Para o campo de Marlin entrar em operação seria necessário US\$ 1,8 bilhão. Com a produção estimada de 200, mil b/d o investimento será recuperado em um ano, considerando o preço de US\$ 30,00 o barril.

Nova traição. Nos fins de setembro de 1975, o líder do Senado e o líder da Câmara, o Ministro de Minas e Energia faziam pronunciamentos categóricos, afirmando que os “contratos de risco” teriam sido excluídos como proposta do governo tendo sido categórico na sua palestra na Universidade do Rio de Janeiro. Redação esquisita > categóricos e categórico, quem foi categórico na Universidade?

Em 09.10.1975, usando a surpresa como estratégia, o Presidente Geisel anuncia os “Contratos de Risco”, revogando autoritariamente a Constituição Federal e a Lei 2004 de outubro de 1953. Negavam os “contratos de risco” e eles foram adotados, mas não trouxeram depois de sete anos nenhuma província (significa para os petroleiros o local aonde é encontrado petróleo) importantíssima para a produção de petróleo. (17)

Euzébio continua a sua cruzada:

Os nossos ilustres mestres do direito pátrio são unânimes, em considerar os Contratos de Risco inconstitucionais e ilegais, Reforçando o nosso ponto de vista.

O prof. Hely Lopes Meireles bem conceitua o exercício do monopólio no seu livro, *Direito Administrativo Brasileiro*, ao esclarecer:

“[...] Monopólio é a exclusividade de domínio, exploração e utilização de determinado bem, serviço ou atividade. Característica do monopólio é a privatividade de alguma atividade para alguém. Monopólio estatal é a reserva para o Poder Público de determinado setor do domínio econômico [...]”

[...] Aliás, anteriormente, o Congresso, em 1953, os rejeitou considerando inconstitucional a emenda apresentada, que permitia ao governo contratar ouvindo o Conselho Nacional do Petróleo, por intermédio da Petrobrás, empresas de reconhecida idoneidade técnica e financeira, para trabalho de pesquisa, perfuração e extração, mediante pagamento em dinheiro ou espécie, com garantia de participação nos produtos de exploração, de modo a assegurar compensação nos riscos. A emenda foi rejeitada em função do parecer do deputado Lúcio Bitencourt, que considerou que ela anulava o monopólio estatal do petróleo, e tornando-se uma chave fácil para que se burlem os mandamentos do assunto. Mais uma ignomínia contra a Petrobrás.

[...] Digo que ratificou a revogação dos referidos diplomas porque, de fato, eles foram revogados pelo Presidente Geisel em nove de outubro de 1975. Era o começo da transferência do comando petrolífero às multinacionais. Se não houver uma reação nacional e nacionalista, é de se esperar pelo pior, porque os trustes são insaciáveis e incontentáveis. Em vez de termos o monopólio da Petrobrás, passaremos a ter o monopólio das multinacionais que concedem à empresa brasileira o direito, por enquanto, de continuar explorando as regiões em que já se instalou. É o que determina expressamente o item 1º do tex.

Vejamos o mais vergonhoso telegrama de que tenho notícia, na história do petróleo no Brasil. Passado pelo Ministro Cals à Petrobrás:

“Conforme nossos entendimentos telefônicos retransmitidos o teor do meu despacho ontem com o Exmo. Presidente da República a respeito adaptação devem ser feitas nos modelos contratos de risco estão sendo celebrados pela PETROBRÁS PT Informo-lhe que Senhor Presidente aprovou referidas modificações PT PARA ALCANÇAR MAIOR COOPERAÇÃO da INICIATIVA PRIVADA na PROSPECÇÃO de petróleo, propomos as seguintes modificações nas CLAUSULAS atuais de CONTRATOS DE RISCO:

- Delimitar a área atual de prospecção que a Petrobrás está realizando, com RECURSOS PRÓPRIOS e ABRIR AS DEMAIS ÁREAS para a iniciativa PRIVADA. Foi recomendado à Petrobrás PROGRAMAR para o ano de 1980, 1 MILHÃO DE METROS, como meta a ATINGIR;

- OFERECER às empresas PRIVADAS a possibilidade de ter ACESSO ÀS BACIAS INTEIRAS, INCLUSIVE PROPORCIONANDO-LHES TODA a INFORMAÇÃO GEOLÓGICA NECESSÁRIA, sobre a área TOTAL DAS BACIAS, PARA QUE POSSAM SER ESCOLHIDOS os Blocos que INTERESSAM a cada empresa;

- PARTICIPAÇÃO da empresa contratante, na base de PRODUÇÃO, como é de praxe internacional naturalmente, a Petrobrás exercerá adequada fiscalização. Decisão conjunta sobre o nível comercial da reserva descoberta pela pesquisa objeto do Contrato de Risco;

- Garantia do reembolso e /ou remuneração, em moeda estrangeira, com registro do contrato no Banco Central do Brasi;

- Admitir que parte da REMUNERAÇÃO fosse feita em PETRÓLEO, ressalvados os interesses nacionais em caso de crise.

- Estimular a participação da pequena e média empresa nacional, que poderia, sob a forma de consórcio, ser contratada, até mesmo pela Petrobrás [...]

Dê uma conferida nesse texto, deve ter a assinatura de César Cals
> fonte

“O que está acontecendo no Brasil é o MAIOR ESCÂNDALO da nossa história”. Não fica só no telex acima a capacidade de entregar. (18)

A ignomínia é ainda é maior. Em julho de 1981, abriu-se pré

qualificação para trinta e três companhias estrangeiras, na sexta licitação. Do total, 20 são americanas e as outras treze, empresas igualmente estrangeiras, sediadas em outros países.

A sexta licitação abrange uma área de dois milhões de quilômetros quadrados – ou seja, quase a metade da área sedimentar brasileira. A Petrobrás crescendo no ritmo atual terá, forçosamente, a sua evolução detida, porque o governo não quer que se desenvolva e as multinacionais não deixam. Até quando? [...] Ceder Petróleo é ceder soberania. Quem controla o petróleo, comanda a economia do país.

Esse discurso abaixo, em azul, faz parte do discurso de Euzébio ou é seu relato? Preciso saber para manter ou não dentro do quadro

A Nação não se calou. Foram muitas as manifestações contrárias a este escândalo, em todo o país. Por exemplo: a Associação dos Engenheiros da Petrobrás Conselho de Representantes da Coordenação Nacional de Geólogos – Contra os “contratos de risco” e a favor do monopólio estatal do petróleo, que deve ser exercido integralmente pela Petrobrás; [...] a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo Moção nº237 – Autor Deputado Robson Marinho: Moção. Contra os “Contratos de Risco” e pelo “Monopólio Estatal do Petróleo”. Foi aprovada em sessão do diário. 10.1975, quando já se havia pronunciado pelo “contrato de risco” o Presidente Geisel. A decisão da Assembleia foi da maior importância;

“O Centro XI de Agosto - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo repele os contratos de “risco”. Sem subversão, sem radicalização, mas também sem subserviência, o Centro XI de Agosto toma a histórica decisão de combater os contratos de risco, esperando que hoje, como no passado, em defesa da Democracia e dos ideais nacionalistas, contra todas as forças de usurpação do poder, a Nação nos ouça e a vitória garanta um Brasil livre e independente, fiel às suas tradições de liberdade e respeito à sua Constituição e aos direitos humanos:

Brasileiros Despertem Para Uma Nova Luta!

Discordar é nosso direito impostergável.

Mário Renato de Miranda (pres. Do Centro “XI de Agosto”)

Esse trecho abaixo, em verde é continuação do discurso ou é outro texto>mesma coisa: relato? Preciso saber para manter ou não dentro do quadro

[...] A ideia de que as multinacionais conseguem encontrar petróleo facilmente é falsa. A tecnologia não faz milagres. A Exxon levou 50 anos para achar petróleo na Austrália. Desde 1958, em Gana, as multinacionais operam e até agora nada extraíram. [...] Enquanto isso, com tecnologia própria, a Petrobrás, num setor praticamente novo para os técnicos brasileiros na época, fizeram com que os primeiros campos submarinos com águas profundas, descobertos entre 1968 e 1969, levassem cinco anos para entrar em produção comercial.

Preços defasados, ou melhor, sabotagem: de janeiro de 1980 a fevereiro de 1983, a Petrobrás acumulou um prejuízo de 25 bilhões de dólares com a venda dos seus produtos, que tiveram uma perda mensal de 29% em relação à inflação, de acordo com os dados da AEPT (Associação dos Engenheiros da Petrobrás). E a traição continuou: inimagináveis e imensuráveis atentados contra a nossa empresa-símbolo estavam sendo arquitetados, pelas multinacionais de petróleo e seus lobistas.

Euzébio, preocupado, irritado, continuou, sem descanso, a denunciar os sabotadores e tentar a retomada, com outros patriotas da campanha d' O petróleo é nosso"! Diante de um governo considerado nacionalista, não titubeou e resolveu escrever uma carta aberta, ao presidente Itamar Franco. (19) As multinacionais passaram a contar com apoio irrestrito do seu Ministro da Fazenda, FHC. Aliás, ele foi eleito com compromisso de privatizar a Petrobrás.

Os governos anteriores, eu os denuncio. Tentam, sistematicamente, arruinar a Petrobrás. Obrigam a empresa a vender seus produtos por preços inferiores aos custos de produção. Ministérios, autarquias e repartições se recusam a pagar seus débitos, que já vêm operando com prejuízo por culpa da indiferença e conivência dos governos passados, insensíveis ao acúmulo de um déficit de caixa de U\$ 100 milhões, por mês.

É inadmissível que governos que deveriam zelar pelo patrimônio público da eficiente empresa de grande prestígio internacional, compactuaram com a prática inaceitável da economia e atentatória aos interesses nacionais. Enquanto os EUA redobram a vigilância contra a

penetração japonesa, por intermédio do seu “Trade Act”; enquanto, na França, o povo, em consulta plebiscitária, promete resguardar a indústria francesa, enquanto que a Dinamarca...”, nós aqui, por intermédio da ação insensata, insidiosa e avassaladora das forças antinacionais, ameaçamos frontalmente a Petrobrás, a nossa principal empresa, viga mestra do desenvolvimento nacional, empresa - símbolo do desenvolvimento econômico. Uma conquista do povo brasileiro.

A opção de produzir petróleo ou importá-lo - o que é melhor para o Brasil? Todos esses anos, com a crise do petróleo e a guerra do Golfo, o Brasil continuou abastecido com os melhores preços internacionais, gerando empregos, economizando divisas. Em caso de guerra ou de nova crise, esmagada a Petrobrás, estaríamos vulneráveis e escravizados à dependência externa.

A Petrobrás importa, atualmente, o barril de petróleo levando em conta os gastos com fretes e seguros, por US\$20,1. Na planilha de custo, da empresa, esse barril é contabilizado por apenas US\$ 13,69. Assim, para quem não sabe, o petróleo nacional custa US\$ 15,00 o barril, contra mais de US\$ 20 do importado. Significa que, em cada barril de petróleo importado, a Petrobrás perde US\$ 6,41. É valiosa e decisiva a contribuição da Petrobrás para o barateamento dos custos de produção e, conseqüentemente, um fator desinflacionário. Caso se tratasse de uma empresa privada, nacional ou estrangeira, sem dúvida, o princípio seria a “maximização dos lucros,” de conseqüência desastrosa para o país. Altamente esclarecedoras são as afirmações do presidente da Shell do Brasil, Senhor Robert Broughton, Jornal Folha de São Paulo, 02 de março de 1992:

“Deverá haver alinhamento dos preços aos preços internacionais. Se eu fosse acionista da Petrobrás, eu entraria na justiça. Ela compra petróleo por US\$ 19 e vende a US\$ 14. Existe aí “uma loucura”. E, ainda querem arruinar a Petrobrás! Torna-se imperioso corrigirmos os prejuízos no limite que sejam suportáveis pela empresa. Do contrário mata-se a galinha dos ovos de ouro. Jornal Noticias do Brasil. sem data. Pg. 10 e 11. São Paulo.

Dois problemas: 1º) até onde vai a fala de Robert Broughton? 2º não entendi a referência do Jornal no fim da citação, não tem numeração da

nota de referênciae não háanas notas essa referênciã

“[...] Quando a empresa iniciou as atividades em 1954, era caótica a situação, com apenas 30 geólogos e 100 engenheiros. Hoje, a empresa conta com 700 geólogos e seis mil engenheiros trabalhando na indústria petrolífera. Nossas reservas se elevam hoje a oito bilhões de barris de petróleo, superiores às do Canadá, da Shell e da Esso, as maiores empresas do mundo. A Petrobrás conta com um patrimônio de 160 bilhões de dólares. Temos petróleo e muito. Falta a decisão política para investir.” (1)

[...] O jornal Notícias do Brasil revelou bem o desserviço dessa política equivocada ou comprometida com os interesses internacionais. É de relevante importância conhecer as ignomínias praticadas, nos subterrâneos da traição, quase sempre não noticiadas pela nossa imprensa. São seríssimas as denúncias reveladas e provadas por Fernando Siqueira, ex-presidente da AEPT (???). Esse trecho em azul é seu? Então, se for, não tem que ter {...]no começo

Aliás, como dizia Euzébio Rocha: “Fernando tem a competência, a coragem, a seriedade e a combatividade que me faz acreditar e admirar essa nova geração de patriotas”.

Vejamos as denúncias:

1993 - Como ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso fez um corte de 52% no orçamento da Petrobrás previsto para o ano de 1994, sem nenhuma fundamentação ou justificativa técnica. Ele teria inviabilizado a empresa se não tivesse estourado o escândalo do orçamento, envolvendo vários parlamentares apelidados de “anões do orçamento”, no Congresso Nacional, assunto que desviou a atenção do país, fazendo com que se esquecessem da Petrobrás. Todavia, isto causou um atraso de cerca de seis meses na programação da empresa, que teve de mobilizar as suas melhores equipes para rever e repriorizar os Projetos integrantes daquele orçamento;

1994 - ainda como Ministro da Fazenda, com a ajuda do diretor do Departamento Nacional dos Combustíveis, manipulou a estrutura de preços dos derivados do petróleo, de forma que, nos 6 últimos meses que antecederam o Plano Real, a Petrobrás teve aumentos

mensais na sua parcela dos combustíveis em valores **8% abaixo da inflação**. Por outro lado, o cartel internacional das distribuidoras de derivados teve aumentos de **32% acima da inflação**, nas suas parcelas. Isto significou uma transferência anual, permanente, de cerca de US\$ 3 bilhões do faturamento da Petrobrás para o cartel dessas distribuidoras. A forma de fazer isto foi através dos 2 aumentos mensais que eram concedidos aos derivados, pelo fato de a Petrobrás comprar o petróleo em dólares, no exterior, e vender no mercado em moeda nacional. Havia uma inflação alta e uma desvalorização diária da nossa moeda. Os dois aumentos repunham parte das perdas que a Petrobrás sofria devido a essa desvalorização.

Mais incrível: a Petrobrás vendia os derivados para o cartel e este, além de pagá-la só 30 a 50 dias depois, ainda aplicava esses valores e o valor dos tributos retidos, para posterior repasse ao Tesouro. no mercado financeiro, obtendo daí vultosos ganhos financeiros, em face da inflação galopante, então presente.

Quando o plano Real começou a ser implantado com o objetivo de acabar com a inflação, o cartel reivindicou uma parcela maior nos aumentos porque iria perder aquele duplo e absurdo lucro.

1995 - Em fevereiro, já como Presidente, FHC proibiu a ida de funcionários de estatais ao Congresso Nacional, para prestar informações aos parlamentares e ajudá-los a exercer seus mandatos com respaldo de informações CORRETAS e TÉCNICAS. Assim, os parlamentares ficaram reféns das manipulações da imprensa comprometida. As informações dadas aos parlamentares no governo de Itamar Franco, como dito acima, tinham impedido a revisão com um claro viés neoliberal da Constituição Federal. n revisão de que? Não está clara a frase

A 2ª frase abaixo não deveria vir aqui, como referência das denúncias da AEPT? A frase está solta aí abaixo

Era o caminho para quebrar o monopólio estatal do petróleo.(17)
Pronunciamento da AEPT.(20) essa é a frase solta

Deixe um espaço entre o parágrafo anterior e o seguinte, para dar destaque ao final do texto

Três meses antes do seu falecimento, Euzébio foi homenageado com a medalha “ANCHIETA”. Já debilitado, pronunciou seu

derradeiro discurso veemente e incisivo. Foi editado, com prefácio do grande patriota Barbosa Lima Sobrinho. (1). Preocupado e revoltado, diante das medidas tomadas pelo governo de traição nacional, no dia anterior a sua morte, se levantou do leito, se apoiando no neto Vanderley Caixe Filho, escreveu sua derradeira mensagem. Alertou os brasileiros contra as manobras realizadas pelos vendilhões da pátria:

**“O NEOLIBERALISMO É O SUPERADO PASSADO
TORNANDO-SE UMA IGNOMÍNIA PRESENTE. É A TENTA-
TATIVA SUPREMA DE CONFUNDIR A NAÇÃO. A PÁTRIA
VENCERÁ INAPELAVELMENTE.”**

ANEXOS E NOTAS:

Obras de Euzébio Rocha:

Brasil país Ameaçado e o Acordo de Garantias. São Paulo: Ed. Fulgor. 1965.

Petróleo: Do Monopólio à Entrega. São Paulo: Ed. Quilombo. 1982 (Coleção Cadernos do Povo).

Petrobrás Esse Patrimônio é Nosso. São Paulo: RG Editores Associados, 1991. Apoio do Sindicato dos Escritores do Estado de São Paulo; Debate Nacional. Coordenadores: Luis Toledo Machado e Esdras Magalhães Filho. Debatedores, entre outros: Euzébio Rocha. Edições INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Apoio Cultural SEESP- Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo

“[...] As companhias Petrolíferas sentenciavam não haver petróleo no Brasil. Em março de 1936, o Ministro da Agricultura, Odilon Braga, no documento: “Bases para o Inquérito Sobre Petróleo”, afirmou: -”Neste momento o que mais inquieta os círculos financeiros é o da superprodução de petróleo”. Donde se conclui que, para as elites controladoras internacionais (basicamente a Standard Oil e Royal Dutch Shell) não interessava jorrar petróleo no Brasil, bastava delimitar as áreas em que isso poderia ocorrer e, eventualmente, tomar posse dos terrenos mais promissores, como reservas resguardadas de quaisquer pesquisas indesejáveis.” Faltou indicar página da obra

Petrobrás Apesar das Pressões - A Luta Pelo Petróleo. São Paulo. Ed. Própria. 1994.

A Luta pelo Petróleo. São Paulo: Produção Independente, 1994.
Essas duas acima são duas obras diferentes ou a mesma?

“[...] Em dezembro de 1933 a Diretoria Geral da Produção Mineral contratava o geólogo Victor Oppenheim, recém-chegado ao país. Vinha como especialista que havia trabalhado na Argentina na Standard Oil, em seguida, na Yacimientos Petrolíferos. Assumiu a posição de Diretor de Geologia, dispondo, portanto em primeira mão, de todas as informações do subsolo nacional, revelado pela Geologia. Em 1934 publicou seu controverso trabalho [...]. Em que negou a existência de petróleo no Brasil Meridional [...]. Colocaram-se contra as conclusões do autor os Geólogos Gonzaga de Campos, Euzébio de Oliveira e Moraes do Rego. Manuel Bastos, considerado um autodidata em geologia, foi quem primeiro começou a pesquisar petróleo em Lobato. Constatou que os moradores daquelas vizinhanças, no lugar chamado Cabrito, usavam uma pasta oleosa, para acenderem as lamparinas. Abriu uma cisterna de quatro metros de profundidade e a protegeu com madeira. A 3 metros de profundidade começou a minar petróleo. Convidou o Presidente da Bolsa de Mercadorias,

Petróleo foi sempre a maior preocupação de Euzébio Rocha e sempre nos alertava: “o **monopólio estatal do petróleo**”, **conquistado pelos patriotas, depois de prolongadas e aguerridas batalhas, não é garantia eterna.** “Será uma constante luta, porque os grandes consórcios internacionais do petróleo, não desistirão de desfrutar dessa riqueza”. E continuava: “*petróleo é a fonte de energia mais importante, de mais baixo custo, e de uso extremamente diversificado*”. **Petróleo movimenta o mundo. De todas as atividades econômicas, a indústria de petróleo é a que oferece vasta ramificação. É essencial à economia dos países e a economia mundial. Provoca o maior confronto na política internacional (1).**

E, continuava as atividades múltiplas deste combustível líquido, do qual nenhum povo pode prescindir, o coloca como força decisiva de desenvolvimento e de destaque na política internacional. **Possuir petróleo é a forma** mais eficiente, decisiva e rápida para atingir

progresso, criando condição de bem estar para o povo. **Um país que controla as atividades petrolíferas poderá ser poderoso e rico; sem petróleo, será necessariamente dependente e pobre. O Petróleo decide do desenvolvimento na paz e da vitória na guerra.**

E. continuava:

[...] A história dos cinquenta primeiros anos do petróleo (1859 – 1909) é marcada pelo domínio americano, dirigido por John D. Rockefeller por meio da Standard Oil Company. Assim que prenunciava a Primeira Guerra Mundial, a Standard Oil New Jersey, a Móbil Oil, a Gulf Oil, a Texaco, a Social, a B.P. e a Shell, as “sete majors”, que irão mais tarde constituir o cartel, já dominavam o mercado de petróleo. O seu imenso poder se revela: **depondo governos, eliminando lideranças nacionais, não se detendo diante de qualquer obstáculo que possa comprometer o seu poder hegemônico.** Tal afirmação encontra fundamento em dois históricos pronunciamentos: O primeiro, do Presidente Wilson definiu a posição do governo norte-americano em relação aos direitos e propriedades dos seus nacionais, no estrangeiro, nos seguintes termos: “Nosso governo mantém nossos direitos e deveres em relação aos nossos cidadãos e às suas propriedades, onde quer que se encontrem. A pessoa e a propriedade de um cidadão formam parte do domínio da nação, mesmo no estrangeiro”. O segundo, do senhor Charles Rayner, Conselheiro do Departamento de Estado, depondo no Senado norte-americano, em virtude da Resolução nº 36, afirmou: “A finalidade do meu depoimento é a de apresentar numa forma compacta a análise dos interesses petrolíferos americanos nos países estrangeiros e a história da proteção diplomática dispensada a esses interesses desde a Primeira Guerra Mundial” (1).

As “sete majors”, amparadas por tal poder, impuseram os seus interesses pela força e pela violência, até mesmo contra países livres e independentes. No México sangue e desespero. A conquista do petróleo nesse país apresentou episódios cruentos, lances dramáticos e intervenção armada. Na Venezuela, não foi diferente: submissão e miséria.

[..] As grandes nações repousam o seu poderio no funcionamento regular das indústrias fundamentais, transformando assim, o

abastecimento de petróleo e de matéria prima em geral, em problema de vida e de morte contra o qual não há peias, normas de conduta, código de ética ou leis restritivas, capazes de ações eficientes. Confirmam nossas assertivas as declarações, sem rebuços de Henry Kissinger:

Os países industrializados não poderão viver da maneira que existiram até hoje, se não tiverem a disposição os recursos naturais não renováveis no planeta a um preço próximo do custo de extração e transporte, sem perda da relação de troca pelo reajustamento correspondente nos preços dos seus produtos de exportação. Para tanto, terão os países industrializados de montar um esquema requintado e eficiente de pressões e constrangimento garantidores da consecução dos seus intentos. "O modelo externo é o Gabão país rico em urânio, manganês e tantos outros recursos minerais e foi convertido num domínio de algumas grandes empresas multinacionais que decidem do seu futuro".

O petróleo de baixo da terra ou explorado pelas companhias estrangeiras não trás benefício a nenhum povo. Sejamos patriotas, não permitindo qualquer brecha na nossa legislação sobre petróleo.

[..] O movimento de combate à entrega das atividades petrolíferas, às multinacionais foi um dos mais importantes, da história do Brasil. Comparando-se ao da Abolição, independência... Rapidamente tomou dimensão de um movimento de união nacional, congregando homens e mulheres de tendência política diversas, da extrema esquerda à direita liberal. E, como nos outros movimentos não faltou à repressão.

O presidente **Getúlio Vargas, em 11 de abril de 1938, baixou Decreto Lei nº 366 tornando a exploração da atividade petrolífera privativa de brasileiro nato.** Incluindo o refino de petróleo produzido no País ou importado – qualquer atividade petrolífera teria que ser realizada só pelo governo ou por empresas cujos acionistas fossem todos brasileiros natos. **Consideramos o Decreto-Lei 366 uma grande vitória. Foi o passo decisivo, para preservação da nossa maior riqueza (1). Quase na mesma época, outra vitória: em 29.04.1938 foi criado o Conselho Nacional de Petróleo - Decreto-Lei 395, o qual**

desenvolveu fecunda atividade, **dirigido pelo eminente General Horta Barbosa** a quem tanto o Brasil deve pela sua ação patriótica.

Em 1940, a Standard Oil, enviava ao Presidente Vargas um “Memorando Confidencial”, no qual se propunha a participar das atividades petrolíferas do País. O Gen. Horta Barbosa, em 02 de agosto remeteu ao Gen. Góis Monteiro, o ofício nº 3.006, expressando o ponto de vista do Conselho Nacional do Petróleo, sobre a proposta da Standard Oil: “constituir uma companhia mista de capitais estrangeiros e nacionais, aqueles montando mais da metade do capital social. Além do Controle acionário, a companhia passava a comandar basicamente, toda atividade petrolífera dos países, estabelecendo faraônicas indenizações em caso de rescisão de contrato”.

O general Horta Barbosa, ao enviar o documento ao Gen. Góis Monteiro, anexava seu parecer, consignando que “em face da legislação em vigor, o plano oferecido a exame é inviável, por contrariá-la em seus princípios fundamentais”. Gen. Góis Monteiro, Chefe do Estado Maior do Exército, convicto de que petróleo era fator de segurança para as Forças Armadas, repudiou a proposta da Standard, em bem fundamentado parecer.

Em setembro, logo após Nelson Rockefeller ser homenageado pela Associação Comercial, Standard Oil e a Royal Dutch-Shell tentaram novamente obter concessões. “[...] O Gen. Horta Barbosa em resposta objetivou que antes da legislação 1934 e 1937 a Standard Oil e a Royal Dutch-Shell haviam tido todas as oportunidades para explorar petróleo brasileiro, não fizeram e nem demonstraram interesse em fazê-lo. Não era justo, conseqüentemente que, após o governo haver descoberto petróleo, concedesse aos trustes direitos que eram vedados pela própria Constituição, em prejuízo dos interesses nacionais[...]”.

Em face do relato do General Horta Barbosa. O Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, repeliu energicamente a proposta da Standard fundamentado que: **1º) o petróleo é essencial à defesa militar e a nossa soberania; 2º) Portanto, deve continuar explorado pelo Governo. (1)**

Essa é uma página histórica que deve ser repetida para conhecimento dos jovens, da nova geração, em momento que a pátria esta

tão gravemente ameaçada. Hoje, agora, é o instante oportuno para a nova mobilização nacional, visando deter a onda entreguista. Mais uma vez venceremos.

Violenta repressão comandada pelas forças reacionárias e entreguistas tentou calar os defensores do monopólio estatal do petróleo, tanto no Brasil como em outros países: **prisões arbitrárias ameaças, torturas, assassinatos e massacres foram cometidos. No Brasil, não me referirei às estranhas mortes de José Bach, Pinto Martins, Henry Koller, nem a de Oscar Cordeiro** em sua árdua luta contra Victor Oppenheim, o geólogo cedido pelos trustes para presidir o nosso departamento de geologia do petróleo do Ministério da Agricultura, ousou negar a existência de petróleo em Lobato (1) (2) - Iludindo a boa fé do Ministro Juarez Távora. Não me referirei à **Guerra do Chaco entre a Bolívia e o Paraguai**, nem às denúncias de **Rômulo Galego, nem a morte de Mossadegh, tampouco tratarei do Caso Mattei, nem mesmo do interesse petrolífero da guerra da Indochina, nem das invasões ao México e nem do Oriente Médio.** Mas, permito-me lembrar **da violenta reação das lideranças americanas que, para proteger os interesses petrolíferos de empresas de cidadãos americanos, desejaram uma nova intervenção armada no México. Talvez só não concretizasse, em virtude da Guerra Mundial da qual os EUA participava.**

Quanto maior a empolgação na **luta pelo** “monopólio estatal do petróleo”, **mais a reação da polícia crescia tornando-se feroz.** Sem precedentes. “Na época, foram numerosos os brasileiros detidos, presos, torturados e assassinados”. Os comícios pelo monopólio estatal do petróleo passaram a ser reprimidos a cassetetes, a gás lacrimogêneo, a patas de cavalo e até à bala. Haja vista o massacre da Pça. Floriano Peixoto. Vejamos a justificativa vergonhosa do delegado: _ “**pensamos que fosse um comício do petróleo**” (2), (8).

Petróleo é bem de uso coletivo, criador de riqueza. Não é admissível conferir a terceiros o exercício de uma atividade que se confunde com a própria soberania nacional. “Só o Estado tem qualidade para explorá-lo em nome e no interesse dos mais altos ideais de um povo.”

É verdade que a ideia de explorar petróleo, em benefício da nossa

gente, tem força que vai abatendo os obstáculos que a ela se antepõem, difundindo nos horizontes esperançosos da pátria, como a luz e o vento.

[...] O ínclito general Horta Barbosa já denunciou o slogan corrente: “não possuímos os enormes capitais necessários à simples montagens das refinarias”.

Ao falarmos da luta pelo “monopólio estatal do petróleo” não podemos deixar de destacar a importância de certos setores, tais como: o apoio dos militares nacionalistas. Entre eles, os generais Newton Estilac Leal, Horta Barbosa, Leitão de Carvalho, o brigadeiro Álvaro Alberto, muitos oficiais, cabos e sargentos. O Clube Militar dirigido por Estilac - Horta, apoiado pela sua diretoria, abriu suas portas para o debate esclarecedor, sobre petróleo (5) Aliás, o general Horta Barbosa proferiu duas memoráveis conferências defendendo o monopólio da indústria do petróleo.

Nelson Werneck Sodré, a quem admiro, não só por sua coragem, como pela sua obra de grande valor histórico; com riqueza de informação, numa análise dialética vai esclarecendo ao leitor, a história pouco revelada, na sua magnífica obra – “História Militar do Brasil” (8) Entre outros fatos, o autor se refere ao aparecimento de um grupo, que de repente surgiu postulando a direção do Clube Militar. Vejamos:

“Surgiu um grupo, autointitulado Cruzada Democrática”. Lançou em papel de finíssima qualidade e abundantemente distribuído pelos órgãos oficiais, um documento que propugnava, por alijar da direção do Clube Militar, a corrente ali dominante (nacionalista), explicava que operava “sob-bandeira do nacionalismo sadio”. Sua missão era “afastar do Clube Militar as influencias totalitárias da esquerda ou da direita”. Mais adiante esclarecia melhor: **“que sejam proscritos do Clube Militar as atividades que afetam a ordem e a segurança interna e os compromissos internacionais da nação brasileira”**. O objetivo principal era calar a oficialidade patriótica, que ali não se levantassem protestos contra a política internacional americana. Foram firmados, “compromissos internacionais”, a que o Brasil se obrigara a não discordar, da política imperialista dos EUA, consubstanciada no famigerado “Acordo Militar Brasil

e Estados Unidos” (4).

Para combater a chapa nacionalista, Estilac-Horta foi lançado, para a presidência do Clube Militar, Juarez Távora, que era *contra o monopólio estatal do petróleo*, defendia a participação do capital estrangeiro. Porém, essas forças reacionárias foram incapazes de conquistar a maioria da oficialidade, sem argumentos convincentes, foram se sentidos derrotados. A imprensa vendida colaborava, atacando o Clube Militar com grandes manchetes, usando o velho jargão. **Acusavam a diretoria do Clube Militar de comunistas e comunistas seriam também, os que votassem pela sua reeleição.** Portanto, com ideias incompatíveis com a carreira militar e merecedores de sérias penalidades. (1) (5), (10)

Lamentavelmente, a chapa Estilac-Horta Barbosa foi derrotada na eleição. Não poderia ter sido diferente. **O regime de terror, prisões, torturas, manobras desonestas, etc. Entretanto, o que foi derrota, com a aprovação do “monopólio estatal do petróleo,” pode ser considerada vitória. Porque o trabalho de conscientização já havia sido feito.**

Os estudantes foram, também, uma força de relevante importância, para a nossa luta. A mobilização estudantil dos secundaristas e universitários sob o comando da UNE, fez eclodir com maior vibração e dinamismo, essa luta: **organizando passeatas, debates, conferências, abaixo-assinados entregues aos parlamentares. Manifestos, como por exemplo, os dos Centros Acadêmicos das faculdades paulistas:**

“Brasileiros! É chegado o momento histórico da nacionalidade. Pende de nossas mãos a escolha dramática: sermos livres ou escravos!”

Homens do governo num acinte aos nossos brios de povo democrático se preparam para entregar aos trustes internacionais a chave de nossa emancipação econômica. [...] (1), (13).

Cursava o bacharelado da gloriosa faculdade do Largo São Francisco, quando fui eleito deputado federal e precisei me transferir para a faculdade de direito do Rio de Janeiro. Sentia-me honrado sempre que era convidado, pelo Centro XI de Agosto, repositório das mais aguerridas lutas, para proferir palestras, participar de debates, atos

públicos, etc. Sempre em defesa dos mais altos interesses da pátria. Quantas e quantas torres de petróleo inaugurei, com os estudantes. Uma das maiores foi em frente à Faculdade São Francisco, As Arcadas. Derrubada no golpe de 1964.

Devemos também, de certa forma, aos estudantes, o lema da campanha: Valho-me da Maria Augusta Tibiriçá, no seu livro – “O Petróleo É Nosso” (6), *considerado por mim e outros nacionalistas: a bíblia informativa dos que querem conhecer a grande jornada*. A autora dimensiona a penetração da campanha. Um acontecimento que, com sua sensibilidade nos conta: – “os secundaristas do Ginásio Vasco da Gama tinham no diretor do educandário, o professor Otacílio Rainho – um mestre e amigo”. Os estudantes foram procurá-lo para pedir uma caixa de giz com que iriam escrever, nas paredes das ruas, palavras de ordem em favor do monopólio estatal. Perguntou-lhes o mestre o que escreveria, o mestre sugeriu-lhes: “O PETRÓLEO É NOSSO!” E, assim surgiu o grande lema da campanha [...]

A Câmara dos Deputados, inegavelmente foi à trincheira decisiva da luta, pelo monopólio estatal do petróleo. Não posso esquecer de que antes, do general Eurico Gaspar Dutra tomar posse e principalmente, no início do seu governo, surgiu um sério problema: o Secretário de Estado George Marshall, conseguiu que o governo brasileiro mudasse a legislação nacionalista, no sentido de permitir participação de empresas americanas, na exploração de petróleo.

Um dos resultados dessa ingerência do *imperialismo foi a circular do Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, endereçada aos chefes das repartições, Comandantes de Zonas Militares e Regiões e ao Secretário Geral do Ministro da Guerra. “Nota circular” que tomou nº 157(1), (6), (7). A resposta a essa traição nacional foi o maior empolgamento: com o crescimento da mobilização nacional. Os comícios e conferências tornaram-se mais intensos. Nesse momento a “questão do petróleo” arrebatou o país.*

Foi criado, em abril de 1948, o *Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (1)*. Instalado em quase todos os municípios do Brasil. Tivemos o apoio muito grande, das Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e personalidades altamente postas

tais como Oswaldo Aranha e Arthur Bernardes, das Forças Armadas (principalmente o exército). A Nação vibrou, criamos uma consciência nacional. **Os debates no plenário se sucederam com um número maior de oradores, contrários ao “estatuto entreguista”.**

Diante dessa traição Artur Bernardes decidiu se pronunciar sobre exame do Projeto: *“Esse anteprojeto, quase constitui, nos moldes que esta organizado, um desrespeito aos poderes “Legislativo e Executivo”. Não se pode admitir que vingue um Projeto de lei como esse, de compreensão quase impossível e originariamente feita por estrangeiros. “Eu lhes conheço o estilo e estou familiarizado com seus artifícios e sua solécia”* (1).

Ocupei a tribuna da Câmara para pedir várias informações ao governo e exigir a retirada do “Estatuto do Petróleo”, considerado por todos os nacionalistas como prejudicial aos interesses do Brasil. (1). Os argumentos em torno da exploração estatal do petróleo eram tão convincentes que possivelmente, por isso, foram rareando antigos defensores do anteprojeto entreguista, ou porque não desejavam insistir no erro ou incompatibilizar-se com a opinião nacional. O anteprojeto, sem o calor das vozes que o sustentavam foi esfriando e desapareceu por inanição, esquecido nos porões da Câmara dos Deputados.

Dutra orientado agora, pelo patriota Mario Bitencourt Sampaio, coordenador do plano Salte (saúde, alimentação, transporte e energia) encaminhou ao Congresso Nacional Mensagem nº 196, juntamente com o Projeto executivo do Plano Salte (1) Como estivesse **demorando a tramitação daquele Projeto no Congresso o Presidente em 30 de setembro de 1948, resolveu solicitar destaque para a parte mais urgente. De tão oportuna providência resultou a lei nº 650 de 13.03.1949, pela qual foi autorizada a abertura de créditos especiais ao CNP, para adquirir Projetos e materiais destinados a uma refinaria de petróleo com craking e capacidade diária de 45.000 barris, para ampliar a refinaria da Bahia e para encomendar navios petroleiros num total de 225.000 mil toneladas.** Ficou comprovado que o Brasil dispunha de recursos para desenvolver as atividades de petróleo. (1)

Outro argumento dos entreguistas era negar a existência de petróleo no Brasil – Dominado pelo complexo colonial o Sr. Juracy

Magalhães, que ao **deixar a presidência da Petrobrás foi servir a Ericsson**, nomeou o geólogo estrangeiro para dirigir as pesquisas de petróleo no Brasil, o Sr Walter Link. Sua orientação desde logo, desaconselhou pesquisas em várias bacias, dentro do objetivo: **NÃO HÁ PETRÓLEO NA BAHIA, região de Lobato**(1). Anos depois, o Conselho Nacional do Petróleo, dirigido pelo eminente Gen. Horta Barbosa, inaugurou uma Placa -- **O PRIMEIRO CAMPO ONDE JORROU PETRÓLEO NO BRASIL.**

O Sr. W. Link declarava expressa e textualmente: “que a exploração na bacia de Barreirinha (Maranhão) era indefensável do ponto de vista geológico”. O patriota Pedro Moura presidente da Petrobrás considerou tal parecer pessoal, porque não se *baseou sobre um conjunto de fatos e informações em número suficiente para permitir-lhe um pronunciamento que atingisse uma conclusão definitiva*. Esclareceu que o pronunciamento de Link passou a ser subjetivo, com caráter pessoal e pessimista. *Nos demais relatórios o mesmo ceticismo* (1). Atualmente, *a região é produtora*.

Os patriotas resistiam! Coube ao general Stênio Albuquerque levar adiante o plano de execução da Refinaria de Cubatão, que mercedamente recebeu o nome de Artur Bernardes.

A reação internacional, principalmente do governo americano, quando se trata de petróleo, fere a soberania das nações. Mais uma vez o México, o deputado Kennedy:

“[...]Hoje vemos a nação mais rica e mais poderosa do mundo cedendo os direitos dos seus cidadãos a um ditador mexicano irresponsável. Deve haver algo errado em nossa representação. A fragilidade das promessas do México com as que entretêm o Congresso através do departamento de Estado e os informes que se publicam sobre ofensas, justificam por demais que o Congresso

meta a mão nessa situação. É preciso limpar a imunidade mexicana”.

Magalhães Pinto (1), ex-governador de Minas Gerais, quando foi Ministro de Relações Exteriores, em conferencia pronunciadas na Escola Superior de Guerra, em julho de 1969 ,denunciou as pressões exercidas pelas grandes potências, da qual destacamos o seguinte texto:

“As pressões se exercem constantemente. Um caso já histórico foi o da mobilização de pressões econômicas e políticas para evitar, inicialmente, a implantação da Petrobrás e, em seguida para dificultar o seu êxito econômico e técnico. Atrasou-se em consequência, a consecução da nossa plena autonomia em combustíveis líquidos, que representou bilhões de dólares de evasão de divisas naqueles anos.” (1)

Magalhães Pinto, um conservador liberal, evidência de forma clara a poderosa a ação de forças internacionais, que nada têm de ocultas, porque seus objetivos contrários aos do Brasil são conhecidos e determinados. Os EUA eram contra o monopólio do petróleo brasileiro, como prova o telegrama que transcrevemos em seguida: *“Washington – documentos publicados ontem (23/01/73) pelo Departamento Estado revelam que o governo norte americano tratou a 25 anos, de impedir a promulgação de uma lei petrolífera nacionalista no Brasil. Segundo os documentos até ontem – considerados confidenciais – o Secretário de Estado George Marshall, – interveio diretamente, junto às autoridades do Brasil tentando convencê-las de que a legislação era inaceitável para às companhias petrolíferas americanas”.*

Marshall afirmou que empresas dos Estados Unidos iriam negar-se a operar no Brasil.[..] Anteriormente, o Departamento de Estado dera instruções à embaixada americana, para que sugerisse ao governo brasileiro a contratação de serviços técnicos para a redação de

uma “legislação petrolífera sensata”, citando como exemplo, o que havia ocorrido na Venezuela(1). Indignado com o que estava ocorrendo, denunciei os trustes, mais uma vez, da tribuna da Câmara, em 16.08.1949(9).

Em contrapartida, a imprensa corrupta age aqui, da mesma maneira que age em outros países. Se, já não bastasse aos **aliados do poder econômico , a dominação da estrutura econômica, financeira e de extensas áreas do poder, intensificaram a campanha na mídia: rádio, televisão, jornais revistas, massivamente defendiam a entrega do nosso petróleo (veja capítulo A Má Imprensa). Poucos órgãos de comunicação não transigiram, diante dos grandes anúncios, que significa polpudas verbas.** Entre eles “Jornal de Debates”, “Ultima Hora”, “O Radical”, “O Mundo” “O Popular” e outros.

Após a eleição de Vargas, na efervescência da campanha do petróleo, o Presidente me honrou muitas vezes, solicitando minha opinião, sobre essa questão. Portanto, fiquei surpreso, quando o Projeto do governo (Proj. 1516/51) chegou à Câmara. O Presidente sempre foi nacionalista, sempre defendeu o “monopólio estatal.” Relembro que o senador Getúlio Vargas enviou aos estudantes, que lutavam em defesa do monopólio estatal a seguinte mensagem:

“No Brasil, as jazidas de petróleo constituem patrimônio nacional, o país que possuindo esse patrimônio, permite seu controle por empresas estrangeiras, aliena sua independência. A mocidade esta com a boa causa”. São Borja, 09.07.1948(1)

A Exposição de Motivos que acompanhou o Projeto nº 1516/51 é um documento nacionalista, numa linguagem acauteladora dos interesses nacionais. Entretanto, fui surpreendido pelo Projeto: Constituíra uma proposição antinômica, contraditória. O Projeto permitia participação das companhias internacionais de petróleo, em nossas atividades petrolíferas. (1).

Ainda, na mensagem, com a prudência que o trato da questão do petróleo exige, o Presidente mantém a mesma orientação:

“O governo e o povo brasileiro desejam a cooperação da iniciativa estrangeira no desenvolvimento econômico do país, mas prefere reservar a iniciativa

estatal no campo do petróleo, sabido que a tendência monopolística internacional dessa indústria é de molde a criar focos de atritos entre povos e entre governos.

“Fiel ao espírito nacionalista da vigente legislação do petróleo”.

Assim, em todas as oportunidades, o Presidente Getúlio Vargas, **manteve-se, sempre em defesa do monopólio estatal do petróleo. A própria mensagem confirma essa orientação. O que teria acontecido?** Tratarei, somente, do artigo mais vulnerável do Projeto: a alínea IV do artigo 13.

Artigo 13 - Poderão ser acionistas da sociedade, com direito a voto:

IV - As demais pessoas jurídicas de direito privado brasileiras até o limite de 20.000(vinte mil) ações ordinárias. Que se entende por “pessoas jurídicas de direito privado brasileira”? Responde a pergunta o artigo 16 do Código Civil combinado com o artigo 60 da lei de Sociedades Anônimas. Todas as sociedades civis devidamente registradas, “são pessoas jurídicas de direito privado”. As condições para que essas “pessoas jurídicas” sejam consideradas “brasileiras” ou “nacionais”, basta que tenham sede no Brasil, que sejam organizadas no país. Seus sócios, na totalidade podem ser estrangeiros.(1)

Assim, são pessoas jurídicas de direito privado brasileiro: Cia de Gás Esso (com 75% de ações pertencentes a Standard Oil de New Jersey); Shell Mex do Brasil Ltda.; Cia de Petróleo Gulf; Companhia Ultragás S.A.(subsidiária da Socony Vacuum); Empresas Elétricas Brasileiras (Bond and Share).

A disposição do **parágrafo 3º do artigo 14** enseja a **eleição de diretores por particular. Note-se que de acordo com o artigo 14, a sociedade será dirigida por um conselho de administração. Evidencia-se que “as pessoas jurídicas de direito privado brasileiras” teriam representante na mais alta direção da empresa. Consequentemente, as companhias subsidiárias dos trusts poderão fazer parte da estrutura jurídica da Petrobrás. Tal participação importa para mim, em abrir uma brecha na legislação tradicionalmente nacionalista.**

Ainda pelo artigo 12, a sociedade é autorizada a emitir até o dobro do seu capital social, obrigações ao portador que, nos termos do parágrafo 2º desse mesmo artigo, poderão ser tomadas, voluntariamente, pelas entidades privadas, obrigações essas que pelo parágrafo 1º ainda do mesmo artigo, poderão ser convertidas em ações, segundo o que determina o estatuto. *Estaria consagrada a entrega e, para maior facilidade, as pessoas ligadas aos trustes poderiam ser nomeadas ou eleitas para gerir a sociedade.*

Apresenta-se, assim, clara e evidente, sem válida contestação, a participação dos representantes das companhias estrangeiras de petróleo, na alta direção da empresa. Sem dúvida, com a imensa capacidade de manobra e de corrupção (1). Minha posição estava definida: ficava com a MENSAGEM e contra o PROJETO. *Impus-me antes mesmo de qualquer decisão ouvir o Presidente da República.* Telefonei para o Lorival Fontes e falei: - “Lorival, quero falar ainda hoje com o Presidente. Tenho urgência”. Ele “me respondeu:” Vou falar com o Presidente. “Aconselho-te ir à tarde”. Quem me emprestou o carro foi o Ruy Correia, que era Presidente da Câmara. Segui para Petrópolis e conversamos: - “Dr. Getúlio nos temos um vínculo com essa luta do petróleo. Tenho seus manifestos, o senhor me honrou ao mandar que eu transmitisse a UNE a sua posição favorável ao monopólio do petróleo. Entretanto, li o Projeto e estou preocupado com o artigo 13 permite a participação de empresas organizadas no Brasil”.

Revelando surpreso, disse: _ “Mas como! Tu não foste ouvido?” Respondi-lhe que não. E o Dr. Getúlio: _ “Mas como! Determinei ao senhor Rômulo de Almeida que não mandasse o Projeto sem ouvi-lo!” Chamou o Rômulo e, na minha presença, perguntou-lhe:

- “Não foste falar com o deputado Euzébio Rocha?” Rômulo respondeu: - “Procurei diversas vezes o deputado e não o encontrei. Não me preocupei muito, porque se houvesse alguma discordância ele poderia apresentar uma emenda”. Então, o Dr. Getúlio determinou:

- “O senhor vá ao escritório dele”. Eu disse que poderia recebê-lo na segunda-feira. Foram ao meu escritório Rômulo de Almeida e Jesus Soares Pereira, ambos da assessoria econômica da presidência. O general Horta Barbosa, o general Leitão de Carvalho e eu estávamos lá. Depois de umas **cinco horas de discussão, chegamos a**

seguinte conclusão: “Nós temos posições absolutamente intransigentes. Não é possível encontrar uma solução comum”.

“Voltando a Dr. Getúlio: - “Não quero tomar uma posição sem antes ouvi-lo”; relatei os fatos e disse que pensava em apresentar um substitutivo”. Ele respondeu:

-“Quanto mais nacionalista for o Projeto mais corresponde a minha vontade”. Apresentei o substitutivo, que depois foi aprovado por unanimidade na Comissão de Segurança, definindo o monopólio estatal do petróleo. Felizmente, não houve discordância. Estava disposto a apresentar o meu substitutivo, mesmo sem aprovação do Dr. Getúlio.

Na sessão do dia 25 de janeiro de 1952, informei à Nação desses entendimentos com o Senhor Presidente da República e apresentei o substitutivo, para ajustar o Projeto nº1516, do Presidente Getúlio Vargas (I), (II), (I3).

Depois de demorado e longo parecer, o eminente deputado relator afirma: “[...] Foi uma honra para nós, o fato do Projeto que então submetido à consideração da Casa e da Nação conter 25 assinaturas de membros de todos os partidos: da UDN, do PR, do PSD, dos socialistas e do meu partido. Na Câmara a grande batalha! Fervilhavam no plenário da Casa inflamados debates, em torno do Projeto 1516/51. Contra a *proposição do governo* levantaram-se vozes autorizadas como *de Artur Bernardes, Agamenon Magalhães*. Manifestaram-se a favor do Projeto presidencial: os deputados Daniel Faraco e Maranhães Barreto. A tribuna do plenário foi ocupada por uma maioria nacionalista.

[...] Num clima de pressão favorável ao Projeto do Executivo, 1516/52 dezenas de Associações comerciais, federações, confederações *representativas das classes produtoras*, manifestaram-se por intermédio de memoriais, da imprensa e de seus porta-vozes *favoráveis ao Projeto do Executivo*. Tais manifestações

evidenciavam que o Projeto 1516/52 era o Projeto das *classes conservadoras e das companhias estrangeiras de petróleo*. Esses apoios deram aos nacionalistas mais um trunfo para combater o Projeto.

[...] O Deputado Lima Figueiredo, relator da Comissão de Segurança Nacional, recebeu os Projetos nº 1516/51 do Poder Executivo e nº 1595/52 de autoria do nobre Deputado Euzébio Rocha, (I),(II) do partido Trabalhista. Vieram acompanhados da Mensagem 469/51. O eminente deputado relator, de início, esclarece:

- “ *Examinando-se a Mensagem e os dois Projetos chega-se a conclusão de que a Mensagem é uma peça que se encaixa melhor no dispositivo do deputado trabalhista Euzébio Rocha do que a acompanhou, oriundo da Presidência da República*”.

Analisando, dissecando, comparando e pesando o Projeto do deputado Euzébio Rocha, sou levado a aceitá-lo, porque atende de modo absoluto às necessidades prementes da nossa nacionalidade, sem correremos o risco de cairmos na boca do leão, levados pelos nossos próprios passos”. O eminente relator conclui: “- Parece”-nos que nada temos a temer com a solução estatal, há um interesse vital, grandioso, insubstituível, perante o qual se reduzem à zero a audácia, a solércia e a fonte insaciável, o descaramento e o impatriotismo dos seus corruptos e conspircos “testas de ferro”.

Foram em tais circunstâncias que, em 12. 05.1952. Gustavo Capanema, o “líder da maioria” apresentou ao Presidente da Câmara o seguinte requerimento: - “*Senhor Presidente*”: *requeiro urgência para discussão e votação dos Projetos nº 1516 que dispõe sobre uma sociedade por ações denominada Petróleo Brasileiro S/A e 1517, que dispõem sobre os recursos para o programa nacional do petróleo e para o fundo rodoviário nacional. Palácio “Tiradentes, nove de maio de 1952 – Gustavo*

Capanema". O "líder da maioria" percebeu que o Projeto 1516/52 não resistiria à maior debate. Tratava de fato de *aprovar-lo a qualquer preço, sem nenhum respeito à Nação e a essa Casa*.

Arthur Bernardes que já se consagrara Presidente da Independência Econômica assomava a tribuna para contestar o pedido do "líder da maioria":[...] Em que pese à grande oposição ao pedido do "líder da maioria", o Projeto da urgência foi aprovado por 132 votos contra 78, representando uma vitória do governo. Dentro da Câmara esse desastre; lá fora, a nação se levantava em defesa do monopólio estatal do petróleo (1).

Ainda, em maio aconteceram fatos da maior importância, capazes de sensibilizar o Parlamento. O Clube Militar por unanimidade pronuncia-se contra o Projeto do executivo. 80% da Guarnição Militar do Rio de Janeiro enviam telegrama ao General Horta Barbosa de apoio ao monopólio estatal do petróleo; o Centro de Estudos e defesa do Petróleo tornava público a sua repulsa ao Projeto 1516, por intermédio de memorial assinado pelos generais Felicíssimo Cardoso, presidente do Centro, Artur Carnaúba, Antônio Jose Henning, Leônidas Cardoso e Vicente de Paulo Teixeira de Vasconcelos. Transcrevo o seguinte trecho do memorial: "O Centro protesta contra a pressão governamental no sentido de fazer aprovar o Projeto entreguista 1516, e faz sentir ao Parlamento, que outra qualquer solução, fora do monopólio estatal, contraria frontalmente os interesses nacionais e a vontade manifesta do povo".

Em 06 de junho de 1952, exatamente seis meses depois do Projeto 1595/52 de nossa autoria (Euzébio Rocha) ser apresentado e três meses depois da sua aprovação na "Comissão de Segurança" o deputado *Bilac Pinto apresenta outro substitutivo, o da UDN*, também de orientação nacionalista. (1), (17). O substituto do deputado Bilac Pinto foi da maior relevância, para a vitória do monopólio estatal do petróleo: foi um torpedo contra o Projeto do executivo. Uma das consequências imediatas do Projeto foi o apoio que recebeu da própria área do governo. **Assim se uniram trabalhistas, udenistas, socialistas, nacionalistas e comunistas. Essas forças progressistas constituíram um "bloco parlamentar", capaz de obstaculizar a aprovação do Projeto governamental. Vários deputados trabalhistas já haviam assinado**

o nosso Projeto 1595/52, rejeitando a Projeto governamental. Uma reunião da bancada trabalhista **revelou que o Projeto 1516/52 teria pouca possibilidade de ser aprovado pelos deputados mais esclarecidos da bancada.** Na reunião da bancada, os **representantes trabalhistas chegaram à conclusão de que seria impossível aceitar a proposição governamental, dentro dos princípios do Partido Trabalhista.**

O Presidente Arthur Bernardes voltou à tribuna, para condenar o Projeto 1516. Argumentou:

— “Esses 40% representam virtualmente a metade dos lucros a correr paralelamente, pelo tempo a fora, e a ser anualmente exportado para o exterior, influindo na balança comercial e pesando no câmbio contra nós”. Colocou-se inteiramente de acordo com o substitutivo do deputado Euzébio Rocha, o qual estabelecia o monopólio estatal do petróleo e indivisível para as fases de pesquisa, lavra e refino.

A Comissão de Segurança Nacional, em 07 de março de 1952, *por unanimidade, aprovou o nosso Projeto 1595/52*, oferecendo aos debates no Congresso, Projeto rigorosamente nacionalista, como o povo exigia. Integravam a Comissão: Presidente Artur Bernardes, relatores Lima Figueiredo, Galdino do Vale, Negreiros Falcão e outros. (1)

A campanha empolgou de tal forma o país, que no início de 1953, as seguintes Assembleias Legislativas haviam se manifestado a *favor do “monopólio estatal do petróleo”*: Alagoas, Espírito Santo, Bahia, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Sergipe, São Paulo, Santa Catarina, Pará e Paraíba. 1.500 Câmaras Municipais integraram-se na luta pelo petróleo.

No senado, não houve a polarização em dois blocos. Os *nacionalistas defenderam o monopólio estatal do petróleo* e a Maioria dos senadores era favorável à participação de grupos estrangeiros. Após longos debates, em 09 de julho o Projeto da Petrobrás foi submetido à votação do plenário, sendo aprovado com 32 emendas.

Pela resolução nº327 de 14 de julho foi criada uma Comissão

Especial da Câmara encarregada de examinar e dar parecer sobre as emendas introduzidas pelo senado, composta de dezessete membros. Essa Comissão teria prazo de dois meses e era composta, dos seguintes parlamentares: Presidente Lúcio Bittencourt; relator Jaime Teixeira; Daniel Faraco; Lima Figueiredo; Bilac Pinto; Euzébio Rocha; Luis Garcia e outros.

Dentro do prazo estabelecido, em oito de setembro a Comissão Especial apresentou seu parecer sobre as emendas do Senado ao Projeto da Petrobrás. *“A Câmara dos Deputados, numa esplêndida manifestação de civismo repudiou a proposta governamental, para adotar a solução nacionalista, limitando aos brasileiros a participação da sociedade. Voltou, esse Projeto a Câmara, com as emendas que, enquanto, em alguns pontos aprimoraram a proposição em essência, em outros a desfiguraram por completo. Fazendo-a voltar praticamente à forma primitiva, para permitir a presença de acionistas estrangeiros”.*

O deputado Gustavo Capanema hábil político, diante da eminente derrota do Projeto 1516 do governo, buscou entendimento, com os nacionalistas. Em face das forças mais representativas da nação se manifestar, pelo monopólio estatal do petróleo.

Recuou propondo um “Acordo Parlamentar” entre as forças mais representativas do parlamento: a “banca da nacionalista” e o “bloco do governo”. Foi realizada a fusão dos Projetos 1516 (governo) e 1595 (deputado Euzébio Rocha). Só após a fusão, o Projeto foi encaminhado para votação, em 16 de junho. (1),

Na sessão do dia 18 de setembro de 1953, o Projeto da Petrobrás, recebia sua redação final e no dia 21 seria aprovado em votação definitiva e remetido à sanção presidencial. Em 23 de setembro de 1953, todas as emendas do senado que procuravam mutilar o Projeto da Câmara foram rejeitadas.

Diante das perspectivas de vitória do “monopólio estatal do petróleo”, a imprensa corrupta tentava desmoralizar o Governo Vargas, para derrubá-lo. O Presidente preocupado, com as denúncias dos Diários Associados, contra Última Hora, o seu jornal de sustentação, solicitou ao deputado

Euzébio Rocha, como líder do seu partido, que defendesse esse jornal. Euzébio aceitou a incumbência, desde que fosse estendida contra toda má imprensa (veja capítulo A Má Imprensa).

Os grandes conglomerados internacionais do petróleo e o governo norte americano não aceitaram a derrota, passaram a tramar contra o governo de Vargas. Uma sórdida campanha foi articulada. Tal qual fizeram depois, com Jango, tentaram com Juscelino. Essa campanha foi armada, sobre os brados:

– **“O mar de lama do governo Vargas”.**

O jornal “Última Hora” tornara-se um baluarte das concepções nacionalistas, principalmente na campanha pelo “monopólio Estatal do Petróleo” e em defesa de Vargas. Segundo os especialistas da época, em pouco tempo ganhou um número grande de leitores, podendo competir com os grandes jornais e até de certa forma superá-los. Dinâmico, bem diagramado e com máquinas modernas para época, transformara-se num obstáculo, para os planos dos golpistas - um verdadeiro estorvo.

Diante das denúncias contra a Última Hora foi criada a “Comissão Parlamentar de Inquérito” promovida pela UDN (muito mais preocupada em alijar do poder o Presidente Getúlio Vargas do que sanar o Brasil da má imprensa (inicialmente a CPI foi voltada apenas contra o jornal Última Hora)). Foram às denúncias tais como a de meu pai, outros patriotas e da nossa imprensa comprometida com os interesses nacionais, que conseguiram agrupar outros jornais, na CPI da Imprensa. (veja capítulo A Má Imprensa)

Euzébio Rocha afirmava: “Getúlio estava certo de que só um golpe poria fim, a essas maquinações. Dispunha de força para agir, como fizera em outras oportunidades. Sou testemunha disso: fui ao Palácio do Catete transmitir o apoio massivo dos militares nacionalistas ao Presidente. Entretanto, Vargas foi categórico:

“Não! Não! Basta de golpes!” – A explicação foi curta e incisiva:- “Sabemos como os golpes começam, mas, não sabemos nunca, para aonde vão! Basta!” Em silêncio nos despedimos. Saí preocupadíssimo. O que fazer ?

Ao ser, finalmente, aprovado o Projeto. Vargas assinou a **Lei 2004, que criava o MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO e a PETROBRÁS**. Em solenidade com a presença de Ministros, Senadores e demais autoridades. (1), (18) (19). Mas, ele confidenciou ao Lorival Fontes que sabia da responsabilidade que assumira:

– “Meu governo será, de agora em diante, vítima das intrigas e das discórdias internacionais. Passará a ser o tiro ao alvo das conspirações alienígenas”.

A articulação, para depor o Presidente continuou, manipulando a opinião pública, denegrindo a imagem do Presidente, dos seus parentes, do seu partido, para levá-lo a **RENUNCIA** e conseguiram. Entretanto, a **sua queda foi o início da derrota, imposta aos conspiradores**.

*Em 24 de agosto, o Presidente renuncia e atira no peito se matando. Entregou a VIDA e a “**CARTA TESTAMENTO**” para o povo. (21)*

A reação dos brasileiros foi imediata. Revoltados iam destruindo tudo o que pertencia aos golpistas: a redação dos jornais, as bancas que exibiam os dos golpistas, buscavam o Lacerda, o Chateaubriand, Roberto Marinho, etc. *Os sabotadores de caçadores passaram a ser caçados, pelo povo enfurecido. Escafederam-se! Os covardes se amoitaram silenciosos e bem escondidinhos.*

*A genialidade do Presidente Getúlio infligiu aos traidores uma **GRANDE DERROTA***. Deu-lhes um nó, que demorou dez anos para ser “**DESARROCHADO**”.

O corpo de Vargas após ser homenageado, por milhões e milhões de brasileiros, desesperados e emocionados – vindos de todas as partes do Brasil foi conduzido em carreta, acompanhado solenemente pelos dragões da independência e aplaudido por uma multidão. Embarcou no avião presidencial para sua terra natal São Borja, no Rio Grande do Sul.

Antes de o avião partir fui cumprimentar “Alzirinha”, a filha do Dr. Getúlio e muito minha amiga. *Foi um momento de emoção, nos*

abraçamos e ela me confidenciou:

“Se não fosse a Petrobrás?! Entendo a sua dor, entretanto, a Petrobrás o tornará imortal! Lembre-se: - “Passo da vida para a história... “Releia a carta” (21)

São Borja parou para homenageá-lo Entretanto, a conspiração continuou! Citarei um exemplo e, é o suficiente para verificarem a voracidade desses conglomerados internacionais:

Logo em seguida, em 27 de agosto de 1954, 72 horas após o suicídio, o Wall Street Journal noticiava: *“Funcionários americanos predizem que Café Filho pode eventualmente abrir a possibilidade de investimentos estrangeiros nas indústrias de petróleo e energia elétrica”. -*

A ganância desses conglomerados não tem limites. Não esperaram nem a Missa de 7º dia, da morte do Presidente. Em 08.09.54 o New York Time, depois de anunciar a chegada ao Rio de Janeiro, de Henry Holland, Subsecretário do Estado de Assuntos Interamericanos, como providências das mais “oportunas”, sugeria:

“O Brasil tem que corrigir as políticas verdadeiramente desastrosas do extinto Presidente Vargas quanto ao Comércio e ao Trabalho. A pedra de toque é o petróleo. Dificilmente poderia o novo governo de o Presidente Café Filho mudar abruptamente de política, num momento de fermentação nacionalista e tensão interna”.

Anos passados, considere de relevante importância, esclarecer certos fatos. Escrevi para o meu amigo Osny. Precisava das suas informações, por escrito. O desembargador Osny Duarte Pereira (25): *um nacionalista leal e corajoso - além de muito bem informado, tanto pelas minuciosas pesquisas e como, pelos cargos que ocupa. Entre eles, leciona*

Ciência Política no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Rapidamente recebi a resposta. Pela relevância do assunto transcrevo, parte dela. (25)

“ Em fins de 1954, Eugênio Gudín levava a Café Filho uma oferta de empréstimo de 500 milhões de dólares apresentada pelo Fundo Monetário Internacional, desde que se abolisse o monopólio estatal do petróleo”. Transpirando nos bastidores governamentais, surgiu um clamor no parlamento, na imprensa nacionalista e em setores das Forças Armadas, o que obrigou o Governo a recuar, mas Eugênio Gudín atendeu parcialmente aos trustes, elevando os ágios para a compra de óleo cru e diminuindo para produtos derivados importados. A Shell e a Esso solicitaram a COFAP o aumento do preço por litro dos derivados. O General Pantaleon Pessoa presidente do órgão opôs-se dentro do critério geral do governo de cortar a inflação. No dia seguinte, o General e todos os integrantes da COFAP amanheceram demitidos e os preços dos derivados, com o aumento requerido. Um filho do General Juarez Távora ingressou nos quadros da Shell, e abundantes recursos foram canalizados para a campanha eleitoral, em pura perda, para eleição do mesmo Juarez a Presidência da República. (...) (25)

O fracasso do golpe contra VARGAS representou uma grande vitória para o país. O contra GOLPE impediu a DERROCADA DA PETROBRÁS. O espaço de tempo, decorrido entre a criação da Petrobrás e outro golpe entreguista, só foi ocorrer, em 1964 (dez anos), deu condições para a nossa empresa crescer se tornando a empresa símbolo do país e a décima do mundo (1).

Com a proximidade das eleições, **os ataques contra Euzébio Rocha se tornaram constantes e massivos. A rede de televisão e rádio do Chateaubriand, de intervalo em intervalo, alertava a população com slogans, bem preparados: “Não votem em Euzébio Rocha**

porque ele é comunista!” “Cuidado o agitador Euzébio Rocha recebe ouro de Moscou!” E muitos outros parecidos.

Por outro lado, Rodrigo Barjas Filho, um médico de Araçatuba, interior de São Paulo; entusiasmou meu pai com a sua combatividade, dedicação, inteligência e comprometimento com a luta nacionalista. Ao longo do tempo tornou-se um correligionário de estrema confiança. Na época das eleições, papai continuava assoberbado com os problemas nacionais, achou que o amigo poderia dirigir a sua campanha e assim, ele não precisaria dedicar o seu tempo integral as eleições. De repente, Rodrigo sai candidato a deputado federal, levando com ele os arquivos de relacionamentos e tudo que pode. Usando como pretexto a saúde de papai, explicava:

“Euzébio sofreu uma séria hemorragia estomacal, que por pouco não lhe roubou a vida. Ele precisa recuperar a saúde. Depois poderá ser candidato à prefeitura ou ocupar outro cargo. Usurpou o fichário, com todos os endereços e tudo que o interessava. (sic) Era pobre ficou rico e fez uma campanha milionária. Não foi eleito.

Euzébio além de tudo, contava com os poucos recursos. Precisava economizar em tudo. Por outro lado, havia também, manifestações que o emocionava: grupos de correligionários que se cotizavam para colaborar com a campanha e outras tantas manifestações de respeito e apreço – um exemplo é o do prof. Marcelo Damy que pacientemente aguardou sua vez, para solicitar cédulas. Quando soube de quem se tratava, alarmado, o responsável pelo setor, se desculpou como pôde. Calmamente o cientista retrucou: “para votar em Euzébio eu posso esperar.” Euzébio quando soube ficou envaidecido, se desculpou com o Prof. Marcelo Damy agradecendo.

O mais lamentável, para não dizer **vergonhoso foi à constatação do desvio dos seus votos, para outro candidato. O que foi confirmado pela justiça eleitoral (23). Entretanto, ficou por isso mesmo. E assim, os poderosos grupos conseguiram alijar o deputado Euzébio Rocha da Câmara.** Jamais da luta! Voltou ao Parlamento, em várias legislaturas, como suplente – com a mesma veemência e seriedade anterior.

Euzébio Rocha se viu de repente sem emprego, sem casa própria, sendo processado pelo apoio que deu a greve dos portuários das docas de Santos e com dois filhos pequenos. Mas, um grande amigo e admirador da sua luta, o Ciro, (não sei o sobrenome) acho que era delegado do IAPC, na época, conseguiu que ele fosse advogar, **cobrando os devedores que recolhiam dos seus empregados a contribuição e não repassavam para o IAPC**. Euzébio sabia que não teria qualquer vínculo empregatício - receberia uma porcentagem, das causas ganhas. Por outro lado, se matriculou na Faculdade do Largo de São Francisco, para o curso de “pós-graduação”: em “Teoria Geral do Estado” e “Economia Política”.

Pouco depois, Jango informado por algum companheiro de Euzébio (não sei quem) lhe ofereceu o cargo de procurador do IAPB. O cargo foi aceito. Não era efetivo, mas, felizmente abriu concurso logo. Ele foi aprovado em primeiro lugar. Em pouco tempo estávamos em situação financeira mais folgada. Felizmente o deputado naquela época não era o “marajá” de hoje.

Euzébio Rocha mesmo nos momentos mais difíceis, não abriu mão do seu ideal. A sua luta fora da Câmara foi à mesma ou até maior. Encontrou outras tribunas: conferências ou pronunciamentos em faculdades, colégios, associações, sindicatos, rádios e televisões etc. Escreveu artigos em jornais e revistas. “É autor de inúmeros livros, sempre em defesa dos interesses nacionais: “Ceder Petróleo é Ceder Soberania – Mensagem aos Moços”, “Brasil País Ameaçado e o Acordo de Garantias,” Em Defesa do Petróleo Ameaçado”, “Petróleo do Monopólio a Entrega”, Petrobrás, Esse Patrimônio é Nosso”. Foi convidado para depor, em várias Comissões Parlamentares de inquérito, a CPI da “Política Mineral Brasileira (Câmara Federal) e na Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia (Assembleia Legislativa). Além disso, passou a dar aulas em três faculdades (São Carlos, São José dos Campos e São Carlos do Pinhal). Estava convicto da importância de transmitir seus conhecimentos e seu ideal aos jovens, porque sabia que a **LUTA TERIA QUE CONTINUAR, DIANTE DA TRAIÇÃO NACIONAL E DO PODER ECONÔMICO INTERNACIONAL**.

O jornalista Hélio Duque, em sua coluna no Estado do Paraná,

assim se referiu a visita de Euzébio a cidade: ***“Em Curitiba, um apóstolo do desenvolvimento brasileiro”***. (28)

Euzébio Rocha teve razão quando na comemoração, da vitória conquistada, com a assinatura da Lei 2004 . Antes de qualquer discurso alertou a nação:

– ***“ALUTATEM QUE CONTINUAR!”*** ***“O truste do petróleo continuará a tramar contra a Petrobrás”***. Já em 1959 e 1960 denunciou:

– ”Os trustes foram desenterrar o “Acordo de Roboré”, indignado denunciei da tribuna da Câmara:

[...] Qual há de ser a posição do Governo, da Câmara, das forças responsáveis pela condução dos negócios públicos, senão a de neutralizar as consequências desastrosas dessa conspiração em marcha contra a Petrobrás que se chama “Notas Reversais de Roboré” e Desejo ao tratar de tão relevante assunto, afirmar que tais “Notas” não amparam, não protegem, não criam condições de desenvolvimento para o país irmão. Ao contrário só, prejudicam a Bolívia e o Brasil, em benefício dos trustes e das empresas privadas. Esta é a razão em nome da solidariedade continental que nos une à Bolívia e da defesa dos mais legítimos interesses do povo brasileiro, tudo faremos para anular as “Notas Reversais de Roboré”. O Brasil

já teve oportunidade várias vezes, de provar esta solidariedade, inclusive defendendo a integridade territorial daquela Nação. Nossa preocupação, em tornar tais entendimentos sem efeito, decorre da certeza de que sua vigência se transformará num foco de desentendimentos. “[...] Mesmo eminentes juristas como o Hildebrando Accioly, dos mais liberais da competência do executivo assim se manifestou:

“O princípio geral que deve predominar no assunto é o da competência privativa dos órgãos constitucionais”. Se a matéria que versa o tratado é da competência

exclusiva do Poder Legislativo. “Esta claro que o dito Acordo não será válido sem a aprovação Legislativa; depende de aprovação e deve ser submetido à ratificação”. [...] Examinada com maior prudência, amparada nos melhores mestres, a boa doutrina, e a solução jurídica, acreditamos, em face de tais argumentos, não pairar dúvida quanto à juridicidade do nosso ponto de vista. [...] O Brasil não está, pois obrigado por nenhuma daquelas cláusulas, nem precisam as populações fronteiriças obedecer-lhes. Sem o referendun do Congresso, as “Notas Reversais” não passam ENTABOLAMENTO DE CONVERSACÕES. Nem seria admissível se despíssemos o Congresso de prerrogativa fundamental. Consentir em Tal prática seria abrir brechas para o desprestígio do Poder Popular, que pouco a pouco, silenciando ante a absorção do Executivo, acabaria por inoperante, inativo, omissis, merecendo o repúdio do próprio povo [...]”.

Em 1969, um novo ataque: *por todos os meios até os ilegais reduziram os recursos destinados à empresa. Assim o Decreto 432 de janeiro de 1969, reduziu substancialmente os recursos destinados à empresa para aquisição de embarcações nos estaleiros nacionais. Como se não bastassem tais medidas, a redução dos investimentos e diminuição dos recursos, pois a Petrobrás poderia resistir, eis que em 25 de abril de 1969, no mesmo ano é baixado Decreto Nº 555, reduzindo de 12,5% a quota da Petrobrás na arrecadação de imposto único sobre o combustível, para 12%. Dentro do diabólico plano de dificultar a obtenção de meios para empresa, sobreleva a Resolução baixada em 13/03.1975 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico, por ordem presidencial, proibindo a Petrobrás de captar recursos na bolsa, no momento em que as ações da empresa foram títulos de maior de rentabilidade, 420%. Se tal política não foi ditada pelos trustes internacionais, quem sabe, por coincidência realizou seus objetivos __ DIFICULTAR O ÊXITO DA PETROBRÁS. Por ser tão absurda, não prevalece a justificativa de que se trata de aplicação de demorado retorno. O petróleo*

é atividade autofinanciável. Para o campo de Marlin entrar em operação seria necessário US\$ 1,8 bilhão. Com a produção estimada de 200, mil b/d o investimento será recuperado em um ano, considerando o preço de US\$ 30,00 o barril.

Nova traição. Nos fins de setembro de 1975, o líder do Senado, o líder da Câmara, O Ministro de Minas e Energia, faziam pronunciamentos categóricos, afirmando que os “contratos de risco” teriam sido excluídos, como proposta do governo, tendo sido categórico na sua palestra na Universidade do Rio de Janeiro.

Em 09.10.1975, **usando a surpresa como estratégia, o Presidente Geisel anuncia os**

“Contratos de Risco”, revogando autoritariamente a Constituição Federal e a Lei 2004 de outubro de 1953. Negavam os “contratos de risco” e eles foram adotados, mas não trouxeram depois de sete anos nenhuma província significativa para produção de petróleo.

Esses Contratos são **inconstitucionais, ilegais e imorais.** [...] **Aliás, anteriormente, o Congresso, em 1953 os rejeitou considerando inconstitucional a emenda apresentada, que permitia ao governo contratar ouvindo o conselho nacional do petróleo, por intermédio da Petrobrás, empresas de reconhecida idoneidade técnica e financeira, para trabalho de pesquisa, perfuração e extração, mediante pagamento em dinheiro ou espécie, com garantia de participação nos produtos de exploração, de modo a assegurar compensação nos riscos. A emenda foi rejeitada em função do parecer do deputado Lúcio Bitencourt, que considerou que ela anulava o monopólio estatal do petróleo, e tornando-se uma chave fácil para que se burlem os mandamentos do assunto.**

Mais uma ignomínia contra a Petrobrás:

[..] Digo que ratificou a revogação dos referidos diplomas porque , de fato eles foram revogados pelo Presidente Geisel em nove de outubro de 1975. Era o começo da transferência do comando petrolífero às multinacionais. Se não *houver uma reação nacional e nacionalista, é de se esperar pelo pior*, porque os trustes são insaciáveis e

incontentáveis. **Em vez de termos o monopólio da Petrobrás passaremos a ter o monopólio das multinacionais que concedem a empresa brasileira o direito, por enquanto de, continuar explorando as regiões em que já se instalou.** É o que determina expressamente o item 1 do telex. Vejamos o mais vergonhoso telegrama de que tenho notícia, na história do petróleo no Brasil. Passado pelo ministro Cals à Petrobrás: “Conforme nossos entendimentos telefônicos retransmitidos o teor do meu despacho ontem com o Exmo. Presidente da República a respeito adaptação devem ser feitas nos modelos contratos de risco estão sendo celebrados pela PETROBRÁS PT Informo-lhe que Senhor Presidente aprovou referidas modificações PT” PARA ALCANÇAR MAIOR COOPERAÇÃO da INICIATIVA PRIVADA na PROSPECÇÃO de petróleo, propomos as seguintes modificações nas CLAUSULAS atuais de CONTRATOS DE RISCO - Delimitar a área atual de prospecção que a Petrobrás esta realizando , com RECURSOS PRÓPRIOS e ABRIR AS DE MAIS ÀREAS para a iniciativa PRIVADA . Foi recomendado à Petrobrás PROGRAMAR para o ano de 1980 , 1 MILHÃO DE METROS , como meta a ATINGIR:

-OFERECER às empresas PRIVADAS a possibilidade de ter ACESSO as BACIAS INTEIRAS, INCLUSIVE PROPORCIONANDO-LHES TODA a INFORMAÇÃO GEOLÓGICA NECESSÁRIA, sobre a área TOTAL DAS BACIAS, PARA QUE POSSAM SER ESCOLHIDOS os Blocos que INTERESSAM a cada imprensa.

-PARTICIPAÇÃO da empresa contratante, na base de PRODUÇÃO, como é de praxe internacional naturalmente, a Petrobrás exercerá adequada fiscalização. Decisão conjunta sobre o nível comercial da reserva descoberta pela pesquisa objeto do Contrato de Risco; - Garantia do reembolso e /ou remuneração, em moeda estrangeira, com registro do contrato no Banco Central do Brasil.

-Admitir que parte da REMUNERAÇÃO fosse feita em PETRÓLEO, ressalvados os interesses nacionais em caso de crise.

-”Estimular a participação da pequena e média empresa nacional, que poderia, sob a forma de consórcio, ser contratada, até mesmo pela Petrobrás

[..] “O que esta acontecendo no Brasil é o **MAIOR ESCÂNDALO** da nossa história”. Não fica no teléx acima a capacidade de entregar. A ignomínia é ainda é maior. **Em julho de 1981, abriu-se pré-qualificação para trinta e três companhias estrangeiras, na sexta licitação. Do total, 20 são americanas e as outras treze, empresas igualmente estrangeiras, sediadas em outros países.**

A sexta licitação abrange uma área de dois milhões de quilômetros quadrados _ ou seja, quase a metade da área sedimentar brasileira. A Petrobrás crescendo no ritmo atual terá forçosamente, a sua evolução detida, porque o governo não quer que se desenvolva e as multinacionais não deixam. Até quando?

[..] Ceder Petróleo é ceder soberania. Quem controla o petróleo comanda a economia do país.

*A Nação não se calou. Foram muitas as manifestações contrárias a este escândalo, em todo o País. Por exemplo: “Conselho de Representantes da Coordenação Nacional de Geólogos – Contra os “contratos de risco” e a favor do monopólio estatal do petróleo, que deve ser exercido integralmente pela Petrobrás “[..] Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo Moção nº237 – Autor Deputado Robson Marinho”. [..Moção. Contra os “Contratos de Risco” e pelo “Monopólio Estatal do Petróleo”. Foi aprovada em sessão do dia 16. 10.1975, quando já se havia pronunciado pelo “contrato de risco” o Presidente Geisel. A decisão da assembleia foi da maior importância.”. Centro XI de Agosto (Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo repele os contratos de “risco”). **Brasileiros Despertem Para Uma Nova Luta!***

Discordar é nosso direito imposterável.

[...] A ideia de que as multinacionais conseguem encontrar petróleo facilmente é falsa. A tecnologia não faz milagres. A Erixxon levou 50 anos para achar petróleo na Austrália. Desde 1958, em Gana as multinacionais operam e até agora nada extraíram .
[...] Enquanto isso, com tecnologia própria a

Petrobrás, num setor praticamente novo para os técnicos brasileiros na época, fizeram com que os primeiros campos submarinos com águas profundas, descobertos entre 1968 e 1969, levassem cinco anos para entrar em produção comercial. [...] Sem Subversão, sem radicalização, mas também sem subserviência, o Centro XI de Agosto, toma a histórica decisão de combater os contratos de risco, esperando que hoje, como no passado, em defesa da Democracia e dos ideais nacionalistas, contra todas as forças de usurpação do poder, a Nação nos ouça e a vitória garanta um Brasil livre e independente, fiel às suas tradições de liberdade e respeito á sua Constituição e aos direitos humanos. Mário Renato de Miranda (pres. Do Centro “XI de Agosto”).

Preços defasados, ou melhor, *sabotagem: de janeiro de 1980 a fevereiro de 1983 a Petrobrás acumulou um prejuízo de 25 bilhões de dólares com a venda dos seus produtos, que tiveram uma perda mensal de 29% em relação à inflação de acordo com os dados da AEPT* (Associação dos Engenheiros da Petrobrás). E a traição continuou: inimagináveis e imensuráveis atentados contra a nossa empresa símbolo estavam sendo arquitetado, pelas multinacionais de petróleo e seus lobistas.

Euzébio, preocupado, irritado continuou, sem descanso a denunciar os sabotadores e tentar a retomada, com outros patriotas da campanha “do petróleo é nosso”! Diante de um governo considerado nacionalista, não titubeou e resolveu escrever uma carta aberta, ao presidente Itamar Franco (18). As multinacionais passaram a contar, com total apoio irrestrito do seu ministro da fazenda, o FHC. Aliás, ele foi eleito com compromisso de privatizar a Petrobrás.

“Os governos anteriores, eu os denuncio”. *Tentam, sistematicamente, arruinar a Petrobrás. Obrigam a empresa a vender seus produtos por preços inferiores aos custos de produção. Ministérios, autarquias e repartições se recusam a pagar seus débitos, que já vem operando com prejuízo por culpa da indiferença e conivência dos governos passados,*

insensíveis ao acúmulo de um déficit de caixa de US\$ 100 milhões, por mês.

É inadmissível que governos que deveriam zelar pelo patrimônio público da eficiente empresa de grande prestígio internacional, compactuaram com a prática inaceitável da economia e atentatória aos interesses nacionais.

É inadmissível que governos que deveriam zelar pelo patrimônio público da eficiente empresa de grande prestígio internacional, compactuaram com a prática inaceitável da economia e atentatória aos interesses nacionais. Enquanto os EUA “Redobram a vigilância contra a penetração japonesa, por intermédio do seu “Trade Act”; enquanto na França, o povo em consulta, plebiscitário promete resguardar a indústria francesa, enquanto que a Dinamarca...”, nos aqui, por intermédio da ação insensata, insidiosa e avassaladora das forças antinacionais, ameaçamos frontalmente a Petrobrás, a nossa principal empresa, viga mestra do desenvolvimento nacional, empresa símbolo do desenvolvimento econômico — uma conquista do povo brasileiro.

A opção de produzir petróleo ou importá-lo — o que é melhor para o Brasil? Todos esses anos, com a crise do petróleo e a guerra do Golfo, o Brasil continuou abastecido com os melhores preços internacionais, gerando empregos, economizando divisas. Em caso de guerra ou de nova crise esmagada a Petrobrás, estaríamos vulneráveis e escravizados à dependência externa.

A Petrobrás importa atualmente, o barril de petróleo levando em conta os gastos com fretes e seguros, por US\$20,1. Na planilha de custos, da empresa, esse barril é contabilizado, por apenas US\$ 13,69. Assim para quem ‘não sabe, o petróleo nacional custa US\$ 15, o barril contra mais de US\$ 20 do importado. Significa que em cada barril, de petróleo importado, a Petrobrás perde US\$ 6,41. É valiosa e decisiva a contribuição da Petrobrás para o barateamento dos custos de produção e, conseqüentemente, um fator desinflacionaria. Caso tratasse de uma empresa privada, nacional ou estrangeira, sem dúvida, o princípio seria a “maximização dos lucros” de consequência desastrosa para o país. Altamente esclarecedoras são as afirmações do presidente da Shell do Brasil, Senhor Robert Broughton (Folha

de São Paulo 02.03.92):

“Deverá haver alinhamento dos preços aos preços internacionais. Se eu fosse acionista da Petrobrás, eu entraria na justiça. Ela compra petróleo por US\$ 19 e vende a US\$ 14. Existe aí “uma loucura”. E, ainda querem arruinar a Petrobrás! Torna-se imperioso corrigir nos prejuízos no limite que sejam suportáveis pela empresa. Do contrário mata-se a galinha dos ovos de ouro. [...]” (São duas paginas 10 e 11 do jornal). “Noticias do Brasil”. s/ data “[...] Quando a empresa iniciou as atividades em 1954 era caótica a situação com apenas 30 geólogos e 100 engenheiros. Hoje, a empresa conta com 700 geólogos e seis mil engenheiros trabalhando na indústria petrolífera. Nossas reservas se elavam hoje a oito bilhões de barris de petróleo, superiores as Canadá, da Shell e da Esso, as maiores empresas do mundo. A Petrobrás conta com um patrimônio de 160 bilhões de dólares. Temos petróleo e muito. Falta a decisão política para investir.(1)

Preservar a Petrobrás é garantir o DESENVOLVIMENTO E ABRIR PERSPECTIVA DE UM GRANDE FUTURO. Igualmente preservar todas as nossas empresas; como por exemplo o BANCO DO BRASIL é a melhor forma que encontramos para economicamente o país, após tantos erros e tantos atrasos provocados por equivocadas políticas econômicas sucessivas. [...] “Duas paginas (10 e 11) do jornal “Noticias do Brasil”. s/ data), revela o des-serviço dessa política equivocada ou comprometida com os interesses internacionais.

É de relevante importância conhecer as ignomínias praticadas, nos subterrâneos da traição, quase sempre não noticiada pela nossa imprensa. São seriíssimas as denúncias reveladas e provadas por Fernando Siqueira, ex-presidente da AEP. Aliás, como dizia Euzébio Rocha: “Fernando tem a competência, a coragem, a seriedade e a combatividade que me faz acreditar e admirar essa nova geração de patriotas”.

Vejamos as denúncias: 1993 - Como ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso fez um corte de 52% no orçamento da Petrobrás previsto para o ano de 1994, sem nenhuma fundamentação ou justificativa técnica. Ele teria inviabilizado a empresa se não tivesse estourado o escândalo do orçamento, envolvendo vários

parlamentares apelidados de anões do orçamento, no Congresso Nacional, assunto que desviou a atenção do País, fazendo com que se esquecessem da Petrobrás. Todavia, isto causou um atraso de cerca de seis meses na programação da empresa, que teve de mobilizar as suas melhores equipes para rever e repriorizar os Projetos integrantes daquele orçamento;

1994-Ainda como Ministro da Fazenda, com a ajuda do diretor do departamento nacional dos combustíveis, **manipulou a estrutura de preços dos derivados do petróleo, de forma que, nos 6 últimos meses que antecederam o Plano Real, a Petrobrás teve aumentos mensais na sua parcela dos combustíveis em valores 8% abaixo da inflação. Por outro lado, o cartel internacional das distribuidoras derivados teve aumentos de 32%, acima da inflação, nas suas parcelas. Isto significou uma transferência anual, permanente, de cerca de US\$ 3 bilhões do faturamento da Petrobrás, para o cartel dessas distribuidoras. A forma de fazer isto foi através dos 2 aumentos mensais que eram concedidos aos derivados, pelo fato de a Petrobrás comprar o petróleo em dólares, no exterior, e vender no mercado em moeda nacional. Havia uma inflação alta e uma desvalorização diária da nossa moeda. Os dois aumentos repunham parte das perdas que a Petrobrás sofria devido a essa desvalorização.**

Mais incrível: a Petrobrás vendia os derivados para o cartel e este, além de pagá-la só 30 a 50 dias depois, ainda aplicava esses valores e o valor dos tributos retidos para posterior repasse ao tesouro no mercado financeiro, obtendo daí vultosos ganhos financeiros, em face da inflação galopante, então presente.

Quando o plano Real começou a ser implantado com o objetivo de acabar com a inflação, o cartel reivindicou uma parcela maior nos aumentos porque iria perder aquele duplo e absurdo lucro.

1995 - Em fevereiro, já como presidente, FHC proibiu a ida de funcionários de estatais ao Congresso Nacional, para prestar informações aos parlamentares e ajudá-los a exercer seus mandatos com respaldo de informações CORRETAS e TECNICAS. Assim, os parlamentares ficaram reféns das manipulações da imprensa comprometida. As informações dadas aos parlamentares no governo de Itamar Franco, como dito acima, tinham impedido

a revisão com um claro viés neoliberal da Constituição Federal.

Três meses, antes do seu falecimento foi homenageado com a Medalha “ANCHIETA”. Já debilitado pronunciou seu derradeiro discurso veemente e incisivo. Foi editado após a seu falecimento, com prefácio do grande patriota, Barbosa Lima Sobrinho. (1). Preocupado e revotado, *diante das medidas tomadas pelo governo de traição nacional*, no dia anterior a sua morte, se levantou do leito, se apoiado no neto Vanderley Caixe Filho, escreveu sua derradeira mensagem. Alertou os brasileiros contra as manobras realizadas pelos vendilhões da pátria:

**“O NEOLIBERALISMO É O SUPERADO PASSADO TOR-
NANDO-SE UMA IGNOMINIA PRESENTE. É A TENTATIVA
SUPREMA DE CONFUNDIR A NAÇÃO. A PÁTRIA VENCERÁ
INAPELAVELMENTE”.**

ANEXOS E NOTAS:

(1) **Brasil País Ameaçado e o Acordo de Garantias.** São Paulo: Ed. Fulgor. 1965.

Petróleo: Do Monopólio à Entrega. São Paulo: Ed. Quilombo. 1982 (Coleção Cadernos do Povo).

Petrobrás Esse Patrimônio é Nosso. São Paulo: RG Editores Associados, 1991. Apoio do Sindicato dos Escritores do Estado de São Paulo; Debate Nacional. Coordenadores: Luis Toledo Machado e Esdras Magalhães Filho. Debatedores, entre outros: Euzébio Rocha. Edições INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Apoio Cultural SEESP- Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo

“[...] As companhias Petrolíferas sentenciavam não haver petróleo no Brasil. Em março de 1936, O Ministro da Agricultura, Odilon Braga, no documento: “Bases para o Inquérito Sobre Petróleo”, afirmou: -”Neste momento o que mais inquieta os círculos financeiros é o da superprodução de petróleo”. Donde se conclui que, para as elites controladoras internacionais (basicamente a Standard Oil e Royal Dutch Shell) não interessava jorrar petróleo no Brasil, bastava delimitar as áreas em que isso poderia ocorrer e, eventualmente, tomar posse dos terrenos mais promissores, como reservas resguardadas de

quaisquer pesquisas indesejáveis [...]”.

Petrobrás Apesar das Pressões - A Luta Pelo Petróleo. São Paulo. Ed. Própria. 1994; ROCHA, Euzébio **A Luta pelo Petróleo**. São Paulo: Produção Independente, 1994.

[...] Em dezembro de 1933 a Diretoria Geral da Produção Mineral contratava o geólogo Victor Oppenheim, recém-chegado ao país. Vinha como especialista que havia trabalhado na Argentina na Standard Oil, em seguida, na Yacimentos Petrolíferos. Assumiu a posição de Diretor de Geologia, dispondo, portanto em primeira mão, de todas as informações do subsolo nacional, revelado pela Geologia. Em 1934 publicou seu controverso trabalho [...]. Em que negou a existência de petróleo no Brasil Meridional [...]. Colocaram-se contra as conclusões do autor os Geólogos Gonzaga de Campos, Euzébio de Oliveira e Moraes do Rego. Manuel Bastos, considerado um autodidata em geologia, foi quem primeiro começou a pesquisar petróleo em Lobato. Constatou que os moradores daquelas vizinhanças, no lugar chamado Cabrito, usavam uma pasta oleosa, para acenderem as lamparinas. Abriu uma cisterna de quatro metros de profundidade e a protegeu com madeira. A 3 metros de profundidade começou a minar petróleo. Convidou o Presidente da Bolsa de Mercadorias, Oscar Cordeiro, para constatar a ocorrência. Oscar Cordeiro compreendeu o significado da ocorrência e deu a maior divulgação. Levando ao local o Geólogo Teodoro, para dar seu parecer sobre a ocorrência de petróleo. Conclusivamente, afirmou: “Esse óleo mineral”, de cheiro inequívoco, tirado do fundo dos poços, onde sobrenada em quantidade muito apreciável, sendo lançado sobre palhas ou algodão queima facilmente com uma luz vermelha fumarenta, e queima demoradamente por pequena que seja a quantidade levada. Trata-se evidentemente, de petróleo impuro, misto de substâncias outras que de ordinário com ele se associam. (Magalhães Pinto. P. 29 e 30,36,40 a 46. Que referência é esta?

ROCHA, Euzébio. **Denúncia à Nação**. Publicação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos/AEP. Ribeirão Preto/SP: Gráfica Villimpress. 1977. Pronunciamento realizado na solenidade em que foi homenageado com a medalha “Anchieta”, pela Câmara dos Vereadores de São Paulo. Publicado também, pelo jornal *Hora do Povo*.

Foi seu derradeiro pronunciamento público.

[...] Violência contra a campanha do petróleo. Massacre na Praça Marechal Floriano: o sangue correu. A autoria mental do bárbaro atentado, aos que não podem ver senão com desassossego, a realização de um CONGRESSO, como o que foi realizado na ABI. O qual tem como objetivo esclarecer, sempre mais e mais todas as classes, sobre as razões pelas quais não podemos prescindir do petróleo.



(2) Praça Marechal Floriano e participantes do ato



[...] O Jornal Diário da Noite. Rio de Janeiro. 24 set.1948.



Jornal O Mundo. Rio de Janeiro, 10 out.1948. Coluna do Jornalista L.S. Costa.



(3) *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 02 fev. 1952. Conferência de Euzébio Rocha no Clube Militar. Ciclo de Conferências no Clube Militar/Publicação do Departamento Cultural do Clube Militar - Publicação das 5ª e 6ª conferências da série “Estudo do Problema do Petróleo”. Rio de Janeiro, 14 fev. 1952, pelos Deputados Euzébio Rocha e Orlando Dias.

Jornal O Popular. Rio de Janeiro, 26 de Fevereiro de 1953. Rio. Fica claro que os americanos não confiam nas autoridades brasileiras. Assim, não é possível que nos, apenas tenhamos que acreditar neles. Não nos esqueçamos do procedimento condenável de alguns marinheiros americanos, durante a guerra no norte do país e dessa vez poderá ser muito pior, porque esses militares terão em nossa terra, a protegê-los, as imunidades diplomáticas, segundo o “Acordo” firmado entre os dois países. “Euzébio Rocha relembrou a decisão histórica do general Estilac Leal, rejeitando esse “Acordo” quando foi Ministro da Guerra.”)

(4) SODRÉ, Nelson Werneck Sodré. **A História Militar do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968: “[...] Quartéis foram transformados em locais de torturas, oficiais transformaram-se em carrascos, celas em câmaras de defuntos, com a anuência, ou a conivência, ou a cumplicidade de comandantes de unidades, e com o conhecimento de generais. As violências abrangeram as três forças armadas. Assim, minoria de oficiais, que de forma alguma poderia

ser tomada como representativa das classes armadas e de sua mentalidade, tomara a si a sinistra e suja tarefa de esmagar aqueles que desejavam apenas defender os interesses do país e repelir a intervenção indébita e impatriótica de potência estrangeira. Tais elementos deixaram uma página negra em nossa história militar e representam a infâmia de que o imperialismo é capaz.”

“José Pontes Tavares, civil, ex -marinheiro, preso em 13 de junho, por ordem do ministro da Marinha. prisão que foi efetuada por escolta constituída de soldados e oficiais da Marinha e do Exército, civis da polícia política e três americanos, foi ameaçado de morte e barbaramente espancado e amarrado no ato da prisão e assim conduzido, sob mira de metralhadoras e outras armas para a polícia do Exército (PE). Na mesma noite, foi entregue à polícia civil (DOPS) onde foi espancado barbaramente por mais de uma hora e levado nu para uma cela cheia de fezes e coberta com pó de serra. Esfregado nesses dejetos e forçado, em seguida, a ingerir uma dose cavalariça de óleo de rícino”. No dia 23, redobram-se os espancamentos e sevícias, sendo praticado consigo, à força, atos de pederastia, introdução no reto de cassetete untado de pimenta, foram-lhe esfregado pimenta nos olhos, cuspiram-lhe dentro da boca, com um alicate puxaram-lhe o pênis, com um cano de borracha esmagaram-lhe os testículos”. [...] “Aribaldo de Oliveira, ex- segundo sargento, preso no dia 25 de abril [...], assistiu ser retirado, de uma das celas, o tarefeiro Clarindo Pereira Serpa, inchado e desfalecido, aparecendo, no outro dia, morto na calçada do referido quartel”. “[...] A Base Aérea de Natal tornou-se, realmente, em um verdadeiro campo de concentração. Ali se empregavam os métodos mais requintados de torturas: física, moral e psíquica, não faltando o mais baixo instinto da depravação humana.

Ali foram construídas celas especiais, dentro de um bloco maciço de cimento armado, celas especiais de tortura não faltando o clássico alto-falante para ajudar a enlouquecer os menos resistentes e para impedir que, fora daquele antro, a própria massa de oficiais, sargentos e praças pudesse tomar conhecimento do que no seu interior se passava. E, cercando tais dependências com um armamento especial, com postos de metralhadoras e sentinelas reforçadas, tudo

o que se considerou indispensável para criar um típico ambiente de terror nazista

[...] “Depoimento do Major Aviador Fortunato Câmara de Oliveira no seu interrogatório na 1ª Auditoria da Aeronáutica, no Rio 24 de Junho de 1952, Em alguns dos seus trechos: “O depoente está em liberdade mas esteve preso durante o inquérito e a sua prisão teve como objetivo imediato interromper os trabalhos eleitorais, que vinha desenvolvendo na campanha para as eleições no Clube Militar, em 1952, a favor da reeleição da diretoria encabeçada pelos generais Estilac Leal e Horta Barbosa.[...] A imprensa da época está plena de comentários a respeito das torturas que eram impostas aos acusados nesses inquéritos militares. No parlamento Brasileiro, elas foram amplamente denunciadas, entre outros deputados por Campos Vergal, Euzébio Rocha, Antunes Oliveiras e outros. Colocar o nacionalismo na ilegalidade, esse o grande esforço do terrorismo militar então desencadeado

“[...] O Deputado Euzébio Rocha, tratando de tais processos, esclarecia: ‘Não é por acaso que eles surgiram em cena justamente na ocasião em que o Congresso Nacional debatia o Projeto da Petrobrás’. Não é por simples coincidência que os militares presos e processados eram aqueles que se distinguiam na caserna e em suas associações de classe como fervorosos batalhadores pela tese do Monopólio Estatal do Petróleo. Não me admira que, no momento em que se reacenderam no país os debates em torno da encampação da Light e do Projeto da Eletrobrás, outras “tramas subversivas”, pondo em risco as instituições nacionais, sejam também “descobertas” e ocupem as manchetes de certa imprensa.” esse parágrafo é tirado de onde?

“[...] É nos próprios autos do processo é que vamos encontrar elementos de prova, o mais veemente da coação e da violência que se abateu sobre os acusados, na fase do Inquérito Policial Militar, a fim de forçá-los a assinar documentos forjados previamente pela própria Comissão de Inquérito, documentos que mais tarde seriam apresentados como confissões.” “Deputado Euzébio Rocha da Tribuna de Defesa dos Militares.[..]”.

(5) MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *O Petróleo é Nosso – A*

luta Contra o Entreguismo, Pelo Monopólio Estatal do Petróleo. Rio de Janeiro: Grf. e Ed. IPSIS,1949.Pg. 321"[...] Prosseguiram em todo país os preparativos para instalação da III CONVENÇÃO NACIONAL DE DEFESA DO PTRÓLEO. Dias antes de 05.07.1952 - data em que, já no ano anterior se instalara Conclave semelhante, patrocinado pelo CEDPEN - chegou ao Centro de Estudos do Petróleo e da Economia Nacional , dirigido ao seu Presidente, General Felicíssimo Cardoso, o seguinte patético telegrama:

“SOLICITAREI AMIGAVELMENTE TRANSFERÊNCIA CONGRESSO DO PETRÓLEO PARA AGOSTO APELAN- DO PATRIOTISMO VG HOSPITALIDADE BRASILEIRA VG POIS PODERÁ PARECER UM ACINTE AUTORIDA- DES GOVERNO BEM COMO ILUSTRE HÓSPEDE PT NÃO SENDO ATENDIDO VG CONGRESSO SERÁ PROI- BIDO MÊS DE JULHO PT FRANCISCO ROSAS DIRETOR DIVISÃO POLÍTICA POLÍTICA (...) A despeito de todas as explicações do líder, a verdade é como bem acentuou o deputado Antônio Maria Correia,o telegrama comprometia o governo, que na expressão daquele parlamentar, “aparece como subserviente a uma nação estrangeira”[...]

Transcrito *Jornal sem Nome.* Arquivo de Euzébio. 30 set.1949, p 1ª e 2ª. Circular do Ministro da guerra. Não entendi direito esse texto do jornal,o que foi transcrito?

Circular enviada pelo Ministro da Guerra (1946 a 1951)

“Ante as manifestações coletivas de oficiais do Exército sobre a “questão do petróleo”, que contraria as determinações do Regulamento Disciplinar do Exército em seu nº 102 do art. 13, recomendo o afastamento dos militares de manifestações públicas como tais que envolvem o Exército em questões que se não relacionam, diretamente, com suas atividades profissionais e o está (*sic*) arrastando para um terreno assás (*sic*) perigoso.
Não tenho intenção de cercear a liberdade de ação e de pensamento de meus camaradas. Bem conhecido é o meu modo de agir e claras têm sido as minhas apreciações sobre a prática das idéias democráticas.
O que faço questão de exigir é que meus companheiros não se envolvam, coletiva e publicamente, dando assim a impressão de manifestação de classe, em particularidades que não são de suas atribuições precípua e que, muito menos, levem consigo para terreno estranho a credencial da Instituição a que pertencemos, máxime quando o assunto em foco está submetido a estudo e alta decisão do Poder Legislativo.”
Pensamos que tal nota (aliás, com vários atentados à gramática elementar) representou, em verdade, clara manobra a favor da tese entreguista Juarez-Dutra, pois as poucas e inexpressivas declarações de apoio a esta jamais provocaram qualquer advertência, ao contrário do que ocorreu em relação às adesões à tese Horta Barbosa.

(6) Discurso Proferido na Câmara dos Deputados, contra os trustes, na seção do dia 18.08.1949. Indignado, com tudo que estava ocorrendo, contra a luta pelo "Petróleo é Nosso", Euzébio Rocha, conhecedor dos métodos sórdidos utilizados pelos trustes do petróleo, proferiu eloquente e detalhado discurso. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional/Câmara dos Deputados, jan.1949, p. 37-49.

(7) Discurso de Euzébio Rocha da tribuna da Câmara. Apresentado o substitutivo sobre *Monopólio Estatal do Petróleo*. Rio de Janeiro: Diário do Congresso, 25 e 28 jan.1952.

DISCURSO DO DEPUTADO SENHOR EUZÉBIO ROCHA, PROFERIDO
NA SESSÃO DO DIA 25 DE JANEIRO DE 1952.

Cuja publicação seria feita posteriormente.

O SR. EUZÉBIO ROCHA (*Não foi revisto pelo Sr. Presidente*, em nenhuma oportunidade de minha vida parlamentar senti mais pesados os ônus de um pronunciamento, nem pedi mais a Deus que dirija as minhas palavras no sentido de unificar a Nação, de unificar esta Casa, de congregar num único esforço, — Parlamento, Poder Executivo e povo — do que no instante em que trato da questão do petróleo objeto de campanha sublime pelo civismo, sublime pela resistência demonstrada tôdas as vezes que periclitou a legislação nacionalista. Occupo hoje a tribuna para ajustar melhor o Projeto n.º 1.516 aos termos da sustentação da Mensagem, assunto que julgo da maior importância e de cuja solução depende a própria soberania do Brasil.

Felizmente, confortou-me o coração e encoraja-me à luta o fato de, ao comunicar ao Sr. Presidente da República a minha deliberação, S. Ex.ª me ter declarado que, quanto mais nacionalista for o projeto, mais preservar os interesses do Estado, mais impedir que seja a Sociedade um instrumento de enriquecimento de poucos, mais satisfará aos seus desejos.

Honrou-me também o Sr. Presidente da República ao declarar-se surpreso pelo fato de não ter sido eu ouvido quanto ao texto integral do Projeto. S. Ex.ª, que para mim representa, além de Chefe do Executivo, o do meu Partido, confortou-me por essa forma. Confortou-me, também, neste pronunciamento, a palavra de homens, verdadeiros patriotas para a Pátria Brasileira, como a figura do preclaro Presidente Artur Bernardes.

Na ocasião em que levei a S. Ex.ª o nosso Projeto, para que, com a sua experiência e conhecimento das coisas do Brasil e das necessidades nesses

setor, trouxesse as luzes da sua inteligência, satisfize-me o fato de Sua Ex.ª poder considerá-lo como denominador comum da vontade férrea do povo e da Nação Brasileira.

Procurei — creiam-me os ilustres colegas — com o maior zelo, menos pelo que possa fazer, e muito mais pelo que puderam fazer os amigos que me cercam, trazer contribuições que realmente preserve os interesses nacionais.

Vejamos, porém, o quadro do mundo! Não basta que uma nação possua reservas petrolíferas para que seu povo seja feliz. Ao contrário: aí está a Venezuela, a Colômbia, o Paraguai, a Bolívia, vítimas da opressão dos trustes petrolíferos. Cumpre ressaltar a encantadora resistência do Irã, resistência magnífica, em que o povo todo se reúne ao lado do Governo, desfaldando uma bandeira de liberdade. Note-se, porém, que, para conseguir isso, foi necessário que o Irã rompesse as boas relações que mantinha com a Inglaterra.

O Sr. Medeiros Neto — Sr. Deputado: estive nos Estados Unidos da América do Norte e trouxe de aquéle País, como também do México, uma tese que talvez não possa ser espasada por V. Ex.ª, pois acredito que ela se oponha diametralmente ao seu ponto de vista, nas considerações que ora tece da tribuna. Devo salientar, entretanto, que laboramos em grave erro. Enquanto crescemos à mercê do falso intelectualismo brasileiro, a ponto de considerarmos uma questão exclusivamente nacional a exploração do petróleo, não podemos, de forma alguma, no momento em que a espiral da nossa importação desse produto dobra de seis em seis anos, apelar para uma solução pura e simplesmente nacionalista. Temos de

DISCURSO DO DEPUTADO SENHOR EUZÉBIO ROCHA, PROFERIDO NA SESSÃO DO DIA 28 DE JANEIRO DE 1952.

Cuja publicação seria feita posteriormente

O SR. EUZÉBIO ROCHA — Senhor Presidente. Estava eu a examinar, na última sessão, os fundamentos do projeto que vou submeter à consideração da Casa, quando Vossa Excelência, anunciando o término do tempo a mim destinado, obrigou-me, nos termos do Regimento, a deixar a tribuna.

Srs. Deputados: Não desejava cansar o espírito daqueles que, com tanta gentileza, prestaram a maior atenção à exposição que fiz na sexta-feira última, tendo artigo por artigo do projeto que VV. EEx.^{as} irão examinar com o cuidado que a matéria exige. Peço, entretanto, que tolerem a leitura integral do texto, como segue:

“Dispõe sobre a organização da Sociedade Por Ações Petróleo Brasileiro S. A. e dá outras providências.

Art. 1.º Fica a União autorizada a incorporar na forma do disposto nesta Lei, uma sociedade por ações, denominada Petróleo Brasileiro S. A.

Art. 2.º A Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima terá por objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o transporte e o comércio de petróleo e de seus derivados, inclusive de xisto betuminoso, bem como quaisquer atividades correlatas ou afins.

§ 1.º A pesquisa e a lavra, realizadas pela Sociedade, independentemente de autorizações ou concessões prévias e obedecerão a planos aprovados pelo Conselho Nacional do Petróleo.

§ 2.º A distribuição e o comércio dos derivados de petróleo

produzidos, ou apenas industrializados, no país, ou importados pela Sociedade poderão também ser feitos através de empresas subsidiárias, expressamente organizadas para esse fim.

§ 3.º Não serão instituídas quaisquer organizações nem feitas novas autorizações ou concessões com objetivos idênticos, correlatos ou afins aos da Sociedade e suas subsidiárias.

Art. 3.º O capital da Sociedade será inicialmente de... 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), dividido em... 20.000.000 (vinte milhões) de ações ordinárias no valor de... Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) cada uma.

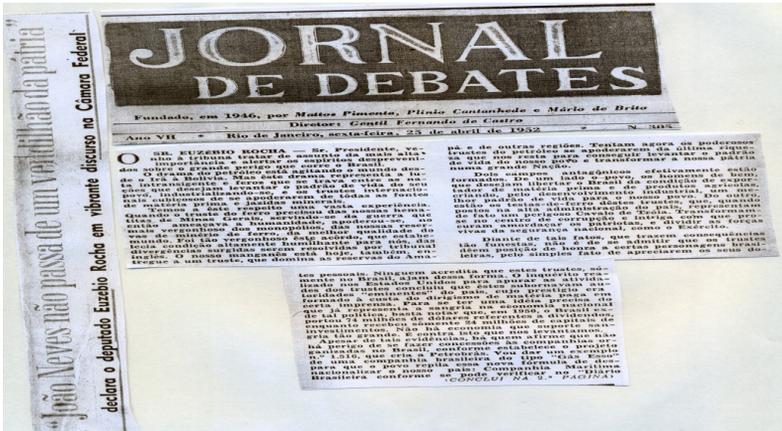
Parágrafo único. Até o ano de 1956 (mil novecentos e cinquenta e seis) o capital da Sociedade poderá ser elevado a um mínimo de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros).

Art. 4.º O capital da Sociedade será sempre constituído: 51% (cinquenta e um por cento), no mínimo, de ações de propriedade da União e 49% (quarenta e nove por cento) no máximo, de propriedade dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios.

Parágrafo único. As ações dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, só poderão ser alienadas à União.

Art. 5.º O capital das empresas subsidiárias a que se refere o parágrafo 2.º do artigo 2.º, será, 51% (cinquenta e um por

[...] *Jornal de Debates*. Rio de Janeiro, 25. Abril de 1952 1ª e 2ª pag. João Neves da Fontoura Não Passa de um Vendilhão da Pátria. Euzébio denunciou o Ministro da Fazenda de Vargas (vj. jornal)



(8) *Jornal O Tempo*, 26.janeiro de 1952. Rio. “MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO” - Fator decisivo de progresso e bem estar do Povo Brasileiro (25.01.1952). Proferido, para aperfeiçoar o Projeto Lei nº 1516 de dezembro de 1951 enviado pelo Presidente Vargas ao Congresso. Esse discurso foi editado pelo Departamento de Imprensa Nacional. 1952/Rio de Janeiro. Editado também, em Documentos Parlamentares/ livro – CV – Petróleo – Petrobrás II – VI. (Câmara dos Deputados). Departamento dos Serviços de Taquigrafia. Diretoria de Documentação e Publicidade. Pgs. 6 a 48. Euzébio discorda do Projeto de Lei Presidencial, Nº 1516 de dezembro/ 1951 enviado à **Câmara Federal, o Projeto 1595/52 acompanhado pela Mensagem nº 469.**

Jornal do arquivo de Euzébio Rocha s/ data e sem nome



(9) Jornalista Pery Cotta. *O Petróleo é Nosso? 50 Anos de Cobiça internacional*. Rio de Janeiro 1975. Guavira Editores. 1975. Prefácio de Albuquerque Lima. P.311 a 315. Transcrevo a página que esclarece as razões que levaram a UDN a apresentar o Substituto do Deputado Bilac Pinto sobre “monopólio estatal do petróleo” - “O Petróleo é

Nosso? 50 Anos de Cobiça internacional” de autoria do jornalista Cotta, Pery. Guavira Editores. 1975. Rio de Janeiro Prefácio de Albuquerque Lima .pgs.311 a 315. transcrevo a página que esclarece as razões que levaram a UDN a apresentar o “substitutivo”.

substituição não se daria, necessariamente, pelo voto. Na verdade, o objetivo do partido foi o da oposição sem limites e sem condições a menos de Sr. Getúlio Vargas, extracção da negação irrevocável de todos os atos oriundos de seu governo.

Com esse espírito, não havia nenhuma razão para que ele se atecasse a tese do monopólio estatal do petróleo. No discurso de Euzébio, no início da campanha eleitoral, o Brigadeiro Eduardo Gomes disse que, quanto ao petróleo, urge definir uma política de continuidade no incentivo, prospecções e pesquisas, política essa que deve proporcionar, nos próximos anos, a inversão de capitais estrangeiros em nosso país.

Dois meses mais tarde, ao elaborar o programa partidário os udenistas adotam como declaração de princípios:

“Apesar para o Brasil estrangeiro, necessário para os empreendimentos de reconstrução nacional e, sobretudo, para o aproveitamento de nossas reservas exploráveis dando-lhe um tratamento equitativo e liberdade para a saída de juras.”

Não obstante, o udenista Bilac Pinto, por razões que não foram as nossas encampadas por Bernardes e Euzébio, buscando exemplos europeus que regiam a eficiência das empresas mistas, apresenta a Petróleo S.A. “entidade autônoma, com personalidade jurídica”, que terá por objeto o pesquisa e produção de hidrocarbonetos no artigo primeiro, bem como a refinação do petróleo e o seu transporte marítimo, fluvial e terrestre ou por meio de condutor”. O artigo primeiro, aqui referido, declara que “são marítimas, como bens inalienáveis e imprescritíveis, as jazidas de petróleo e de outros hidrocarbonetos fluidos e gases raras, existentes no território nacional”.

O projeto de Bilac não acrescentou nenhuma novidade. E uma bio, além do fato de que seu artigo primeiro quase uma reprodução do disposto no artigo 236 de 7 de maio de 1941, de autoria do Estado Novo. Tanto assim, que ele contém as assinaturas de Euzébio e Bernardes.

Nada disso no entanto desfaz o seu mérito e compromete sua importância. Inadvertidamente, ele deu chance à História para registrar o monopólio estatal do petróleo entre as grandes realizações corporativas do Poder Legislativo.

A habilidade política de Vargas alcançava aqui o seu auge derradeiro. A 16 de Junho, a fusão dos dois projetos e votada mediante acordo prévio celebrado entre a maioria e a minoria. Encarilhando a votação, feita com inteligência e serenidade o líder do governo, deputado Gustavo Capanema.

(10) Gondin da Fonseca. *Que Sabe Você Sobre Petróleo?*. Rio de Janeiro. 1955. Ed. Livraria São José.

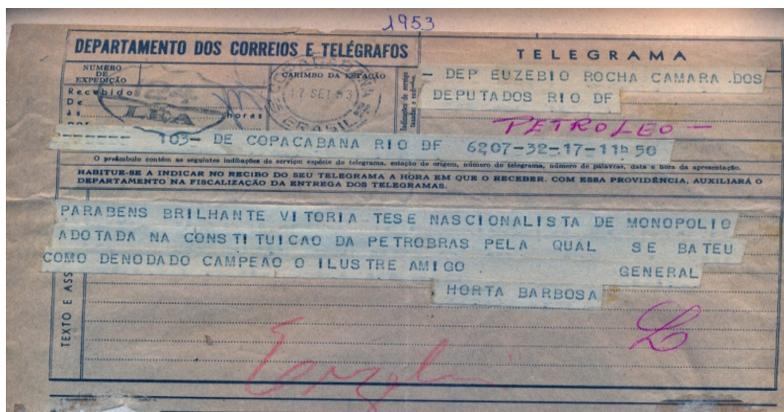
QUÊ SABE VOCÊ SOBRE PETRÓLEO? 21

artigos, com as suas luminosas conferências, com a sua capacidade inaudita de argumentar fechando todas as brechas, com as suas premissas e conclusões escrachantes, de uma clareza brutal de holofote, — converteu os comunistas ao seu credo.

Chamado para o Conselho Nacional do Petróleo em 1938, o general Horta Barbosa revelou-se nacionalista rubro. Era positivamente contra a concessão pura e simples de licenças a estrangeiros que pretendessem explorar petróleo. Getúlio Vargas, que não tinha opinião alguma sobre a questão, adotou, com o correr do tempo, a tese nacionalista. Devemos lisamente declarar, por ser verdade, que sem Getúlio e sem Dutra (vivamente combatidos ambos) e sem a clarividente cooperação do Congresso Nacional, onde homens como Artur Bernardes, Alberto Pasqualini e Euzébio Rocha se sagraram, para sempre, beneméritos da Pátria, — a “Petrobrás” não teria surgido e a Standard dominaria o Brasil.

Mas o leitor me perguntará por que motivo nós cumpre eliminar companhias estrangeiras das nossas pesquisas petrolíferas. Tem razão na sua pergunta e eu vou responder-lhe. Infelizmente, a minha resposta não poderá ser breve. Há de ocupar diversos capítulos. Escreve-os-ei de boa-vontade para o Iluminar o assunto e demonstrar, de modo nítido, que o ponto de vista de Matos Pimenta e Horta Barbosa, hoje adotado definitivamente pelo Estado-Maior das Forças Armadas, é o único honesto e patriótico. Convencerá você, leitor amigo, de que deve apoiar a campanha nacionalista de “O petróleo é nosso” e não a campanha entreguista de “O petróleo é deles”. Terei, entretanto, para isso, de resumir, brevemente, a história fantástica do “ouro negro”.

11) Telegrama do General Horta Barbosa felicitando Euzébio Rocha, pela vitória da Petrobrás. Rio de Janeiro 17.09.1953.



(12) Promulgada pelo Presidente Vargas, em três de outubro 1953, a Lei 2004 que criou o MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO, apesar da visita da esquadra norte-americana, no melhor estilo de uma “república de banana”. Vencemos! Não basta, porém a vitória. É preciso vigiar com atenção. Os trustes não abrem mão dos seus interesses. O que foi feito no passado, com novas perspectivas poder ser conquistado no presente, preparando um futuro esperanças. *Revista Memória. São Paulo.* Outubro/Novembro/Dezembro de 1992. Publicação do Departamento de Patrimônio Histórico da Eletro Paulo.N.16,.P.13 a 17.

(13) Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas ao povo brasileiro.



“CARTA TESTAMENTO DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS AO POVO BRASILEIRO”

«Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é impôsto. Depois de décadas de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros, internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação social. Tive de renunciar. Voltei ao Govêrno nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de proteção ao trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a Justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, mal começa esta a funcionar, e a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Assumi o Govêrno dentro da espiral inflacionária que destruía os valores de trabalho. Os lucros das emprêças estrangeiras alcançaram até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos de-

35

fender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, ou ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue terá o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história».

(14) *Jornal O Diário da Noite*. São Paulo, 31 de Outubro de 1953. P.1ª e 5ª.

DIÁRIO NOTÍCIAS MEDIDA QUE SE IMPÕE 31-X-52

EXPULSAO DE EUZEBIO ROCHA DO CONGRESSO NACIONAL

Clandestino representante da URSS, o traidor está perfeitamente identificado com os inimigos do Brasil

CONVENIÊNCIA de que nunca serias desconfiados contra os "traidores" e a imprensa que lhe censura os atos. O Conselho de comunistas que o acerebrou, com a sua presença, sobre a possibilidade de lhe cumprir fazer porque a tal se obrigara, agitou, também, no trabalho do petróleo e da energia elétrica.

Sabe-se que planejou ir a Araçuaia para explorar o caso do petróleo, apresentando Auditor, além de uma escola de comércio que inicialmente possuía uma estrutura bem intencionada.

Segundo o artigo verbatim "Hoje", de 10 de setembro de 1952, Euzébio assinou um manifesto, dirigido ao povo de São Paulo, contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, pela "independência nacional", em "defesa do petróleo", contra o racionamento de energia elétrica. Todos os signatários foram pela cartilha onde Euzébio aprendeu e decorou o ABC comunista.

No dia 19 de setembro, Euzébio deu um completo espetáculo no Teatro Colômbio, durante a instalação da "Liga de Defesa da Energia Elétrica". Foi seu discurso bastante forçado, repleto de pérfidas declarações em nome dos interesses da Rússia, que tem o maior empolgo no caso, e o petróleo do Brasil continha disposto no momento a terra, porque sabe que através do "ouro negro" nos podemos tomar uma grande e forte potência, o que contraria a sua sede de domínio. Na companhia de comunistas que se distinguem pela sua constante atividade, Euzébio, no velho teatro de Ipiranga, disse que era preciso criar comitês a "elétricas", em substituição à Light. Com idéias dessa natureza, o que ele pretende é o completo desmantelamento da economia brasileira para que o povo, desesperado, tome o rumo que os "vermelhos" desejam.

Sabe-se que Euzébio pretendeu sair-se em Meio Horizonte para desancar o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. Seus amigos comunistas chegaram a prepará-lo para a saída, mas Euzébio não foi e não conseguiu o objetivo que ele se propunha. Paralelamente o ditto partido, poderia dizer de Euzébio Rocha: Quem não o conheceu que o compare e saberá o perigo que pôs em causa.

Representante da URSS no Congresso Brasileiro, Euzébio está perfeitamente identificado como servil dos comunistas e inimigo do Brasil e dos seus democratas. Seus atos já comumente conhecidos constituem uma prova suficiente para impor uma condenação formal e lousavel, que deverá constar com a sua expulsão a lousa de pedra da Casa do Legislativo que desonra com a sua presença de réprobo e traidor.

coloca nenhuma dignidade de menção a ele devendo, por linhas travessas, e logo, que inevitavelmente ocupa no Congresso, Euzébio Rocha obedecesse cegamente, não porque seria grato ao favor recebido, mas porque se comprometera até os cabelos. Na sua obediência, não há papel que não desempenhe, não há missão, por mais degradante, que não execute.

Mas tantas faz, de tal forma se procede, que sobre a sua pessoa acabaram incidindo as vistas do governo Federal, tardamente alarmado com o crescimento e o significado das suas atividades.

Desse alarme deu conta um vespertino desta Capital, o qual noticiou, em sua edição de 21 de julho de 1952, que o presidente da República expediu ordem expressa proibindo terminantemente que Euzébio se utilizasse do microfone do Rádio Nacional para usar da baixa linguagem que os comunistas lhe recomendavam. A compliance, porém, não o impediu de uma empresa incorporada ao patrimônio da União chegar ao extremo de permitir desde esse curso aos seus desabios e às suas manobras nacionais.

Em agosto, que é o mês da histeria, Euzébio valeu-se de uma sessão pública extraordinária do Conselho dos Trabalhadores em Empresas Ferrovárias para arrastar uma

Jornal Última Hora. São Paulo Sem data. Raios-X Da Fraude Eleitoral / 6ª de uma série de reportagens do jornalista Gustavo Montes.

RAIOS-X DA FRAUDE ELEITORAL

VI de uma série de reportagens de GUSTAVO MONTES

A sindicância registrou cedulas com o numero 370 (Mila Camarozza) coladas pelo mesmo numero. Serias completas, com lançamentos de numeros pela mesma foto, foram encontradas na 2ª Jauia. Verificaram-se tambem lançamentos falsos e volumosa parcela de cedulas, ora com o dígito "0" na 370, ora com o nome de MILA, além de cedulas preenchidas e lapis, e a tinta, com evidente fraude, pois o eleitor só se utilizou de um dos dois instrumentos, ou vetor, e tambem houve o aumento dos apagados e lançados, em seu lugar, o numero 370.

★ DESVIOS DE VOTOS

Na semana Santa de São Paulo, houve uma fraude que prejudicou diversos candidatos. O maior número encontrado foi de cedulas com o número 370, correspondente ao candidato Euzébio Rocha, e no entanto, o voto foi contado para o número 370 (Mila). Evidentemente contido em favor do 370, outras cedulas com o número 370 foram encontradas no candidato Afonso Zaidi. Com isso, com o numero 370, 263 e outras vezes tiveram foram contadas para MILA. A fraude foi descoberta pelo apurador dessa documentação, que está passando por alguns meses carcerais, com o nome de Jairo Cardoso, como por exemplo o barbeiro de um sítio em série de cedulas, do qual foi descoberto José Santalho, hoje depurado judicialmente em exercício.

★ DIPLOMACIA

Os que mais escandalizaram da fraude foi, sem dúvida, o de Santo André, comprovado após a proclamação dos resultados, quando se deu a diplomação dos candidatos, ficando a frente o Sr. de Jacintho de 1952. As atas constantes dos volumes diplomáticos que são enviadas ao Ministério da Justiça, não se dá conta de que a diplomação foi feita em 15 de dezembro de 1952. A história

PARA DEPUTADO FEDERAL

milla

NOME DO CANDIDATO

O U

NOME DO CANDIDATO

PR

INICIAS EM PARTIDO DO DA COLIGAÇÃO

★ PRECLUSÕES

Os recursos e reclamações de partidos e candidatos prejudicados, apresentadas pelo Sr. Camarozza, não foram aceitas, porque não houve prova de que houve uma fraude, apesar de que se sabe que houve uma fraude, pois a documentação comprova a existência da fraude.

(15) Carta resposta do Desembargador Osny Duarte, para

Euzébio Rocha, respondendo sérias indagações.

Em fins de 1954, Eugênio Gudin levava a Café Filho uma oferta de empréstimo de 500 milhões de dólares, apresentada pelo Fundo Monetário Internacional, dentro do qual se abastecia o monopólio estatal. Transpiraram os bastidores governamentais, surgiu um clamor no Parlamento, na imprensa nacionalista e em setores das Forças Armadas, o que obrigou o Governo a recusar, mas Eugênio Gudin tentou parcialmente os trusts, elevando os preços para a compra de óleo cru e diminuindo para os produtos derivados importados. A Shell e a Esso solicitaram à COFAP uma elevação do preço por litro. O General Pantaleão Pessoa, presidente do órgão opôs-se, dentro do círculo geral do governo de combater a inflação. No dia seguinte, o General e todos os integrantes da COFAP amanheceram denvidos e o preço dos derivados com o aumento requerido.

Um filho do Gen. Juarez Távora ingressou nos quadros da Shell, e abundantes recursos foram canalizados para a campanha eleitoral, em sua pura perda, para a eleição do mesmo Juarez à Presidência da República.

Desprezado por Juscelino Kubitschek que precisava o apoio dos trabalhadores e do pequeno funcionalismo, o governo Café Filho empreendeu as maquinarias destinadas a impedir a posse, frustradas graças ao contra-golpe de 11 de Novembro de 1955 que afastou os golpistas, entregou o poder ao Presidente do Senado, Nereu Ramos e possibilitou a posse do eleito.

*É o que eu sei.
Um fraternal abraço de
Domingos Pin, 14.7.75*

(16) Revista Veja, 07 de Setembro de 1971. P.67 e 68 O Petróleo Uma Campanha de Posições Trocadas. São Paulo.

quando o Exército começasse também a se preocupar com o assunto. Foram passos lentos. Em 1936, o general Júlio César Horta Barbosa, chefe do Estado-Maior do Exército, escreveu ao ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra: "Sem petróleo, não há potencial militar e bélico". Dezesseis anos depois, outro chefe do Estado-Maior do Exército, general Juarez Távora, diria ao Congresso Nacional: "A solução fundamental do problema não reside em refinar e transportar petróleo importado do estrangeiro. Reside, fundamentalmente, em encontrar-se dentro de nossas fronteiras o petróleo necessário à satisfação das necessidades normais do país e das eventuais em emergência internacional".

Em 1947, duas conferências no Rio de Janeiro, uma de Juarez Távora, outra de Horta Barbosa, reuniram o Estado-Maior e o petróleo e o petróleo. E é dentro desse clima que Cláudio Vargas volta ao poder, em 1950, depois de uma campanha eleitoral nitidamente "nacionalista".

É na final do seu primeiro ano de governo, contudo, que o presidente decepciona os seus correligionários e lança o mundo político na maior confusão. Seu projeto criava a sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A., segundo armando os nacionalistas, para permitir trazerem os recursos dos capitais estrangeiros ao permitir que "pessoas jurídicas de direito privado" adquirissem as ações da empresa.

Os mais pressigiosos

Houve, então, um minuto fantástico no Congresso e novas posições passaram a ser assumidas exatamente por aqueles que, até então, tinham sido os seus adversários mais íntimos. O líder do PTB, o partido do presidente Cláudio Vargas, começou a ser rapidamente para apresentar um substitutivo que corrigisse os defeitos. E enquanto Eugênio Gudin, conhecido por seu heterodoxo. Bilac Pinto começava a enfrentar a desagradável fama de "entreguista", a UEDN, emarginado ainda duas eleições anteriores, na presidência da República, em que fizera calorosa defesa dos capitais privados, nacionais e estrangeiros, propôs, nada menos do que o monopólio estatal do petróleo. O artigo 1.º da Lei 2.004, que criou a Petrobrás, estabelecia assim: "A exploração, produção, refino e distribuição do petróleo pertencem ao Estado".

Os que acusavam indistintamente os "nacionalistas monopólicos" e os "entreguistas" estavam os verdadeiros comunistas embarçavam-se para explicar aos seus correligionários a necessidade de uma campanha eleitoral para aprovar a Constituição, em 1946, para permitir a exploração de capitais privados.

Para a UEDN, tratava-se mesmo de uma campanha para aproveitar a oportunidade para conquistar um movimento de larga penetração popular. E o seu líder, Bilac Pinto, não recusava sequer o jugo da mídia "nãõ deve esquecer de sua indagação genérica (outrora colaboração na exploração de nosso petróleo)". H4 quem defendia a entrega teve de que Cláudio faz seu projeto "entreguista".

Bilac Pinto nacionalista?



Euzébio Rocha e Cláudio Vargas na eleição da Petrobrás o liderado corrigiu o líder

exatamente com o ardiloso propósito de levar a UEDN a apoiar o que ele na verdade queria: o monopólio estatal. Em todo caso, foi nesse ambiente contraditório que nasceu a Petrobrás, para atender o monopólio estatal da pesquisa e lavra das jazidas de petróleo, refinação do petróleo nacional ou estrangeiro e transporte marítimo do petróleo lido bruto.

Não refletiu o pensamento de Bilac Pinto das esquerdas nacionalistas reunidas no Centro de Estudos e Exatidão Petróleo da Economia Nacional; não refletiu a nova posição da UEDN, que desejava colocar nas mãos do Estado também o refino e a comercialização dos derivados do petróleo. Foi, contudo, o melhor que conseguiu o espírito conciliador da grande e silenciosa bancada do PSD, então dedicada a sustentar a posição de Vargas, sob o comando do deputado Gustavo Capanema, empenhado em não deixar partes choverem sobre ele os males que o Brasil já ran petróleo que valesse a pena e o Estado capitais estrangeiros, nem competência administrativa. E, nesses lúbios de reconciliação, Bilac Pinto garantiu: a Petrobrás certamente daria prejuízo e "nenhum capitalista irá colocar capitais de novo no empreendimento".

O desmentido final

Em dezesseis anos, a Petrobrás conseguiu contrariar quase todas as previsões feitas por Vargas. Encontra-se petróleo, dispõe sempre de capitais suficientes para suas pesquisas (incluindo a compra de plataformas submarinas), numa segunda etapa já programada, ao exterior, dois lucros a partir de 1955 (6 milhões de dólares contra 100 milhões no primeiro semestre de 1971) e suas ações são das mais valorizadas nas bolsas de valores.

Cláudio Vargas sempre se orgulhava de ter ocupado as poltronas de capitais privados e não conseguiu atingir o objetivo eleitoral quando voltou à defesa intransigente da empresa privada. Vargas se considerava em nome do nacionalismo. E nascida de uma campanha de boa comandada pelas esquerdas, a Petrobrás não se considerava, como o nacionalismo, seus festivais líderes foram afastados de suas funções.

Ainda hoje, ele não realiza o sonho de Bilac Pinto, quando prevêem a parábola de sua primeira campanha de produção de petróleo suficiente para atender todo o consumo interno. O projeto de Bilac Pinto, que previa a venda de segundo palavras do general Idelfonso Sardenberg, seu presidente em 1978 e 1981, isso não é importante. Mas que por seu valor econômico, a Petrobrás serviu para dar ao povo brasileiro a confiança em sua capacidade e em seu conhecimento e provar que o know-how não é privilégio de ninguém.

(17) Revista *Veja*. São Paulo. 04 de Outubro de 1978. Ed. Abril.
Luis Nacif: Personagens Destacadas da Campanha do Petróleo.

veja
4 DE OUTUBRO, 1978

Personagens destacados da campanha do petróleo relembram alguns episódios importantes

Euzébio Rocha

A campanha do petróleo foi um movimento de opinião pública que só se tornou possível graças à liberdade de imprensa existente na época. Nós, que participamos da campanha, éramos e continuamos a ser nacionalistas. E isso significa, acima de tudo, ser a favor dos interesses do povo. Foi, particularmente, não acredito que Getúlio fosse a favor do primeiro projeto apresentado por sua assessoria econômica. Assim que conheci o seu texto, fui procurá-lo. Ele ficou surpreso quando soube do artigo 13 da mensagem — que abria uma



brecha para a participação estrangeira. Ele passou a me incentivar a apresentar emendas nacionalistas.

Depois da criação da Petrobrás, permaneci no Congresso até 1962. Resolvi voltar à política quando ouvi o presidente Geisel anunciar os contratos de risco. Daí eu comecei a dar entrevistas como pude, a fazer palestras por todo o país. Tudo isso em nome dos patriotas que tombaram para que fosse criado o monopólio estatal.

O ponto conflitivo do novo projeto estava fundamentalmente na participação de capitais particulares nas diferentes etapas da indústria petrolífera. O seu artigo 13 admitia a concessão de direitos a pessoas jurídicas de direito privado, ou seja, empresas nacionais ou estrangeiras e, entre estas, certamente os grandes consórcios internacionais. Getúlio Vargas, uma vez convencido das vantagens do monopólio estatal, iniciou para liderar a atuação do Partido Trabalhista Brasileiro no Congresso, o deputado gaúcho Alberto Pasqualini intransigente defensor dessa solução. "Por ser uma das principais fontes de energia", afirmava Pasqualini "o petróleo constitui uma das riquezas básicas do país, um dos fatores de que dependem essencialmente o seu desenvolvimento e o seu progresso. Deve, portanto, ficar sob o controle do Estado, não apenas no seu aspecto regulatório, mas também no seu aspecto patrimonial e de exploração. Constituinte patrimônio nacional, as jazidas petrolíferas devem ser exploradas com o objetivo exclusivo de assegurar o abastecimento de combustíveis líquidos, de beneficiar com essa exploração toda a coletividade, e não com o fim de proporcionar lucros a grupos econômicos ou ao capital privado. Esse postulado exclui necessariamente o regime de concessões a empresas privadas e impõe à União o dever de assumir a exploração da indústria petrolífera."

À medida que o projeto ia sendo discutido nas comissões, o povo acompanhava participante sua tramitação, manifestando seu apoio aos congressistas que assumiam a posição nacionalista. O número de emendas ia crescendo ao ponto de o projeto chegar à votação com mais de 150 modificações. Destacava-se, entre todas, aquela que o deputado trabalhista Euzébio Rocha apresentara na Comissão de Segurança Nacional, instituindo o monopólio estatal do petróleo brasileiro.

Nas sucessivas votações, iam sendo rejeitadas as formulações consideradas "entreguistas" e aprovadas as "nacionalistas", através de um intenso debate ao qual não faltavam inclusive argumentos doutrinários ou partidários estranhos ao processo. Como o pronunciamento do deputado Raimundo Padilha: "Sr. Presidente, devo transmitir ao sr. deputado Lobo Carneiro as minhas congratulações pela vitória parlamentar alcançada nesta Casa, ao conseguir que várias reivindicações do Partido Comunista se impusessem à consciência conservadora dos senhores deputados, desfigurando o projeto governamental".

Respondeu-lhe então o deputado Gustavo Capanema, líder da maioria na Câmara: "A idéia do monopólio da União não é uma propriedade do Partido Comunista, pois existem diversas correntes de opinião que se vêm batendo por esse ponto de vista. Basta citar o nome do ex-presidente Arthur Bernardes, do ex-presidente Eurico Dutra, bem como a União Democrática Nacional. De forma alguma podemos admitir que o fato de o Partido Comunista adotar uma idéia, possa ser considerado um aviltamento dessa idéia".

Na sessão do dia 18 de setembro, o projeto tem aprovada sua redação final e é enviado à sanção presidencial. Finalmente, no dia 3 de outubro de 1953, o presidente Getúlio Vargas transformou a Lei 2004 que institui o monopólio estatal da pesquisa, lavra e refinação do petróleo e seus derivados. E cria a Petróleos Brasileiros SA — Petrobrás para executar este monopólio. Junto com o Presidente da República e na qualidade de seus ministros, subscreveram também o texto da Lei Tancredo Neves, almirante Renato Góes Hubel, general Ciro do Espírito Santo Cardoso, brigadeiro Nero Moura, João Goulart, Osvaldo Aranha, Vicente Rios, José Américo de Almeida, João Cleofas e Antônio Balbino.



A habilidade de Getúlio Vargas fez superar oposição ao governo de oposição à esse nacionalista.

(18) Telex da Vergonha Nacional. Revista Debate Nacional. Edições Do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas). Sem data. São Paulo. Debatedor Euzébio Rocha (p.39 a 56)

SÁBADO/SEGUNDA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO/2 DE NOVEMBRO DE 1992 HP ESPECIAL 5

Euzébio Rocha: "ação insidiosa ameaça a Petrobrás e o país"

Em documento entregue ao presidente da República, Itamar Franco, que damos divulgação nesta edição, Euzébio Rocha denuncia campanha de sabotagem contra a Petrobrás e outras estatais, e afirma o papel destas empresas lucrativas e estratégicas para o desenvolvimento e o progresso do país

Os governos anteriores - eu os denuncio - têm sistematicamente procurado arruinar a Petrobrás. Originam a empresa a vender seus produtos por preços inferiores aos custos de produção.

Ministérios, autarquias e repartições se recusam a pagar seus débitos com a Petrobrás, que já vem operando com prejuízo sob a indiferença e conivência dos governos passados, insatisfeitos ao acumulo de um déficit de caixa de US\$ 100 milhões por mês.

É insatisfatório, inadmissível, incrível que governos que deveriam zelar pelo patrimônio público da eficiente empresa de renome prestígio internacional acumulem-se com práticas inscriteáveis na economia, e atentatórias aos interesses nacionais. Enquanto os EUA redobram a vigilância contra a penetração japonesa através do seu "Trade Act", enquanto na França, o povo, em consulta plebiscitária, promete resguardar a indústria francesa, enquanto a Dinamarca, por sua vez, pelo voto, resguarda os produtos nacionais, nós, aqui, por intermédio da ação insensata, insidiosa e avassaladora das forças antinacionais, ameaçamos frontalmente a nossa principal Empresa, peça maestra do desenvolvimento nacional. Empresa símbolo do nosso desenvolvimento econômico - uma conquista do povo brasileiro.

tas financeiras.

Tendo em vista que o conceito de produtividade está intimamente ligado ao do lucro, traz muito esclarecimento a análise do déficit de US\$ 300 milhões da Petrobrás em 1988. A transferência financeira para as distribuidoras foi de US\$ 600 milhões. Se não existissem os preços de futuro, o lucro da Petrobrás seria triplicado, aproximadamente 200%, o que garantiria os recursos necessários para buscar o objetivo da auto-suficiência em petróleo.

É absolutamente necessário que as companhias distribuidoras passem a pagar à vista, tanto mais que é a forma de pagamento que recebem das pontas de gasolina.

Outra perda é representada pelas dificuldades de caixa da Petrobrás que decorrem, fundamentalmente, da defesa dos preços dos derivados.

No primeiro semestre deste ano, foi amplamente divulgado que os preços dos combustíveis subiram mais do que o inflação. A justificativa oficial é de que seria, desse modo, possível recuperar as finanças da Petrobrás. Tal não aconteceu. De janeiro a junho deste ano os preços ao consumidor sofreram um reajuste de 363,08%. Isto é, muito acima da inflação do período, de 117%, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas.

Entrinco, o dinheiro que entrou com o aumento, foi para as distribuidoras,

atividades, como as da indústria e dos institutos de pesquisa científica e tecnológica, é alarmante. O ex-presidente eleito, não importante setor.

Como se não bastasse o desatino de não se investir em setor tão prioritário, sustenta-se o perverto modelo da renda nacional, em que 70% do seu total correspondem aos rendimentos do capital, lucros e aluguéis e somente 30% os dos salários. A produção depende do nível de consumo. Assim, tornando impossível o sistema econômico nacional reproduzir-se através das atividades rotineiras. O capital superacumulado, essemantilhado das atividades produtivas, engorrou, definitivamente, para a especulação, dando origem a maior crise de desemprego e de recessão que, em todos os tempos, já o Brasil enfrentou.

CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA DE PRIVATIZAÇÃO

.....

.....

.....

O exame da política de privatização dotada em vários países, entre outros: França, Itália, Suécia, México, e Alemanha, em que os governos procuram preservar os superiores interesses nacionais, algumas diretrizes básicas foram sempre estabelecidas: preservar com o Estado os setores estratégicos da economia, não permitir que o setor privado



(20) Publicação da Associação dos Engenheiros da Petrobrás-AEPT na defesa do Monopólio Estatal do Petróleo. Sem data.

Já se passaram 60 anos da campanha **O Petróleo é Nosso**. Naquela época, o petróleo era apenas um sonho. O Brasil nem sabia que teria tanto petróleo. Mesmo assim, o povo saiu às ruas e conquistou o monopólio da União sobre a sua exploração, transporte e comércio, através da Lei 2004/53, assinada no governo Getúlio Vargas.

Em agosto de 1997, foi desferido um golpe mortal contra os anseios de soberania energética da nação brasileira. A Lei 9.478, assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, derrubou o monopólio da exploração e produção de petróleo pela Petrobrás e, ao mesmo tempo, criou a Agência Nacional do Petróleo (ANP), com a função de emitir permissões ou concessões para a exploração do petróleo brasileiro. Com a nova lei, ao ser retirado do poço, o petróleo deixa de pertencer à União. Torna-se propriedade de quem o extraiu, não tendo as grandes empresas petrolíferas internacionais que, desde então, também o exploram, qualquer compromisso com o desenvolvimento do Brasil.

Os grandes campos petrolíferos na região do pré-sal, que começam a ser anunciados pela Petrobrás no final de 2007, já eram conhecidos pelos geólogos, geofísicos, engenheiros de petróleo e técnicos da companhia, desde as descobertas da Bacia de Campos. Mas só agora a empresa brasileira desenvolveu a tecnologia que permite comprovar e explorar essas reservas, sendo, nesse sentido, pioneira no mundo.

Diante da cobiça internacional, mais uma vez o povo brasileiro é desafiado a ir às ruas, para derrotar os grupos econômicos que se utilizam de todas as armas para controlar as novas reservas nacionais.

A campanha **O Petróleo Tem que Ser Nosso** pretende organizar a resistência popular, contra a ganância dos oligopólios e das elites. Reúne movimentos sociais, sindicais, estudantes, partidos políticos, enfim, brasileiras que estão dispostos a lutar para que as riquezas do país sejam

Boletim de Abril de 2018 do AEPT(Assoc. dos Engenheiros da Petrobrás)Noticias e Artigos

Excesso de Caixa faz a Petrobrás Paralisar Venda de Ativos
Costa Oliveira da. Economista aposentado da Petrobrás
“[...]

Então como justificar venda de ativos ?

Qualquer tentativa de esconder os fatos será insustentável . A Empresa de Pesquisa Energética – EPE aponta que em 2026 a produção da Petrobras alcançará 5,2 milhões de barris/dia. Desde total só o super gigante de Búzios, descoberto em 2010, responderá por 2,4 milhões de barris/dia.

Entre todas as grandes petroleiras do mundo a Petrobras é de longe a de maior eficiência financeira. Sua capacidade de Geração Operacional de Caixa – GOC é inigualável. A tabela a seguir mostra a divisão da GOC pela Receita Bruta das empresas.

Retorno Financeiro sobre Vendas

	2012	2013	2014	2015	2016
Petrobras	0,15	0,15	0,15	0,21	0,25
Chevron	0,16	0,16	0,16	0,15	0,12
Exxon	0,12	0,10	0,11	0,11	0,08
Shell	0,10	0,09	0,11	0,11	0,09
BP	0,05	0,06	0,09	0,09	0,06

Fonte : Balanços auditados e publicados

Obs: Deixamos de mostrar os números de 2017 pois inexplicavelmente a Petrobras não publicou a sua Receita Bruta em US\$ neste exercício.

Vejam que mesmo com os subsídios, com a corrupção e a elevada carga tributária, a Petrobras é imbatível. Esta tabela resume a eficiência financeira entre as empresas. É boa para calar aqueles que dizem que a Petrobras é ineficiente.

Dá para imaginar qual não será a Geração Operacional de Caixa desta empresa nos próximos anos.

Então como justificar venda de ativos ? Impossível. Logo tudo vai ficar muito claro para todos.

[...]

CAPITULO VI

O PERIGO DA IMPRENSA CORRUPTA

EUZÉBIO ROCHA, CONHECEDOR DOS FATOS, SE ENCONTRAVA ENGASGADO e preocupadíssimo, com a efervescência criada pela truculenta campanha dos *Diários Associados* e toda a imprensa venal dirigida contra Vargas, desde que este assinou a Lei 2004, instituindo o monopólio estatal do petróleo. Para enfraquecê-lo ainda mais, essa campanha foi também direcionada contra Última Hora, jornal de sustentação do Presidente.

Diante dessa situação, Euzébio, líder do partido, foi chamado ao palácio. A atuação diante dessa violência foi discutida: a proposta do Presidente Vargas foi aceita. Estávamos convictos de que era de relevante importância defender o governo contra os golpistas. Euzébio defenderia a Última Hora, desde que fosse, também, denunciada toda a imprensa venal, o que foi aceito por Vargas (1). Imediatamente, redigiu um documento esclarecedor, distribuído massivamente:

Euzébio Rocha Abre “Front” Paulista – “Luta Sem Tréguas Para Libertar o Brasil da Imprensa Corrupta” (2).

Aliás, no seu livro *Brasil País Ameaçado e o Acordo de Garantias*, no capítulo XVIII, transcreve esses fatos. Ressalta a grande ameaça que constitui para o país o Poder Econômico ditando e comandando a nossa imprensa. Esclarece ainda mais:

[...] tão importante é a liberdade de imprensa, que

já se disse, e é até aforismo popular que, sem a liberdade de imprensa, parecem todas as liberdades. Não tentem por diques deter o caminho das ideias, ninguém as detém por longo tempo e, se represadas, descem em avalanche, destruindo tudo até atingirem o ritmo normal, quando voltam a fecundar as margens da vida, integrando os que foram postos à margem do progresso.

Observem os jornais, rádios e televisão, as firmas que mais anunciam e a origem dos seus capitais. Como o povo livre do meu país encararia o fato de tais grupos retirarem a publicidade, desses órgãos de comunicação que ousassem contrariar os interesses desses grupos? Seria incontestável a ameaça a todo o nosso sistema de informação [...].

Euzébio proferiu, da tribuna da Câmara, como líder do partido, o discurso *A Imprensa e o Dever de Informar* (3), nas sessões de 14, 25 e 30 de julho de 1953:

Pronunciamento do dia 14 de julho:

Senhor Presidente, todo o bem que se haja dito e se disser da imprensa ainda será pouco, se considerarmos livre, isenta, moralizada. Mas se não há demais em tantas e tais homenagens e nem lhos rendi mais do que eu .

[...] Ruy Barbosa, se referindo ao assunto, indicou os **princípios que devem reger a sã imprensa e eu, neste momento, me conduzo como modesto soldado na defesa desses princípios. A meu ver, tais princípios são fundamentais à sobrevivência da democracia e da segurança do país.** Não há quem ignore a importância da imprensa na formação da opinião pública, sobretudo nas democracias [...] Assim, aqueles que possuem em suas mãos redes de **jornais e cadeias de informações, se constituem em verdadeiro poder oculto que governa as nações e decide dos acontecimentos.**

Vamos investigar até que ponto os grupos econômicos estrangeiros controlam a opinião pública no Brasil, por intermédio de jornais. Até

onde seria lícito a um governo providente contemplar esse quadro, sem tomar providencias imediatas, que dizem de perto com a própria segurança nacional? [...]

Pronunciamento em 25.07

[...] Não há dúvida de que a existência dos “Diários Associados” e demais empresas de rádio e televisão do Sr. Assis Chateaubriand constitui o maior monopólio de fontes de informação nas mãos de um homem cuja idoneidade é questionável, constituindo, também, uma ameaça à soberania, à segurança, à democracia. Convém consequentemente, que o Parlamento examine esses dois casos típicos: um de tentativa, o outro de monopólio efetivo [...].

Senhores deputados, o *Diário de Notícias*, jornal mantido por intermédio de anos de sacrifício e de luta, por uma figura impar de homem honrado, decente, digno que há pouco a Nação chorou como a ninguém, o Sr. Orlando Dantas. De fato, todas as homenagens tributadas ainda foram poucas, porque ele era um líder dessa imprensa isenta, moralizada e livre. O que mais me conforta é verificar que segue o filho, esse jovem que esta à frente do jornal, as pegadas do pai, continuando sua obra imorredoura [...]. (1)

Foi o próprio *Diário de Notícias* que publicou um editorial sobre o discurso de Euzébio:

O mais recente pronunciamento, na Câmara dos Deputados, sobre o comportamento da imprensa brasileira foi do Deputado Euzébio Rocha. Por ser do partido do eis (ex)ditador, dele nos separamos integralmente em convicções políticas, mas não lhe negamos razões quando profliga as maléficas influências de grupos políticos nacionais ou estrangeiros, exercem sobre determinados órgãos da nossa imprensa [...]. Mais adiante: Citemos outro fato, que ilustra o mecanismo das más influências a que nos referimos. Há pouco mais de um ano a Standard

Oil Company of Brazil mobilizou todos os seus recursos de propaganda e desencadeou forte campanha no sentido de obter para si as nossas reservas de petróleo. *O Diário de Notícias*, porque repudiasse em editoriais e em artigo de colaboradores aquelas pretensões antinacionais foi sumariamente suprimido da programação de publicidade, daquela importante empresa. Desde então até hoje não publicamos qualquer matéria paga dessa empresa. Sem data
Arquivo de Euzébio Rocha.

É uma página de glória, de honra, escrita na história do jornalismo brasileiro. Quantos, entretanto, assim agiram?

Continuando o discurso, Euzébio foi aparteado pelo deputado Heráclito Rego:

Estou ouvindo com atenção o discurso de Vossa Excelência. Dou meu testemunho que esse diretor de empresa, ou seja, o Sr. Assis Chateaubriand, fez em Pernambuco um contrato no valor de Crs 1.460.000,00, descontado no Banco da Lavoura de Minas Gerais, em Recife, e pago pela Loteria do Estado com o Sr. Etelvino Lins, sabendo que este vivia apavorado com a imprensa, ofereceu-lhe proteção, por meio do seu jornal e rádios lá existentes.

Srs. deputados se há na vida de um homem público momento em que se julgue pago dos insultos e dos assacardilhos recebidos dos vendilhões da pátria, que tentam sufocar a minha voz, é este em que um dos órgãos mais brilhantes da imprensa nacional vem em meu apoio para dizer que não me negará justiça e solidariedade devidas pela imprensa sadia, a fim que se destrua a chantagem que os meus detratores preparam contra nossa querida pátria. [...] A campanha sistemática da imprensa, que recebia publicidade paga da Standard Oil, dizia que a campanha do “Petróleo é Nosso,” campanha redentora de civismo que uniu esta Casa num pronunciamento nacionalista – era comunista. Era o slogan dos traidores da pátria. Era comunista a campanha e comunista

todos que a ela aderissem [...]

Pronunciamento em 30 de julho

Não ignorava que o meu pronunciamento sobre a má imprensa fosse provocar pânico tão grande, mas sabia que ao meu lado permaneceriam os que não temem que se apure toda a verdade. (4)

[...] Sr. Presidente, o controle das fontes da informação da opinião pública constitui séria ameaça ao regime e me congratulo com a imprensa livre e moralizada, pela forma que recebeu meu pronunciamento. Hoje, é com a maior alegria e satisfação que volto à tribuna para sustentar o ponto de vista que julgo ser o da nação e da Casa, ou seja: em matéria de fontes de informação da opinião pública, não pode haver monopólio nem do governo e nem de particulares.

Por certo, as alevantadas razões que levaram o ilustre deputado Armando Falcão a formular o requerimento relativo a Última Hora e a outras empresas, partiram da premissa de que, beneficiárias de créditos, pudessem essas empresas, amanhã, dominar os demais jornais, por oferecer melhores salários e outras condições, criando um monopólio efetivo de jornais ou de rádios, para controlar, por intermédio deles, as fontes de informações ao público. As mesmas razões devem ter levado o Deputado Oliveira Brito a estender a competência da Comissão Parlamentar de Inquérito [...]

[...] Estou tranquilo por manter a serenidade, mesmo quando ferido no fundo d'alma e não por mim mas pelo país inteiro que tem vivido, nas mãos desses donos das fontes de informação de opinião pública, a mais dolorosa tragédia [...] Essa conspiração pertinaz vai mais longe, repetida a serviço sabe Deus de que interesse, sabe Deus ocupando que propósito. Vai mais longe. De fato, comparece o Senador Chateaubriand às gloriosas Minas Gerais para fazer uma conferência perante as classes trabalhadoras. Vejamos alguns trechos dessa conferência publicada na revista Mensagem Econômica, dirigida pelo Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais:

“[...] O nosso caro Presidente disse uma frase em cima de mim há pouco, que é uma verdadeira provocação e recebo na ponta da minha faca de paraibano e vou dar na cabeça dele. Quando eu era advogado

da Itabira, o Pres. Bernardes que é patriota, não discuto o patriotismo desses homens, mas o caminho que seguem é errado, debatíamos o caso das areias monazíticas. Esta verificado, agora, que as areias monazíticas não servem para coisa alguma na energia atômica.”

Srs. Deputados, tal ignorância, neste século, sobre a importância das areias monazíticas, não creio. Não se trata de ignorância, mas de sabedoria a serviço de grupos econômicos internacionais. É a tentativa de mentir a todos, para que nos descuidemos da importância dessas areias e concordemos com sua exportação e, assim, consiga Vossa Excelência, fazer um bom empréstimo nos Estados Unidos, salvar sua riqueza, ainda que empenhe o Brasil. E não é só, Srs. Deputados, mais adiante, temos o seguinte, o senhor Chateaubriand dizendo:

“[...] Por isso é que quero criar uma elite nacional. Não quero fazer como esses idiotas do Parlamento brasileiro, uns cretinos, uns imbecis, que não sabem julgar onde está o interesse público.”

Senhor Presidente depois de semelhantes ofensas a esta Casa que tanto admiro e a meus colegas, o qual pelo convívio de tantos anos aprendi a respeitar, qualquer afronta feita nos jornais deste homem nada vale para mim. Aliás, já não os leio e, amanhã, sei que o Brasil inteiro vai deixar de lê-los.

[...] A que propósito, afinal, obedecerá este senador, que numa reunião do “Country”, se dirigindo a um General americano, declara: “Nós brasileiros temos orgulho de ser vassalos dos americanos!” Eu diria: Jamais! A nação brasileira será vassala, nem dos Estados Unidos, nem da Rússia, nem de qualquer potência imperialista do mundo! Queremos o Brasil para os brasileiros! [...]

Ninguém ignora que toda produção de energia elétrica está nas mãos de dois grandes grupos – Light e Bond & Share – o grupo canadense e o grupo americano; ninguém ignora que todo poder em combustível está nas mãos de duas empresas estrangeiras – a Standard e a Shell. Pois bem, esse poder econômico interligado e estruturado no país criou uma cadeia de interesses de tal ordem que ameaça a segurança nacional, porque o jornal que contrariar de qualquer sentido os interesses

da Light passará a pagar energia elétrica, passará a pagar telefone, não terá anúncios. Qualquer empresa que atacar a Standard não contará com sua grande publicidade. Em suma, qualquer empresa que combater os interesses desses grupos, sofrerá boicotes.

[...] Srs. Deputados como tem agido essa cadeia de jornais é a sistemática, é a constante de desmoralizar tudo que é brasileiro, a partir do seu proprietário que abandonou o sobrenome “Bandeira de Melo” para adotar o de Chateaubriand. Até pior do que os seus jornais, é a revista O Cruzeiro – é alguma coisa que eu daria vistas ao honrado clero brasileiro, para julgar se tal publicação deve entrar nos lares brasileiros. Ignora assuntos de interesse do Brasil, ignora tantos exemplos de dignidade.

[...] Senhor Presidente, como corolário do que já falei, vou endereçar à Mesa um requerimento no sentido de se criar uma CPI com atribuição de examinar, também, a ação do poder econômico privado sobre a imprensa, tanto o estrangeiro como o nacional. (5)

[...] Srs. Deputados, pouco importa que meus filhos tenham que ler tais páginas de infâmias e calúnias contra mim assacadas, pouco importa que procurem destruir-me. Estou com a consciência tranquila porque sou um homem honrado e honesto. Homem decente. (muito bem). Tudo que conquistei na vida foi por concurso público: estudando e trabalhando. Quando eleito, não tive que fazer gastos. Fui enviado a esta Casa pelos que confiaram em mim, na minha ação parlamentar. Não hei de trair o meu mandato. Destruam-me ou eu os destruirei. Mas, estou com a consciência tranquila, certo de que sirvo ao Brasil, certo de que sirvo à democracia, certo de que sirvo ao bem e ao progresso da minha pátria.

Euzébio foi convidado para depor na CPI sobre Operações de Crédito Realizadas entre o Banco do Brasil S.A. e Empresas de Publicidade Falada e Escrita. Presidida pelo Deputado Castilho Cabral:

Euzébio, no seu depoimento a essa Comissão impressionou pela quantidade de dados apresentados e comprovados:

[...] Chateaubriand acumulava uma dívida pessoal de 140 milhões de cruzeiros. Sem contar o que devia ao IAPC, que não havia sido pago. A situação financeira da sua empresa já não era a mesma. O império

começou a ruir antes de o Chateaubriand morrer.

Após o governo de Juscelino, o empresário não conseguiu dos órgãos públicos nenhum empréstimo e de seus patrocinadores particulares, também não. No início de 1960, foi acometido de uma trombose. A doença paralisou completamente o seu corpo.

Entretanto, o seu cérebro não foi atingido. Portanto, ele tinha consciência da tragédia que se abatera sobre ele. Nunca mais andaria e nem falaria. Foi buscar salvação no exterior, Estados Unidos, Rússia e etc.

No livro do escritor Fernando Morais (“Chatô o Rei do Cangaço”) ele se refere a tal assunto, de maneira quase cômica

TT[...] Desiludido apelou para os bruxos e terminou indo ao interior de Minas, buscar Zé Arigó, que lhe receitou alguns remédios. E assegurou que ele ficaria curado. Após o terceiro dia de “tratamento”, Arigó ordenou que o paciente ficasse de pé, amparado por dois colaboradores. Chateaubriand, trêmulo e sem qualquer equilíbrio, aguardou o “milagre”. O médium, gritou com forte sotaque alemão: _ Doutor Assis hoje o senhor vai andar! Larga! “Ele se esborrachou no chão.” Chateaubriand permaneceu oito anos numa cadeira de rodas, sem nunca ter voltado a andar, se alimentar sozinho etc. (6)

Seis meses após a sua morte, o *Diário de São de São Paulo e O Jornal*, no Rio de Janeiro, publicaram artigo escrito por Euzébio Rocha, de página inteira (7), setembro de 1968 – *Desenvolvimento e Aspectos Econômicos da Energia Nuclear*. Na apresentação do trabalho *O, Jornal* refere-se ao autor: “Os *Diários Associados* honram-se de poder apresentar esse documentário e magistral trabalho do eminente professor Euzébio Rocha, tratando dos aspectos econômicos do aproveitamento dessa nova fonte de energética, que abrirá possibilidades de desenvolvimento”

Aliás, Euzébio alertava: “**esses grupos agem aqui, da mesma maneira que agem em outros países**”. Se já não bastasse aos aliados dos trustes, a dominação da estrutura econômica, financeira e de extensas áreas do poder, intensificaram a campanha na mídia: rádio, televisão, jornais e revistas. Massivamente defendiam a entrega do nosso petróleo. Poucos órgãos de comunicação não transigiram, diante dos grandes anúncios, que significam polpudas verbas. Entre eles, **O**

Jornal de Debates, a Última Hora, O Radical, O Mundo, O Popular e outros.

É preciso denunciar e combater o mal que causa a imprensa corrupta aos interesses nacionais: petróleo, energia nuclear, destituiu governos patriotas. Repito, o tempo passou e grande parte da imprensa continua a mesma, prestando um desserviço à nação: manipulando a informação, conforme os interesses dos proprietários dos jornais e dos grandes consórcios nacionais e internacionais (8).

Os Diários Associados, como Euzébio previu, afogado nas dívidas e sem o poder que detinha, acabou sumindo. Mas o *Jornal O Globo*, já naquela época, alinhado com a má imprensa, se associou ao grupo *Time Life* e foi se transformando no gorila gigantesco que assola a nossa pátria (8).

Em pleno século XXI, foi perpetrado, pelos mesmos golpistas, dos governos anteriores, a mesma campanha difamatória. Sempre apoiados pela imprensa corrupta. Como, por exemplo, a *Rede Globo* utilizou mais uma trama sórdida para depor a Presidente Dilma, legitimamente eleita pelo povo. A trama venceu. Temos, agora, Temer que, além de facínora, ladrão e entreguista, tenta abocanhar muitos direitos conquistados pelos trabalhadores. Quer multilar a Previdência Social.

Qual o órgão da imprensa falada ou escrita que noticiou essa séria denúncia, do SINDIFISCO NACIONAL? *Os futuros prejuízos e as farsas da Reforma da Previdência* (9).

Os futuros prejuízos e as farsas da Reforma da Previdência

A Reforma da Previdência Social volta a preocupar milhões de trabalhadores. A proposta apresentada pelo governo Michel Temer altera de forma significativa o regime de aposentadoria do setor público. As propostas previstas pela PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 287/16 dificultam o acesso aos benefícios, exigem mais tempo de contribuição e reduzem drasticamente os valores a serem recebidos por meio de aposentadorias e pensões. Segundo o Governo Federal, a Reforma da Previdência Social é necessária devido ao rombo causados aos cofres públicos. **O Executivo afirma que, em 2015, o déficit da Previdência foi de R\$ 89 bilhões e subirá para pelo menos R\$ 133 bilhões em**

2016; atingindo R\$ 168 bilhões em 2017. Diante dessa inverdade, os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil não devem permitir que tal informação ganhe força. A verdade é que em 2015, o Governo Federal arrecadou para a Seguridade Social R\$ 700 bilhões e foram gastos R\$ 688 bilhões. No mesmo ano, foram desvinculados para outras finalidades cerca de R\$ 66 bilhões da previdência, saúde e assistência social. É falso dizer que a Previdência tem déficit, ao contrário ela tem superávit. A Previdência Social não é sustentada apenas por contribuições dos empregados e empregadores. A Previdência também conta com recursos embutidos em cada produto ou serviço adquiridos pelo consumidor. No preço de tudo que o contribuinte adquire, estão incluídos tributos que deveriam ser destinados à previdência, à saúde e ao amparo da velhice de todos.

Em outras áreas deste hotsite, existem informações sobre a base de cálculo da receita, despesa e resultado da Seguridade Social, além de gráficos comparativos.

Até quando permitiremos que essa corja manipule os rumos da nação, com golpes vergonhosos conspurcando as nossas instituições democráticas? O que o poder econômico não consegue nas urnas, consegue pelos meios de comunicação corruptos. Como alertou Euzébio Rocha: “[...] **Assim, aqueles que possuem em suas mãos redes de jornais e cadeias de informações, se constituem em verdadeiro poder oculto que governa as nações e decide dos acontecimentos.**”

ANEXOS E NOTAS

1) *Jornal Última Hora*. Rio de Janeiro. 15 jul.1953.

CHATEAUBRIAND DENUNCIADO!

Última Hora



Ano III * Rio, Quarta-Feira, 15 de Julho de 1953 * N. 640

EXTRA

O Poder Oculto de Cadeia de Jornais Ameaça a Própria Segurança Nacional

Escandalosos Contratos de Publicidade Cobrindo a
Defesa de Interesses Estrangeiros

(Leia a Integra do Discurso de Parlamentar Petebista na Terceira Região)



Euzébio Roche Encaminha à Comissão de Inquérito Uma Série de Documentos Que Provam os Assaltos de Chatô ao Banco do Brasil, Caixa Econômica e Institutos de Previdência Social

2) Texto de Euzébio Rocha. São Paulo, 1953. Publicação com quatro páginas, amplamente distribuído.

Euzébio Rocha Abre o "Front" Paulista
Luta Sem Treguas Para Libertar o Brasil
da Imprensa Corrupta

Brasiliteros e estrangeiros amigos do Brasil: Vou a São Paulo, imediatamente convocando, para decidir mais em detalhes a situação, em conexão com o apoio de outras entidades ao Congresso Nacional, por graças ao fim de um período de tempo que se foi no Victoria para a magnífica Campanha do Petróleo, em defesa de uma solução para tão grande problema do Brasil. Além, está na Câmara Federal, para ser votado, o projeto vindo do Senado. Restam os dias essenciais que podem assegurar a estrutura nacionalista do projeto. Nunca me faltou o apoio do povo de São Paulo, desde recente tempo que sou alívio a participação desta histórica batalha. Para o próximo momento participo desta histórica batalha.

A MA IMPRENSA

A Campanha do Petróleo foi terrível. A imprensa vendida aos grupos internacionais — essa má imprensa que precisamos destruir antes que destrua o Brasil e a Democracia, essa má imprensa que uma centena de anos se levanta e a chantagear — essa imprensa que nos dá os melhores exemplos e exemplos de um dos últimos anos. Os jornais vendidos aos grupos internacionais — essa má imprensa que precisamos destruir antes que destrua o Brasil e a Democracia, essa má imprensa que uma centena de anos se levanta e a chantagear — essa imprensa que nos dá os melhores exemplos e exemplos de um dos últimos anos. Os jornais vendidos aos grupos internacionais — essa má imprensa que precisamos destruir antes que destrua o Brasil e a Democracia, essa má imprensa que uma centena de anos se levanta e a chantagear — essa imprensa que nos dá os melhores exemplos e exemplos de um dos últimos anos.

O EXEMPLO DOS ESTADOS UNIDOS Mas essa má imprensa não conseguiu enganar o Povo, as Forças Armadas, o País. Houve uma intensa mobilização popular, e a todo pouco revelaram que não eram que estão se levantando, apesar do boicote à Campanha do Petróleo, o povo foi esclarecido. Mas já é necessário que se fale ao povo, da tribuna parlamentar, ou por voz pública em defesa da justiça. Já que a má imprensa não engana o País. E assim foi o Brasil. Sempre, de cada forma individualizada contra os perigos da certa cadeia "má imprensa" do Jornal e critica de rádio que se procuraram nesse instante, não do lado do Brasil, mas do lado de interesses internacionais suspeitos. Hoje, mais uma vez, é necessário falar ao povo de São Paulo, falar ao bravo povo paulista, e a todo pouco revelar, a essa massa imensa de homens que trabalham pelo País e grandiosa do Brasil, uma distinção de classes ao projeto de mudança do Brasil, uma distinção de classes ao projeto de mudança do Brasil, uma distinção de classes ao projeto de mudança do Brasil, uma distinção de classes ao projeto de mudança do Brasil.

O SENADOR VENDE-PÁTRIA

Eu não concordo, por exemplo, com o senador Assis Chateaubriand, que declarou: "O Brasil tem orgulho de ser um país do tipo 'United Fruit'". Contra isso, brasileiros, eu me levanto. O Brasil não será nunca, nem vendido aos Estados Unidos, nem da Rússia, nem de outro país qualquer! Vou me levantar, defendendo aqueles homens que a serviço do grupo internacional, aqueles homens que transformam em política interna, utilizando os jornais como instrumentos de propaganda, aqueles homens que transformam em política interna, utilizando os jornais como instrumentos de propaganda, aqueles homens que transformam em política interna, utilizando os jornais como instrumentos de propaganda.

guimos tornar vitoriosa a tese da exploração do monopólio, cremos criar a primeira base para a nossa emancipação econômica. Vamos, portanto, iniciar uma nova época. Precisamos para essa nova era da emancipação, e nos levamos definitivamente, da má imprensa, da imprensa que aluga suas opiniões, da imprensa que se vende, da imprensa que desverte os interesses da democracia e da Patria porque é mercantilizada, porque é servilizada, porque está deteriorada. Senhores! Não ignoro as forças que se levantaram contra mim. Não ignoro o poder que teremos de enfrentar. Tomo a posição atual, certo da vitória, depois desse magnífico teste da campanha do petróleo, em que a formação nacionalista do nosso povo se revelou de forma insosmável, de forma evidente, de forma leal, de forma honesta.

Devo agora concluir, vos assegurando que no próximo debate, na próxima conversa com o meu povo, depois que tiver comparecido à Comissão de Inquerito, depois que me tiverem sidq respondidas todas as perguntas que irei formular aos varios Institutos e aos varios organismos de credito, depois de tudo isso, hei de aqui comparecer para mais uma vez dar conta ao povo do que estou fazendo. E dele eu espero sugestões. Peco a todos os paulistas e a todos os brasileiros: enviem telegramas ao Parlamento Brasileiro, pedindo que se sustente o seguinte principio: Vamos apurar, não só num estabelecimento de credito o caso de uma só empresa, mas vamos apurar em todos os estabelecimentos de credito, a influencia desse credito, quando desvirtuada, sobre a imprensa e sobre os jornais comprometidos. Vamos consequentemente não abrir um caso isolado, um caso unilateral. E assim aproveitar o ensejo para apurar a verdade, toda a verdade.

De minha parte, vos confesso. Melhor seria ter me acomodado, ao silencio, que não traz os onus dos prounciamentos, das grandes lutas mas não estaria tranquillo em minha consciencia. Eu não teria essa paz que domino sempre meu espirito. Não teria o conforto de saber que estou servindo com lealdade o meu mandato. Pois bem, companheiros. Nesta luta, só com uma força conto. Só há um poder a meu lado: o poder do povo. Espero que ele não falhe. Mas, para que ele não falhe, é necessario que cada cidadão, que cada brasileiro se pronuncie categoricamente dizendo que se apure toda a verdade, contra todos os orgãos que, desvirtuando o principio da liberdade, transformaram-se em instrumentos passivos do poder economico internacional ou dos organismos de credito. A imprensa não pode servir a um senhor. E dever da imprensa servir ao povo e servir à verdade. E assim, eu me coloco na defesa dos jornais ao defender esse principio. Mas aqueles que até hoje mentiram, formularam chantage, devem ser suprimidos. E todos conhecem os inumeros casos de chantage realizados. Jornais que acusavam Industriais, levantando denunciaes as mais serias e as mais graves. E logo depois... depois da gorgeta que recebiam, se calavam repentinamente.

Contra isso é que me levanto. Espero destinar a maior parte do tempo às perguntas que, por certo, serão formuladas Conselho, reafirmando apenas a certeza de que o povo estará comigo porque sempre ele não vencerá. Estou certo de que vamos vencer a atual batalha em defesa da boa imprensa e em condenação da má imprensa, também a batalha do Brasil a batalha da Democracia, porque esta batalha se confunde com a batalha de emancipação económica do Brasil, com a grande batalha da Democracia.

3) Discurso contra a imprensa corrupta/Comissão Parlamentar de Inquerito. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, jul.1953.

4) *Jornal Última Hora*. Rio de Janeiro. 20 jul.1953.

Pronunciamento de Euzébio: [...] Julgo ter sido esse o propósito dos meus ilustres colegas. Se essas foram as razões, Srs. Deputados, não há dúvida de que a existência dos “Diários Associados” e demais empresas de rádio e televisão do Sr. Assis Chateaubriand constitui o maior monopólio de fontes de informação nas mãos de um homem cuja idoneidade é questionável, constituindo, também, uma ameaça à soberania, à segurança, à democracia. Convêm, conseqüentemente, que o Parlamento examine esses dois casos típicos: um de tentativa, o outro de monopólio efetivo.

Discurso de Euzébio Rocha na Câmara dos Deputados. Contra a má imprensa. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 25 jul.1953 [...] Euzébio cita jornalista japonês para evidenciar o poder da imprensa [...]. O Sr. Euzébio Rocha – Sr. Presidente, gostaria para mostrar a evidencia dos fatos por mim por mim veiculados e a importância que ninguém ignora da imprensa, de citar trechos de um dos jornalistas mais inteligentes do Japão, Keisa Alda, que, em livro publicado em nossa língua, narra os grandes recursos de que dispõem os jornais nipônicos, principalmente em Osaka que é, como se sabe, a capital comercial do Japão. Há jornais ali que são possuidores de frotas aéreas, capazes de fazer inveja a muitos países.

5) Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Imprensa sobre operações de crédito realizadas entre o Banco do Brasil S.A. e empresas de publicidade falada e escrita. Presidente Castilho Cabral e depoente Euzébio Rocha. Rio de Janeiro, 19 out.1953. *Jornal Última Hora*, Rio de Janeiro, 17 out.1953.

6) Comissão Parlamentar de Inquérito. *Jornal Última Hora*. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1953.

Ultima Hora
Rio - 17 - 10 - 53

SEGUNDA-FEIRA, NA CAMARA:

Devassa Completa Nas Negociatas do Senador Assis Chateaubriand

Depois de quase três meses de inatividade, vai funcionar a Comissão Parlamentar de Inquérito Constituída Para Investigar as Relações Dos Órgãos de Imprensa Com os Estabelecimentos Oficiais de Crédito — Libelo do Deputado Euzébio Rocha. — Contra o Grupo "Diários Associados". — Finalizará no Banco Dos Rios o Tráfego Senador Paribano — A Câmara Financiará Estupefata Quando Tomar Conhecimento Das Chantagens do Banco

Finalmente, depois de um longo período de inatividade, a Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar as relações de imprensa com os estabelecimentos de crédito, vai começar a trabalhar, ouvindo, na próxima segunda-feira, às 15 horas, o depoimento do Deputado Euzébio Rocha, do P. T. E. Como todos estão lembrados, o bravo e combativo representante trabalhista, logo depois que se decidiu investigar as operações de todos os jornais e estações de rádio com os estabelecimentos de crédito, pronunciou um longo discurso, da tribuna da Câmara, denunciando publicamente os escândalos empresariais.

Desmascarando Chatô

Foi um verdadeiro libelo o discurso do Deputado Euzébio Rocha, que demonstrou, exibindo do fato documentação, o vulto enorme dos empréstimos concedidos às firmas do favorecido Senador Assis Chateaubriand, cujo montante se eleva a quase 700 milhões de cruzeiros.

O representante paulista sem cessar a onda de insultos que lhe desferiam os jornais, revistas e estações de rádio do Diários Associados, revelou a técnica empregada pelo Senador Chateaubriand concedendo como garantia ao Banco do Brasil imóveis de propriedade em outros estabelecimentos de crédito ou institutos de Previdência. Foram descobertas todas as manobras dignas da sua habilidade de chantagista internacional.

Testes Internacionais
Outro aspecto grave das

acusações formuladas pelo Deputado Euzébio Rocha se refere às notórias ligações dos "Diários Associados" com os grandes trustes econômicos internacionais. Todas as campanhas de interesse nacional, a luta pela Petrobras, a nacionalização das nossas jazidas de minérios, sempre encontraram furiosos opositores do grupo de jornais que pertence ao Sr. Assis Chateaubriand.

A tática empregada lá se está tornando conhecida. Os "Diários Associados" procuram demonstrar que não temos capacidade para explorar o nosso petróleo para industrializar os nossos minérios, e que só os grupos econômicos internacionais podem gozar desta incidência. É um verdadeiro processo de deformação de opinião pública, para que continuemos exportando nossas riquezas minerais por preço vil, resignando-se o processo de libertação eco-

nômica do País, em benefício de magnatas estrangeiros.

No Banco Dos Rios

Segunda-feira o representante trabalhista repete todas as acusações perante o plenário da Comissão Parlamentar de Inquérito, exibindo os documentos que possui e que demonstram, a maneira inequívoca, as irregularidades das operações de crédito realizadas pelo "Diário Associados".

Pela primeira vez na história do Brasil o poderoso Senador Assis Chateaubriand, se verá levado ao banco dos réus. Todo o inveno rodado de negociatas e falcatruas, base do método jornalístico que constituiu, será examinado, detalhadamente. A Nação tomará conhecimento da maior chantagem de todos os tempos, a fim de que o Poder Legislativo possa propor medidas não só para preservar o patrimônio nacional das investidas do Senador Paribano, como para punir os seus crimes.

Na Europa, o Senador

A fim de contrabalançar a onda de antipatia popular, o Sr. Assis Chateaubriand passou a não ser alguns quadros de seu Museu de Arte de São Paulo, correndo para a Europa, onde avança elogios de jornalistas batidos a fim de esbafarem o seu gênio de político, industrial e Mecenas.

Jornal *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, 20 out.1953. Encaminhada à CPI uma série de documentos que revelam os assaltos do Chatô.

MORAIS, Fernando. **Chatô O Rei do Cangaco**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Chateaubriand é considerado pelo autor como um dos maiores defensores dos interesses das multinacionais e um dos mais poderosos empresários do século XX.

Encaminhado à CPI uma série de documentos que revelam os assaltos do Chatô. Jornal *Última Hora*, Rio de Janeiro, 15 jul.1953. 1ª p. e outra.

7) imprensa Corrupta. Jornal *Última Hora*. Rio de Janeiro, 15 jul.1953.



8) AMORIM, Paulo Henrique. **O QUARTO PODER**. 1.ed. São Paulo: Hedra, 2015; “Globo elege e reelege FHC com mão de gato;(P.394) A Globo é um “pai para o filho” do FHC; 398 (FHC)-Fernando Henrique é um filho pródigo para a Globo; 417[...] ele mesmo prometeu entregar ao FMI:Privatização da “Telebras”(= com mudança na Constituição);Vale do Rio Doce, pra depois; Agua e gásPetrobrás(exige mudança na Constituição).

Em concessões de serviços públicos (depois, numa correspondência para o FMI,seu ministro Pedro Malan,ofereceu vender o Banco do Brasil,a Caixa Econômica e o BNDS.

9) Denúncia do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (SINDIFISCO DO BRASIL). Além da matéria que encontramos no Google, divulgaram um vídeo, para alertar que o **rombo da Previdência Social é uma farsa**. www.somosauditores.com.br/110-a-da-prev.

You Tube Rombo da Previdência Social 16.02.2017

Face Book /[https://www.facebook.com /blograf](https://www.facebook.com/blograf)

SITE: www.BLOGdoAFR.com

TWITTER : @afrendas .

CAPITULO VIII

OS ANOS DE CHUMBO

EUZÉBIO HAVIA ASSUMIDO A CADEIRA DE DEPUTADO FEDERAL, DO qual era suplente. Logo após a renúncia de Jânio, reagiu energicamente diante do arbítrio do poder, que negava dar posse ao Vice-Presidente legitimamente eleito. **Ignoraram a democracia, a decisão das urnas e a Constituição Brasileira** (1). Revoltaram-se as lideranças nacionalistas e constitucionistas. Um grupo extremamente fechado, de total confiança, reconhecido por Euzébio: deputados, militares, intelectuais, políticos, industriais, deliberou que o general Kruel seria uma saída. Comandante da Região de São Paulo, ele mantinha laços próximos com generais e, principalmente, com militares que comandavam outras regiões do país. Traíra Jango e apoiara o golpe; no entanto, se revelava insatisfeito. Sentia-se injustiçado. Seria um contragolpe em defesa do país e da democracia.

Foi agendada a reunião com Kruel. Coube a Euzébio transmitir o convite, em nome das forças democráticas, evidentemente, declinou alguns nomes. Kruel sabia o risco que estaria correndo. Entretanto, havia sido preterido. O PODER o FASCINAVA! Afirmou: **“Sei agora, que esse golpe é de extrema direita. Foi montado pelos trustes internacionais, principalmente os americanos - é preciso reagir!”** Calou-se por um tempo. Questionou Euzébio e diante das respostas fez sérias ponderações. No final, argumentou:

“Concordo! Desde que possa contar com total apoio do Presidente Juscelino”.

O grupo de companheiros da mais alta credibilidade e os mais próximos foram para a reunião sigilosa, com o Presidente JK. Por mais que argumentassem, JK não aceitava. Estava convicto de que, na próxima eleição, seria apoiado pelos golpistas. Não quis arriscar...

Decepcionado, o porta voz do grupo informou a Kruei. (2)

Euzébio, indignado e irritado, como tantos outros brasileiros. Tornou a refletir - o que fazer?

Precisamos reagir, dia a dia as evidências mostram o fortalecimento dos golpistas. O simples blefe está criando garras perigosas, que lhes davam o poder de decisão. Os jornais e rádios alternativos foram fechados. Os cárceres estavam ficando abarrotados de patriotas: intelectuais, estudantes, comunistas, socialistas, nacionalistas etc. As cassações atingiam até os liberais”.

Era tamanha a preocupação de Euzébio que chegava até a falar sozinho: “não ficaremos de braços cruzados!” - COMO AGIR? - O QUE FAZER? Era preciso informar para incentivar a reação - denunciar os horrores: violência, traição, prisões arbitrárias... Ia de um lado para o outro, irrequieto. De repente, quase gritando exclamou:

- VAMOS EDITAR UM JORNAL!

O *Semanário*, o “Jornal que vale por um livro”, como dizia acertadamente o seu diretor, o inesquecível jornalista Oswaldo Costa (3) o qual sempre viveu pelo ideal de bem informar os brasileiros. O seu jornal, por muitos anos, trouxe artigos dos mais ilustres nacionalistas. Era o jornal lido e indicado pelos patriotas. Havia sido fechado por ordem do golpe militar em 1964.

Euzébio telefonou para o seu companheiro de grandes batalhas: Oswaldo Costa, jornalista, um ativista da luta pela emancipação econômica. Ele confessou: “estava com a mesma ideia e pensando em procurá-lo e a outros companheiros”. Imediatamente, marcaram uma reunião. Foi decidido pela criação do jornal: Seria o “BRASIL

SEMANAL”. Euzébio Rocha seria o diretor responsável pelo jornal. Aliviados, começaram a preparar os artigos. Foram advertidos que seriam presos, mas estavam decididos. Contavam com a contribuição de vários companheiros. Mas o que não foi previsto, aconteceu: Oswaldo Costa falece de repente. Euzébio chorou o “irmão” e companheiro de luta. Foi uma perda imensurável para a pátria. O Semanário calado pelo autoritarismo dos militares e, agora, a morte silenciando o guerreiro de tantas batalhas...

Também, em homenagem ao amigo, deram continuidade a *BRASIL SEMANAL*(12) - O 1º número foi lançado na 3ª semana de julho de 1965, denunciando os absurdos cometidos pelos golpistas.(4) Cada publicação era comemorada. O jornal se esgotava rapidamente. A atividade de Euzébio era intensa, em todos os níveis. Visitava as bancas de jornal bem localizadas, conversava com os proprietários, para convencê-los a receber o seu jornal. Conseguiu até que o jornal fosse vendido na banca que ficava em frente ao Comando Militar (Rua Conselheiro Crispiniano, São Paulo). O jornal denunciava a traição nacional, a violência, o arbítrio, o arrocho salarial. A corrupção. Enfim, a violação dos direitos humanos.

Foi instalado o regime de exceção e instituída a delação. Após o “5º Ato Institucional”, a Nação perdeu completamente o ESTADO DE DIREITO. Transformou-se na mais terrível ditadura (anos de chumbo), cometendo atrocidades por cima de atrocidades...

A cada número do jornal, pensava (quem pensava? você?): “Euzébio e seus companheiros vão ser cassados e presos...” Mas acho que o respeito que diferentes áreas do poder tinham por eles e a repercussão que traria contra a ditadura, evitaram o óbvio. E o jornal circulou, até que os recursos acabaram. Endividados, não conseguiram mais recursos e outros jornais alternativos foram sendo criados.

Euzébio continuou a fazer palestras, escrever artigos, dar aulas, sempre denunciando a ditadura (sem medo, mas com inteligência). Proferiu muitas e muitas conferências, em qualquer lugar (estado e cidade) onde fosse convidado. Além do jornal, escreveu o livro (5) *Brasil e o Acordo de Garantias*; no qual denunciava o **crime de “lesa Pátria” apresentado pelo governo ditatorial**. Vejamos:

Hoje, quando dou o máximo das minhas forças, para deter esse **crime contra a soberania nacional, o “Acordo de Garantias”**, com igual humildade, peço que possamos juntos recusar essa ignomínia de tratado. O qual permite que o país **estrangeiro se torne proprietário do Brasil, a respeito das decisões judiciais. Tamanho crime** nem posso pensar se tenha ousado tentar praticar. A mão que assinou a troca de instrumentos **deve ter tremido muito, mas assinou. É o instante que distingue o homem do rato.** A recusa teria imortalizado o representante brasileiro; a assinatura nos humilhou provando que há um brasileiro capaz de tamanha torpeza contra a sua Pátria.

Aliás, no dia da decretação do “2º Ato Institucional”, Euzébio foi para Ribeirão Preto. O estudante Vanderley Caixe, presidente do Centro Acadêmico, o havia convidado para proferir uma palestra e, no final, lançar o seu livro. Euzébio me avisou: - “O Caixe me ligou confirmando a programação”.

Assim que chegou a Ribeirão, pediu que telefonassem para o Secretário de Segurança e se marcasse uma visita. No cumprimento ao Secretário, transmitiu o abraço do General Sizen Sarmento (havia uma certa amizade), entregou o livro e saiu, com um sorriso maroto! - “Acho que essa tática sempre o ajudou muito!” essa frase é sua? Se for, não precisa aspas

Ao retornar, falou com entusiasmo do líder estudantil: - “inteligente, eloquente, ativo - um combatente valoroso”.

O BERRO(6) foi considerado por Euzébio um jornal muito bem feito e importantíssimo. Por várias razões: porque a censura atuava em todos os jornais registrados e, assim, *O BERRO* constituía uma opção, para burlar a censura, denunciando e informando com linguagem clara e objetiva. Além de ser distribuído de maneira a atingir mais de cinquenta cidades da região de Ribeirão Preto, chegava a São Paulo e até a outras capitais, apesar das dificuldades.

Havia muitos estudantes, bem chegados ao Euzébio. Ele se

entusiasjava com a juventude guerreira e corajosa, que não deixava de agir, apesar de toda a violência. Ficava furioso e deprimido, com a queda, prisão, tortura dos combatentes ou coisa parecida.

Certo dia, Euzébio, ao chegar, tanto pelo seu semblante e suas passadas, percebi que estava irritadíssimo. Deu-me um beijo e me entregou o jornal *O Estado de São Paulo*, datado de 14.10.1969. A matéria tomava quase a 1ª página inteira e outra página, com a seguinte manchete: TERMINA A AÇÃO DE MAIS DE 22 “APARELHOS”. Do lado esquerdo, uma foto de VANDERLEY CAIXE (todo estropiado: os olhos roxos e o bigode cheio de falhas) e, ao seu lado, Ir. MAURINA BORGES, a notícia citava nominalmente com fotos menores, ÁUREA MORETTI, O CAMPONÊS MÁRIO BOUGLIANE e outros. Entendi tudo - mais patriotas haviam caído nas mãos dos torturadores, dos abutres.(7)

Os acontecimentos em Ribeirão Preto repercutiram em todo o país. A ação conjunta dos militares e policiais que desceram de São Paulo, fortemente armados e usando de extrema violência, aterrozizou a cidade. Em diligências, outras tantas pessoas foram presas: em Sertãozinho, Bebedouro, Franca, Sorocaba, etc.. Vanderley Caixe, o líder da organização “Frente Armada de Libertação Nacional”- (FALN) foi arrastado pelas ruas e a pancadaria começou, tanto para ele como para todo o grupo. Os carrascos queriam mais informações.

O Arcebispo de Rib. Preto, Dom Felício Vasconcelos, e mais 40 sacerdotes, diante dos fatos, revoltados e como cristãos, decidiram pela **Excomunhão dos delegados** de Ribeirão Preto: Miguel Lamanho e Renato Soares(8).

A Igreja, que havia apoiado o golpe, pela primeira vez se manifestava oficialmente contra. “Foi o início de uma batalha assumida por inúmeros Bispos, Arcebispos, Padres e Freiras, que salvaram vidas apoiando os presos políticos, denunciando as arbitrariedades, assumindo a luta e até entregando a sua vida. Uns dias após os acontecimentos de Ribeirão, fui à casa de Euzébio e, ao invés de encontrá-lo, havia um bilhete dirigido para mim:

“Minha filha adorada: seja digna desse momento. A pátria vale qualquer sacrifício”.

Quanta angustia! Entretanto, segui o seu pedido, engoli as lágrimas e o desespero. Conhecia a sua coragem, confiava na sua habilidade. Entretanto, sabia que não se curvaria jamais.

A “velha guarda patriota”, alguns colegas do Colégio Militar e outros amigos se movimentaram, logo que foram informados de que Euzébio havia recebido a visita da OBAN e fora levado para prestar depoimento.(9)

Felizmente, à noite ele retornou. Vermelho como um pimentão, indignado e possesso. Nem precisei perguntar. De supetão, foi contando e se referindo aos policiais como os vermes bestiais:

- Encontrei Vanderley Caixe, foi extremamente torturado. Tentaram enfeitá-lo. Não conseguiram vergá-lo. Altivo e preocupado comigo. Foi entulhado de perguntas, sempre respondeu de maneira a não me envolver em nada. Emocionado com o que presenciei, abracei Vanderley e falei: **“Meu filho, te admiro muito! Vou te enviar flores e bombons”!** Pouco depois, conduziram-no para outro lugar.

Vanderley, se referindo a esse episódio, rindo, argumentava:

- enquanto eu estava fazendo de tudo, para não comprometê-lo. Ele me aprontou uma dessa.

Euzébio continuou a falar: -”Pouco depois fui liberado. Covardes, lixo do lixo e ao mesmo tempo me senti impotente. É preciso acabar com essa barbárie”. E me abraçou, com lágrimas nos olhos e eu lhe prometi: “assim que Vanderley for para o Tiradentes, irei visitá-lo, em seu nome, e trarei todas as notícias...” Respondeu:

- Aceito, é mais estratégico. Entretanto, **eu vou àquele presídio abraçar pessoalmente esse líder e os outros presos. Eu irei!**

E, foi mesmo!

A situação do país evidenciava os males gerados por essa ditadura. De Ato em Ato Institucional, foram solapando os direitos civis e tantos outros direitos, sem falarmos na política econômica de concentração de renda, exploração do nosso povo, do entreguismo aos interesses internacionais e da violência institucionalizada. A delação virou galardão. Os cidadãos mais conscientes foram se revoltando e

buscando uma saída, principalmente os estudantes, os intelectuais e os trabalhadores. A barbárie foi tamanha que até muitos direitistas e os menos conscientes foram se revoltando. E a ideia de “ANISTIA GERAL E IRRESTRITA” estava em todas as bocas.

As mulheres tiveram uma participação firme e forte na luta pela Anistia: “ampla e irrestrita”. Vários movimentos femininos foram criados, destacando, entre eles, o “Movimento Feminino Pela Anistia” - dirigido por Terezinha Zerbini. Editaram o Boletim *Maria Quitéria* para divulgação.(10)

Euzébio participou ativamente de tudo que pôde: entrevistas, conferências, passeatas e... Muitas e muitas lideranças fizeram o mesmo. Os religiosos protegeram os perseguidos pela ditadura. Como, por exemplo: Dom Paulo Evaristo, Dom Helder, Dom José Maria Pires, Dom Frágoso e muitos padres. Alguns deles acabaram presos e torturados. **Destaco Frei Ivo, uns dos mártires da repressão.(11)**

Entretanto, o que conseguimos foi uma “anistia mirrada”. E, até hoje apesar de toda a luta da COMISSÃO DA VERDADE, não se conseguiu colocar na cadeia os criminosos assassinos e torturadores.

Dizia Euzébio:

“Não desistiremos. A HISTÓRIA ESTÁ SENDO CONTADA, MAS A IMPUNIDADE NÃO PERMANECERÁ!”

ANEXOS E NOTAS

1) Online. CPDOC / FGV. Fundação Getúlio Vargas *História do Brasil >> Brasil República>> Democracias Entre Ditaduras>> A Posse de João Goulart e o Parlamentarismo*. Rio de Janeiro e São Paulo, 2017.

2) Para a segurança do grupo, diante da ditadura, os nomes dos participantes só eram mencionado em situação especial. Euzébio Rocha, representando o grupo, foi conversar com o General Amaury Kruehl, comandante da 2ª Região, sediada em São Paulo. Apesar de ter aderido ao golpe, estava decepcionado. Era vaidoso e o preteriram. Diante dos argumentos de Euzébio, Kruehl aceitou a ideia do contragolpe.

3) Jornal nacionalista, encampou a luta em defesa dos mineraiis atômicos, pelo monopólio estatal do petróleo e tantas outras. Apoiou a luta de Euzébio Rocha contra Chateaubriand, publicando as denúncias e escrevendo artigos. Fez parte da base de apoio do governo de Jango Goulart. Denunciou nas suas últimas edições o plano para depor o Presidente. Em 31 de março, sua sede foi invadida, lacrada e o jornal, fechado.

4) O jornal *O Brasil Semanal*. Julho de 1965. São Paulo. Foi fundado por Euzébio Rocha, em plena ditadura militar e com a participação de inúmeros intelectuais nacionalistas e corajosos. Nomes ilustres da nossa imprensa participaram, como o governador Barbosa Lima Sobrinho, Nelson Werneck Sodré, Osny Duarte e outros.

Brasil Semanal N^o 21 - 1^a Semana de Março de 1966



7) Jornal *O Estado de São Paulo*, 14 nov.1969. Um forte aparato militar desceu para Ribeirão Preto. Vanderley Caixe foi arrastado pelas ruas, até chegar à delegacia. Torturado com todos os outros presos, inclusive a Madre Maurina. A extrema tortura da irmã e dos demais presos levou Dom Felício Vasconcelos a se reunir com 71 religiosos e decretar a excomunhão dos delegados (Miguel Lamano e Renato Soares). Os presos foram levados para São Paulo, a tortura continuou no DOPS.

vanderlei caixe (4370x6782x2.tiff)

Redação: Rua Mauá, 300, São Paulo, SP. Telefone: 354000. Fax: 354000. Correio: Caixa Postal 1000, São Paulo, SP. Anúncios: Rua Mauá, 300, São Paulo, SP. Telefone: 354000.

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado às 18h 15 de 14 de novembro de 1969. Preço: 100 cruzeiros. Número: 10.000. Valor: 100 cruzeiros.



Vanderley Caixe, dirigente do FALN e madre Maurina B. de Silveira, ligada aos terroristas.

Termina a ação de mais 22 "aparelhos"

Assistência política e militar, em grande escala, foi dada ao ex-vice de Roberto Campos, em um "aparelho" formado por advogados, oficiais e prisioneiros. O grupo, conhecido como "aparelho de mais 22", foi formado em São Paulo e tem como objetivo a libertação dos presos políticos.

Um grupo de 22 pessoas, formado por advogados, oficiais e prisioneiros, foi formado em São Paulo e tem como objetivo a libertação dos presos políticos. O grupo, conhecido como "aparelho de mais 22", foi formado em São Paulo e tem como objetivo a libertação dos presos políticos.

Religiosos foram libertados no Sul

Dois religiosos, um sacerdote e um leigo, foram libertados no Sul. O sacerdote, Miguel Lamano, e o leigo, Renato Soares, foram libertados após uma ação conjunta de religiosos e militares.

Arcebispo excomungou delegados

O Arcebispo de São Paulo excomungou os delegados Miguel Lamano e Renato Soares. A excomunhão foi decretada após uma reunião com 71 religiosos.

O "currículo" dos agentes terroristas

Um relatório detalha o currículo dos agentes terroristas. O documento menciona nomes e atividades de indivíduos envolvidos em ações terroristas.

Ensino terá grande ajuda

O ensino terá uma grande ajuda financeira. O governo anunciou um plano de investimentos para melhorar a infraestrutura educacional.



Parte do movimento apreendido no poder dos agentes terroristas.

Um professor na organização

Um professor foi revelado como membro de uma organização terrorista. O professor, Miguel Lamano, foi acusado de participar de atividades terroristas.

Dólar: novas cotações

Novas cotações do dólar foram divulgadas. O valor do dólar em cruzeiros sofreu alterações devido a fatores econômicos.

Fóssil esperou 75 milhões de anos

Um fóssil de um dinossauro foi descoberto após esperar 75 milhões de anos. A descoberta ocorreu em uma região do interior do Brasil.

8) O Arcebispo Metropolitano Dom Felício e o clero Arquidiocesano, diante da violência extrema, sem possibilidade de diálogo, aplicou o Direito Canônico que a Igreja confere, em casos extremos: o da excomunhão. Tal decisão corajosa de Dom Felício repercutiu em todo o país e até no exterior. Foi a primeira manifestação oficial da Igreja contra o golpe. A prisão e tortura de Madre Maurina, diretora do Lar Santana, foi em parte, responsável pela reação da Igreja.

Tais acontecimentos são bem narrado e documentado pelo (ex) vereador PAULINO, Leopoldo, *no seu* livro **Sombras Repressão**. Ribeirão Preto/SP: Ed. São Francisco, set.2012, p.191-202; Madre MAURINA; Frei BORGES da SILVEIRA (irmão madre Maurina); GOMES, Saulo; CASTRO, Moacyr. **A Coragem da Inocência**. Brasília /DF.ADAP - Associação Brasileira de Anistiados Políticos - IPCCIC- Instituto de Identidades Culturais,2014.

que o arrolado é Professor Universitário, advogado e político limpo do âmbito federal, reconhecido pátrio que, no Congresso Nacional, lutou justamente pela emancipação econômica do Brasil, sempre se propõe a luta para fazê-lo, ou sejam:

a) Petrobrás, cuja a criação do Dep. Euzébio Rocha o seu maior pioneiro, já que o seu substitutivo foi aprovado unanimemente na Comissão de Segurança Nacional marcando o rumo jurídico do projeto;

b) projeto de criação da Comissão Nacional de Energia Atômica, que é hoje uma pujante realidade e uma das bandeiras da Revolução de março.

2- que não fôssem essas grandes realizações que projetam qualquer pátrio à consideração dos seus coavos ainda é quanto que a imprensa do País, mostra os jornais[...]

10) *Boletim Maria Quitéria*, nº 2. São Paulo, jun.1977. Publicado pelo Movimento Feminino Pela Anistia- MFPA, dirigido por Terezinha Zerbin. Nesse número, consta Entrevista de Euzébio Rocha: "ANISTIA É PAZ".



ENTREVISTA

Anistia é Paz

Uma entrevista do professor Euzébio Rocha, constituinte de 46.



Euzébio Rocha

MQ - Como o senhor vê Movimento de Anistia?
- Euzébio Rocha - Todas as vezes que o País entrou em grande processo de crise e instabilidade dando origem a grandes movimentos de divergências, em que muitas vezes as armas representam o choque das ideias, como na Revolução Farroupilha; a anistia representou a solução conciliatória, unindo a Nação em torno de ideais construtivos.

Anistia é paz. Solidariedade com a ideia da anistia dentro das efetivas tradições históricas do País.

Creio que a História traz grandes lições para compreender as tendências de um povo, e, consequentemente, a solução para seus problemas.

Casais afirmou, com oportunidade, que não é com a violência das armas que se vence o ideal da liberdade.

Propondo anistia, afirmou: "uma só vontade une os brasileiros. Maledição eterna a quem ousar recordar-se de nossas dissensões passadas". (revista Militar Brasileira - LIX, pag. 35, ano 1953).

O nome mensagem escolhido para esta Campanha traz Maria Quitéria, é bem a certeza de que só a liberdade traz Paz aos povos, e ela deu um exemplo de luta, que deve ser seguido por todos brasileiros.

Ainda recentemente, o Marechal Poppe de Figueiredo, interpretando com fidelidade o consenso nacional, manifestou-se pela anistia, ao "Estado de São Paulo", em 7/3/77.

Vargas e Juscelino, fiéis à tradição brasileira de pacificação dos espíritos, também deram anistia e se consagraram como autênticos intérpretes da vontade nacional.

Tenho certeza, pois, que a Campanha da Anistia, triunfará, concluída pelos brasileiros que sabem que só o amor controla para a eternidade.

MQ - Como constituinte de 1946, que acha da ideia de uma nova constituinte e qual o sentido das Constituições na vida dos povos?

ER - Os males do absolutismo e do poder discricionário é que levaram os povos a limitar o poder dos governantes em benefício dos governados.

O decisionismo pessoal sempre foi uma grande ameaça aos povos que nasceram para serem livres.

Imagem perdida do poder absoluto nos é dado pelos reis da França, Luis XIV e Luis XV, nas afirmações: "Eu sou o Estado" e "É legal porque eu o quero".

Toda a história de Democracia é uma diminuição do poder concentrado em poucos, para uma ação de poder voltada para o consenso da coletividade. Em 1214, os barões ingleses continham o poder do rei, de cobrar impostos e mais tarde obrigavam ao rei a dizer como gastar o dinheiro. Seria pois, como um retrocesso histórico na História do Brasil, permitir que por decisão pessoal de poucos, obrigasse a Nação toda a pagar o preço e os sacrifícios financeiros para os quais não consentia através de seus representantes.

Considero, pois, lamentável a decisão que tomou o honrado senhor presidente da República, ao estabelecer impostos sem o fazer por intermédio do Parlamento. A Constituição de 1824 e a de 1946, por muitos anos permitiram um ambiente de satisfatório respeito aos direitos humanos fundamentais dos governados. A Constituição de 1967, foi substituída em 1969 e já está sendo emendada, provando assim que não é um instrumento hábil para regular a vida política da Nação. Considero, pois, absolutamente necessário que em 1978, as eleições tenham caráter de um poder constituinte. E indiscutível que este poder constituinte só produzirá seus efeitos em clima de efetiva liberdade e sem censura a qualquer jornal.

Cabe à legislação assegurar a liberdade com responsabilidade. E preciso também, ligar as condições de bem estar da Comunidade à justa distribuição da riqueza.

"Numa democracia - como ensinava Jefferson - a pobreza generalizada e a riqueza concentrada não podem durar muito lado a lado." No Brasil, metade da renda nacional, cabe a 5% da população, ficando a outra metade para os outros 95% restantes. Assim falou o Presidente Costa e Silva ao "Cruzeiro", em 9 de outubro de 1969.

Hoje, 77% dos trabalhadores brasileiros recebem até dois salários mínimos, ou seja, menos do que recebiam a 18 anos atrás, por um simples salário mínimo de Cr\$ 5,90. A falta de liberdade de imprensa, a política de contensão do desenvolvimento sindical, constituem fatores decisivos deste mal estar nacional. Seria oportuno mostrar que a nossa dívida externa já está atingindo a 31 bilhões de dólares e que o serviço de amortização e juros absorvem 44% de nossas exportações, quando as instituições internacionais consideram que, no máximo, tal serviço deva absorver 20%. A dívida pública interna que era de 0,2% do produto interno bruto em 1964, é hoje 11% deste mesmo produto.

A falta de liberdade, a censura prévia que era adota pelo absolutismo dos reis franceses, não trouxe ao País o bem-estar almejado.

O caminho certo é a Liberdade e a Anistia, assegurando-se ao Estado, condições de defesa contra os inimigos da democracia.



DOCUMENTO

Maria Quitéria

Diretor responsável:
Nicolodemus Pessoa.
Editores contribuintes:
Terezinha G. Zerbin.

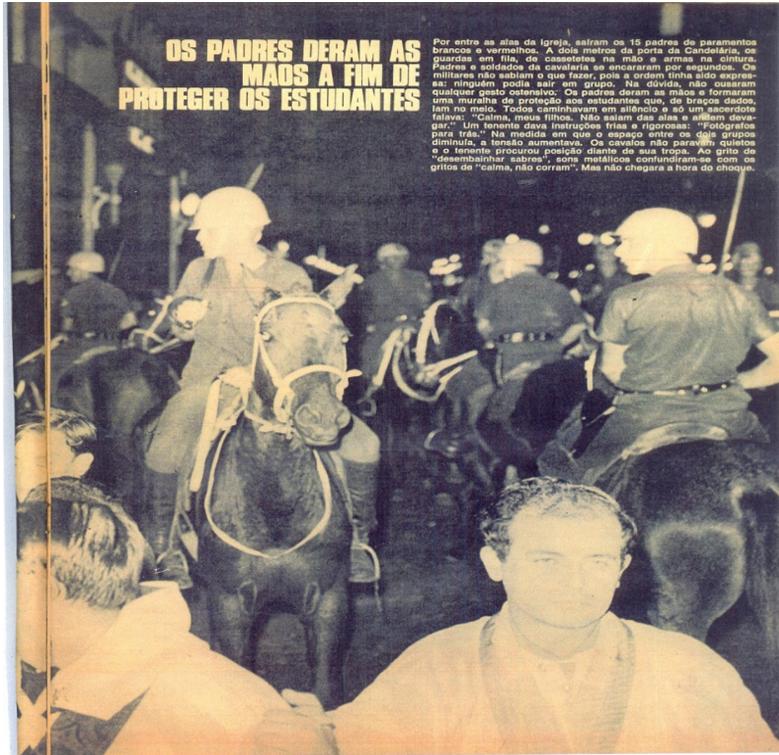
M. Naves Fernandes,
Rosa Maria B. Mendes,
Ana Maria Garcia.

Colaboradores:
Euzébio Rocha, Eurico
Andrade,
Barbosa Lima Sobrinho,

Alceu Amoroso Lima.
Esta publicação é propriedade do Movimento Feminino pela Anistia.
Endereço (redação):
Rua Cato Prado, 102,
São Paulo.

Composto e impresso nas oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Ltda.
Rua Dr. Virgílio de Carvalho,
Pinto, 412 - Fone: 855-7461.
São Paulo.

ii) Revista Fatos e Fotos. 18 de abril de 1968 / A coragem dos padres protegendo os estudantes.



12) *Jornal Brasil Semanal* Seguem-se vários artigos de Euzébio Rocha com diversas datas.

ANO I — N.º 1 SAO PAULO, 3.ª SEMANA DE JULHO DE 1955

BRASIL SEMANAL

Nosso Programa



Um punhado de homens e de mulheres, hoje, com esperança, voltamos para nos. Atendemos aos seus apelos. Cumprimos o que consideramos ser o nosso dever. Lançamos um jornal semanal, que será uma voz nacionalista a serviço do Brasil.

Adotamos, como diretiva fundamental, dizer sempre a verdade, toda a verdade, e a forma mais fácil de ser convincente. A verdade tal qual a vemos, nos múltiplos problemas que se nos apresentam, sejam individuais, coletivos, nacionais, internacionais, econômicos ou não.

Ajudados por uma cooperação inteligente e patriótica e contando com o nosso povo, estamos convencidos da vitória da nossa causa, porque nos manteremos sempre fiéis à defesa da liberdade e da Pátria.

Implica a defesa da liberdade na sustentação da democracia. Esta não existe sem aquela.

Mas a liberdade não existe sem liberdade de imprensa. Pode, entretanto, acontecer que a liberdade de imprensa seja meramente formal. Temos, então, a mais grave das ameaças.

Mantêm-se o verniz da liberdade e, por dentro, a impostura da coação, sempre acompanhada da corrupção. O poder de decidir do povo depende da natureza das informações que recebe. E, neste aspecto, está uma questão crucial que convém tratar na programática da nossa ação. Repete-se, hoje, o que, por ocasião da luta, na Câmara pela aprovação do Monopólio Estatal do Petróleo, foi denunciado pelo "Diário de Notícias". Porque aquele jornal, naquela oportunidade, tomou posição ao lado da tese monopolista, teve suspensa toda publicidade de empresas estrangeiras de petróleo, que tentaram mudar sua orientação, pela coação econômica, sem

têm causado ao país e à humanidade. Pronunciamento válido é o do povo nas urnas. Dai o acerto da declaração do eminente general Amaury Krueel, quando foi consagrado "Cidadão Paranaense", proclamando que não há democracia sem voto. Este é o grande compromisso das Forças Armadas do País com o povo. Recentemente, outro militar eminente, consagrado com uma das mais significativas votações, o marechal Henrique Teixeira Lott, fez afirmações da maior oportunidade, quando pôe, em termos de eleições, sem restrições, a autenticidade do pleito, pelo respeito que se deve ao pronunciamento do voto, que nas democracias efetivas manifesta a soberana vontade do povo, único poder legítimo para constituir governos constitucionais, dentro das nossas tradições.

O apelo a que superemos as nossas divergências pelo diálogo, pelo debate, há de ser outra constante do nosso programa de ação. Respeitamos-nos, por mais profundas que sejam as nossas discrepâncias. Não nos transformemos em instrumento de manobra dos que têm arrastado tantas pátrias à luta armada.

Façamos do culto à lei, do respeito às decisões do povo, a forma social de convivência das nossas divergências. A anarquia, que se instala pela prepotência das minorias, é sempre fugaz, como as paixões, vindo, em seguida, o estabelecimento da ordem democrática ou as ditaduras perpétuas, onde se avilta a dignidade humana, de cujo exemplo, mais recente, dá-nos conta o Cemitério de São Domingos, onde Trujillo fuzilava e enterrava as vítimas da sua prepotência, tantas vezes denunciado, mas descoberto pelo poder dos grupos econômicos que escravizavam aquele país.

Por fim, é do nosso programa de ação a defesa das liberdades fundamentais do homem, o resguardo de garantias individuais-pessoais e dos direitos econômicos-sociais, a luta pela emancipação econômica do país.

RÉQUIEM POR UMA CÂMARA DEFUNTA

O Senado, sim, o Senado, emendou o ACÓRDO DE GARANTIAS. Procurou definir o que se entende por "denegação de justiça". Fê-lo com prudência, resguardando a autoridade dos Tribunais brasileiros. Nem isso, a defunta maioria da Câmara consentiu. Marcom este ato o seu destino; não o destino do Brasil. Feriu a nossa soberania e cobriu de opróbrio a Nação, mas não fez cessar a nossa capacidade de luta.

Hoje, a Nação estarecida contempla a ação delictéria e impatriótica dos que, por tibieza, acomodamento ou interesse pessoal, a escravizam a interesses internacionais, sem cuidar de que somos um país livre. Estarecida, mas não apática. Serena e decisivamente, unindo patriotas que se encontravam separados, marcha, irreversivelmente, para novos rumos, quando proclamará a nulidade dos atos praticados contra a sua Constituição e a dignidade do seu povo. Não perdem por esperar. As urnas, dentro da legalidade, farão ouvir a voz da Nação, no tribunal inapelável da soberania nacional.

Repete-se, hoje, como chavão, que há um novo conceito de soberania.

É evidente que as pátrias não falam, nem os países. Os homens que são postos no poder, pelo voto do povo ou pelas manifestações de força, é que falam pela Nação, pelo povo e pela pátria. Decorre desta simples observação que o conceito de soberania de um povo resulta da própria formação dos seus dirigentes. Quando são covardes e submissos, as nações se tornam submissas e acovardadas, sempre prontas a despir-se de sua autoridade e da autoridade de sua jurisdição.

É o que ensina Pontes de Miranda ("Comentário ao Código do Processo Civil", Tomo II, págs. 282 e 283, 2.ª edição).

"A jurisdição supõe exclusividade e permanência, salvo se o Estado permite outra jurisdição, ou foi, de fato ou de direito, privado de parte do seu territó-



rio. E nulo este Acórdão e nenhum valor pode ter perante qualquer povo livre.

E nulo, porque a instância de recursos, em matérias diretamente pertinentes ao exercício do poder de governo, inerente à soberania nacional, é transferida a tribunais arbitrais — não na forma de qualquer lei brasileira, mas ao arbítrio de uma das partes contratantes.

A subtração de matéria litigiosa à jurisdição do poder judiciário brasileiro pode operar-se por simples manifestação da vontade de uma das partes contratantes.

Recorre-se, desta forma, a expediente indireto para se obter finalidade não consentida. No caso, fraude à Constituição.

Entendemos que qualquer iniciativa que tenha como resultado iludir a redação constitucional será inoperante, nula, inválida e destituída de força jurídica vinculante.

Tal cláusula infringe flagrantemente o disposto no parágrafo 4.º do art. 141 da Constituição Federal, que diz que nenhuma lesão ao direito individual será subtraída à apreciação do Poder Judiciário. E o princípio da plenitude da jurisdição da Justiça brasileira, órgão do poder público e da Soberania Nacional.

Tão gritante, tão ofensiva é a inconstitucionalidade do Acórdão que o Senado o emendou e o próprio relator, na Câmara dos Deputados, por tibieza, acomodação ou o que quer que seja, expressamente consignou esta inconstitucionalidade, mas não a emendou.

Configura-se, assim, aquela notoriedade de violação constitucional, que levou Hall a declarar que nenhuma indenização seria devida, em Acórdão que excede, manifestamente, os poderes do negociador. Nenhuma indenização, acrescentamos nós, será devida em virtude da eficácia internacional das limitações constitucionais. Nesse caso, o Estado

BRASIL SEMANAL

DEMOCRACIA DE FARSANTES

Pelos idos de 1943-1944, os Partidos reorganizaram-se no Brasil, teoricamente em base nacional, compondo o nosso mosaico político.

O PSD caracterizou-se, de início, pela vocação governista. Mineiramente governou o Brasil, conciliando sempre as tendências opostas. A UDN importou dos Estados Unidos a sua bandeira inicial de luta, traduzida na frase que muitos atribuíram ao Brigadeiro Eduardo Gomes, — "O preço da liberdade é a eterna vigilância", inscrita no Palácio da Justiça daquele país. O PTB, encarando os princípios universais do trabalhismo, fixou-se num homem símbolo do seu programa — Getúlio Vargas. Para citar os principais partidos daquela época.

Cada eleição foi sempre um parto laborioso, que parecia pôr a perder a recém-nata democracia brasileira. A UDN afigurava-se vitoriosa, no primeiro pleito. Sua campanha de acusações, ódio e ameaça, tão fora do sentimentalismo brasileiro, levou-a à derrota, mais do que qualquer outro prestígio. De certa forma, conformou-se.

O Presidente Dutra, que tanta tranquilidade trouxe ao Brasil, terminou em paz seu Governo. Nova eleição no País, nova derrota da UDN. Deu desespero no ex-Partido do Brigadeiro. Mandaram às lavas os princípios democráticos, fundados no voto e no respeito à decisão popular. O farsante-mor da UDN, como a bruxa melfurineira de Goethe, tem sempre alguma coisa de funesto a oferecer. Coloca a bacharelise a serviço da intrujice. Está pronta a primeira fórmula: Getúlio Vargas não pode tomar posse, não obteve maioria absoluta.

Violentava-se a vontade do povo. Destruía-se a tranqüilidade nacional, pela prática do esbulho. Continha-se o ritmo de democratização. Nada importa. Os partidos não falam, não se dirigem. Assim, era a UDN, arrastada pela mão de alguns dos seus dirigentes, à condição de autêntica "empusa", sempre pronta a se submeter a todos os caprichos, violar todos os sentimentos de dignidade, para conseguir o Poder.

O sortilégio fôra, entretanto, fraco. A espada que, quando posta a serviço da Razão, do Direito e da Fé, não tem somente o formato da cruz, mas com ela se identifica, desfez o feitiço. O Gen. Estilac Leal fez a célebre declaração: "Depois de jogada a partida, não se muda a regra do jogo". Língua-gem que o atual "Ministro da Guerra entende perfeitamente.

Lá se foram intrujice, bacharelise e tudo mais. Venceu o Direito e, com ele, o povo.

As calúnias levantadas contra Getúlio Vargas pretendiam ser pavorosas e foram simplesmente grotescas.

Terceira eleição se apura e, como das outras vezes, a UDN é derrotada. O professor farsante não se importa mais com a teoria jurídica. Pretende, simplesmente, não dar posse a JK e a pobre UDN vai decaído, degrau a degrau, cada vez mais longe do povo. Ainda desta vez não tem sorte. Outra espada se põe no caminho e a vontade das urnas é respeitada. Um general caônico e democrata, Ministro da Guerra salva a decisão do povo: o então General Lott.

Mas a bruxa não toma jeito. Quem quer? Quem vem? Quem aceita a nova fórmula, esta fatal à democracia. Ri, chora, esfrega a mão, Fausto vitorioso. Conseguiu a fórmula perfeita. Democracia sem consulta ao povo. Este atrapalha sempre as vitórias da UDN. A solução está dada: suprima-se o povo. Adote-se o mandato-tampão (prorrogação sempre). O Presidente nomeia os governadores "ad referendum" do Congresso, que, diga-se de passagem, jamais o contrariou.

Tenho ou não tenho razão para chamar a estes farsantes de antipovo?



Euzebio Rocha

RUMO AS ELEIÇÕES

Enfim, a trama cada vez mais complicada da nossa vida pública, por incrível que pareça, entrou em um motivo que poderá vir a ser fator de unidade na maioria das mais diversas forças políticas. Opositor de quem manter o diálogo capaz de facilitar, mesmo na competição das divergências, a defesa das instituições. Há uma ameaça que atinge a todos: o CONTINUISMO, e por isso se transforma em superior razão de unidade.

Há meses, há vários meses, quando dos porões da legalidade começaram a surgir os pronunciamentos contraditórios, o eminente General Américo Kraul, Comandante do II Exército, na oportunidade de justa homenagem que lhe foi tributada no Parnau, declarou na Assembleia Legislativa daquela unidade da Federação: "É para que este encontro com a democracia seja uma realidade, torna-se indispensável que se dê oportunidade ao povo para a escolha de seus representantes, pois que o povo constitui a mais alta instância do regime democrático."

Não há, portanto, democracia sem eleições.

A ditadura não se implanta, em um buço, tão somente pelo golpe violento de uma ação militar. Ela pode provir também, de outras modalidades, de início imperceptíveis aos meus avisados que, quando se aperceberem das medidas que foram por etapas, concretizadas, aí se dão conta de que suas liberdades já se acham cercadas.

So o processo eleitoral, em toda a sua plenitude poderá assegurar o conceito realista e autenticamente democrático.

Sem o processo eleitoral, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a democracia será uma mistificação."

Cessaram, por algum tempo, as manobras ostentadas, que tomam agora as mais diversas formas. Ora, reforma institucional; por vezes, parlamentarismo sem consulta ao povo; outras vezes, nomeação de governadores "ad referendum do Congresso". Um sem número de meios de burlar a consulta ao povo.

Mas de onde partem tais movimentações espúrias? O Senhor Presidente da República, de forma inarredável, manifestou sua decisão de entregar o governo ao seu sucessor, no término do seu atual mandato. O Sr. Ministro da Guerra, Gen. Carlos Silva, em pronunciamento, não menos categorico afirmou: "As eleições diretas deste ano e de 1966 decorrem de compromissos assumidos publicamente, e para serem honrados em toda linha."

De onde vem, pois, o trabalho tenaz, permanente, no sentido de, mesmo traumatizando a nação, contendo-lhe o processo democrático, desacreditando-a perante o mundo, levar adiante tão fúteis projetos que podem estar no país fogueira de proporções catastróficas?

Dos mesmos de sempre. Dos bajuladores. Dos "eternos amigos do governo".

Certa vez, ainda no Constituinte, um jornalista perguntou a gemonon Magalhães o que mais devia temer um Presidente. De pronto, sem vacilar, o ex-Governador de Pernambuco, figura das mais respeitáveis respondeu: "os bajuladores". Contou-me, em seguida, que um governador eleito de Minas Gerais lhe tinha feito pergunta semelhante e merecera a mesma advertência. Um ano depois de sua posse, escreveu-lhe dizendo: "Os bajuladores podem ser perigosos mas não tão simpáticos".

E nos acrescentamos: mas tão perigosos.

EUZÉBIO ROCHA

Governo e Estudantes

É preciso que as autoridades responsáveis pela política educacional não insistam em marginalizar o estudante dos problemas nacionais.

Comprez-se o atual Ministro da Educação em polemizar com os moços e perseguir organizações estudantis, relegando a posição secundária graves problemas de ensino e ciência.

Insiste em caracterizar e definir a política federal, neste setor, como uma espécie de reação a todo pensamento progressista ou atividade criadora. A sua mais recente tirada demagógica, que o vai celebrar tanto quanto o busto que mandou fazer, em sua própria homenagem, foi o afirmar "que não é possível que o estudante tenha ensino de graça, enquanto o povo passa fome". Defendo, por todos os meios o ensino pago, negando o alto mérito dos inventivos governamentais nesse sentido. Não vejo melhor e mais rápida forma de vencermos o nosso atraso e assegurarmos índices satisfatórios de desenvolvimento do que preparando técnicos e cientistas. Todavia, nesse sentido, será magnificamente recompensado. Não é outra a orientação dos países prósperos.

A "Enciclopédia Britânica" de 1964 revela, com oportunidade, dados esclarecedores. Assim, uma criança canadense, em 1965, tinha a probabilidade de 1 para 6 de concluir a Universidade. Na Austrália esta probabilidade é de 1 para 3; em Londres de 1 para 20; na EUA de 1 para 4; na URSS de 1 para 12; na Alemanha de 1 para 16; no Ar-

gentina de 1 para 140; no Uruguai de 1 para 100; no Brasil de 1 para 2000. A Nigéria mantém no exterior 2.000 estudantes. A Índia e o Japão cerca de 43.000, enquanto no Brasil esta cifra não passa de 200.

Internamente, desorganizava-se a pesquisa. E o que vem acontecendo no Instituto Oswaldo Cruz, onde eminentes mestres, contra os quais nada apuraram os inquéritos, são mantidos afastados para que permaneçam nos cargos de autoridades. Resultado, o Biotério daquele Centro de Pesquisa teve que fechar suas cobaias no Jardim Zoológico, pois, estavam morrendo de fome.

Nas Universidades, não é outro o clima dominante. Os inquéritos se eternizam e as suspensas se renovam, mas os peregrinos do Brasil, numa prova do certo que se está cometendo, são recebidos nos Estados Unidos, e em outros países, passando a ocupar elevadas posições.

Conseqüência, surge a amosidade incompatível entre os jovens e as autoridades.

O Ministro da Educação até há pouco vaticinava grandes vitórias nas eleições e plebiscitos estudantis. Nisto teve razão. Houve grande vitória estudantil, mas foi dos estudantes. No Rio, dos 11.000 universitários matriculados nas 24 Faculdades existentes, 7.600 participaram do plebiscito e destes 6.300 (87%) votaram contra.

9-11-64. Em São Paulo, a proporção foi de 91% para Minas Gerais de 90% e no Rio Grande do Sul, de 82%, e assim por diante.

Apesar disso, nenhuma iniciativa tomou o governo para corrigir as evidentes falhas em relação aos estudantes, no ensino e à ciência.

EUZÉBIO ROCHA

Ano I — N.º 15 — 4.º semana de outubro de 1965

Salário e inflação



Insiste o Governo em manter intacta a sua política salarial, bem como outras medidas económicas, sem revisoná-las, inclusive as de indiscriminada contenção dos meios de pagamento, em que põe ao contínuo aumento dos preços das utilidades.

Configura-se, assim, uma situação inequivocamente grave. A política restritiva de crédito, em conexão com a dramática elevação dos preços, determinou uma recessão no setor industrial, comprovada pelo último número de "Conjuntura Económica" (Agosto de 1965) que revela um retrocesso com queda no ritmo da atividade de pelo menos 3%.

O cotejo dos males subsequentes af está revelado, nas altíssimas taxas de desemprego e diminuição no ritmo de desenvolvimento da economia nacional.

Qual a explicação dada, já não digo pelo Presidente, que ao saber nada foi economicista, nem teve em suas mãos o trato permanente de tão complexos problemas, mas pelos assessores e filósofos do regime instalado a 1.º de abril? A de sempre: combate à inflação.

Mas o que vem a ter salário com a inflação?

Lato faz lembrar o diálogo de um príncipe alemão, no eclodir da 1.ª Guerra Mundial, quando, numa festa, enfaticamente declarou: "Os responsáveis por esta guerra são os judeus". No mesmo instante, um judeu presente acrescentou: "E os ciclistas também". Voltasse o príncipe, um pouco confuso: "Que tem os ciclistas com a guerra?". Respondeu o judeu: — "E os judeus?".

Assim é a questão do salário. Que tem o salário com a inflação?

ANO I — N.º 18 — 1.ª Semana de Fevereiro de 1966

E o tempo nos deu razão

Euzébio Rocha

Recordar o passado é, quase sempre, a melhor forma de compreender o presente.

Assim, quem se detém ao trabalho de reler os debates travados na Constituinte, em torno da aprovação dos artigos 149 e 159, relativos ao I, com premissões aos seus justos e elevados fundamentos, vedando a estrangeiros a propriedade de companhias, sociedades e indústrias, reservando privativamente a brasileiros a responsabilidade privativa de orientação intelectual e administrativa destas empresas, definiu o legislador pário, por interesse de uma ordem imperativa da ordem, a sua política legislativa, nesta matéria. Assumiu ainda a este princípio, dando-lhe presépio constitucional, uma regra programática que sujeita a legislação ordinária e os governos, inclusive estaduais, a seguir, neste setor, considerado fundamental à segurança nacional. Nada há de inconstitucional em tal orientação, mas prudência do povo presidente.

O poder da imprensa falada e escrita é justamente considerado como o poder dos poderes. Quem dele dispõe decide do destino da Nação, do povo e dos indivíduos. Controla e detém a responsabilidade.

País que consente em prevalecer interesses estrangeiros no jornalismo pário, é feito, sua soberania.

Por isso, em todas as épocas, tem sido preocupação dos legisladores e dos governos profligar as máfias inflacionárias que grupos, políticos e económicos nacionais e estrangeiros, exercem sobre órgãos da imprensa. Entretanto, embora a ordem jurídica configure substancialmente a gravidade destas implicações, é quando nos depara uma hipótese concreta que tais consequências incommensurável extensão de mal que tais distorções provocam no sistema de informação fundamental ao exercício da democracia, pois o povo só pode agir bem se bem informado.

A Campanha Nacional pelo Monopólio Estatal do Petróleo, teve o cumprimento dos compromissos dos grupos económicos em relação à imprensa.

Havia impressionante determinismo entre os grandes ataques das companhias petrolíferas e a posterior de certos jornais.

Transformavam-se em reação, movido a motor, cujos colaboradores foram feitos de rir de uma "falha" em 1964.

O reduzido número de órgãos que aceitaram o debate ou defenderam a tese nacionalista deu-nos a medida de quanto o Brasil está desarmado para a defesa dos seus mais relevantes problemas.

Nem comunismo, nem entreguismo

Euzébio Rocha

Chegar ao poder é a arte que os livros ensinam, mas só a prática realiza. Vários tratados tentaram erigir teorias e princípios norteados da melhor forma de governar. A obra clássica, ainda, lida e relida, é "O Príncipe", de Machiavelli, considerado por uns como imoral, por outros amoral e, por alguns, simplesmente um trabalho técnico, revelando, friamente, fatos e verdades.

Frederico da Prússia, com o seu ANTI-MACHIAVELO, abriu a esteira dos que ignoram os numerosos acertos e indiscutíveis verdades que contém a obra. Quando, por exemplo, afirma Machiavel: — "Há dois modos de defender-se: — com as leis e com a força; a primeira é própria e peculiar aos homens, e a segunda, comum aos animais". Não se negue precisão e sabedoria a tal princípio. Há, entretanto, outras afirmações que não são dignas de aprovação, nem do ponto de vista da justiça, da justiça ou de ética.

É quando Machiavelli aconselha: "os fins justificam os meios".

Parece incontestável que estas cinco mortificadoras palavras transformaram-se no fundamento da doutrina e deliberação das decisões comunistas. É o que se depreende da anunciada recomendação da reunião intercontinental realizada em Cuba. A propaganda sediciosa e as ameaças intervencionistas representam, por intermédio das guerrilhas, abominável prática que deve ser violentamente repellido, por todos os patriotas e nacionalistas. Nenhum fim justifica a utilização de certos meios.

A pregação da luta armada entre irmãos de uma mesma Pátria, levando às famílias o luto, é prática que avilta o povo que a aceita. A Coreia e o Vietnã já não bastam para mostrar a nefasta acção dos grupos imperialistas?

Não sirva, entretanto, o justo combate às distorções comunistas para calar a luta contra todas as formas de entreguismo, que é o melhor adubo do comunismo.

As estruturas económicas da nossa época criaram empresas de concentração de capital e poder jamais sonhados, no início do nosso século.

As grandes nações repousam o seu poderio e tranquilidade no funcionamento regular de tais empreendimentos, que precisam, com regularidade, ser abastecidos de matéria-prima, localizada, habitualmente, nos países subdesenvolvidos.

Assim, para o exportador de minério de ferro, quanto mais baixo for o salário melhores condições possui para competir no mercado mundial. O que acabamos de dizer para este tipo de atividade é, também, verdade para a exportação de produtos primários. Tais empresários, por suas organizações, procuram sustentar uma política de salários aviltados. Em situação diversa e oposta encontram-se industriais e fazendeiros que abastecem o mercado interno. Quanto melhores forem os salários e o poder de compra, tanto mais estão asseguradas as vendas dos seus produtos.

Esta dissonância de estruturas económicas provoca

CAPÍTULO IX

SUPREMACIA DA EMPRESA PÚBLICA

Analisemos as sábias palavras do professor da Universidade do Rio de Janeiro, o economista Carlos Lessa (1): “Países como o Brasil, México, Espanha, Itália, Bélgica, Holanda e Alemanha têm o aparelho estatal concentrado nos mesmos setores industriais”.

O fato de ocorrer, em países com diferentes trajetórias e estruturas políticas, o desenvolvimento econômico, comprova que a interferência do Estado é um imperativo da organização industrial moderna. Se não fosse assim, o grupo privado que controlasse os setores de energia elétrica, do petróleo e das chapas de aço, com poder para fixar preços, poderia esmagar qualquer outro grupo industrial, que não teria condições de competir com ele. Observa-se que a presença do Estado é marcante em todos os países onde o capitalismo já atingiu o estágio avançado. Que dúvida pode haver sobre a política de endividamento dos Estados Unidos? Ou das compras deste mesmo governo (não é só um governo dos EUA > melhor dizer: Ou das compras dos seus vários governos) junto ao complexo industrial militar?

No Brasil, as estatais estão ameaçadas porque se transformam, por meio de um “confuso consenso” nacional, em bode expiatório para uma crise sem precedentes”.onde foram abertas as aspas, aqui só tem as de fecho

Na nossa análise por amostragem, escolhemos cinco empresas estatais: Volta Redonda (Cia Siderúrgica Nacional), Petrobrás,

Eletrobrás, Telebrás e Vale do Rio Doce. Poderíamos ter acrescentado muitas outras e a conclusão seria a mesma. Realce-se, por oportuno, que essas empresas atendem plenamente e com eficiência os setores fundamentais da nossa economia. No Brasil, a iniciativa estatal tem sido o motor fomentador do nosso desenvolvimento econômico: aço (CNS); petróleo (Petrobrás); energia elétrica (Eletrobrás) e comunicação (Telebrás). Das empresas estrangeiras já não depende o nosso consumo de aço, petróleo, energia elétrica. A telecomunicação está entregue a uma empresa pública. Esse é o caminho do progresso e do desenvolvimento econômico, sem subordinação a grupos econômicos internacionais. É tão evidente que só os embusteiros não enxergam. Os anti-Brasil querem regredir o país para antes de 1930 e entregar o nosso mercado às multinacionais. Resistir e derrotá-los é nosso dever. Ter informações da nossa realidade é de relevante importância. Você sabia que das trezentas (300) maiores empresas do Brasil, segundo a Folha de São Paulo (2) as dez maiores, por “ativo total”, receitas, resultados e rentabilidade, SÃO ÀS ESTATAIS?

A BATALHA POR VOLTA REDONDA (3) - CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL. Mesmo com a Belgo Mineira foi mais uma, que se juntou às pequenas siderúrgicas instaladas no país, não foi suficiente para atender a demanda crescente. O Brasil não podia produzir aço mais pesado, para construção naval, trilhos, e nem produtos necessários à indústria de construção. Considerava-se que, na época, a substituição das importações poderia ser alcançada com a construção de uma grande companhia siderúrgica. Os objetivos da “Revolução de Outubro” foram realçados por Vargas, em discurso proferido em Belo Horizonte, em fevereiro de 1931:

[...] O problema máximo, pode se dizer básico da nossa economia é o siderúrgico. Para o Brasil a idade do ferro marcará o período de sua opulência econômica. Creio poder afirmar que a grandeza futura do Brasil depende principalmente da exploração das suas jazidas de ferro, o ferro de Minas Gerais.

Interesses impostergáveis levaram o governo a travar a grande

batalha, para a construção de Volta Redonda. Nossas exportações seriam fundamentalmente compostas de minérios e matérias-primas. Volta Redonda mudou o destino do Brasil, sem ela, por certo, não teria surgido o nosso grande parque industrial, que contribuiu para o desenvolvimento da iniciativa privada. Analisando por todos os prismas, Roosevelt compreendeu claramente e mandou reabrir imediatamente o processo da usina brasileira, concedendo ao Brasil um crédito superior ao que era prescrito pelo regulamento do Estimbank (é Eximbank, conferi) e determinou que todas às facilidades fossem oferecidas à Comissão Brasileira.

O encontro em Natal entre Vargas e Roosevelt era a coroação dos entendimentos até então realizados. A invasão da África teria que ser feita por Natal e a importância daquela base era naquele momento peça fundamental da guerra. O Presidente Vargas prometeu a autorização para fazer de Natal o trampolim para a invasão para à África e Roosevelt garantiu a construção da usina siderúrgica.

Anos se passaram em discussões, mas, de concreto, nada. Em face do que acontecia, Vargas autorizou a divulgação de que a ajuda alemã era mais concreta e imediata.

O Presidente Roosevelt decidiu: o Brasil era o aliado imprescindível e o mais importante do hemisfério. A possibilidade de concessão de bases militares para o inimigo seria um golpe mortal à estratégia da guerra. Dentro da nova orientação política, a usina brasileira foi considerada, pela economia americana, também um esforço de guerra. Foram superadas as démarches protelatórias e a usina siderúrgica foi construída e instalada em Volta Redonda, no Vale do Paraíba. É importante nunca esquecer:

“AS NAÇÕES NÃO TÊM AMIGOS, MAS INTERESSES”.

A empresa pública foi fundamental para o nosso desenvolvimento econômico e continua imprescindível para a nossa economia. É o motor do nosso desenvolvimento econômico. A participação do Estado na economia não foi uma opção doutrinária, mas um imperativo em face de inércia da iniciativa privada nacional ou estrangeira, que se revelou incapaz de grandes investimentos que exigiam também alta tecnologia e

especial.

Se classificarmos as mil empresas pelo faturamento, ou seja, pela produção bruta e não pelo patrimônio líquido, a participação das empresas estatais baixará para 23%. Isso ressalta fato óbvio de que as empresas privadas dominam as áreas diretamente produtivas (com baixa relação capital - produto), detendo 50% do patrimônio líquido e recebendo 77% do faturamento. As empresas públicas cuidam, efetivamente, dos setores de infraestrutura, com alta exigência de capital e tecnologia avançada, deixando para o setor privado os campos de rentabilidade direta mais alta.

Até hoje, as empresas estatais só têm participação significativa em cinco setores de infraestrutura. Afirmar que a nossa economia está estatizada é impostura do poder econômico nacional e internacional com apoio dos seus fiéis escudeiros: Collor, Fernando Henrique Cardoso, Rede Globo e outros.

Os autores das privatizações entregaram o patrimônio público às empresas multinacionais, por importâncias mínimas e simbólicas. Declaro que elas não foram vendidas e sim doadas: revelando negociatas das mais sórdidas, porque comprometeram os interesses nacionais.

Todos os casos de privatização estão “sub judice”, dependendo, pois, de apreciação judicial. Esperamos que sejam todos anulados, porque lesam a pátria. Confio no Poder Judiciário.

A Companhia Siderúrgica Nacional - considerada uma das mais eficientes do mundo, a CSN, recebeu classificação internacional, reconhecendo o controle de qualidade dos seus produtos e serviços entre os mais eficientes do mundo. A classificação foi obtida, segundo norma do ISO-9002, do “American Bureau of Shipping”, dos Estados Unidos, adotada por mais de 50 países.

A nossa empresa foi considerada a melhor do mundo em baixos custos operacionais; a segunda mais rentável do globo no seu ramo. Sua produtividade é também muito alta: 380 toneladas por trabalhador. Para produzir uma tonelada de aço, o Brasil gasta US\$ 356, superando os EUA - US\$ 494 e o Japão - US\$ 558.

A CSN esta instalada no município de Volta Redonda, ocupando uma área de três milhões de metros quadrados (70% da área do município). Possui, ainda, jazidas de minério de ferro em Congonhas (MG)

e em Juparaná (RJ); manganês em Conselheiro Lafayette (MG). Com capacidade instalada de 4,6 milhões de toneladas/ano, gera produtos de larga aplicação, que vão desde a produção de fertilizantes até grandes projetos de engenharia de construção. A sua atividade principal é a produção de aços planos e não planos. O seu patrimônio contábil é de US\$4,14 bilhões (1992). Vendas totais de US\$ 1,88 bilhão (1992); exportações US\$ 731,6 milhões (1992).

A eficiência da empresa estatal e a ineficiência da empresa privada estrangeira foi evidenciada, também, no depoimento do Governador Barbosa Lima Sobrinho, a quem o Brasil deve relevantes serviços. No seu depoimento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Desestatização, em 21/05/1993, alude à campanha que estão fazendo contra a empresa pública e refere-se aos modelos privados e públicos das telecomunicações, citando trabalho elaborado por um dos homens mais competentes no assunto, o Dr. Gaspar Viana. Vejamos:

“O paralelo entre os resultados obtidos com o modelo privado de exploração de serviços públicos de telecomunicações implantado a partir da Constituição Imperial e desenvolvida ao tempo de sete décadas até a implantação do modelo público, em 1972, com a constituição do Sistema Telebrás, não deixa nenhuma dúvida quanto ao melhor desempenho desse último modelo, nesses dias da última década.”

Quando a Telebrás foi constituída, em 1972, o Brasil contava apenas com 1,4 milhões de terminais telefônicos, cobrindo somente 2.196 localidades. Dez anos depois, o número de terminais telefônicos instalados chegava a 5,8 milhões realizado pela empresa pública de telecomunicações, havia quadruplicado e o número de localidades havia triplicado. Em 1992, o sistema Telebrás chegou ao impressionante número de 10 milhões de terminais instalados. Dez vezes mais na empresa pública do que a empresa privada. Quanto às localidades atendidas, o setor chegou ao número de 15.412, ou seja, todas as vilas, cidades, povoados do Brasil com mais de 1.900 habitantes contam com serviço de comunicação.

Outro indicador surpreendente da supremacia da empresa pública em comunicação está nos telefones públicos. Em 1972, praticamente não existiam postos de telefonia. Em dezembro de 1982, o sistema Telebrás havia instalado 63.000 telefones públicos e,

em dezembro de 1992, esse número já era 4 vezes maior: 259.997

Fica provada a falaciosa afirmação de que a empresa pública não passa de “cabide de emprego”. Lamentavelmente, tais informações não são divulgadas pela nossa imprensa. Sempre comprometida com os vendilhões da pátria e com os interesses internacionais. Há exceções, mas, são poucas.

DENUNCIO À NAÇÃO a grande farsa, ou melhor, Verdadeiro assalto aos interesses nacionais, à privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN): Um negócio da China, uma negociata Vergonhosa! Onde estavam os arautos contra corrupção? A Rede Globo seus comparsas e assalariados?

Quando verificamos que Volta Redonda foi avaliada pelo Jornal do Brasil (Caderno de Negócios e Finanças) em US \$12 bilhões de (dólares) e subavaliada pela Comissão de Privatização em US\$ 1 bilhão e pouco, fica evidente a traição. Acrescente-se que a parcela em moeda corrente _ 3,8% (US\$ 60 milhões) __ significa que 96,2% foram pagos em moedas podres. É chamado NEGÓCIO PARA NENHUM TIO PATINHAS BOTAR DEFEITO. Adquire-se “moeda podre” no mercado secundário. São títulos altamente desvalorizados. Assim, um título de valor 100 pode ser adquirido e utilizado na compra de Volta Redonda com deságio de 20%, valendo 80. Adquirir uma empresa que vale US\$ 12 bilhões por US\$ 60 milhões, jamais se viu em nenhuma parte do mundo. Tio patinhas não faltará a esse negócio da China!

No seu livro Aloysio Biondi denuncia:

“[...] Antes de vender as empresas telefônicas, o governo investiu 21 bilhões de reais no setor, em dois anos e meio”. Vendeu tudo por 8,8 bilhões de reais ou menos porque financiou metade da “entrada” para grupos brasileiros. Na venda do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), o “comprador” pagou apenas 330 milhões de Reais e o governo do Rio tomou antes um empréstimo dez vezes maior, três bilhões e trezentos milhões de de Reais, para pagar direitos dos trabalhadores. Na privatização da Rodovia dos Bandeirantes, em São Paulo, a empreiteira que ganhou o leilão, está recebendo 200 milhões de reais de pedágio por ano desde que

assinou o contrato - e até abril de 1999 não começara a construção da nova pista[...]"

Denúncia à Nação, a PRIVATIZAÇÃO BRASILEIRA, como crime de lesa pátria: o governo financia a compra no leilão, vende em “moedas podres” em longo prazo e ainda financia os investimentos que os “compradores” precisam fazer. Até a Light recebeu um empréstimo de 730 milhões de Reais. Além disso, demite funcionários, investe maciçamente e até aumenta tarifas e preços antes da privatização. (4) A Procuradoria Quer Embasar ações contra cada membro da Comissão de Desestatização nos Governos Collor, Itamar Franco. Após 1995 Terão Que ser apuradas as privatizações.

O Presidente Itamar Franco aproveitou a visita do Presidente do México, país com larga experiência no processo de privatização e perguntou a sua opinião sobre os pagamentos de títulos desvalorizados adquiridos no mercado secundário. A resposta foi imediata, **seria impensável, no México, tão desastrosa operação.**

Até quando suportaremos a liquidação do nosso patrimônio público, adquirido com tanto sacrifício e tanta luta, por essa malta de entreguistas? Além do mais, segundo o consultor Austin Assis, especialista em análise de balanço, o qual realizou estudos comparativos sobre o lucro de 200 empresas de capital aberto, as seis com maior lucratividade do país, no exercício de 1990, são estatais. Juntas lucraram 1,7 bilhões de dólares, o que representa 60% do lucro total das 200 empresas analisadas.(5)

No Brasil e em qualquer parte do mundo, a atuação do Estado, em áreas estratégicas é o que determina o desenvolvimento. A política econômica deve priorizar o desenvolvimento econômico como meta fundamental. Desenvolvimento econômico significa progresso e bem estar social. Pior do que a inflação é o desemprego e a fome. [...] Modelo Nacional é o que nos convém, para o nosso desenvolvimento econômico e bem estar do povo.

O pioneirismo da participação do Estado vem dos Estados Unidos. O cartel de eletricidade desenvolveu-se de tal maneira que confrontava o Estado não admitindo regulamentação. **A Comissão do Senado Americano apurou que o Cartel elegia deputados,**

senadores e até governadores. Censurava os livros da Escola de Engenharia impedindo que divulgasse o que quer que fosse contrário ao Cartel. Como o **PRINCÍPIO DA EMPRESA PRIVADA É A MAXIMIZAÇÃO DO LUCRO**, as tarifas elevaram-se tanto que começaram a prejudicar as empresas americanas. Roosevelt tentou de todas as formas deter o abuso. [...] Diante de tudo isto, depois de tudo isto, Roosevelt apelou para a presença do Estado para conhecer os custos e deter a aventura dos lucros **EXTORSIVOS**. Construiu duas usinas hidroelétricas: Boudier Dam e Gran Coulet.

As três maiores usinas siderúrgicas europeias Usinor-Sacilor, francesa, a British Steel, inglesa, a Ilva italiana, - são **todas estatais** japonesa Nippon Steel. Na área de petróleo, nesses mesmos países, a British Petroleum, a Elf e a Eni são também estatais. As telecomunicações, nos países da Europa, inclusive as da Alemanha e as do Japão, também são estatais. Transportes, a começar pelas ferrovias e a indústria aeronáutica são basicamente estatais. O mesmo é verdade, muito mais em relação aos “tigres Asiáticos”: Coreia do Sul, Singapura e Taiwan.

“[...] Vivemos um novo e grave momento”. Importantes setores da nossa economia eram atendidos pelas empresas privadas nacionais, hoje substituídas por oligopólios seus apêndices internacionais, por intermédio de uma das campanhas mais custosas “privatização” (6).

ANEXOS E NOTAS:

(1) Carlos Lessa, Professor de economia URFJ, nacionalista, autor de vários livros, entre eles: **Quinze Anos de Política Econômica**. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas: Unicamp, n. 4, 1975; São Paulo: Brasiliense, 1982. Como economista da CEPAL, escreveu, em colaboração com Antonio Barros de Castro, **Introdução à economia**: uma abordagem estruturalista. Rio de Janeiro: Forense Universitária. No século XXI, escreveu **O Rio de Todos os Brasis**: uma reflexão em busca da autoestima. Rio de Janeiro: Record, 2000; e foi Organizador da **Enciclopédia da Brasilidade**. Auto-estima em verde e amarelo. Rio de Janeiro: Casa

da Palavra, 2005.

(2) *Hora do Povo*. 6º Caderno Especial. "Privatização": Saque, Corrupção e Pilhagem. São Paulo, 03 fev.1994.

“ Minha convicção política baseia-se na existência de uma comunidade de interesses nacionais que devem ser atendidos e preservados, procurando, em relação às grandes potências, evitar concessões que levam a dependências indesejáveis, foco de atritos internacionais. Tal definição de princípios se impõe sempre que devemos examinar o encadeamento de fatos da maior relevância nacional. Procuramos ser fiel a uma visão política e histórica dos acontecimentos passados, valiosos na interpretação do presente e na preparação do futuro. Cinquenta anos de luta dão-me a convicção de que o patriotismo dos brasileiros, através da pressão popular, mais uma vez salvará o Brasil! ”



Nossa batalha pelo desenvolvimento

A bomba de sucção dos recursos nacionais



Euzébio Rocha, em Recife, agradece a homenagem prestada pelo povo pernambucano

As corporações trouxeram para cá, até 1975, US\$ 299 milhões e, em 10 anos, remeteram legalmente US\$ 775 milhões, reinvestindo US\$ 693 milhões, um lucro declarado de US\$ 1,468 bilhões

A Esso investiu aqui US\$ 1,8 milhão e remeteu US\$ 44,5 milhões; a Souza Cruz, US\$ 2,5 milhões e remeteu US\$ 50,2 milhões - investimentos desde sua instalação até 75, e remessas apenas entre 65 e 75

O Senado dos EUA revela que os investimentos americanos na América Latina, entre 1960/72, foram de US\$ 4 bilhões, enquanto as remessas para as matrizes subiram a US\$ 13 bilhões

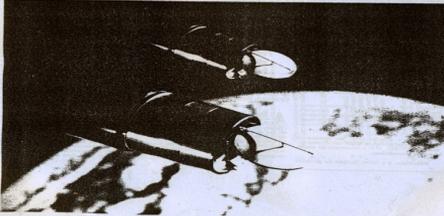
As 10 maiores empresas do país, por ativo total, fatura e rentabilidade são estatais. As seis mais lucrativas, também são estatais, confirmando a supremacia da propriedade pública

Barbosa Lima defende, a partir de dados de 1994, que a maioria das maiores e mais lucrativas empresas do país, tanto em fatura quanto em rentabilidade, são estatais. Ele afirma que a empresa pública é a mais lucrativa e a mais produtiva do país, e que o setor privado é o menos lucrativo e o menos produtivo.

O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Barbosa Lima, afirmou que o setor público é o mais lucrativo e o mais produtivo do país, e que o setor privado é o menos lucrativo e o menos produtivo.

Barbosa Lima afirmou que o setor público é o mais lucrativo e o mais produtivo do país, e que o setor privado é o menos lucrativo e o menos produtivo.

"Privatização": saque, corrupção e pilhagem



Um satélite de telecomunicações em órbita. FARSIA E CINEMA DA PRIVATIZAÇÃO

Um satélite das telecomunicações. São Paulo, 3 de fevereiro de 1996. O setor de telecomunicações é o mais lucrativo e o mais produtivo do país, e que o setor privado é o menos lucrativo e o menos produtivo.

O setor de telecomunicações é o mais lucrativo e o mais produtivo do país, e que o setor privado é o menos lucrativo e o menos produtivo.

O setor de telecomunicações é o mais lucrativo e o mais produtivo do país, e que o setor privado é o menos lucrativo e o menos produtivo.

O setor de telecomunicações é o mais lucrativo e o mais produtivo do país, e que o setor privado é o menos lucrativo e o menos produtivo.

3) Todo o texto das p.9 a 16,31,32 são do depoimento de Barbosa Lima prestado na CPI das Privatizações e transcrito no livro de Euzébio Rocha "Denúncia à Nação", ed. CDDH/AEP. São Paulo. 1995.

(4) ROCHA, Euzébio. "Petrobras Apesar das Forças de Pressão". ED. INESP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas). Apoio Cultural do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo. p.52-56.

5) Dep. Barbosa Lima na Comissão de Inquérito da Privatização. *Folha de São Paulo* caderno especial A-6 . São Paulo. 22 ago.1993.

6) RIBEIRO JR., A PRIVATARIA TUCANA. São Paulo: Geação Editorial, 2012 (Coleção História Agora) .

FOTOS E HOMENAGENS:



Euzébio Rocha cumprimentando o Presidente Vargas, logo após a assinatura da Lei 2004 que criou o Monopólio Estatal do Petróleo e a Petrobrás. Rio 1953.



Presidente Vargas cumprimenta deputado Euzébio Rocha Aeroporto de São Paulo.



Vargas e Euzébio Rocha nem sempre foram sorrisos...Obs. Ministro Danton Coelho, quando indicou o amigo Euzébio, para assumir o Ministério do Trabalho, em seu lugar, recebeu como resposta : - "Sabes, Euzébio seria excelente, mas não posso contar com ele para tudo".

A direita Pres. Café Filho, Dep. Euzébio Rocha, Pres. Getúlio Vargas, Pres. Nereu Ramos
Palácio do Catete . S/ data



Euzébio Rocha Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, leva correligionários ao Presidente Getúlio Vargas. Rio. 1953.



Euzébio Rocha, ao lado Jango Goulart(com jornal) conversando com populares 1953.



Conversando como os operários fabrica Hércules 1962



Euzébio Rocha apresentando no Parlamento, em 25.01.1952 / substitutivo aos Projeto 1595 .Rio de Janeiro



Comandante Gagarin da força aérea Soviética. O 1º homem a estar na lua.Em homenagem prestada a ele ,em São Paulo. 1965



1952 - Clube Militar. Conferência do Deputado Euzébio Rocha em defesa do monopólio estatal do petróleo, ladeado pelos generais Felício Cardoso, Raimundo Sampaio, Leito Carvalho.



Euzébio Rocha com General Estilac Leal, no Hotel Copa Cabana Palace Rio de Janeiro



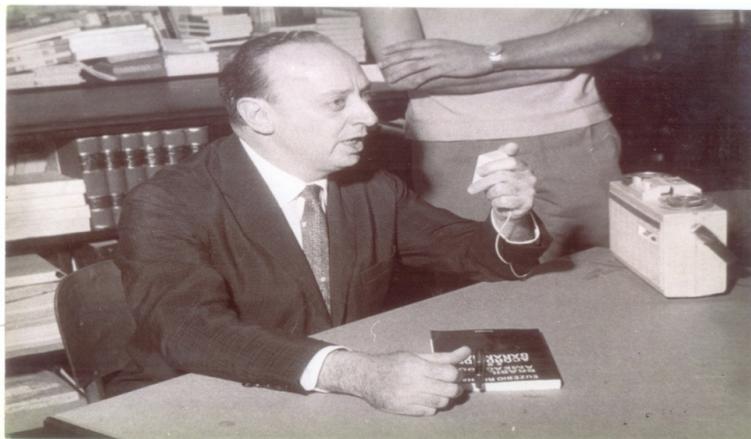
Euzébio Rocha recebido pelo Presidente Peron e Sra Eva Peron e Comissão .Aeroporto de Buenos Aires.1950.



Euzébio Rocha em Buenos Aires com Evita Peron.1950



Viúva Presidente Salvador Allende, Hortência Bussi, Euzébio Rocha e sua filha.
1984. Brasil. São Paulo.



Euzébio Rocha após o Golpe de 1964, indignado com o entreguismo dos
golpistas, lançou o livro "BRASIL PAÍS AMEAÇADO E O ACÔRDO DE GARANTIAS".



Atrás de Euzébio, seu filho Sérgio Túlio A. Rocha, a esquerda Hélio Navarro, ex presidente do Centro XI de Agosto da Faculdade do Largo São Francisco. Participou ativamente da campanha do "Petróleo é nosso". São Paulo 1965.



Euzébio Lançou este livro em várias cidades do Brasil. Por exemplo, Rib. Preto a convite de Vanderley Caixe, pres. do diretório da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto. Exatamente, no dia que foi decretado o 2º Ato Institucional. Outubro de 1965.



Euzébio Rocha e Leonel Brizola , logo após o retorno do exílio. São Paulo/Sem data



Brizola justificando ao Euzébio Rocha divergências.Reunião na sede do PDT.
São Paulo. S/ data.



Encontro dos Nacionalistas, em 23.10.87, em defesa do “monopólio estatal do petróleo” e contra os “contratos de Riscos”. Pronunciamento de Euzébio Rocha em nome dos nacionalistas. Na mesa: Afonso Arinos, General Andrada Serpa, representante da AEPT, Governador Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro Da esquerda á direita: Gen.Andrada Serpa, Gov.Barbosa Lima Sobrinho.(ao lado do Dep Euzébio Rocha)

Rio de Janeiro.S/ data.



Euzébio Rocha e Senador Luis Carlos Prestes, no "Congresso Brasileiro do Socialismo" em Brasília / 1987



Euzébio Rocha e governador Mario C6vas



Euzébio Rocha recebe a "Cidadania honorífica" de Porto Alegre (Lei7324/93) por iniciativa do vereador e historiador Raul Carrion. Foi homenageado em outras C6maras Municipais. Na foto: Vereadora Clenia Maranh6o, Prof. Maria Isabel Sebenello, Raul Carrion e Euzébio Rocha. Porto Alegre 1993

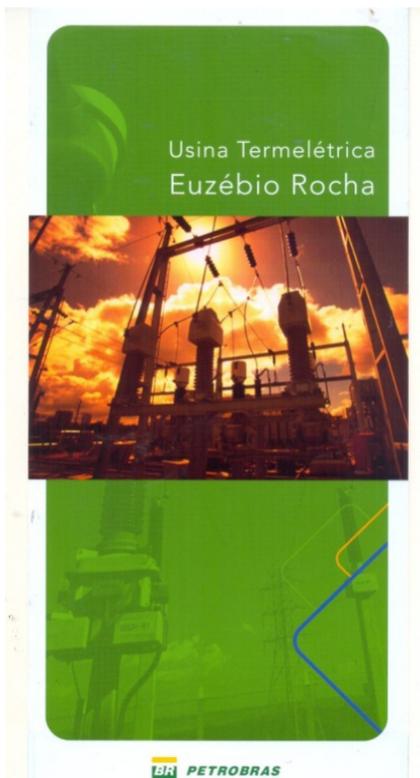


No Evento de posse da Nova Diretoria da "SINDIPETRO" Euzébio Rocha foi convidado a proferir um discurso. Combateu energicamente às privatizações das estatais. Sindicato dos Petroleiros da Baixada Santista, Santos, 15 de Junho de 1991.



Euzébio Rocha e esposa, Arlette de Almeida Rocha. Num momento de descontração. Rio de Janeiro.

HOMENAGEM DA PETROBRÁS A EUZÉBIO ROCHA - Lançamento da Pedra Fundamental Para Construção Termo Elétrica “EUZÉBIO ROCHA”



Euzébio Rocha, lei de criação da Petrobras

*"Um país que controla as atividades petrolíferas
poderá ser poderoso e rico; sem petróleo,
será necessariamente dependente e pobre."*



- na proteção dos recursos naturais brasileiros.
- Alem do petróleo, legislou sobre minerais radioativos, lutando contra o contrabando de areias monazíticas (ricas em minerais pesados) e propondo a criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Combateu a internacionalização da Amazônia e o golpe militar de 1964 e defendeu a soberania do mar territorial de 200 milhas.

- Casado com Arlete de Almeida Rocha, teve dois filhos, Ayala e Sérgio Túlio de Almeida Rocha. Euzébio Rocha faleceu em 31 de março de 1995, em São Paulo (SP), dois anos antes da quebra do monopólio estatal do petróleo.

nacionalista e autor da

A Petrobras nasceu pela caneta de Euzébio Rocha. Foi ele o relator da Lei 2.004, de 3 de outubro de 1953, que instituiu o monopólio estatal do petróleo e criou a Companhia. Participante ativo da campanha "O Petróleo É Nosso", o deputado federal rejeitou o projeto de lei de Getúlio Vargas, que oferecia facilidades para a exploração de petróleo por empresas de capital estrangeiro, e criou um substitutivo, que dava ao País total controle sobre suas reservas. Por seu nacionalismo, o político foi escolhido pela Petrobras para nomear a Usina Termelétrica de Cubatão.

Nascido em 20 de novembro de 1917, no Rio de Janeiro (RJ), ainda jovem Euzébio Rocha desafiava o poder. Por recusar-se a denunciar um professor, foi expulso do Colégio Militar e teve negados seus documentos escolares e o certificado de reservista. Para recuperá-los, foi obrigado a fazer um exame para provar seus conhecimentos e trabalhar por dois meses como operário nas instalações militares da Ilha das Cobras (RJ).

Foi jornalista, professor de matemática, advogado e deu aulas de Direito na faculdade de São Carlos (SP). Mas celebrou-se na carreira política. Aos 27 anos, elegeu-se deputado federal constituinte por São Paulo e em mandatos consecutivos, participou da Câmara até 1962. Idealista e patriota, especializou-se



Da esquerda para a direita: dr. Vanderley Caixe(genro de Euzébio Rocha),ao lado, presidente da Petrobrás dr.Sérgio Gabrielle e engenheiros da Petrobrás. Lançamento da pedra fundamental da “Usina Termo Elétrica Euzébio Rocha”.
Cubatão/São Paulo.

REFLEXÕES DE EUZÉBIO ROCHA

- “Os grandes problemas do Brasil são: concentração de renda e de terra”.

- “Por temer um movimento sindical forte, nossa elite agrária une-se a empresarial. E ambas ao setor ao setor internacional. Os latifundiário, os empresários e o capital internacional formam entre si , uma “sagrada aliança” para não perderem seus privilégios”.

- “Mesmo obtendo segundo ou terceiro maior lucro do mundo, os empresários brasileiros continuam aumentando os seus lucros e achatando os salários”.

- “Salário não inflaciona. Se o dinheiro é caro (juros altos), como podemos obter produtos baratos”? “O que inflaciona são os juros e o lucro do empresariado”.

- “Muito pior do que a inflação é não ter emprego e comida.”
- “Os Países em desenvolvimento (subdesenvolvidos) são exportadores de capital para os Países ricos”.
- “O capital transnacional não está interessado no desenvolvimento do Brasil e nem no fortalecimento da nossa economia”.
- “As multinacionais transferem o seu lucro superfaturando as importações (comprando caro nas mãos de suas matrizes) e subfaturando a exportações (vendendo barato à matriz). Com isso, o Brasil perdeu US\$ 30 bilhões (dólares) em 10 anos”.
- “Um exemplo, para entendermos como funcionam as empresas multinacionais: Quando Collor abriu as importações de antibióticos, haviam seis empresas multinacionais produzindo antibióticos. Cinco já fecharam, porque preferem trazer esses antibióticos das suas nações de origem, para gerarem empregos e impostos lá e não aqui”.
- “O povo deve agir sempre quando o interesse nacional for prejudicado. Por exemplo, como fizeram diante da privatização da USIMINAS. Elogio o pontapé cívico dado nos banqueiros, pelos manifestantes contrários a privatização. A “sagrada aliança” ganharam uma batalha, já perderam outras, não ganharão a guerra”.
- “A esquerda não pode admitir que as intrigas dos seus inimigos a dividissem. É PRECISO A UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL, divergir é próprio da democracia, o que não devemos é permitir que as divergências comprometessem os objetivos comuns”.
- “A imprensa internacional silencia quanto à falência do Projeto neoliberal”. Na América do Sul a Bolívia encontra-se faminta, a central dos trabalhadores venezuelanos solicitou ao governo da Venezuela decretação de “estado de calamidade social”. Na Europa, a Inglaterra País que aplicou na íntegra a cartilha neoliberal, apresenta a mais elevada taxa de inflação e o mais elevado índice de desemprego

do continente europeu.

- “Um homem não pode ser julgado por um ato isolado, mas pela história de sua vida, pelo conjunto de suas ideias e de todos os seus atos”.

- “Fernando Collor e Fernando Henrique não produziram IDEIAS - produziram MÍDIAS. Exemplo: “privatizar é modernizar”. Apenas uma frase de efeito, sem conteúdo, que tem como objetivo confundir e não esclarecer”.

- “As ideias tem força, espalham-se como a luz e abatem a mentira”.

- “nossa luta tem que ser uma luta que esclarece à Nação”.

- “Minérios não dão segunda safra”.

- “Lembrem-se petróleo na mão das multinacionais não traz lucro e nem desenvolvimento”.

- “Possuir petróleo é a forma mais eficiente, decisiva e rápida para atingir progresso, criando condição de bem estar para o povo. Um País que controla as atividades petrolíferas poderá ser poderoso e rico; sem petróleo, será necessariamente dependente e pobre. O Petróleo decide do desenvolvimento na paz e da vitória na guerra”.

- “O poder não se trabalha com bondade, nem se dobra com orações. Poder é força. Ou os trabalhadores constroem um poder sindical, forte o bastante para se contrapor ao poder reacionário ou o Brasil se tornará uma colônia de multinacionais.

Obs: As frases foram retiradas do Caderno de Formação, elaborado pelo Departamento de Formação do SINDIPETRO e STIEP-BA. (recolhidas da palestra realizada por Euzébio Rocha no auditório do STIEP/BA, em 21/10/1991.

Sobre o livro

Projeto gráfico e capa	Erick Ferreira Cabral
Imagens da capa	Pixabay/arquivo pessoal
Normalização e correção	Antonio de Brito Freire
Mancha Gráfica	10,5 x 16,7 cm
Tipologias utilizadas	Adobe Caslon Pro 11/13,2 pt